



Anais da V Mostra de Iniciação Científica

III Seminário Integrado
de Pós-graduação



Faculdade Cenecista de Osório – FACOS/CNEC

Anais da V Mostra Integrada de Iniciação Científica

III Seminário Integrado de Pós-Graduação

Revista científica anual – Vol.5 – Nº5 – Julho de 2014 - ISSN 2317 2851

Diretor:

Prof. Dr. Adelar Hengemühle

Coordenação geral do Conselho Editorial:

Prof^a. Dr^a. Cristina Maria de Oliveira

Conselho Editorial:

Prof^a Esp. Carla Ferreira Dalsotto

Prof^a Dr^a Cristina Maria de Oliveira

Prof. Dr. Edison Luiz Saturnino

Prof^a. Ms. Fernanda Mallmann Pacheco

Prof^a Esp. Gabriela Nunes Pereira

Prof. Dr. Gabriel Corteze Netto

Prof^a. Ms. Lisandra de Oliveira Carrilho

Prof^a. Esp. Karen Soares Nunes

Assessoria Técnica:

Jonatan Fortes – Assessor de Marketing – CNEC/Osório

André Luiz Licoski - Assessor técnico de tecnologias e sistemas–CNEC/Osório

Maicon Flor dos Santos - Assessor de suporte técnico DTI – CNEC/Osório

Lucas Innocente Teixeira – Assessor técnico Conselho Editorial – CNEC/Osório

As informações e comentários que compõem os conteúdos dos materiais publicados são de inteira responsabilidade de seus respectivos autores.

Apresentação

Investigar. Verbo que une detetives e cientistas. Coletar vestígios, seguir pistas, examinar dados, almejar a descoberta de modelos e padrões que permitam uma artesanaria de saberes suficientemente verdadeira. São, enfim, bons empreendimentos para dar sentido à existência, mas cruciais para as metas de uma Instituição de Ensino Superior que almeja qualidade e seriedade no cenário contemporâneo da educação superior brasileira.

Dessa forma, é com satisfação que apresento esta coletânea das investigações realizadas pelo esforço conjunto de professores, alunos e colaboradores desta Instituição. São aventuras investigativas que representam, através de uma grande variedade de áreas, propostas metodológicas, perspectivas e técnicas, o investimento da comunidade acadêmica da FACOS e do Marquês em Iniciação Científica.

A primeira publicação dos Anais da Mostra Integrada de Iniciação Científica da FACOS (na época ainda FACOS/FACAD) e do Marquês ainda em 2001 compilava em torno de 80 resumos de trabalhos e sua divulgação ocorreu através de meio impresso. Foram necessários 10 anos para que a publicação dos Anais da II Mostra Integrada de Iniciação Científica se desse. Em 10 anos, porém, muita coisa mudou na FACOS (e no Marquês) e foi a partir desta publicação que se alcançou uma regularidade anual bem como um formato online de publicação.

Hoje hospedada entre as diversas revistas eletrônicas da FACOS em seu site, é possível observar um crescimento notável da quantidade de trabalhos inscritos e apresentados como pôsteres ou trabalhos experimentais durante as Mostras, cujos resumos aqui se compila. Em 2011 foram publicados 40 resumos de trabalhos (Anais II Mostra); em 2012 foram 82 resumos (Anais III Mostra); em 2013 foram 170 (Anais IV Mostra); e agora em 2014 mais de 250 resumos nos Anais da V Mostra Integrada de Iniciação Científica da FACOS.

O que se apreende facilmente deste material é a grande variedade de objetos de estudo, tratamento metodológico e perspectivas investigativas. Há investigações que vão de psicologia de bebês até a educação do campo,

passando por novas tecnologias da informação; preservação do patrimônio; técnicas em enfermagem, biomedicina, fisioterapia; estudos sobre processos industriais e gestão de empresas públicas e privadas; movimentos corporais, saúde e esporte, além de estudos nos campos educacionais como didática e teoria de currículo.

Isso demonstra o apreço Institucional não apenas à vitalidade da prática científica *per se*, mas à vitalidade da prática científica aberta e plural. Os tempos são outros. Os sentidos de pesquisar mudam, a ideia de fazer ciência muda e muitas vezes é difícil dizer se antigas concepções e práticas seguem defensáveis ou se devemos adotar a novidade e a mudança. Bem sabemos que os próprios motores da ação educativa e científica são questionáveis. Um valor dificilmente questionável, todavia, é o esforço de uma coletividade em empreender, com os recursos disponíveis, uma jornada tão antiga quanto nobre que é a aventura de investigar. O mapa desta jornada está disponível nos resumos aqui coligidos que já antecipam, inclusive, a responsabilidade de crescimento, seja no volume, seja na qualidade das produções - idealmente ambos -, para o ano que vem no bojo da VI Mostra Integrada de Iniciação Científica.

Prof. Dr. Cristiano Goergen Pörtner
Professor da Faculdade Cenecista de Osório

Sumário

Conselho Editorial

Apresentação

Resumos:

50 anos pós-ditadura: narrativas de pessoas comuns que vivenciaram esse período 34

Esther Beatriz Christmann Lopes
Edison Luiz Saturnino (orientador)

A afetividade e suas implicações na formação do sujeito 36

Adriana Bopsin Dias
Cristiane Lauriente da Silva
Alessandra Marques Cecconello (orientadora)

A atuação da psicologia no contexto militar 38

Maira Anaja Souza da Silveira
Cátula Pelisoli (orientadora)

A atuação estratégica dos profissionais da contabilidade para divulgação e aumento da responsabilidade social em relação aos incentivos fiscais: Fundo da Criança e do Adolescente e Fundo do Idoso 40

Lisiane Dias Medeiros
Cristiano Goergen Pörtner (orientador)

A chegada da educação infantil como 1ª etapa da educação básica..... 43

Patrícia Santos Anflor
Eduardo Rangel Ingrassia
Karin Koenig (orientadora)

A competência administrativa definida na lei nº 12.846/2013 para análise e imputação da responsabilidade civil objetiva no âmbito do executivo municipal 45

Ivonete Fernandes Mateus
Marcelo Terra Reis (orientador)

A construção do conhecimento dos alunos dos anos iniciais: o que pensam os professores? 47

Edimara Rodrigues Muniz
Juciéli Brehm Kellermann

Maria da Graça Pacheco
Silene Pisoni
Taís Brehm Kellermann
Eliane Cristina Araujo Schneider (orientadora)

A educação contemporânea: concepções acerca de multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade 49

Bruna Martins da Silva
Carla da Rosa Jacob
Natalia Wildner de Lemos
Eliane Cristina Araújo Schneider (orientadora)

A enunciação do além-do-homem em Nietzsche: uma reflexão dialógica nos postulados de Zaratustra 51

Lucas Innocente Teixeira
Cristina Maria de Oliveira (orientadora)

A escolha dos temas no trabalho com projetos investigativos 54

Ana Beatriz Zazyki Weber
Liége Westermann (orientadora)

A genética da personalidade extrovertida 56

Priscila dos Santos Ferri
Charles Francisco Ferreira (orientador)

A hepatite C e a atenção de enfermagem 58

Carla Taviane Carvalho
Daniela Gomes flores
Marilei de Fatima Ribeiro
Cesar Luis Silva Santos (orientador)
Gabriel Cortezze Netto (orientador)

A hibridação e a química orgânica: Relato de uma experiência didática 60

Patrícia Moraes Dornelles
Charles Francisco Ferreira (orientador)

A hipocondria do Dr. Melman (Madagascar) 62

Aline Costa de Freitas
Jessica Hilário da Silva
Jessica Piazza
Charles Francisco Ferreira (orientador)

A importância da motivação de idosos para a prática de atividade física 64

Felipe Duarte Felkl
Jessica Fernanda Fernandes Machado

Vanessa Kudla Nogueira
Alessandra Marques Cecconello (orientadora)

A importância da voz e do olhar no ato da amamentação para constituição subjetiva do bebê 66

Deisi Viviane Pinto Silveira
Graziele Gomes Pelisoli
Paola Pereira de Andrade
Priscilla Poletto
Helena Beatriz Bier (orientadora)

A importância do bioma da Mata Atlântica 68

Aline Nunes da Silva
Andrea Erotides Santana
Gessica Santos da Silva
Kamila Borba
Thais castro de Souza (orientadora)

A importância do biomédico na sociedade 70

Camila Santos da Silva
Jaiane Gomes
Juliana Jesus da Silva
Karina Arena Rodrigues
Maiquel Bittencourt Ferreira
Angelita da Rocha Oliveira (orientadora)

A importância do complexo de desmame para a formação do sujeito 72

Ana Paula Koch Tomacheski
Leticia Dias Rayhtz
Helena Beatriz Bier (orientadora)

A importância do manhês e da amamentação na constituição do bebê 74

Priscila dos Santos Souza
Rochele Josiane Vargas Flor
Tuane Silveira dos Santos
Helena Beatriz Bier (orientadora)

A importância do Papilomavirus Humano para a Equipe de Enfermagem 76

Cícero Salerno Santos
Débora Zampiva
Ide Helen Costa
Marcus Antonio do Amaral Junior
Nathan Gamba
Gabriel Corteze Netto (orientador)

A indisciplina da criança na escola e o TDAH: um estudo de caso	78
.....	
Débora Koller David	
Luiza Dalla Corte Euzebio	
Zuleika Leonora Schmidt Costa (orientadora)	
A inserção do psicólogo na Estratégia de Saúde da Família (ESF)	80
.....	
Alessandra Stuepp Evaldt	
Cátula Pelisoli (orientadora)	
A interrelação entre a proteção ambiental e os direitos humanos à luz da jurisprudência da CIDH	82
.....	
Géssica Adriana Buguiski Becker	
Pâmela Dacol de Brito	
Sara Margarida Silva de Figueiredo da Conceição	
Caroline Dimuro Bender D'Ávila (orientadora)	
A lei geral da micro e pequena empresa e a aplicação para o desenvolvimento	84
.....	
Daniela Burkhard	
Luiz Filipi Bastos do Nascimento	
Marcelo Terra Reis	
Paulo Emilio Borges da Silveira	
Carmen Regina Dornelles Nogueira (orientadora)	
A manipulação das massas	86
.....	
Barbara Welter Machado	
Bruna Rech da Silva	
Jordana da Silva Dias	
Lara de Castro Aguiar Rodrigues	
Willian da Silva Cardoso	
Caroline Dimuro Bender D'Ávila (orientadora)	
A não-vida pós morte: a falta de informação dos profissionais de saúde e a perda do doador em potencial	88
.....	
Adriane Kraus de Souza	
Bibiana Emília de Rodrigues Costa Rosa Silveira	
Edson Luis Wagner	
Noemi da Silva Tormes	
Helena Meinhardt (orientadora)	
A parasitologia da doença de Chagas	90
.....	
Gisele Santos de Oliveira	
Neida Teresinha da Silva	
Isabel Cristina Brandão Taufer (orientadora)	

A patologia da Sífilis	92
Amanda Pelisser	
Isabel de Oliveira Trisch	
Lais Ribeiro da Silva	
Neida Silva	
Suelem Teixeira	
Gabriel Corteze Netto (orientador)	
Cesar Luis Silva dos Santos (orientador)	
A pena de prisão usada como meio de detenção de pessoas e não um meio de reabilitação de pessoas	94
Carolina Lopes de Souza	
Caroline Panni de Oliveira	
Saulo Bueno Marimon (orientador)	
A Psoríase e a atenção da equipe de enfermagem	96
Amanda Daitx Justo	
Elisandra Brulinger Valim	
Gabriel Corteze Netto (orientador)	
César Luis Silva dos Santos (orientador)	
A química dos perfumes	98
Indianara Pereira Toledo	
Suelem Aparecida Teixeira	
Charles Francisco Ferreira (orientador)	
A segurança do trabalhador no refinamento da resina: um estudo de caso em uma empresa de resinagem do Litoral Norte do RS	100
Micheli Maranoski	
Alex Masiera Michels	
Alcenir Wagner Lopes Milanezi	
Tainan Raupp Godinho	
Thiago Santos Cardeal	
Ludinara do Nascimento Scheffel (orientador)	
A seletividade penal como traço estrutural do sistema criminal	102
Juliana Madalena de Melo	
Vinícius Gil Braga (orientador)	
A Síndrome de Hunter	104
Daiana Martins de Oliveira	
Eduarda Barbosa de Moraes	
Rafaela Borba da Silva	
Simone Boeira Gomes	
Charles Francisco Ferreira (orientador)	

A supremacia do direito à convivência familiar e comunitária no desenvolvimento da criança e do adolescente	106
Bruna Araujo da Silva Afonso Armando Konzen (orientador)	
A Teoria Pura do Direito de Hans Kelsen	108
Éverson Silva Nunes José Luiz Filho Franzen Luiz Fernando Antunes Lima Everton Ricardo Bootz (orientador)	
A união estável homoafetiva e as suas possibilidades jurídicas	110
Andréia de Oliveira Colombo Emerson Ricardo da Silva Nobles Lucian Louiz Ferreira Ractz Priscila Pazzetti da Cunha Romulo Mallmann Jarbas Freitas da Silva (orientador)	
A valorização e preservação da cultura africana numa escola quilombola	112
Angela Maria Negreiros de Queiróz Liége Deolinda Westermann (orientadora)	
A vedação do nepotismo na administração pública	114
Ana Paula Meneghel Rossi Janner Everton Leffa Konig Marcelo Costa André da Silva Mateus da Silva Rosa Pereira Caroline Dimuro Bender D'Ávila (orientadora)	
Acolhimento relacionado à família de um possível doador de órgãos	117
Marla Guedes Duarte Silvane Ferri Barcela Helena Meinhardt (orientadora) Luciane Silva Soares (orientadora)	
Agência Nacional de Energia Elétrica “ANEEL” no contexto de um Estado essencialmente regulador	119
Sueine Killes Barufi Karine Silva Demoliner (orientadora)	
Alimentos compensatórios	121
Jéssica Ramos Constante Marcelo Vinicius dos Santos Jarbas Freitas da Silva (orientador)	

Alternativas de cobertura de solo no cultivo do abacaxizeiro (Ananas comosus Merrill)	123
Juliano Garcia Bertoldo	
Raquel Paz da Silva	
Rodrigo Favreto	
Simone Bobsin de Lima Ávila	
Raquel Paz da Silva (orientadora)	
Análise da NR 06 em uma indústria metal mecânica	125
Jessica Terra Machado	
Daiane Dias da Silva	
Lais Camargo de Azevedo	
Raquel Sperling	
Ludinara do Nascimento Scheffel (orientadora)	
Aplicando funções matemáticas no dia a dia	127
Daniel Pereira dos Santos	
Tiago da Silva de Moura	
Luiza Bohlke Vasconcelos	
Marius Warpechowski (orientadora)	
Aprelinkando	129
Evandro de Oliveira de Andrade	
Andrio dos Santos Pinto (orientador)	
Áreas de preservação ambiental e revitalização da lagoa do Marcelino em Osório/RS	131
João Pedro Gomes Dadda	
Larissa Alves Martins	
Mateus Linhares	
Nathália Fiuza	
Fernanda Mallmann (orientadora)	
As contribuições da atividade física e esportiva na qualidade de vida e estratégias de coping em pacientes com dependência química no município de Terra de Areia/RS	133
Janildo Lima de Lima	
Ricardo Pedrozo Saldanha (orientador)	
As impressões iniciais do bolsista do PIBID/EFI da FACOS em uma escola pública do município de Tramandaí: relato de experiência	135
Luciano Silveira Nunes	
Tiago Nunes Medeiros (orientador)	
Aspectos da Norma Regulamentadora 12 em uma indústria de guindastes	137
Jerônimo Monteiro Machado	
Breno Réus de Moraes Junior	

Cassiano Ramos da Silva
Cristiano Ramos da Silva
Ludinara do Nascimento Scheffel (orientadora)

Associação entre mortes por asfixia e dentes rosados 139

Lisiane Silveira Zavalhia
Natascha Monteiro Medeiros
Fernanda Lopes de Souza (orientadora)

Atos do Juiz 141

Denise Cristine Coelho
Luciano Reuter (orientador)

Autismo e Asperger 143

Bibiane da Silva Nunes
Jaqueline Silva Gomes
Cíntia Silene Wilson
Charles Francisco Ferreira (orientador)

Avaliação da sobrevivência de juvenis de jundiá (Rhamdia quelen) infectados com Ichthyophthirius multifiliis em sistema de bioflocos .. 145

Indianara Pereira Toledo
Alexander Basallo Melo
Marcus Frederico Martins Pinheiro
Andréa Ferretto da Rocha (orientadora)
Marcia Regina Stech (orientadora)

Bioma cerrado 147

Alaine de Lima Daniel
Thais Castro de Souza (orientadora)

Bioma Pantanal 149

Bruna Cardoso
Thais Castro de Souza (orientadora)

Biomonitoramento dos efeitos genotóxicos da poluição atmosférica em helix aspersa na cidade de Charqueadas 151

Matheus Guedes Duarte
Ricardo Ferraboli
Juliana da Silva
Renato Moreira Rosa (orientador)

Campos Sulinos 154

Charlott Barrufi
Gislaine Ribeiro de Oliveira
Jéssica Bernardes Nunes da Silva
Thais Castro de Souza (orientadora)

Carreira docente - Entre a formação e a ação	156
Carmelisa Pereira Duarte	
Eliane C. Araujo Schneider (orientadora)	
Liége Westermann (orientadora)	
Células tronco embrionárias e a garantia constitucional da vida digna	158
Andréia Rodrigues Pereira dos Santos	
Ângela Hemielewski Dominguez	
Jandira Inês Weber de Rosso	
Luana Lemos Borges	
Caroline Dimuro Bender D'Ávila (orientadora)	
Células-tronco embrionárias e a constitucionalidade do Art. 5º da Lei de Biossegurança	160
Bárbara Costa Andrade	
Gilberto Silveira	
Luíza Shilliper	
Sara Cárdenas Alvarez	
Caroline Dimuro Bender D'Ávila (orientadora)	
Cisne negro: uma análise da função materna na estruturação psicótica	162
Alison Osio da Rosa	
Sonaira Goldani	
Douglas Gonçalves da Rosa	
Maria Conceição Vaz Fialho	
Josete Soledade	
Beatriz Kauri dos Reis (orientadora)	
Cisticercose: um problema de saúde pública	164
Elaine Avila	
Gabriel Almeida	
Katia Inajara Pires Pereira	
Marilaine Cardoso	
Lisiane Smiderle (orientadora)	
Compartilhamento de provas obtidas através da quebra de sigilo telefônico em ações penais e sua (in)constitucionalidade: uma visão pretoriana	166
Maria de Lourdes Cardoso de Mattos	
Taís Muniz da Costa	
Saulo Bueno Marimon (orientador)	
Complexo de Édipo	168
Paulo Bier Barcelos	
Helena Beatriz Bier (orientadora)	

Compreensão e sentido em Hannah Arendt	170
Livia Caldieraro de Souza Kathlen Luana de Oliveira (orientadora)	
Confusão como forma de extinção da obrigação	172
Viviane Neves dos Santos Ed Moraes (orientador)	
Considerações práticas sobre sólidos geométricos de revolução	174
Janaina da Silva Witt Tamara Silveira Guimarães Luiza Bohlke Vasconcelos (orientadora)	
Construção da linguagem escrita	176
Adriana Aparecida Ribas de Moraes Amanda Cássia de Alencar Oliveira Ligia Beatriz Goulart (orientadora)	
Construindo conceitos matemáticos com dobraduras	178
Vagner Fernando Rodrigues Kreche Andréia Goldani (orientadora)	
Contextualizando a alienação parental: a desmoralização do ex	180
Ercilio Bitencourt Gabriel da Rosa Juliet Braga dos Santos Luciano Biff Kemili Conceição Oliveira Jarbas Freitas Vargas (orientador)	
Cor não define capacidade	182
Caroline Paola Carpes Monique Taisa Wilborn Claudio Machado Moreira Caroline Dimuro Bender D' Avila (orientadora)	
Cuba nunca vista como antes	184
Jordana Silva Naiadi Goularte Rodrigo Klei Tatiana Velho Guerra cunha Valesca Amador Fernando Quartiero (orientador)	
Da aplicabilidade da função social da propriedade urbana em imóvel situado no município de Tramandaí	186
Angélica Dias de Castro	

Débora Braz
Elisangela Volkweis
Jaqueline Araújo Rodrigues
Patrícia Portella Quartiero (orientadora)

Descarte de resíduos sólidos 188

Brenda Medeiros Obelar Casas
Bruna Andrade dos Santos
Nazaré do Prado Carneiro
Regina Bernardes da Rosa
Rodrigo Pelisoli Maiazo
Fernanda Mallman (orientadora)

**Desenvolvimento local a partir da pressão da globalização nos territórios:
o caso de Gramado/RS 190**

Daniela Burkhard
Leila Maria Bischoff
Renato Rodrigues Freitas Junior
Roger Pierre Vidal
Roberto Tadeu Ramos Morais (orientador)

**Desenvolvimento urbano e conservação ambiental: um estudo no
município de Santo Antônio da Patrulha 192**

Maria Lúcia Salazar da Silva
Pâmela Edinger da Silva
Edison Luiz Saturnino (orientador)

Diabetes Mellitus Gestacional 194

Bruna Andrade do Amaral
Felipe Lima dos Reis
Gabriel Silveira Pereira
Josiane Fonseca da Rosa
Lucas da Silva Santos
Ana Cristina Wesner Viana (orientadora)

**Diabetes: perfil epidemiológico dos frequentadores do Largo em Osório
..... 196**

Eduarda Barbosa de Moraes
Gizele Arboite
Marilei de Fátima Ribeiro de Mello
Cesar Luis da Silva Santos
Marlene Colombo (orientadora)

Diagnóstico das potencialidades do LN 198

Jorge Vilson Pereira Coelho Brandalize
Rose Borba de Lima Cardoso (orientadora)

Doença de Crohn: distúrbio inflamatória do sistema gastrointestinal	200
.....	
Aliny Genovésio	
Marcos Paulo dos Santos	
Gabriel Corteze Netto (orientador)	
Dos prazos para reclamar pelo vício do produto e do serviço: uma abordagem no âmbito das relações de consumo	202
.....	
Carolini Monteiro Dreher	
Roberta Monteiro Figueiro	
Thiago Rodrigues Eguilhor	
Patricia Quartiero (orientador)	
Educação do campo e os movimentos sociais	204
.....	
Katieli Persico Nunes	
Eliane Cristina Araújo Schneider	
Liege Deolinda Westermann (orientadora)	
Educando e aprendendo	206
.....	
Fagner Morawski	
Juliano Simch	
Mariusa Warpechowski (orientadora)	
Enganos revestidos de racionalidade: a desvalorização da cultura indígena no discurso pedagógico brasileiro	208
.....	
Lucas Innocente Teixeira	
Rodrigo Horlle Moreira	
Cristina Maria de Oliveira (orientadora)	
Entendendo o Marco Civil da Internet	210
.....	
Felipe Pereira Rodrigues	
Marcelo Terra Reis (orientador)	
Escoliose idiopática na adolescência	212
.....	
Ana de Vargas	
Manuela Coelho Pontes	
Patrícia de Fraga Anflôr	
Helena Meinhardt (orientadora)	
Escrita e Psicanálise	214
.....	
Aline Costa de Freitas	
Cátula Pelisoli (orientadora)	
Espectro autista: um diagnóstico clínico	216
.....	
Mônica Daniela Pacheco de Paula	
Paulo Renato Lessa	
Suzi Carina Chaves	
Leandro Alencastro Santos (orientador)	

Espelho, espelho meu... A força do narcisismo na pele da madrasta da fábula Branca de Neve	218
Amarante Gonçalves Gross Júnior Beatriz Kauri dos Reis (orientadora)	
Esporotricose	220
Ana Angela Dias Castro Léticia Azevedo dos Reis Vitor Costa de Oliveira Nina Rosa Rezende Lenzi (orientadora)	
Estatuto Penitenciário Nacional: privilégio ou dignidade no cumprimento da pena?	222
Dario Dany Ruidiaz Barboza Elton Almeida dos Santos Andrea da Silva Smolarek Simone Grassi Quesia Barrufi Melo da Luz Caroline Bender D'Ávila (orientadora)	
Execução de Alimentos: prisão civil dos avós no inadimplemento da obrigação de alimentar	224
Douglas dos Santos Graciano Luciana Wiedemann Thauana Bueno da Cruz Cristiano da Silva Sielichow (orientador)	
Falsas memórias e o depoimento de crianças: a visão jurisprudencial do tribunal de justiça do Rio Grande do Sul (2006-2013)	226
Fernanda Gomes de Souza Saulo Bueno Marimon (orientador)	
Flexibilização da soberania estatal - a moderna concepção face aos direitos humanos	228
Suelen Simon da Rosa Renata Alves Francislara Souza Caroline Bender D'Ávila (orientadora)	
Formação das dunas	231
Daniel Rosa da Silva Vera Lucia Caetano (orientadora)	
Fragmentação Curricular x Interdisciplinaridade	233
Giuliana Arboite da Silva Jéssica Ramos de Aguiar Patrícia Pacheco Baum	

Luana Rocha de Lima
Eliane Cristina Araújo Schneider (orientadora)

Gênero na profissão de Enfermagem 235

Bruna Kubiczewski Schmidt
Bruna Tomaz Citadin
Gabriel Silveira Pereira
Karina Pacheco Nuñez
Pâmela França Rodrigues
César Luis Silva dos Santos (orientador)
Gabriel Corteze Netto (orientador)

Gestão democrática na escola pública: realidade ou não? 237

Ana Paula de Castro
Daiane Dadda Monticelli
Jaqueline Dadda Monticelli
Josiane Carlos de Fraga
Josicleide Mazzetti Reis
Eliane Cristina Araújo Schneider (orientadora)

Gripe, resfriado e uso de antibióticos 239

Gabriela Ferri da Silva
Josiane Messagi
Valdirene Collioni da Silveira
Helena Meinhardt (orientadora)

HPV: uma DST que pode ocasionar câncer. Fique atento! 241

Giane de Araujo Machado
Juliani Silva de Araujo
Morgana Reis de Matos
Taison Willian Barbosa dos Reis
Gabriel Corteze Netto (orientador)

Identidade infantil e as práticas educacionais 243

Carolina Serra Ramos
Eliane Cristina Araújo Schneider (orientadora)
Liége Deolinda Westerman (orientadora)

Imagem corporal: como nos vemos diante do espelho? 245

Cristiane da Costa Santos
Débora Koller David do Sacramento
Shaiane Dias Ferri
Suellen Ferreira Luz
Beatriz Kauri dos Reis (orientadora)

Importância do exame citológico no diagnóstico precoce do carcinoma oral: uma revisão bibliográfica 247

Fernanda Huf

Gabriel Corteze Netto
Marco Antonio Zonta (orientador)

Imprensa e fotografia na pesquisa historiográfica: uma abordagem da História da Educação 249

Leonardo Fernandes Coelho
Diana Patrícia Mauer
Nínive da Silva Girardi
Talita Rangel Ingrassia
Maria Augusta Martiarena de Oliveira
Elisa Daminelli (orientadora)

Inclusão escolar: um estudo sobre práticas pedagógicas para alunos autistas em turmas regulares de uma escola do Litoral Norte do Rio Grande do Sul 251

Andriza Cunha de Jesus
Edison Luiz Saturnino (orientador)

Índice de Massa corporal de adultos de uma instituição de ensino superior privada de Osório/RS 254

Ana Claudia Rodrigues do Nascimento
Daiana Nunes
Izabete de Oliveira Ramos
Juliana de Santis Rossi
Maiara Joseane da Silva
Karine Rabaioli (orientadora)
Flavia da Costa Carneiro Ohlweiler (orientadora)

Indústria calçadista: sobrecarga, saúde e motivação do trabalhador 256

Álvaro Camargo Sant'ana
Juliane Dias de Oliveira
Max Luan Ferreira Debastiani
Rafael dos Cardoso
Tatiana Guimarães Jacques (orientadora)

Iniciação científica e segurança alimentar na escola: produzindo material de apoio para os professores do Ensino Fundamental, anos iniciais 258

Victória Dadda Rolim
Igor Velho de Souza (orientador)

Iniciação esportiva precoce 260

Mateus Pelisser
Maurício Arsevento Coitinho
Alessandra Marques Cecconello (orientadora)

Investigando as metodologias de trabalho em sala de aula 262

Gisele dos Santos Borges
Gislaine da Silva Kjellin
Marilene Ligabue da Silva
Nara Regina da Rocha Bichinho
Rita de Cássia de Souza Coutinho
Eliane Cristina Araújo Schneider (orientadora)

Leasing ou arrendamento mercantil: qual é a melhor opção na hipótese de contratação? 264

Bruna Pacheco
Fernanda Filho Rigotti
Gabriela Santana Saltiel
Iris Clarice Soares Hoher
Marinara Mattos Favin
Patricia Quartieiro (orientadora)

Levantamento faunístico preliminar de invertebrados em um tributário do Rio Maquiné e mata associada, pertencente ao bioma Mata Atlântica 266

Jonatas Felipe Inchinco Desidério
Patricia de Oliveira Boeira
Thais Castro de Souza (orientadora)

Liberdade de imprensa: um dever de informar 268

Gabriela Kuwer Fernandes
Henrique Argente Rebés
Róbinson Nunes Palomínio
Róbinson Orlando Freitas Palomínio
Talita Ramos da Silva
Carlota Bertoli Nascimento (orientadora)
Saulo Bueno Marimon (orientador)

Licenciamento Ambiental Simplificado como Instrumento para o Desenvolvimento Sustentável 270

Marcelo Terra Reis
Renato Rodrigues Freitas Júnior
Silvia Cappelli (orientadora)

Liderança em enfermagem: análise do perfil dos enfermeiros da atenção básica e rede hospitalar em Osório-RS 272

Bruno Konig
Camila Mansan
Mariza Kingeski
Marlon Telles
Cesar Luis Silva dos Santos (orientador)
Gabriel Corteze Netto (orientador)

Lúpus Eritematoso Sistêmico: conceitos e cuidados de enfermagem	274
.....	
Bruna Isoppo da Silva	
Elisandra Brulinger Valim	
César Luis Silva dos Santos (orientador)	
Gabriel Corteze Netto (orientador)	
Magia das Histórias na Mala Encantada!	276
.....	
Bruna Martins da Silva	
Anilda Machado de Souza (orientadora)	
Manutenção predial: é possível atender às normas de segurança	278
.....	
Mônica Soares dos Santos	
Carla Maroni da Silva	
Gislaine da Silva Balardin	
Viviane da Silva Stadulne	
Ludinara do Nascimento Scheffel (orientadora)	
Marco Civil: causas e efeitos	280
.....	
Fernanda de Oliveira Koller	
Yuri Feijó Borba	
Cristiano Sielichow (orientador)	
Medidas correccionais: reclamação e correção parcial	282
.....	
Bruna Caldieraro de Souza	
Nilda Rodrigues de Fraga	
Niucha Gutierrez	
Robson Jaskulski	
Silvana kosczepe	
Mariani Fábio (orientadora)	
Monitoramento Eletrônico Prisional e Regime Prisional Semiaberto: estudo de caso do Instituto Penal de Novo Hamburgo (2013/2014)	285
.....	
Alexsandro Mello da Silva	
Antonio Ricardo da Silva Magano	
Iedo Nicolau Dalmina Netto	
Ilonia Marcia Mensch	
Rudcrei da Costa Machado	
Saulo Bueno Marimon (orientador)	
Mononucleose Infecciosa: a doença do beijo	287
.....	
Andressa Kingeski Couto	
Juliano Silveira	
Gabriel Corteze Netto (orientador)	
Moral e Ética	289
.....	
Andressa D'Agostini	

Laiana Mariano Ritter
Lucas Barcelos Scheffer
Zuleika Leonora Schmidt Costa (orientadora)

Morte encefálica e a doação de órgãos: aspectos científicos e legais... 291

Bianca Cardoso Robaski
Fernanda Lillian da Rosa Gonçalves
Jessica Silva Assis
Maira Detânico Ribeiro
Willian Gomes da Silva
Helena Meinhardt (orientadora)
Luciane Soares da Silva (orientadora)

Motivação de adolescentes (13-18 anos) à prática de atividades físicas e esportivas: uma revisão 293

Bruno Colombo Müller
Alessandra Marques Ceconello (orientadora)
Ricardo Pedrozo Saldanha (orientador)

Multiparentalidade 296

Ana Claudia Marques
Helena Dos Santos Von Wurmb
Isadora Foss Moraes
Valeska Braga Silvano
Jarbas Freitas (orientador)

Normas Jurídicas: sanção, coação e coerção 298

Newerton Alencastro
Tatiane Stenge da Rosa
Andréia Lorena Ferraz (orientadora)

Notas sobre o Estádio do espelho de Lacan no desenvolvimento infantil 300

Cassiana Panne Goularte
Cintia Oliveira dos Santos
Daiane Lautert de Mattos
Jéssica Coelho dos Reis
Paula de Souza Gomes
Beatriz Kauri dos Reis (orientadora)

Novo código florestal brasileiro e as limitações ao direito de propriedade: reserva legal florestal e propriedade rural 302

Veronica Soares Lessa
Luciano Reuter (orientador)

O acesso do advogado aos autos do inquérito: o problema do sigilo interno do inquérito policial 304

Fernanda Anderson Quintanilha

Manuela Cardoso dos Santos
Saulo Bueno Marimon (orientador)

O bebê e o Estádio do espelho 306

Maria Eunice Pereira
Suzi Carina Chaves
Helena Beatriz Bier (orientadora)

O caso de Beth Thomas 308

Graziele Guatimusim da Silva
Charles Francisco Ferreira (orientador)

O desenvolvimento agrícola no município de Caraá: uma abordagem histórica 310

Marco Antônio dos Santos Silva
Edson Luís Saturnino (orientador)

O estudo da Saúde e Segurança do Trabalho em uma empresa do comércio varejista 312

Jéssica Peterson Bopsin
Jorge Vilson Pereira Coelho Brandalize
Rita de Cássia de Brito Medeiros
Ludinará do Nascimento Scheffel (orientadora)

O impacto do uso indiscriminado de antibióticos no contexto da saúde pública 314

Aline Monteiro da Silveira
Ana Paula Silva Gregis
Andréia Silva Gregis
Taciane Francieli da Silva Dias
Helena Meinhardt (orientadora)

O lado relevante do transtorno bipolar 316

Jordana Scheffer Rolim
Pâmela da Costa Silva
Vitória Vieira Rocha
Charles Francisco Ferreira (orientador)

O papel da ergonomia para a saúde do trabalhador: estudo de caso prático 318

Telma Marques de Lima
Cristian San Martin dos Santos
Mateus Francisco Staudt
Matheus Gubert Santana
Gabriele Wanzeniaki
Alcione Eich Almeida (orientadora)
Jeferson Nobre (orientador)

O papel do enfermeiro educador em relação ao uso de equipamentos de proteção individual 321

Ana Carolina Martins
Angela Valentim Claro
Renata Kingeski
Ana Cristina Wesner Viana (orientadora)

O papel do fisioterapeuta enquanto profissional da saúde 323

Alessandra Fernandes Soares
Amanda Thaís de Oliveira
Bianca Beatriz Wust
Angelita Rocha de Oliveira Ferreira (orientadora)

O prejuízo no desenvolvimento da criança a partir da aprendizagem do controle esfíncteriano: a criança com Encoprese ou Enurese 325

Carla da Silva Moraes
Jociane André de Borba
Maria Rafaela Torres
Solange de Oliveira Kappel
Zuleika Leonora Schmidt Costa (orientadora)

O princípio constitucional da Presunção de Inocência e a Lei da Ficha Limpa 328

Eder de Brito Lopes
Gabriela Antiqueira da Silva
Jeson Ricardo da Silva Brito
Raquel Terra Teixeira
Renan Quarti
Caroline D'Ávila (orientadora)

O princípio da publicidade no âmbito da administração pública 330

Kananda Batista Lopes
Laura de Oliveira Nunes
Karine Silva Demoliner (orientadora)

O princípio educativo do trabalho na Penitenciária Modulada Estadual de Osório 332

Ezequiel da Rosa Moura
Josiel da Rosa Moura
Leandro Forell (orientador)

O que aprendemos com as crianças que tem dificuldades de aprendizagem 334

Bruna Nostrani
Josete Soledade da Silva
Lidiane Alves
Helena Beatriz Bier (orientadora)

O reino de Aline: a relação do pai com o filho morto e a dificuldade da função paterna com o filho vivo 336

Alex Sandro Berzagui da Silva
Jenifer Nunes Simões
Jessica Segabinazzi Ramos
Helena Beatriz Bier (orientadora)

O silêncio uma pluralidade discursiva 338

Nicole de Cássia Mesquita Teixeira
Patricia Alves Ferreira
Cristina Maria de Oliveira (orientadora)

O tribunal do júri e a constituição federal de 1988: uma investigação sobre os princípios contidos nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do inciso XXXVIII do artigo 5º 340

Filipe Wiceskoski dos Santos
Claudio Roberto de Mello
Isaque Josias Bernardino
Lucas Dadda de Lemos
Dieison Roberto Reêdel Alves
Fábio Luís Mariani de Souza (orientador)

O zoneamento ecológico-econômico e o desenvolvimento econômico, ambiental e social do município de Osório 342

Daiane de Fátima Machado Colares
Daiomar Antônio Barbosa machado
William Delmar Silva
Yan Felipe
Caroline Dimuro Bender D'avila (orientadora)

ONU e as mulheres: eliminar a violência contra mulheres e meninas.... 344

Maria Cristine Antunes Prestes
Ellen Geisse Rickes Martins
Caroline Dimuro Bender D'Avila (orientadora)

Orientação aos profissionais da saúde sobre a Hepatite B 346

Gabriele Behrens da Silva
Tuani de Almeida Ramos
César Luis Silva dos Santos (orientador)
Gabriel Corteze Netto (orientador)

Os arbítrios do poder executivo na experiência constitucional brasileira 348

Rafael Alves Devos
Caroline Dimuro Bender D'Ávila (orientadora)

Os critérios para fixação da pensão alimentícia prestada pelo alimentante empresário 350

Camila Freitas Reis
Marcelo Terra Reis (orientador)

Os fármacos glicocorticóides e a sua utilização na reabilitação fisioterapêutica 352

Ana Carolina Fernandes
Claudia Souza da Silva
Gabriel Corteze Netto (orientador)

Os gastos públicos da Copa do Mundo FIFA 2014 e o direito administrativo-análise acerca dos institutos de licitações públicas constantes na lei 8.666/93 e no Regime Diferenciado de Contratações – RDC 354

Lucas Chollet Pinto
Karine Demoliner (orientadora)

Os princípios éticos concernentes à publicidade dos advogados e/ou escritórios de advocacia regularmente inscritos nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil 356

Larson Gabriel Lubini Berner
Jordana Gomes da Silveira
Edison Luiz Saturnino (orientador)

Outubro Rosa: uma experiência para vida 358

Adriana Carvalho Ferreira
Angélica Rech Pessi
Daniele Cechin da Silva
Pedro Luis da Silva
Rita de Cassia Ramos
Joana Cíntria Pinto Leal (orientadora)

Paradoxo do aniversário: uma explicação através da Teoria Probabilística e da combinatória de contagem 360

Cainan Paulino Alves
Monaliza Strassburg
Natasha Roberta Aguiar Lopes
Tatiane Leites da Rocha
Rossano Evaldt Steinmetz Ribeiro (orientador)

Perfil dos alunos discentes da FACOS 362

Ana Paula Nunes Moro
Kananda Monteiro
Silvana Vallardi
Cesar Luis Silva dos Santos (orientador)
Gabriel Netto Corteze (orientador)

Perigos da automedicação: cefaleia e analgésicos	364
Manuella Villarruel de Quadros	
Mirella Villarruel de Quadros	
Helana Meinhardt (orientador)	
Perversão ou aberração?	366
Beatriz Cíclia Decarli	
Gisele Bauer	
Luciana e Silva Furtado	
Maria Helena Silva	
Beatriz Kauri dos Reis (orientadora)	
Planejamento rural na cultura de arroz	368
Eder Assis da Silveira	
Monalise Witte dos Santos	
Graziela J. S. Santos da Silva	
Geronimo Grandó (orientador)	
Plano de preparação e resposta a emergências: uma proposta de atuação preventiva e de contingência em caso de eventos indesejados	370
Gutiery Castilhos de Oliveira Mesquita	
Alexandre dos Santos Machado	
Vicente Colombo Junior	
Joyce Mara Serafim Kollet (orientadora)	
Plantas Fitorremediadoras	372
Dalvana Vargas da Costa	
Vera Lucia Caetano (orientadora)	
Policia! estressado, perigo dobrado	374
Evanice Terezinha Nunes	
Mara Regina Christmann	
Tatiana Guimarães Jacques (orientadora)	
Políticas de preservação do patrimônio histórico e cultural no município de Santo Antônio da Patrulha/RS	376
Deise Gimenes Reis	
Nelize Bopsin	
Patricia da Rosa	
Edison Luiz Saturnino (orientador)	
Poluição na Lagoa dos Barros	379
Maciel Gomes Augustinho	
Crystian Mattos	
Douglas Silva	
Wilian Mayer	
Lhana Cardoso	
Fernanda Mallmann (orientadora)	

Portfólios artísticos: uma experiência do curso de pós-graduação em Pedagogia da Arte	381
Graziele Vellar Marchese	
Hilda Marcela Garcia	
Janete Almeida Picolle	
Maria Alice Amaral dos Santos	
Valquiria Colombo Bombardi dos Santos	
Leonice da Silva Cardoso Jacoby (orientadora)	
Preto no branco: o racismo e a injúria racial no Brasil	383
Andreia da Silveira Prux	
Karine Santos de Jesus	
Mariana Oliveira dos Santos	
Suelen de Bitencourt Bandas	
Saulo Bueno Marimon (orientador)	
Problemática do processo de instalação da estação de tratamento de esgoto (ETE) na Lagoa dos Barros/RS	385
Analice Costa dos Santos	
Andressa Beschorner Gonsalves	
Raira Taiane da Silva	
Fernanda Mallmann (orientadora)	
Projeto calçada legal de Osório - uma cidade para todos	387
Gabriela Machado Pereira	
Germano Silveira Carniel	
Michele Ferri Dias	
Marcelo Terra Reis (orientador)	
Projeto prancha ecológica do Polivalente	389
Jonatas Fernando da Silva Dias	
Marcio Fenili Antunes (orientador)	
Projeto-Político-Pedagógico (PPP): a função da Supervisão na implementação desta ferramenta	392
Maria Cristina Camargo	
Lilian Zieger (orientadora)	
Prospectando mudanças sobre currículo, planejamento e avaliação no espaço das reuniões pedagógicas	394
Aline de P. Neves Malta	
Daiane Silva	
Diego Mendes	
Mariane dos Santos	
Eliane Cristina Araújo Schneider (orientadora)	

Pulsão de morte e violência: uma discussão teórica ilustrada por um personagem de quadrinhos	396
Adriano da Silva Andrade Helena Beatriz Bier (orientadora)	
Quando a vida começa diferente	398
Aline Meggiolaro Cátula Pelisoli (orientadora)	
Quantificando o “socialmente”	400
Jacson da Rosa Santos Marcia Helena Silva Cortinaz Angela Kunzler Moreira (orientadora) Charles Francisco Ferreira (orientador)	
R3D3S SOC1415: nossa língua mal dita?	402
Augusto Cesar Rabello Helena Ribeiro Mesquita Patricia da Silva Flôr Andrio dos Santos Pinto (orientador) Sérgio Ferreira (orientador)	
Reconhecimento da união homoafetiva e sua constitucionalidade	404
Charles Nunes de Lima Laone Júnior Rech Caroline Dimuro Bender D'Avila (orientadora)	
Recurso especial e recurso extraordinário no processo penal	406
Angela Rebes Diego Capra Mateus Silveira Vanessa Souza de Araujo Fábio Mariani (orientador)	
Recursos em espécie: carta testemunhável, embargos infringentes e de nulidade e agravo de instrumento, regimental e de execução	408
Douglas Nunes Juliano Silva de Lima Julio Soares Priscila Defendi Casane Fábio Mariani (orientador)	
Recursos em espécie: em Sentido Estrito, Apelação e Embargos de Declaração	410
Giovani Lima de Souza Jussinara de Souza Lima Maria Gorete Ferreira de Oliveira Nityanne Vieira Soares	

Pedro Renato Peres Maciel
Fábio Luís Mariani de Souza (orientador)

Regularização fundiária do bairro Agual 412

Fernanda Panitz Ramalho
Francielle Monteiro Bettioli
Leandro dos Santos Espindula
Letícia Rambor Comparsi
Ritiela da Silva Agliardi
Patrícia Portella Quartiero (orientadora)

Relação cintura-quadril de adultos de uma instituição de ensino superior privada de Osório/RS 414

Adriana Fantinel
Diulia de Souza Moura
Josiane Silveira Colombo
Natiéli Bueno Quintanilha Fél
Rosangela F. Bueno
Karine Rabaioli (orientadora)
Flavia da Costa Carneiro Ohlweiler (orientadora)

Relação dor X sedentarismo dos colaboradores de uma instituição de Ensino Superior 416

Jéssica Nunes Silveira
Kyara Cristina Wolf
Lucas Souza Santos
Rogerio do Amaral Borba
Fabio da Silva Cunha (orientador)

Relativização de papéis no direito de família: pai, paternidade; genitor; mãe, maternidade, genitora; filho e filiação 418

Maristela Barcelos Castro
Patricia Portella Quartiero (orientadora)

Relatório de campo - Parque Estadual de Itapeva 420

Ananda Baptista Furtado
Eduardo Pola
Guilherme Azambuja Neto
Joicimara Schmitt da Rocha
Thais Castro de Souza (orientadora)

Remissão de dívidas 423

Joiziane Machado Soares
Kamilla Ritter
Matheus Miranda Schneider
Ed Moraes (orientador)

Representatividade política e cidadania	425
Jéssica Vargas Bonilla	
José Roberto Prestes Madruga	
Mario Renato Alves Pinheiro	
Melissa Negruni da Silva	
Everton Ricardo Bootz (orientador)	
Responsabilidade civil dos profissionais da saúde	427
Caroline Souza Pereira	
Marcelo Terra Reis (orientador)	
Responsabilidade do estado decorrente de omissão legislativa que inviabiliza os exercícios de direitos e liberdades constitucionais	429
Sara Lumertz Nunes	
Maria Cristina de Faria Brasil (orientadora)	
Reutilização e inclusão social: confecção de uma prancha de Stand Up Paddle com material reciclável adaptada a pessoas com deficiência	431
Anderson Valter Godinho	
Tainara Oliveira Azambuja	
Fábio da Silva Cunha (orientador)	
Revisão crítica da utilização clínica dos fármacos antitireoidianos na enfermagem	433
Amanda Daitx Justo	
Marilei de Fátima Ribeiro de Mello	
Sandra Maria Calabresi Ribeiro	
César Luis Silva Santos (orientador)	
Gabriel Corteze Netto (orientador)	
Rubéola: doença infecciosa aguda benigna	435
Juliano de Jesus Silveira	
Pamella Carvalho de Farias Moraes	
Patricia Moraes Dornelles	
Gabriel Corteze Netto (orientador)	
Rubéola e a importância da assistência de enfermagem	437
Rosy Cristiane Cardoso	
Gizelle de Souza Arboite	
Gabriel Corteze Netto (orientador)	
Saberes que brotam da terra: um estudo de caso no assentamento Filhos de Sepé, no município de Viamão/RS	439
Josiel da Rosa Moura	
Leandro Forell	
Sita Mara Sant'Ana (orientadora)	

Saúde Mental e Reforma Psiquiátrica - Documentário “Dos loucos das Rosas”	442
Felipe Balardin	
Mariana Schveeidt Velho	
Cristina Maria de Oliveira (orientadora)	
Ser professor: pesquisa de opinião no ensino fundamental e médio....	444
Janaira Andrade Reis	
Daiani Souza dos Santos	
Juliana Guimarães Dariva	
Adriana Soares (orientadora)	
Sorologia para toxoplasmose em gestantes e recém-nascidos em Santo Antônio da Patrulha/RS	446
Luciano Consul da Rocha	
Márcia de Vargas Kober (orientadora)	
Testamento vital: declaração prévia de vontade de pacientes terminais á luz da autonomia da vontade e sua aplicabilidade no sistema jurídico brasileiro	448
Ana Paula Souza de Albuquerque	
Patrícia Outeiral de Oliveira Sampaio (orientadora)	
Toxicidade dos agrotóxicos utilizados na cidade de Palmeira das Missões/RS	450
Francine Luciano Rahmeier	
Rafael Linden (orientador)	
Toxoplasmose	452
Thaíse Moraes Dutra	
Rafael Ortiz da Silva	
Leonardo Severo	
Lisiane Smiderle (orientadora)	
Tuberculose: patologia que merece atenção	454
Indianara Pereira Toledo	
Tanize Pereira Dias	
Gabriel Corteze Netto (orientador)	
Nina Paula Magagnin Pereira (orientadora)	
Um exame essencial o pré-natal	456
Élida Lima da Silveira	
Thaíse Moraes Dutra	
Cristina Wesner (orientadora)	
Uso de bens apreendidos para repressão ao tráfico ilícito de drogas....	458
Camila da Silva Silveira	

Felipe de Souza
Ivan Antonio Wilborn
Thuany dos Santos Nunes
Saulo Bueno Marimon (orientador)
Vinicius Gil Braga (orientador)

Vitamina A: complemento necessário para o crescimento e para o desenvolvimento do ser humano 460

Caroline Cardoso Florêncio
Douglas Bueno
Fabielle da Silva Pereira
Tâmara Rodrigues
Gabriel Corteze Netto (orientador)

Viver, conviver, cuidar: uma análise das narrativas de cuidadores de idosos em uma instituição de longa permanência no Litoral Norte do Rio Grande do Sul 462

Paula Justo Rocha
Edison Luíz Saturnino (orientador)

Xenotransplantes e dignidade animal no direito penal 464

Maiara Bertolli
Jordana Groth Mingurre
Janaina Serpa Groth
Cristina Maria de Oliveira (orientadoar)

Zetética e Dogmática - A importância dessas vertentes para o Direito 466

Tanira Carvalho Helwig da Costa
Cristiano Sielichow (orientador)

50 anos pós-ditadura: narrativas de pessoas comuns que vivenciaram esse período

Esther Beatriz Christmann Lopes¹
Edison Luiz Saturnino²

O objetivo deste trabalho é analisar relatos feitos por cidadãos da cidade de Osório, RS, acerca de suas experiências durante o período ditatorial ocorrido no país. Há cinquenta anos teve início a ditadura militar, algo que certamente marcou a vida de todos que vivenciaram e que viriam a vivenciar os resquícios deixados pelo período. Os debates acerca da ditadura são extremamente amplos, mostrando tanto o lado sociológico, econômico, histórico, político e cultural daquela época. Entretanto, pouco se trata das narrativas das pessoas comuns, que não tiveram envolvimento direto com os militares nem com os militantes. Daí a importância desses relatos que servem para tentar trazer luz a mais um prisma dessa época, que é de grande relevância para o país. Mesmo com a existência da Comissão da Verdade, a busca por esclarecimentos adequados ainda não chegou ao seu ápice, sendo muitas vezes sufocados por arquivos corrompidos, informações distorcidas, deixando assim muitas dúvidas sobre as práticas autoritárias da ditadura. A herança deixada pela época militar no país é vasta, sendo o período ditatorial um tema que todos os cidadãos brasileiros conhecem, ou deveriam conhecer devido ao perigo da retomada do autoritarismo no país. Muitos acontecimentos do período continuam obscuros, pois muito dos relatos que temos da época são de pessoas famosas ou diretamente envolvidas com as manifestações, ou do lado militar, ou do lado dos militantes. Porém os relatos dos cidadãos comuns que vivenciaram o período, são menos buscados, sendo essa a motivação para execução desse projeto, que pretende trazer um pouco mais de visibilidade à história desse período tão escuro do nosso país, utilizando relatos de pessoas comuns que vivenciaram o contexto. Um período com cerca de vinte anos, de abusos e torturas no qual 6016 pessoas foram torturadas, entre 1964 e 1985. Além disso, 210 pessoas foram mortas e 146 entraram para o rol de “desaparecidas”. Segundo dados do “Projeto Brasil: Nunca Mais”. Foi um tempo de rigidez e arbitrariedades onde nem todos os envolvidos eram completamente bons nem

¹ Acadêmica do curso de bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

² Professor orientador.

completamente maus, todos lutavam por um bem “maior”, seja os militantes que protestavam, sequestravam e saqueavam, seja os militares que muitas vezes se viam obrigados a cumprir ordens. É possível falar em banalidade do mal, teoria trazida pela filósofa Hannah Arendt, que se refere ao fato que nem todos aqueles que praticavam alguma atitude má eram realmente maus, cruéis, pois, muitos eram apenas engrenagens no sistema, tendo que escolher entre a própria vida ou a alheia, não fazendo as coisas por prazer. Parte-se do pressuposto que nem tudo é preto e branco e que não existe uma verdade absoluta sobre a ditadura militar, o que amplia a importância deste projeto, que objetiva trazer à tona as recordações, as memórias, os momentos passados de pessoas comuns que tendem a fornecer uma perspectiva inovadora sobre o período militar e as práticas autoritárias que naquele tempo se efetivaram.

Referências

ARENDDT, Hannah. Eichmann em Jerusalém. São Paulo: Cia das Letras; 1999.

VARGAS, Índio. Guerra é guerra, dizia o torturador. Porto Alegre: Tchê Comunicações, 1985.

A afetividade e suas implicações na formação do sujeito

Adriana Bopsin Dias¹
Cristiane Lauriente da Silva¹
Alessandra Marques Ceconello²

Este trabalho tem como objetivo problematizar a relação entre a afetividade do professor e a aprendizagem do aluno, discutindo como a afetividade pode contribuir para o desenvolvimento integral dos educandos. Trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica, na qual foram analisados alguns artigos científicos que discorreram sobre este tema. Souza (2011) realizou um estudo sobre as relações entre afetividade e inteligência no desenvolvimento psicológico, para tal, abordou o tema a partir das ideias de Piaget, Wallon, Vygotsky e Freud. Segundo ele, esses autores veem a afetividade como um dos precursores do desenvolvimento psicológico. Apresentam diferentes tipos de relações entre afetividade e inteligência, como de alternância (Wallon), complementaridade (Vygotsky), correspondência (Piaget), e aspectos pulsionais (Freud); no entanto, todos os quatro afirmam a relevância da afetividade para o desenvolvimento psicológico. Veras e Ferreira (2010), através de uma pesquisa qualitativa feita com professores e alunos, concluíram que uma relação positiva de afetividade entre professor e aluno traz uma experiência favorável para a aprendizagem. Mendes e Larocca (2013), também sobre uma abordagem qualitativa realizada somente com alunos de curso superior, entenderam que a afetividade tem grande importância na relação professor e aluno, porém, limitada para a motivação, socialização e comportamento das crianças. Contudo, estes autores acreditam que os dados levantados não são suficientes para compreender o grau de contribuição da afetividade na constituição da pessoa. Leite (2012) analisa o papel da afetividade nas práticas pedagógicas desenvolvidas por professores em sala de aula, através da identificação e análise de algumas decisões pedagógicas planejadas e desenvolvidas por professores e seus impactos afetivos nas relações entre o aluno e os conteúdos escolares. Este autor concluiu que a afetividade está presente em todas as decisões tomadas em sala de aula, e que estas promovem impactos positivos ou negativos na subjetividade dos

¹ Acadêmicas do curso de licenciatura em Educação Física – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

alunos, considerando, assim, a afetividade como fundante nas relações pedagógicas. A partir destas informações, pode-se dizer que a afetividade, por estar presente nas práticas pedagógicas, tem grande relevância na formação do sujeito, e, estabelecer uma relação afetiva positiva pode contribuir para o seu desenvolvimento integral. Entretanto, é preciso entender que seu papel é apenas de contribuição, pois muitos outros aspectos são necessários para o desenvolvimento integral do aluno. Assim, Leite (2012) defende que as condições de ensino devem ser planejadas considerando os impactos afetivos que podem ser produzidos nos alunos. Para ele, o sucesso na apropriação do conhecimento está vinculado ao comprometimento do coletivo de professores em desenvolver um projeto pedagógico e criar o ambiente propício ao processo de aprendizagem do aluno.

Referências

LEITE, Sérgio A. da S. Afetividade nas práticas pedagógicas. Temas em Psicologia, Campinas SP, v.20, nº 2, p. 355-368, ISSN 1413-389X, 2012.

MENDES, Thamires C; LARocca, Priscila. Formação docente e afetividade: concepções sobre o papel da afetividade no desenvolvimento infantil. UEPG, Ponta Grossa, v.21, nº2, p.157-168, jul./dez. 2013.

SOUZA, Maria T. C. C. de. As relações entre afetividade e inteligência no desenvolvimento psicológico. Psicologia: teoria e pesquisa, São Paulo, v.27, nº 2, p.249-254, Abr/jun. 2011.

VERAS, Renata da S; FERREIRA, Sandra P. A. A afetividade na relação professor-aluno e suas implicações na aprendizagem, em contexto universitário. Educar em revista, Curitiba, nº 38, p. 219-235, set/dez. 2010.

A atuação da psicologia no contexto militar

Maira Anaja Souza da Silveira¹
Cátula Pelisoli²

O objetivo desse trabalho foi conhecer a atuação do Psicólogo no contexto Militar. A Brigada Militar é uma Instituição que pertence ao Estado e que tem como principal função o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública, apresentando um regime de hierarquia e disciplina. Para esse estudo, foram realizadas algumas visitas e uma entrevista em um Posto da Brigada Militar no interior do estado do Rio Grande do Sul. A Psicologia Militar surge com a finalidade de auxiliar e compreender as dinâmicas que regem o cotidiano dessas profissões que sofrem risco de vida e que, ao mesmo tempo, são vitais para o funcionamento da sociedade. Atualmente, esse tema sobre a inserção da Psicologia na área Militar, vem ocupando um lugar de destaque entre os policiais, devido à cobrança institucional, ao alto risco ocupacional e também à disciplina rígida que os mesmos são impostos. O policial militar é uma profissão de fundamental importância para a sociedade, possuindo caráter preventivo-repressivo contra a desordem pública, crimes contra a vida, crimes ambientais, entre outros. Porém, com o crescimento da violência, principalmente nas grandes cidades, houve um aumento da carga horária de trabalho e em situação de risco e submetido às implicações do regulamento militar, tem sua atuação profissional em condições físicas e psicológicas inadequadas. Um transtorno que vem preocupando os profissionais dessas áreas é a Síndrome de Burnout, que gera um estado de tensão emocional e estresse crônicos provocados por condições de trabalho físicas, emocionais e psicológicas desgastantes. A síndrome se manifesta, especialmente, em pessoas cuja profissão exige envolvimento interpessoal direto e intenso, apresentando como sintomas a sensação de esgotamento físico e emocional que se reflete em atitudes negativas como ausências no trabalho, agressividade, isolamento, mudanças bruscas de humor, irritabilidade, dificuldade de concentração, lapsos de memória, ansiedade, depressão, pessimismo, baixa autoestima. Dor de cabeça, enxaqueca, cansaço, sudorese, palpitação, pressão alta, dores

¹ Acadêmica do curso de bacharelado em Psicologia – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

musculares, insônia, crises de asma, distúrbios gastrintestinais são manifestações físicas que também podem estar associadas à síndrome. Com a realização deste trabalho, podemos perceber a importância da atuação do profissional de Psicologia nos diversos cenários da organização social, contextualizando nesta ocasião, a Psicologia Militar, pois devido à peculiaridade dessa profissão, a qual possui uma série de características evidentemente perigosas, o policial muitas vezes necessita de um apoio psicológico. Esta experiência acrescentou conhecimentos sobre a área da Psicologia tão pouco discutida ainda na nossa sociedade.

Referências

OLIVEIRA, Paloma Lago Marques de. BARDAGI, Marúcia Patta. Estresse e comprometimento com a carreira em policiais militares. Santa Maria: FISMA; 2009. Disponível em: . Acesso em: 15 abr. 2014.

A atuação estratégica dos profissionais da contabilidade para divulgação e aumento da responsabilidade social em relação aos Incentivos Fiscais: Fundo da Criança e do Adolescente e Fundo do Idoso

Lisiane Dias Medeiros¹
Cristiano Goergen Pörtner²

Considerando a miríade de problemas sociais no Brasil, é importante registrar que o conceito de responsabilidade social e sua operacionalidade tem se expandido em grande parte graças à ampliação das possibilidades de investimento. Grande parte dessa expansão se deve aos incentivos fiscais e ao estímulo que eles proporcionam no desenvolvimento social. A identificação e divulgação, por exemplo, de como e quais contribuintes estão aptos a fazer doações e quais os benefícios decorrentes como ocorre no município de Porto Alegre, leva à pergunta do porquê da não ocorrência em outros municípios. Se há um caso concreto de boa gerência da destinação dos benefícios e efetivação dos incentivos, porque os municípios do litoral norte, por exemplo, não fazem o mesmo? Acredita-se que isso é plenamente viável, embora a condição pareça ser a ativa participação dos profissionais da área contábil de nossa região, entre outras hipóteses. O objetivo desta investigação foi, portanto, investigar o uso atual dos incentivos fiscais e dos benefícios para as pessoas físicas e jurídicas que realizam investimentos sociais através do Fundo da Criança e do Adolescente e Fundo do Idoso, destacar a posição do Litoral Norte no ranking das cidades habilitadas para receber os recursos oriundos do Imposto de Renda e o papel do profissional da contabilidade neste processo. Pensa-se que a divulgação mais ampla e a elucidação dos processos que compõem a utilização destes benefícios é uma dimensão importante da responsabilidade social de organizações envolvidas com contabilidade e tributos, bem como o próprio profissional de contabilidade. Percebeu-se, por exemplo, durante o levantamento de informações, que discussão técnica e acadêmica publicada acerca dos Incentivos Fiscais era bastante restrita e longe do alcance dos principais interessados. Nesse sentido, esta investigação se propôs a não apenas a mapear e discutir a utilização

¹ Acadêmica do curso de pós-graduação em Contabilidade, controladoria e finanças.

² Professor orientador.

regional destes incentivos e benefícios (tanto para as empresas doadoras como aos beneficiários finais), mas atuar na sua divulgação. A metodologia utilizada foi a de levantamento de dados, combinada com análises da legislação pertinente e de publicações científicas recentes sobre o tema.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2010.

_____. Lei nº 8.069/90. Disponível em:

_____. Lei 12.594/2012. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm.

Acesso em: 9 jan. 2014.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. Manual de incentivos fiscais para investimentos sociais, culturais, desportivos e na saúde. 6 ed. Porto Alegre, 2013.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Disponível em:

<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/91764/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-lei-8069-90>. Acesso em: 7 jul. 2013.

FACHIN, O. Fundamentos de metodologia. 4ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

MELO NETO, Francisco P. Responsabilidade Social e Cidadania Empresarial: a administração do terceiro setor. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

PONCHIROLLI, Osmar. Ética e responsabilidade social empresarial. Curitiba: Juruá, 2011. RIR/1999, Art. 247. Disponível em:

<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/rir/l2parte1.htm>. Acesso em: 7 jan. 2014.

_____. Art. 543. Disponível em:

http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/rir/L2Parte_3.htm. Acesso em: 7 jan. 2014.

Prescivalle, Odair. Prattein ? Consultoria em Educação e Desenvolvimento Social. Out. 2011.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL HENRIQUE LUIZ ROESSLER-RS. Litoral Norte. Disponível em:

http://www.fepam.rs.gov.br/programas/gerco_norte.asp. Acesso em: 03 mar.2014.

BRASIL. GOVERNO FEDERAL. Portaria nº 1.234, de 09 de outubro de 2013. Disponível em: www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/fundos/portaria. Acesso em 08.mar.21014. 18 PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Decreto nº 16.713 de 17 de junho de 2010.

Disponível em:

<http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nphbrs?s1=000031142.DOCN.&l=20&u=%2Fnetahtml%2Fsirel%2Fsimples.html&p=1&r=1&f=G&d=atos&SECT1=TEXT>. Acessado em: 20.fev.2014.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 7 jan.2014.

_____. Lei nº 12.101/2009. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/l12101.htm. Acesso em: 7 jan. 2014.

A chegada da educação infantil como 1ª etapa da educação básica

Patrícia Santos Anflor¹
Eduardo Rangel Ingrassia²
Karin Koenig²

A Educação Infantil vem ganhando espaço nas discussões pertinentes a educação e sociedade, circulam em todos os meios sociais questionamentos sobre para o que serve a Educação Infantil, o que ensinar para sujeitos tão pequenos, como efetivar práticas pedagógicas com eles. Podemos pensar em diversas hipóteses ao refletirmos frente aos questionamentos acima, uma vez que essa etapa de ensino, que compõem a Educação Básica, atende sujeitos desde seus primeiros anos de vida até o final da idade pré-escolar. As escolas são lugares de aprendizagem não somente de cuidado, o assistir às crianças e articular práticas pedagógicas que contemplem as múltiplas linguagens e as necessidades particulares e coletivas desses sujeitos são um dos grandes enfoques a ser discutidos, pois o fazer pedagógico muitas vezes está dissociado do cuidado, e vice-versa, precisando ser percebido de forma integrada, que se completa. É necessário trazer ao conhecimento social a importância desta primeira etapa da Educação Básica. As escolas devem ter bem claras e divulgadas suas propostas organizacionais e curriculares considerando um currículo voltado às interações e brincadeiras que estimulam e motivam todos os envolvidos nas atividades de rotina. O educador infantil, por sua vez, precisa estar preparado e entender estas propostas, ter fundamentos teóricos e pedagógicos que orientem e sustentem as ações e práticas pedagógicas com bebês e crianças pequenas, desmistificando que qualquer pessoa possa ser um educador infantil, valorizando assim nesse cenário o fundamental papel que tem a docência. Os desafios dessa etapa fortalecem a necessidade de buscar constantemente novas práticas e momentos de aprendizagem significativa, uma vez que nesse espaço ocorrem os primeiros contatos com as rotinas e atividades do universo escolar, que serão carregados ao longo de toda a vida pelos sujeitos, influenciando na formação pessoal, social e futuramente profissional. Podemos dizer que a

¹ Acadêmica do curso de licenciatura em Pedagogia EAD – FACOS/CNEC.

² Professores orientadora.

Educação Infantil é o alicerce no qual está construída a estrada do aprender e ensinar.

Referências

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Por amor e por força: rotinas na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2006.

MOYLES, Janet. Só Brincar? O Papel do Brincar na Educação. Porto Alegre: Artmed, 2002.

A competência administrativa definida na lei nº 12.846/2013 para análise e imputação da responsabilidade civil objetiva no âmbito do executivo municipal

Ivonete Fernandes Mateus¹
Marcelo Terra Reis²

A Lei 12.846/2013, também conhecida como a Lei Anticorrupção, passou a vigorar em 29 de janeiro de 2014, causando polêmica por diversos aspectos, uma vez que prevê que as pessoas jurídicas respondam civil e administrativamente pelo envolvimento de seus empregados ou representantes em atos de corrupção. E, mesmo havendo outras leis que visam o controle e punição de atos ilícitos relacionados a administração pública, como v.g. a Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações) e a Lei nº 8.429/92 (Lei da Improbidade), este novo instrumento de controle, traz uma novidade especial, a responsabilização objetiva das pessoas jurídicas. Objetivo Geral: O objetivo geral deste projeto é analisar a competência administrativa no âmbito do executivo municipal, para apuração a aplicação da responsabilidade objetiva das pessoas jurídicas definida na Lei nº 12.846/2013. Objetivos Específicos: Os objetivos específicos consistem: a) Identificar a competência administrativa no âmbito do executivo municipal para apuração de fatos ilícitos e aplicação sanções; b) Definir se o executivo municipal é competente para apurar e aplicar a responsabilidade objetiva oriunda na Lei nº 12.846/2013; c) Detectar quais tipos de responsabilização trata a Lei nº 12.846/2013; d) Apurar quais as consequência da aplicação da responsabilização objetiva para as pessoas jurídicas; e) Indicar de que forma o resultado influenciará no processo civil; e) Avaliar de que forma a responsabilização objetiva das pessoas jurídicas poderá auxiliar na efetivação do combate a corrupção no país e se essa ferramenta poderá mudar as relações entre o a esfera privada e o poder público. A responsabilidade objetiva ordenada pela lei trata-se do eixo principal, uma vez que independente de dolo ou culpa, a pessoa jurídica irá responder pela ação ilícita das pessoas físicas com ela envolvidas, não excluindo a responsabilização subjetiva das mesmas, porém tratam-se processos distintos. Dessa forma a aplicação da responsabilização objetiva irá modificar a conduta das pessoas jurídicas e

¹ Acadêmica do curso de bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

² Professor orientador

induzi-las a mudança de comportamento, uma vez que a lei prevê benefícios para aquelas que adotaram medidas de controle e padrões de conduta, não compactuando com atos de corrupção, com isso uma gestão correta e ética, torna-se uma necessidade. Os órgãos públicos, especialmente o executivo municipal, terá competência para a implementação da nova lei, tornando-se uma ferramenta essencial no combate a corrupção ou esbarrará na falta instrumentalização e recursos para a aplicação dos dispositivos na situação prática.

Referências

Justen Filho, Marçal, Curso de Direito Administrativo, 7ª Ed., Editora Fórum, Belo Horizonte, 2011.

A construção do conhecimento dos alunos dos anos iniciais: o que pensam os professores?

Edimara Rodrigues Muniz¹
Juciéli Brehm Kellermann¹
Maria da Graça Pacheco¹
Silene Pisoni¹
Taís Brehm Kellermann¹
Eliane Cristina Araujo Schneider²

Diante de discussões sobre a construção do conhecimento dos alunos de 3º ano do ensino fundamental realizou-se uma pesquisa por meio de entrevistas com oito professores de escolas públicas dos municípios de Itati e Santo Antônio da Patrulha, na busca de investigar como estes profissionais instigam os alunos na construção de seu conhecimento, bem como analisar como acontece esta construção na visão do professor sondando quais as possibilidades e suportes que ofertam ao aluno. Coletados os dados apresentados pelos profissionais confrontou-se com embasamento teórico defendido por Moraes (2001) e Zaballa (2002). Muito se tem ouvido falar a respeito de metodologias inovadoras, de uma escola que leve em conta os interesses de seus alunos e o contexto em que estão inseridos, tornando o aprendizado significativo. Segundo Zaballa (2002) é fundamental identificar qual a função social de cada disciplina e seus conteúdos e a partir daí selecionar o que deverá ser trabalhado em sala de aula. O aprendizado não se dá apenas pela reprodução do aluno diante do conteúdo que o professor trabalha em sala de aula, é necessário ir além, possibilitar que utilize seu conhecimento prévio, promovendo assim que ele aproveite-o no seu cotidiano. O aluno traz conhecimentos para dentro da sala de aula, tem suas experiências, vivências e pontos de vista, de grande importância na construção da aprendizagem junto de seus pares. Os professores quando questionados sobre como instigam os alunos para que construam seu próprio conhecimento, afirmam ser através de atividades significativas ou ainda projetos de pesquisa, despertando assim a curiosidade, para que sintam interesse em adquirir novos conhecimentos onde o aprendizado acontece de forma natural e significativa, aprendizado este, que tem relação com a vida e os interesses dos alunos. Essa

¹ Acadêmicas do curso de licenciatura em Pedagogia – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

concepção apresentada pelos professores vem ao encontro das ideias defendidas por Moraes (2001) quando se refere ao paradigma científico onde sujeito, objeto e o processo estão associados, e não há aprendizado caso estes elementos estejam separados. Assim, o conhecimento passa a ser o produto dessa relação. No momento que são questionados sobre como o aluno constrói seu conhecimento dentro da sala de aula, responderam que o aluno constrói a partir da realização de atividades onde tenha que ler, pensar, refletir e escrever utilizando material concreto, tudo isso mediado pelo professor visando a desinquietação do aluno. A visão dos professores corrobora a ideia defendida por Zaballa (2002) onde o processo da aprendizagem se dá no momento que o aluno se torna o protagonista, ele se torna o centro do interesse, pois o aprendizado se dá a partir da relação dada pelo aluno ligado a motivação e interesse de aprender. Pode-se concluir que existem muitos profissionais da educação que acreditam que o verdadeiro aprendizado é algo que se constrói, e não algo que se transmite e que está pronto para que os alunos apenas reproduzam e memorizem.

Referências

ZABALLA, Antoni. Enfoque Globalizador e Pensamento Complexo. Ed. Artmed, 2002. Porto Alegre.

A educação contemporânea: concepções acerca de multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade

Bruna Martins da Silva¹
Carla da Rosa Jacob¹
Natalia Wildner de Lemos¹
Eliane Cristina Araújo Schneider²

Na contemporaneidade, encontramos-nos em meio à multiplicidade. Os sujeitos são autônomos, têm acesso a inúmeras informações e podem conectar-se a diversas partes do mundo. Essa interconectividade e a facilidade de comunicação e saber, refletem no modelo de aluno encontrado nas escolas. Como a escola e a comunidade escolar lidam com esse aluno instantâneo, célere e multifacetado? Para tentar encontrar alternativas para tal pergunta, é importante que conheçamos a realidade das escolas e o modo como o professor concebe os alunos e a educação na pós-modernidade. Então, a pesquisa realizada teve por objetivo geral a conceptualização e a compreensão das diferenças e singularidades entre multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade e seu reflexo prático nas salas de aula, bem como o posicionamento de educadores atuantes nos anos iniciais do ensino fundamental acerca de práticas pedagógicas por eles realizadas sob tais perspectivas. Buscou-se, assim, analisar o conhecimento dos professores no que diz respeito à multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade e conceber suas práticas pedagógicas constituídas a partir da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade. Foram aplicados questionários constituídos por cinco perguntas, sendo quatro objetivas e uma dissertativa, para dez professores atuantes no primeiro, segundo e quarto ano do ensino fundamental de escolas públicas dos municípios de Balneário Pinhal, Capão da Canoa e Xangri-lá. Os autores Gallo (2008), Deleuze (2005), Guatarri (2005), Morin (2008) e Zabala (2002) foram utilizados como referências para a realização da análise dos dados coletados. Assim, foi verificado que cerca de noventa por cento dos professores pesquisados estabelecem diferenças entre a multidisciplinaridade, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade. Ainda, setenta por cento dos professores pesquisados,

¹ Acadêmicas do curso de licenciatura em Pedagogia – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

relataram práticas pedagógicas que realizaram sob a perspectiva interdisciplinar e transdisciplinar. Portanto, pode-se constatar que a maioria dos professores pesquisados contextualizam a multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, e grande parte desse grupo de professores, realizam suas práticas em sala de aula com base na interdisciplinaridade e na transdisciplinaridade, tornando o aluno sujeito atuante no processo de ensino e aprendizagem.

Referências

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. O que é a filosofia? 2. Ed. Rio de Janeiro: 34, 2005.

MORIN, Edgar; GALLO, Sílvio; FERRAÇO, Carlos Eduardo. O sentido da escola. 5.ed. Petrópolis: DP et Alii, 2008.

ZABALA, Antoni. Enfoque globalizador e pensamento complexo: uma proposta para o currículo escolar. Porto Alegre: Artmed, 2002.

A enunciação do além-do-homem em Nietzsche: uma reflexão dialógica nos postulados de Zaratustra

Lucas Innocente Teixeira¹
Cristina Maria de Oliveira²

Através de uma leitura instrumentalizada pelo dialogismo e enunciado de Bakhtin, percorreremos o discurso hermético de Zaratustra, com sua linguagem alegórica-aforismática, onde estará projetada a forma superada para além do humano, o meio de vida que representará o sentido sobre a terra, uma pluralidade silenciosa de sentidos. O ponto de partida para analisarmos o surgimento da criatura nietzschiana, na obra Assim falou Zaratustra, germinada em 1883, será no prólogo do livro, onde o asceta expõe para a multidão reunida o termo “*Übermensch*”, traduzido como algo aproximado da expressão além-do-homem, ou mesmo super-homem. Ao analisarmos o enunciado observamos traços identificadores da crítica da moral ocidental, exposta no pensamento nietzschiano como proposta de significado à vida, onde o sujeito avança de uma situação niilista e periférica na condição humana, para reconhecer seu protagonismo criador na existência. A representação de referido arquétipo humano ocorre em relevos aristocráticos, edificação nobre e forte, com temperamento dionisíaco para uma atividade intelectual ligada ao sentir, explorado pelo corpo. Expressões constituidoras de atributos legitimadores do distanciamento entre seu estado de origem, o homem moderno, considerado por Nietzsche o último homem, representante do cartesianismo, do tecnicismo prometeico fundado pelo progresso científico unilateral. Na perspectiva bakhtiniana, podemos acessar um arcabouço teórico sobre a instrumentalização da linguagem em Nietzsche, para compreender as marcas da relação dialógica presentes entre os modelos textuais. O dialogismo estabelece-se pela sobreposição, gerada na relação de alteridade para a construção dos sentidos, entre o enunciador e o enunciatário. Todas as formas de textos são pontes estendidas até o outro, onde movimentará processos de comunicação, repercussões de textos anteriores, polifonizados em discursos. O enunciado é para Bakhtin a unidade da comunicação discursiva, manifestada na linguagem através da diversidade e das interações linguísticas, ou seja, um

¹ Acadêmico do curso de licenciatura em Letras – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

enunciado constitui-se de outros enunciados, através de diferentes modelos textuais discursivos, porém não está fixado nos limites linguísticos, e de forma inalienável transita sobre a esfera social, perceptível na sua composição. Podemos compreender que, na trama dos enunciados tecida com pluralidade de sentidos na obra filosófica de Nietzsche, o filósofo da suspeita confiará no fortalecimento de uma cultura superior, capaz de solidificar a afirmação na condição criadora inseparável da vida, plasmada e identificável nas reflexões dialógicas dos enunciados em Zaratustra, como em: “Quero juntar-me aos que criam, que colhem, que festejam: eu lhes mostrarei o arco-íris e todos os degraus do super-homem”. Em suma, um horizonte redimensionado da ignorância, autor expressivo, mobilizado pela liberdade e vontade de querer o ultrapassamento maior de si mesmo.

Referências

BAKHTIN; Mikhail. O enunciado como unidade da comunicação discursiva. Diferenças entre essa unidade e as unidades da língua. In: Estética da criação verbal. 6ª edição. Martins Fontes. 2011.

BAKHTIN; Mikhail (VOLOCHINOV; V. N.). Teoria da Enunciação e Problemas Sintáticos. In: Marxismo e a filosofia da linguagem. Editora HUCITEC. 1988.

DELEUZE; Gilles. Nietzsche e a Filosofia. Editora Rio. 1976.

GILES; Thomas Ransom. Friedrich Wilhelm Nietzsche: O super-homem e o eterno retorno. In: História do existencialismo e da fenomenologia. EDUSP. 1975.

MACHADO; Roberto. Zaratustra, tragédia nietzschiana. 3ªed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2001.

NIETZSCHE; Friedrich. Assim falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras. 2011.

NIETZSCHE; Friedrich. A gaia ciência. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras. 2011.

A escolha dos temas no trabalho com projetos investigativos

Ana Beatriz Zazyki Weber¹
Liége Westermann²

Este artigo tem como objetivo lançar um olhar crítico no que se refere à escolha dos temas nos projetos de pesquisa. A investigação ocorreu em uma escola da rede pública no município de Tramandaí/RS, com alunos do ensino fundamental, de 1º, 5º e 8º ano e seus respectivos professores, a pesquisa de cunho qualitativo desenvolveu-se através de entrevistas e questionários, onde o posicionamento dos pesquisados foi analisado e comparado. Para embasar este estudo Dewey é referência no contexto histórico, assim como outros teóricos que defendem esta prática na atualidade, tais como Hernandez, Nogueira, Andrade e Martins. Além dos estudiosos mencionados foram consultados documentos normativos da educação nacional, municipal e da própria instituição. Faz parte do papel do professor como mediador, o compromisso de promover o interesse e a curiosidade. Estimular a busca de informações para desenvolver a aprendizagem, de maneira significativa para nossas crianças. Teoricamente é assim, mas o objetivo desta pesquisa foi identificar a real participação de nossos educandos, se ativa ou passiva, frente a todas as etapas de execução dos projetos pedagógicos. Há a necessidade de aproveitar esta inquietação das crianças em prol da aprendizagem, extravasar as energias em questões que lhes permitam pensar, criar e investigar de maneira significativa que promova a formulação de conceitos. A pedagogia por projeto de investigação é uma concepção que instiga os alunos a pensarem, buscarem soluções para questões decorrentes da vida escolar, do bairro, da cidade e etc. Com base nos dados coletados ficou claro o uso de projetos investigativos, porém percebeu-se que é pouco relevante quem faz a escolha dos temas na execução dos trabalhos, visto que são inúmeras as motivações para a definição do mesmo. O envolvimento dos alunos e a mobilização em favor das pesquisas científicas são os fatores que realmente importam para a construção de saberes que é realizada com esta prática. Enfim, a aquisição de conhecimento que direciona este tipo de trabalho.

¹ Acadêmica do curso de licenciatura em Pedagogia – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

Referências

Brasil. Ministério da educação e do desporto. Secretaria de educação fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Volume 1: Introdução. Brasília: MEC/SEF, 1998.

DEWEY, John. Como pensamos. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1953.

HERNANDEZ, Fernando. Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho. Artmed, Porto Alegre, 1998.

MARTINS, Jorge Santos. O trabalho com projetos de pesquisa: do ensino fundamental ao ensino médio. Papirus. Campinas, SP. 2003.

NOGUEIRA, Nilbo. Pedagogia dos projetos: etapas, papéis e atores. Érica. São Paulo, 2008.

Parâmetros curriculares nacionais. Apresentação dos temas transversais, Ética. Brasília, 2001.

Projeto pedagógico. E.M.E.F. Erineo Scopel Rapaki. Tramandaí, 2010.

Regimento escolar padrão. Ensino Fundamental, educação de Jovens e Adultos. Prefeitura municipal de Tramandaí, Secretaria municipal de educação, 2009.

A genética da personalidade extrovertida

Priscila dos Santos Ferri¹
Charles Francisco Ferreira²

A síndrome genética descrita por Williams e Beuren (1960) identificou uma rara desordem deletéria de regiões cromossômicas específicas, sendo os síndromicos acometidos por esta doença possuidores de características distintas de outras síndromes. Considerando a sua rara incidência (1:20.000 indivíduos), torna-se visível o desconhecimento das principais características associadas. Desta forma, o presente trabalho objetivou revisar dados científicos da literatura acerca da Síndrome de Williams-Beuren (SWB), subsidiando maiores informações a respeito desta doença. A SWB é uma doença hereditária deletéria, autossômica dominante, possivelmente resultante de mutações adquiridas em genealogias não síndromicas. Alguns autores inferem que estas mutações atinjam genes localizados no cromossomo 7, originando os sintomas característicos desta síndrome. Estes sintomas são expressos desde a infância, sendo os principais: dificuldades alimentares, choro excessivo, sono agitado, problemas cardíacos e renais, dano cognitivo com grau variado (moderado a severo), além de alterações fenotípicas singulares (e.g. nariz pequeno e empinado, sorriso frequente, hipersensibilidade a sons, fala com retardado, voz rouca, má formação da arcada dentária, dentes pequenos e espaçados, hipercalcemia sanguínea). Peculiaridades desta síndrome também são destacadas em relatos de casos, sendo apresentadas pelos portadores as seguintes características: alta comunicação, níveis elevados de sociabilidade e habilidades auditivas extraordinárias. O diagnóstico é inferido por observações das características e dos sintomas comuns já definidos aos acometidos pela SWB, necessitando a aplicação de exames moleculares e genéticos comprobatórios que constatem as alterações deletérias do cromossomo 7. Após a confirmação de diagnóstico, o processo de acompanhamento e monitoramento multiprofissional é de suma importância terapêutica (e.g. oftalmológica, odontológica, ortopédica, fonoaudiológica, endócrina), sendo a atenuação dos sintomas o principal objeto

¹ Acadêmica do curso de bacharelado em Biologia – FACOS/CNEC.

² Professor orientador.

de tratamento para a SWB. Devido à aleatoriedade de sua incidência, associada à inexistência de diagnósticos diferenciais pré-natais, a literatura preconiza o aconselhamento de um geneticista como medida preventiva primária. Em síndromicos, as alterações proteicas deletérias (elastina) tornam indispensáveis o contínuo monitoramento da pressão arterial e do sistema cardiovascular: o colapso arterial, bem como comprometimentos das funções renais e intestinais são frequentemente associados às disfunções da proteína elastina. Devido ao dano deletério desta síndrome, não existem métodos capazes de correção do material genético eliminado. Embasados nos dados apresentados, evidenciamos a necessidade de maiores estudos visando métodos de diagnósticos e tratamentos mais específicos e eficientes para a SWB.

Referências

Caracterização do fenótipo comportamental e de linguagem na síndrome de Williams-Beuren. Disponível em: http://www.ufscar.br/ecce/wp-content/files_flutter/1304089433genetica_do_2010_natalia_rossi.pdf. Acesso em: 15/05/2014.

Genética e linguagem na síndrome de Williams-Beuren: uma condição neuro-cognitiva peculiar. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pfono/v18n3/a13v18n3.pdf>. Acesso em: 16/05/2014

Síndrome de Williams-Beuren. Anomalias Cardiovasculares em 20 Pacientes Diagnosticados pela Hibridização In Situ por Fluorescência. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/abc/v81n5/p03v81n5.pdf>. Acesso em: 15/05/2014.

A hepatite C e a atenção de enfermagem

Carla Taviane Carvalho¹
Daniela Gomes flores¹
Marilei de Fatima Ribeiro de Mello¹
Tatiane Bruschi Angra¹
Cesar Luis Silva Santos²
Gabriel Cortezze Netto²

O presente estudo trata de uma revisão a cerca do vírus da hepatite C (HCV) - uma epidemia silenciosa e a importância da atenção de enfermagem. Em 1988, a existência do vírus foi confirmada por Alter ao verificar a sua presença numa cultura de vírus não- A e não-B. Estruturadamente o HCV é um vírus envelopado cujo genoma é protegido por um nucleocapsídeo interno, sendo o diâmetro de 30 a 60 nm. O capsídeo viral é formado pela proteína C ,enquanto que o envelope viral é constituído de glicoproteínas E1 e E2.O HCV pode levar à cirrose e, em alguns anos (+/- 20 anos) e também ao câncer de fígado. Existem até 11 tipos de genótipos do vírus em todo o mundo, três genótipos (1,2 e 3) são mais comuns no Brasil. O genótipo 1 é o mais resistente e o mais difícil de tratar. O mesmo acomete principalmente o fígado. O contágio com o HCV acontece através do contato parenteral, transfusão de sangue ou hemoderivados. Os fatores de risco ao HCV mais frequentes são transfusão de sangue, DST, uso de drogas, diálise, tatuagens, exposição ocupacional. As manifestações clínicas relatadas da hepatite C são a anorexia, fadiga, náuseas, algia muscular /articulações e perda de peso. A maior parte dos casos de infecção aguda não tem relação com icterícia. Na fase mais avançada ocorre ascite (concentração de líquido no abdômen), confusão mental (encefalopatia), esteatose hepática (acúmulo de gordura no fígado). O diagnóstico da hepatite C é através de exames de sangue (sorologias anti-HCV) e biópsia do fígado. As hepatites têm tratamento e grande chance de cura. Não existe vacina para a Hepatite C. Os medicamentos aprovados pelos órgãos de saúde para tratamento da hepatite C são o Interferons e a ribavirina. A Hepatite C nos casos mais graves podem levar ao transplante de fígado. É de grande importância a atenção da equipe de enfermagem através da educação continuada em saúde sobre o HCV afim de prevenir, orientar e tratar os

¹ Acadêmicos do curso de bacharelado em Enfermagem – FACOS/CNEC.

² Professores orientadores.

pacientes. Os portadores de HAV crônica são aconselhados a evitar bebidas alcoólicas e medicamentos que apresentem toxicidade ao fígado e é recomendada a vacinação contra a hepatite A e hepatite B. Sendo, concluímos a partir da revisão bibliográfica desses autores a importância do conhecimento a cerca da HCV e de medidas de atenção por parte da equipe de enfermagem.

Referências

Lima, Orcélia Pereira Sales de Carvalho. Leitura e interpretação de exames em enfermagem. 3. Ed. Goiânia: AB, 2008

Doenças Infecciosas e Parasitárias: Guia de Bolso, Volume 1, 3ª edição, pág. 219 - Ministério da Saúde Brasília/DF - junho 2004. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde: Hepatites virais.

Ferreira Cristina Targa; Silveira, Themis Reverbel Da. Hepatites virais: aspectos da epidemiologia e da prevenção. Rev. bras. epidemiol; 7(4): 473-487, dez. 2004. 5-Roingard et.al. 2004 e Bréchet 1996.

A hibridação e a química orgânica: relato de uma experiência didática

Patrícia Moraes Dornelles¹
Charles Ferreira²

No desenvolvimento da disciplina de Química Geral (Curso de Ciências Biológicas: Licenciatura, FACOS, Osório, RS), a apresentação didática sobre o conteúdo “hibridação do carbono” subsidiou a vivência e a redação deste relato de experiência. Para tal ação, os apresentadores abordaram o conteúdo teórico por uma metodologia alternativa às práticas convencionais de Ensino. Inicialmente, partindo da reflexão norteadora de que os processos biológicos apresentam relações diretas com conceitos químicos básicos, evidenciamos a importância da utilização de métodos que facilitem a compreensão dos conteúdos pelos acadêmicos do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da FACOS. A partir desta ênfase, destacamos a importância de estudos envolvendo a hibridação do átomo de carbono, por este ser um dos principais constituintes de matérias existentes. Pela complexidade envolvida nesta temática, tornou-se indispensável a adoção de uma didática diferenciada em relação a exposição deste conteúdo para o Ensino Superior. Esta apresentação perante os acadêmicos matriculados na disciplina de Química Geral se tratava de um requisito avaliativo parcial bimestral, de caráter obrigatório. Após conceituações teóricas, abordagens dinâmicas exemplificadoras foram aplicadas com o intuito de facilitar a compreensão pelos demais acadêmicos. Nesta dinâmica, os alunos foram motivados a exercitar no quadro o conteúdo que lhe fora explicado, sendo notável o entusiasmo e a colaboração de todos nesta atividade. A aplicação de um questionário avaliativo visando quantificar, na perspectiva dos cursistas desta disciplina, a opinião dos mesmos em relação a atividade didática. Após a construção de um banco de dados desta pesquisa, os resultados foram dispostos em três módulos distintos de avaliação: o primeiro, em relação ao conteúdo abordado, evidenciou a transparência da atuação didática pelos docentes que compunham o grupo; o segundo, em relação à abordagem dos conteúdos, apontou como satisfatória a visão dos alunos referentes à coerência, coesão e ao instrumento dinâmico

¹ Acadêmica do curso de licenciatura em Biologia – FACOS/CNEC.

² Professor orientador.

aplicado; por fim, o terceiro módulo, reportou como apropriada o uso de recursos audiovisuais e o desenvolvimento geral da dinâmica. Com base nos resultados apresentados, verificamos que o Ensino Superior solicita o uso de metodologias didáticas e alternativas, necessitando a revisão de “abordagens teóricas clássicas” e possibilitando o uso de novas ferramentas facilitadoras ao ensino. Como conclusão, enfatizamos que a dinâmica metodológica adaptada na exposição deste conteúdo contribuiu, de maneira satisfatória, para a aquisição e compreensão deste conteúdo por parte dos alunos da disciplina de Química Geral.

Referências

Almeida, WB., Santos, HF. Modelos teóricos para a compreensão da estrutura da matéria. Cadernos temáticos de Química Nova na Escola, 2001, 4:6-13.

Maldaner, OA. A pesquisa como perspectiva de formação continuada do professor de química. Conferência proferida - 21ª. Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Química, Poços de Caldas, MG, Brasil. Química Nova, 1999, 22(2):289-292.

Schneid, AC., Ullmann, MA., Wallau, WM., Bianchini, D. Desenvolvimento de metodologia lúdica para ensino de propriedades químicas do carbono com materiais alternativos. Em: Anais do XX Congresso de Iniciação Científica e III Mostra Científica UFPEL, 2011. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. Disponível em:
<http://www2.ufpel.edu.br/cic/2011/anais/ce.htm>. Acesso em: 11/05/2014, 15hs30min.

A hipocondria do Dr. Melman (Madagascar)

Aline Costa de Freitas¹
Jessica Hilário da Silva¹
Jessica Piazza¹
Charles Francisco Ferreira²

A presente reflexão objetivou sumarizar pontos de relevância clínica (e.g. origem, patofisiologia, sintomas, diagnóstico) envolvidos no quadro de transtorno hipocondríaco, relacionando-os didaticamente ao personagem Melman ? a girafa da animação Madagascar (Madagáscar, DreamWorks Animation SKG, 2005). A identificação de sintomas, com correta aplicação de critérios de identificação, é de possível realização conforme manuais amplamente utilizados na clínica psicológica (e.g. Manual Estatístico e Mental de Transtornos Mentais 4ª Edição, DSM-IV; Classificação Internacional de Doenças 10ª Edição, CID-10). Neste sentido, a hipocondria é categorizada como componente dos transtornos somatoformes que, segundo o DSM-IV, apresentam como critério comum de inclusão a presença de sintomas físicos sugestivos de doenças, não sendo passíveis de explicações por qualquer condição médica. Alguns autores apontam que a concomitante existência de outros transtornos é comum aos transtornos somatoformes. Por outro lado, o quadro de hipocondria é associado com manifestações de medo (e.g. acometimento por doenças) e persistente preocupação por parte do indivíduo, com duração mínima de seis meses, ocasionando interpretações equivocadas de sintomas somáticos (e.g. sudorese, taquicardia). Esta exacerbada preocupação com enfermidades é persistente mesmo após a eliminação da existência desta hipótese por exames médicos, apresentando os indivíduos acometidos o não aceite do diagnóstico negativo ou a recusa para a realização de consultas médicas, com evidente descrença do mesmo em relação aos diagnósticos clínicos. Neste contexto, muitos indivíduos recorrem a meios alternativos na tentativa de sanar sua angústia em relação aos sintomas apresentados (e.g. livros de medicina, revistas, senso comum), sendo de alta prevalência os relatos de automedicação imprudente. Conforme a CID-10, a classificação de hipocondria está inserida nos transtornos somatomorfos, que

¹ Acadêmica do curso de bacharelado em Psicologia – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

estabelece a evidência de dois critérios mínimos para a identificação deste quadro: o primeiro compreende a crença da existência de uma doença orgânica subjacente aos sintomas (e.g. deformidade física), mesmo que não identificável por exames; sendo o segundo a negativa em aceitar a posição médica de inexistência da doença ou anormalidade informada pelo paciente. Embasados nestas informações, as relações comportamentais apresentadas pela girafa Melman, na animação, é diretamente vinculada ao transtorno hipocondríaco, sendo visíveis inúmeros sinais deste acometimento (e.g. crença de sofrer uma doença grave, automedicação, crise de pânico, desmaios). Portanto, torna-se evidente a necessidade de investigações diferenciais, considerando os distintos transtornos mentais, bem como uma maior demanda de competência ou dedicação por parte dos profissionais em saúde mental na aquisição de um olhar mais humanitário e visando melhorias para a qualidade de vida dos pacientes.

Referências

APA- Associação Americana de Psiquiatria. DSM-IV-TR- Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. Trad. Cláudia Dornelles; -4.ed.rev- Porto Alegre. Ed. Artmed, 2002. pg 469-491.

VICENTE E. CABALLO. Manual para o tratamento cognitivo comportamental dos transtornos psicológicos: transtornos de ansiedade, sexuais, afetivos e psicóticos. Trad. Magali de Lourdes Pedro. São Paulo. Santos, 2011. pg 335-355.

TORRES, Albina Rodrigues; CREPALDI, André Luiz. Sobre o Transtorno de Pânico e a Hipocondria: uma revisão. Rev. Bras. Psiquiatria [online]. 2002, vol.24, n.3, pp. 144-151. ISSN 1516-4446. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S151644462002000300009&script=sci_arttext.

A importância da motivação de idosos para a prática de atividade física

Felipe Duarte Felkl¹
Jessica Fernanda Fernandes Machado¹
Vanessa Kudla Nogueira¹
Alessandra Ceconello²

O presente trabalho tem como objetivo de relatar, através de uma revisão bibliográfica, a motivação para a prática de atividade física em idosos. A busca por qualidade de vida é o fator principal que auxilia na motivação para realização de atividades físicas por pessoas com mais de sessenta anos (REF). Devido ao crescimento da população de idosos, foi constatado que a prática de exercícios auxilia de uma forma significativa no aumento da longevidade humana em função as das relações sociais que são construídas, da melhora da saúde e também da manutenção da autonomia desse grupo específico de pessoas. Com o intuito de conhecer mais sobre a motivação, além do que foi debatido em sala de aula na disciplina de Psicologia do Desporto, encontramos diversos artigos sobre a temática da nossa pesquisa. Em relação aos motivos desta prática, devemos primeiramente falar nos tipos de motivação existentes, a intrínseca e a extrínseca. A intrínseca significa realizar algo por vontade própria, ou seja, realizar algo por prazer. De acordo com DECI e colaboradores (apud RHEINHEIMER, 2010), os comportamentos intrínsecos podem ser subdivididos em motivação para conhecimento, a qual visa o saber e o aprender, a motivação para o aperfeiçoamento, ou seja, realizar algo por prazer, e por último, a motivação experiencial, que é a busca por sensações e situações estimulantes inerentes a tarefas. Já as pessoas que são motivadas de uma forma extrínseca necessitam ter um estímulo externo, como a prescrição de um médico para que realize caminhadas para diminuir o sobrepeso, ou participar de um grupo de integração que pratique exercícios. Em geral, estas pessoas desconhecem a verdadeira importância dessas práticas, por isso, não são autodeterminadas. O grau de autonomia do indivíduo influencia o nível de motivação extrínseca, que também é dividida em categorias: (1) a regulação integrada, que é a mais próxima da motivação

¹ Acadêmicas do curso de Educação Física – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

intrínseca, pois a pessoa já possui conhecimento da importância da realização da atividade física; (2) a regulação identificada, na qual a pessoa conhece e realiza a prática, mas não gosta de fazer; (3) a regulação introjetada, na qual a pessoa pratica a atividade para não se sentir culpado; e, (4) a motivação extrínseca externa, que é aquela categoria menos autônoma, que utiliza punições ou premiações de acordo com o resultado alcançado na prática. As motivações que proporcionam os idosos participarem de atividades físicas refletem as próprias particularidades presentes no processo de envelhecimento: saúde, relações sociais e autonomia. É necessário salientar a importância de intervenções baseadas nessas relações, incluindo a própria participação do idoso na tomada de decisões de suas necessidades, desejos, autonomia e relações sociais. Consideramos que a atividade física é um componente importante na qualidade de vida deste grupo, promovendo dessa forma a autonomia, a interação social e aumento da expectativa de vida.

Referências

A motivação de idosos à prática de atividades físicas Autor Rheinheimer, Michelle. A importância da motivação na prática de atividade física para idosos. 2010.

Raquel Guimarães Lins, Paulo Roberto Corbucci. Exercício e atividade física para pessoas idosas. Maio 2007

Mazzeo, Robert S; Cavanag, Peter; Evans, William; Fiatarone, Maria; Hagberg, James; McAuley, Edward; Startzell, Jill 1998

A importância da voz e do olhar no ato da amamentação para constituição subjetiva do bebê

Deisi Viviane Pinto Silveira¹
Graziele Gomes Pelisoli¹
Paola Pereira de Andrade¹
Priscilla Poletto¹
Helena Beatriz Bier²

Este estudo é decorrente do projeto de pesquisa e intervenção MAMAE EU QUERO, realizado nas disciplinas de Psicodinâmica familiar e Seminário Integrador II: Alterações do Desenvolvimento Infantil (2014-1), e tem como tema central a importância da voz e do olhar no processo de amamentação do infans. Os dados foram obtidos por meio de entrevistas domiciliares realizadas semanalmente, em torno de uma hora, as quais se propunham a observar crianças entre 0 a 24 meses acompanhados de suas mães ou cuidadoras (exercentes da função materna). Nas entrevistas procurou-se observar o modo como as mães amamentavam seus filhos, o que diziam e como faziam, assim como falavam com eles, o tom de voz e se havia suposição de sujeito em relação ao bebê. Sabemos que várias pesquisas mostram que o bebê é especialmente sensível a voz materna, desde o quinto mês de gestação. Eles são os primeiros instrumentos de que o bebê dispõe para absorver as primeiras experiências afetivas com um mundo novo e completamente desconhecido, mundo esse que a mãe tratará de apresentar-lhe. O ato da amamentação, por sua vez, é a forma mais clara de investimento da mãe sobre o filho, pois esse momento é um momento somente dos dois, onde se instala uma relação de olhar e voz, de extremo prazer para o bebê e sua mãe. Durante a amamentação o bebê fixa o olhar na mãe que o reconhece enquanto filho, reconhecimento este manifesto pela expressividade do rosto materno e pela adaptação às necessidades do lactente. Deste modo, conforme Winnicott (1967), o bebê poderá vir a se reconhecer como unidade. O rosto da mãe e a concretude da presença somática são os elementos que permitirão o bebê a advir como um sujeito. Situando esta relação em um momento mais primitivo do desenvolvimento humano, o rosto da mãe (espelho winnicottiano) seria assim o precursor do Estádio do Espelho descrito por Lacan. Em outras

¹ Acadêmicos do curso de bacharelado em Psicologia – FACOS/CNEC.

² Professor do curso de bacharelado em Psicologia – FACOS/CNEC.

palavras, aquilo que a criança verá ao se olhar no espelho de vidro é em grande parte influenciado pelo que ela viu anteriormente ao olhar o rosto de sua mãe (SOCHA, A, 2008). Através do acompanhamento dos bebês percebemos a importância do olhar e da voz da mãe na vida do bebê, pois eles estão intimamente associados à estruturação do corpo e à imagem corporal, processos fundamentais à constituição psíquica.

Referências

FREITAS, L. C. O Papel da amamentação na relação mãe-bebê no processo do desmame. Salvador, BA: Ágalma, 2005.

LACAN, J. Os complexos familiares na formação do indivíduo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

QUEIROZ, T. C. Do desmame ao sujeito. São Paulo: casa do psicólogo, 2005. (Primeira infância).

SOCHA, Alexandre. A função especular da voz materna e suas referências ao psiquismo e à constituição do si mesmo. Winnicott e-prints [online]. 2008, vol.3, n.1e2, pp. 1-12. ISSN 1679-432X.

ZOTTI, C. W. Os aspectos psicanalíticos da amamentação e a construção da subjetividade, in KUPFER M.C,M, BERNARDINO, L.M.F, MARIOTTO,R.M.M. Psicanálise e ações de Prevenção na Primeira Infância. São Paulo: FAPESP/ Escuta, 2012.

A importância do bioma da Mata Atlântica

Aline Nunes da Silva¹
Andrea Erotides Santana¹
Gessica Santos da Silva¹
Kamila Borba¹
Thais castro de Souza²

No intuito de contribuir para o estudo de um bioma muito importante e biodiverso e ao mesmo tempo um dos mais ameaçados, como é a Mata Atlântica, algumas considerações foram feitas sobre sua área, solo, clima predominante e a biodiversidade, através do trabalho de revisão bibliográfica com base em Ecológica e Biodiversidade. In: Ecossistemas Brasileiros de Claudino Sales Cap, 1. Pag 59-62 realizado na disciplina de Biogeografia, destacando sua importância, características e funções. A Mata Atlântica é composta por um conjunto de fisionomias e formações florestais com estruturas e interações ecológicas distintas em cada região. O Bioma está na faixa de transição com os mais importantes do Brasil: Caatinga, Cerrado, ecossistemas de manguezais, campestres e Planaltos de Araucárias (floresta ombrófila mista). A área original do bioma Mata Atlântica representou 13,04% do território nacional com 1.110.182 Km². O mesmo já ocupou grande parte da zona costeira brasileira, do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul, estendendo-se originalmente ao longo de 17 Estados (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Alagoas, Sergipe, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí). O solo da floresta é coberto por serrapilheira, protegido pelas folhas e outros vegetais que caem das árvores ao longo do ano, e que servem de alimento para muitos insetos, outros animais e principalmente aos fungos, que são os principais responsáveis pelo processo de decomposição da floresta. Apresenta um macro clima (tropical e úmido) influenciado pelo relevo e pela proximidade do mar, pelo padrão predominante de circulações de ar costeiras de leste para oeste e pelas correntes oceânicas do Atlântico Sul, onde deslocam-se predominantemente no sentido anti-horário, isto é, do Equador para o Sul na costa Brasileira, redistribuindo o calor. Esse bioma é um

¹ Acadêmica do curso de licenciatura em Biologia – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

dos mais ricos do mundo em espécies da flora e fauna. Sua vegetação é bem diversificada representada por Ipês, orquídeas, figueiras, palmeiras Pau-Brasil, entre outras. Na fauna podemos encontrar várias espécies distintas, sendo muitas delas endêmicas, ou seja, são encontradas apenas na Mata Atlântica. Entre os animais desse bioma estão: Tamanduá Bandeira, mico-leão-dourado, anta, bugio, arara azul e entre outras, o que não descarta a possibilidade de muitas espécies de fauna e flora tenham sido extintas sem mesmo terem sido catalogadas. Desta forma, conclui-se sobre a importância cada vez maior de conscientização da população humana residente, acerca da necessidade de conservação deste Bioma e dos ecossistemas associados, para garantir a sobrevivência das espécies ameaçadas e endêmicas do Bioma. Buscar estratégias e implementar políticas que garantam a conservação do Bioma são premissas básicas para a sobrevivência da fauna e flora endêmicas do Bioma Mata Atlântica.

Referências

Almeida, M G de (2003) Cultura Ecológica e Biodiversidade. In: Ecossistemas Brasileiros. Claudino Sales Cap, 1. Pág. 59 - 62.

A importância do biomédico na sociedade

Camila Santos da Silva¹
Jaiane Gomes¹
Juliana Jesus da Silva¹
Karina Arena Rodrigues¹
Maiquel Bittencourt Ferreira¹
Angelita da Rocha Oliveira²

A Biomedicina é uma área que tem crescido aos poucos. A profissão ainda não teve o reconhecimento devido pela sociedade, em relação a sua importância, pois sendo algo tão essencial na área científica, ainda percebemos certo desconhecimento da sociedade em relação a mesma. Uma grande contribuição, no que envolve a expansão do conhecimento sobre a Biomedicina, são os estudos sobre as células-tronco. Os resultados destes estudos têm gerado grandes transformações no diagnóstico e cura de doenças. Mas a Biomedicina vai além, constitui-se num vasto campo de atuação para o profissional biomédico. Este trabalho tem como objetivo esclarecer futuros estudantes sobre a profissão biomédica, assim como sanar dúvidas de acadêmicos de Biomedicina sobre o mercado de trabalho, áreas de atuação, instituições que oferecem esta graduação. Produzir conhecimento sobre a profissão, que é nova no país; assim como, levantar possibilidades de trabalho para os profissionais que já atuam em alguma das áreas da biomedicina, salientando também as diversas possibilidades de atuação que o curso oferece. Este estudo surgiu na disciplina de Comunicação e Expressão, a partir do desafio apresentado pelo seguinte problema: Como o profissional biomédico é visto atualmente pela sociedade? Para tanto, realizou-se pesquisa de cunho qualitativo com profissionais Biomédicos atuantes em áreas distintas da Biomedicina. A análise dos resultados aponta para a necessidade de se investir mais em informação e divulgação do curso, uma vez que o mesmo ainda não está no imaginário dos adolescentes egressos do Ensino Médio como opção de formação em nível superior. Percebemos ainda que o processo de inserção no mercado de trabalho para profissionais biomédicos é bastante tranquilo, desde que se tenha um bom currículo acadêmico. O estágio apresenta-se como um facilitador de contatos futuros, além de ser uma atividade que traz ao futuro

¹ Acadêmicos do curso de bacharelado em Biomedicina – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

profissional segurança e possibilidades de contatos nas várias áreas de atuação do Biomédico. Outro dado a destacar é a concorrência que o profissional Biomédico ainda sofre, especialmente de profissionais formados em Farmácia, Farmacêutico Bioquímico, realidade que tende a mudar, uma vez que a formação em Biomedicina proporciona um maior aprofundamento na área de análises clínicas. Constatamos assim, que o curso de Biomedicina, inicialmente criado para formar professores para os cursos de Medicina, hoje se constitui numa ampla possibilidade de formação e atuação profissional. Sendo assim, é apenas uma questão de tempo para que o curso e o profissional Biomédico tenham amplo reconhecimento social.

Referências

ABRAHÃO, Marco Antônio. Biomedicina e sua importância no contexto da saúde do país. *Revista do Biomédico*, 2014, edição 69. Disponível em: Acesso em 26 abr. 2014.

GRUPO UNIS. A importância do Biomédico no Cerne da Saúde. Disponível em: Acesso em: 26 abr. 2014.

Guia do Estudante. *Revista Superinteressante*. Disponível em: . Acesso em: 26 abr. 2014.

A importância do complexo de desmame para a formação do sujeito

Ana Paula Koch Tomacheski¹
Leticia Dias Rayhtz¹
Helena Beatriz Bier²

O presente estudo está associado ao projeto de pesquisa e intervenção Mamãe Eu Quero, desenvolvido nas disciplinas de Psicodinâmica Familiar e Seminário Integrador II: Alterações do Desenvolvimento Infantil (2014-1) e tem como foco o complexo de desmame, tal qual proposto pela teoria psicanalítica lacaniana em 1938. Durante o complexo de desmame o bebê fixa no seu psiquismo uma dependência materna, em função da amamentação, onde uma relação de vínculo, que é importante para a formação desse sujeito, deve acontecer. Ainda, a ruptura entre o seio e o bebê deve ocorrer, sendo a mãe o principal agente para que isso aconteça. A primeira situação de separação do bebê, para com a mãe acontece através da experiência com o desmame. Entre a recusa e a aceitação do desmame um desses polos irá prevalecer. Isso não acontece mediante uma escolha, a posição do bebê diante da ruptura é ambivalente. É a recusa do desmame que faz o complexo existir. A maneira como o desmame ocorre é significativa para o bebê, pois deixa marcas em seu inconsciente influenciando em seu desenvolvimento. Quando o desmame não ocorre de forma adequada podem emergir sintomas como, por exemplo: distúrbios de linguagem, sucção exacerbada do polegar e diferentes formas de inadaptação (Lacan, J. 1938). Para realização deste trabalho foi realizado acompanhamento semanal (através de visitas domiciliares) de uma criança com um ano e onze meses e sua mãe, no qual pretendia-se observar a relação mãe-bebê e avaliar o processo de elaboração, pelo bebê e sua mãe, do desmame. Sabemos que a imago do seio materno domina toda a vida do homem. Ela porém, precisa ser sublimada para que novas relações se introduzam com o grupo social e para que novos complexos se integrem no psiquismo. Observamos que o modo como a criança vivencia este complexo reflete-se no modo como ela suporta a entrada no mundo escolar. Cotejando os dados encontrados neste estudo com os encontrados pelo projeto de

¹ Acadêmicas do curso de bacharelado em Psicologia – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

pesquisa e intervenção Da Casa para o Mundo (2014-1) que investiga o processo de separação criança/família necessária a entrada no mundo escolar por crianças entre 3/5 anos, percebe-se que a dificuldade de elaboração do complexo do desmame por parte dos bebês e de suas mães, pode dificultar a instauração de novas relações e a entrada no mundo escolar, dificultando sobremaneira os processos de aprendizagem. Sabemos que o complexo de desmame é algo sofrido para ambas as partes (mãe e bebê), porém cabe as mães ajudarem seus filhos a sublimarem esse complexo, estimulando e possibilitando a aproximação dos pais e assim favorecer um modo mais saudável de subjetivação por parte de seus filhos.

Referências

LACAN, Jascques. Os complexos familiares . Rio de Janeiro Zahar, 2003

A importância do manhês e da amamentação na constituição do bebê

Priscila dos Santos Souza¹
Rochele Josiane Vargas Flor¹
Tuane Silveira dos Santos¹
Helena Beatriz Bier²

Este estudo é decorrente do projeto de Pesquisa-Intervenção Mamãe eu quero vinculado às disciplinas de Psicodinâmica Familiar e Seminário Integrador II- Alterações do Desenvolvimento Infantil, em realização desde março de 2014, cujo foco são as relações familiares e seus efeitos na constituição subjetiva do sujeito. O objeto de investigação destacado neste trabalho é a fala da mãe, conhecida como manhês e a amamentação, seu papel no desenvolvimento psíquico do bebê. Foram realizadas cinco entrevistas domiciliares para acompanhar a relação entre a mãe e seu bebê, no período de março e abril. Para que possamos entender a constituição do sujeito é necessário conhecer e entender a função da família neste processo, ou seja, o ser humano deve inserir-se num mundo simbólico, mediado pela mãe, ou por aquele que exerce a função materna. VITORELLO (2011) mostra que a mãe é o primeiro grande Outro que empresta ao filho seu olhar, sua voz, seu seio, seus movimentos, até ele poder apropriar-se de si mesmo, de sua própria identidade e mais tarde de sua alteridade. Observamos durante o acompanhamento a mãe utilizando-se do manhês, para falar sobre o banho com seu bebê. Com um tom de voz suave e delicado ela diz: tá na hora do banho? ?Que bracinho gostoso esse! De quem é esse bracinho?, Vamos lavar esse bracinho lindo?. Sobre a amamentação ela diz: tá com fominha? Quer mamar? Para ZOTTI (2012), a amamentação é muito importante porque através dela o vínculo afetivo entre a mãe e o bebê se desenvolve e fortalece. Nela o bebê não absorve apenas o alimento mas também o olhar e a voz da mãe. Ele está sendo alimentado ao mesmo tempo pela boca, pelos ouvidos, pelos olhos e pela pele. Através do acompanhamento que realizamos com a família podemos observar a importância de um ambiente familiar adequado para que o bebê possa vir a se constituir como sujeito. Do mesmo modo, o desempenho da função materna nos primeiros meses do bebê, é essencial à estruturação psíquica. Enfim podemos ressaltar que o

¹ Acadêmicas do curso de bacharelado em Psicologia – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

vínculo afetivo saudável entre mãe e bebê pode prevenir possíveis patologias, tornando-se indispensável prevenir e identificar precocemente as dificuldades encontradas com as famílias e seus bebês.

Referências

VITORELLO, Márcia Aparecida. Família contemporânea e as funções parentais: há nela um ato de amor?. *Psicologia da Educação*, São Paulo, n. 32, p.7-14, 2011.

ZOTTI, Clarice Wichinescki. Os aspectos psicanalíticos da amamentação e a construção da subjetividade. In: KUPFER, Maria Cristina Machado; BERNARDINO, Leda Maria Fischer; Mariotto, Rosa Maria. (org). *Psicanálise e ações de prevenção na primeira infância*. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2012.

A importância do Papilomavirus Humano para a Equipe de Enfermagem

Cícero Salerno Santos¹
Débora Zampiva¹
Ide Helen Costa¹
Marcus Antonio do Amaral Junior¹
Nathan Gamba¹
Gabriel Corteze Netto²

Este artigo é uma revisão bibliográfica sobre o Papilomavirus Humano (HPV). O HPV é uma das principais doenças sexualmente transmissíveis, podendo infectar tanto homens como mulheres. Estima-se que o número de mulheres portadoras do DNA do vírus HPV em todo o mundo chega a 291 milhões, e cerca de 105 milhões de mulheres no mundo inteiro será infectada pelo mesmo. Logo após o contágio, o vírus geralmente permanece incubado por anos, sem causar nenhum tipo de alteração orgânica e, por isso, é comum que os pacientes não apresentem nenhum sintoma. Os tipos de HPV podem ser classificados em vírus de baixo, intermediário ou alto risco, de acordo com o tipo de lesão a que estão mais associados. Os HPVs dos subtipos 6, 11, 41, 42, 43 e 44 estão associados a infecções benignas do trato genital, como o condiloma acuminado ou plano, e estão presentes na maioria das infecções clinicamente aparentes causadas pelo mesmo. Normalmente, esses tipos não estão associados a displasias quando examinados pela histopatologia. Os tipos HPV 16, 18, 45 e 56 são vírus de alto risco, podendo estar relacionado aos tumores. Com o tempo, o vírus vai se adaptando ao organismo e quando há uma redução da resistência do mesmo, este poderá provocar o aparecimento de verrugas em diversas partes do corpo como mãos, pés, órgãos genitais e outros ou induzir o desenvolvimento de câncer de colo de útero, vulva, vagina, ânus ou pênis. A principal via de transmissão é através de relações sexuais, onde um dos parceiros está infectado com o HPV, mesmo sem apresentar sinal clínico. Com a evolução do quadro clínico, o vírus poderá se multiplicar, invadindo os tecidos vizinhos e formar um tumor maligno como nos tipos de câncer já citados. Segundo o Ministério da Saúde a melhor estratégia encontrada para a prevenção foi a de vacinar meninas entre os 8 e 14 anos de

¹ Acadêmicos do curso de bacharelado em Enfermagem – FACOS/CNEC.

² Professor do curso de bacharelado em Enfermagem – FACOS/CNEC.

idade, que ainda não iniciaram sua vida sexual e não tiveram contato com o vírus. As ações educativas são os principais instrumentos de trabalho do enfermeiro, possibilitando a conscientização de mulheres em risco e proporcionando o acesso aos serviços de diagnóstico e tratamentos adequados, influenciando com isso o diagnóstico precoce. A partir da revisão bibliográfica destes autores concluímos a importância do estudo para os profissionais da enfermagem e da saúde, pois atuam diretamente no campo da prevenção do vírus HPV.

Referências

NADAL, Sidney Roberto and MANZIONE, Carmen Ruth. Vacina contra o papilomavirus humano. O que é preciso saber?. Rev bras. colo-proctol. [online]. 2010, vol.30, n.2, pp. 237-240. ISSN 0101-9880. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-98802010000200018>.

VARGENS, Octavio Muniz da Costa; SILVA, Carla Marins; AZEVEDO E SILVA, Gulnar and GIRIANELLI, Vânia Reis. Diagnóstico de HPV: o processo de interação da mulher com seu parceiro. Rev. bras. enferm. [online]. 2013, vol.66, n.3, pp. 327-332. ISSN 0034-7167. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71672013000300004>.

NAKAGAWA, Janete Tamani Tomiyoshi; SCHIRMER, Janine and BARBIERI, Márcia. Vírus HPV e câncer de colo de útero. Rev. bras. enferm. [online]. 2010, vol.63, n.2, pp. 307-311. ISSN 0034-7167. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71672010000200021>.

Rama CH, Roteli-Martins CM, Derchain SFM, Longatto-Filho A, Gontijo RC, Sarian LOZ, et al. Prevalência do HPV em mulheres rastreadas para câncer cervical. Rev Saúde Pública 2008;42(1):123-130. AYRES, Andréia Rodrigues Gonçalves and SILVA, Gulnar Azevedo e. Prevalência de infecção do colo do útero pelo HPV no Brasil: revisão sistemática. Rev. Saúde Pública [online]. 2010, vol.44, n.5, pp. 963-974. ISSN 0034-8910. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102010000500023>.

A indisciplina da criança na escola e o TDAH: um estudo de caso

Débora Koller David¹
Luiza Dalla Corte Euzebio¹
Zuleika Leonora Schmidt Costa²

O estudo foi apresentado à disciplina de Seminário Integrador II/ Alterações no desenvolvimento infantil, do Curso de Psicologia da CNEC-FACOS. Os objetivos deste trabalho foi realizar micro intervenções psicossociais em uma escola com uma criança de 8 anos de idade. A metodologia foi um estudo de caso de um menino de 8 anos, “diagnosticado” pela escola do município de Tramandaí, com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade TDAH. Foram feitas observações em vários ambientes em que vive esta criança, bem como entrevistas com as pessoas que convivem com ela, além da professora, e psicopedagoga que acompanha o caso. A revisão teórica baseia-se em autores que conceituam sobre Desenvolvimento humano e TDAH. Segundo estes estudos a fase dos 6 aos 8 anos, a denominada “meninice” (Bee, 1997), é marcada pelo início da escolarização e o início da puberdade, ou seja, uma fase de muitas mudanças para a pessoa em desenvolvimento. No desenvolvimento psicossocial, Erikson denominou: Diligência versus inferioridade, o período em que as crianças aprendem a ser competentes e eficazes em atividades valorizadas por adultos, ou se sentem inferiores. (Cole, 2004). A escola considerou algumas alterações de comportamento para uma criança de 8 anos, que diagnosticaram ser TDAH. O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV, 1994) indica que sintomas hiperativos-impulsivos que causam comprometimento devem ter estado presentes antes dos 7 anos, mesmo que o indivíduo seja diagnosticado após esta idade. O diagnóstico do transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) em crianças e adolescentes exige não somente que a criança seja examinada, mas também que seja realizada entrevista com os pais, além da obtenção de informações com a escola, como foi realizado neste estudo (Graeff & Vaz, 2008). Em entrevistas com a mãe de JV, sua professora e a psicopedagoga, observando e conversando com o menino na escola fora dela,

¹ Acadêmicas do curso de bacharelado em Psicologia – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

começamos a nos perguntar se ele realmente se enquadrava no quadro de TDAH, pois não apresentava claramente os sintomas típicos de uma criança desatenta e/ou hiperativa. Na entrevista com a professora de JV e lhe aplicar o questionário SNAP-IV, vimos que na sua opinião JV apresenta três, dos nove sintomas de desatenção (são necessários no mínimo seis sintomas para diagnosticar déficit de atenção). A avaliação de JV da psicopedagoga é de uma criança muito ansiosa e com alguns conflitos familiares. Isso acaba refletindo em seu comportamento na escola, onde JV se mostra uma criança que se frustra quando contrariado, por vezes muito agitado, querendo chamar atenção e ser o centro de tudo, assim como é em sua casa. Ao final deste estudo de caso consideramos que o “diagnóstico” da escola pode estar equivocado. O psicólogo, o neuropsicólogo, o psiquiatra, e outros médicos re.

Referências

Bee, H. O Ciclo Vital. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. Cole, M., & Cole, S. O Desenvolvimento da criança e do adolescente. (M. Lopes, Trad.). Porto Alegre: Artmed, 2004.

CECCONELLO, A. M.& Koller, S. H. (1999). Avaliação da representação mental da relação de apego através do desenho da família: Um estudo com crianças brasileiras. Arquivos Brasileiros de Psicologia, 51 (4), 39-51. DSM-IV-TRTM. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. Trad. Cláudia Dornelles; - 4. ed. rev.- Porto Alegre: Artmed, 1994.

GRAEFF R, Vaz C. (2008). Avaliação e diagnóstico do transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH). Psicol. USP vol.19 no.3 São Paulo.

A inserção do psicólogo na Estratégia de Saúde da Família (ESF)

Alessandra Stuepp Evaldt¹
Cátula Pelisoli²

O advento do Sistema Único de Saúde - SUS trouxe novas concepções de saúde que passam a considerar os fatores sociais, culturais, não mais apenas a ausência de doença física. A busca pela acessibilidade, universalidade, descentralização e um atendimento integral, princípios básicos do SUS, visam ofertar um sistema de saúde mais eficiente onde há a prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças. A Estratégia de Saúde da Família (ESF) é parte da organização da Atenção Básica e é composta por equipes multiprofissionais que operam em Unidades Básicas territorializadas responsáveis pelo atendimento em saúde (Brasil, 2012). Entendendo a saúde como resultado de três fatores determinantes - biológicos, psicológicos e sociais ? compreende-se a necessidade de equipes interdisciplinares que incluam o psicólogo (Klinguer, 2008). Segundo Paulin; Luzio (2009), o psicólogo na equipe do ESF pode realizar trabalhos que se baseiam em problemas do local de sua atuação, fazer atendimentos individuais e construir projetos terapêuticos juntamente com outros profissionais. O objetivo desse trabalho foi conhecer a inserção do psicólogo no serviço de saúde num município do interior do Estado do Rio Grande do Sul. Para iniciar um contato com as funções do psicólogo no ambiente de trabalho do ESF, assim como a importância da sua atuação foi realizado um trabalho de campo objetivando a aproximação com a atuação do psicólogo. Os dados foram coletados por meio de duas entrevistas semi-estruturadas com duração média de uma hora cada realizadas com uma psicóloga e uma terapeuta ocupacional. Os resultados indicaram que quando o psicólogo recebe um paciente, ele faz o acolhimento e realiza uma avaliação, conforme a demanda encaminha a outros profissionais ou a outros serviços. Há encaminhamentos para atendimento individual e para atendimento em grupo. Para os pacientes que necessitam de atendimento individual, a psicóloga se utiliza do recurso da terapia focal, que é o atendimento que busca resolver apenas questões pelas quais o serviço foi procurado. O trabalho grupal é de

¹ Acadêmica do curso de bacharelado em Psicologia – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

prevenção de doenças e também de promoção de saúde por meio de projetos multidisciplinares. Realizam-se visitas domiciliares para pacientes que não podem se deslocar até o local de atendimento ou quando buscam conhecer o ambiente e a realidade do paciente. Os projetos são realizados de forma multidisciplinar, onde cada área contribui conforme seu saber, sendo mais resolutivo. Conclui-se que os profissionais buscam trabalhar a promoção de saúde e prevenção de doenças com projetos grupais preventivos, promovendo a socialização com trabalhos de prevenção de doenças, visitas domiciliares. Tais trabalhos possibilitam um atendimento resolutivo e integral em saúde que considera o bem estar físico, mental e social do usuário e, nesse contexto, entra o psicólogo promovendo um trabalho que favorece o bem estar.

Referências

Brasil. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. Ministério da Saúde. Brasília, 2012. Disponível em :

< <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnab.Pdf> > Acessado em 02/04/14.

Klinguer, Fontinele Júnior. Programa de Saúde da Família (PSF) Comentado. Goiânia. AB. 2ª edição, 2008.

Paulin, Tathiane; Luzio, Cristina Amélia. Psicologia na Saúde Pública: desafios para a atuação e formação profissional. Revista de Psicologia da UNESP, São Paulo, v.8(2). p 98 -109, 2009. Disponível em < <http://www2.assis.unesp.br/revpsico/index.php/revista/article/viewFile/138/170> > Acessado em 02/04/14.

A interrelação entre a proteção ambiental e os direitos humanos à luz da jurisprudência da CIDH

Géssica Adriana Buguiski Becker¹

Pâmela Dacol de Brito¹

Sara Margarida Silva de Figueiredo da Conceição¹

Caroline Dimuro Bender D'Avila²

O Sistema Interamericano de Direitos Humanos é composto principalmente por documentos que asseguram os direitos civis, políticos, econômicos e culturais, a exemplo do Pacto de San Jose da Costa Rica, firmado em 1969, os quais não suscitam dúvidas a respeito da sua força normativa. No que tange às normas protetivas do meio ambiente no âmbito da Organização dos Estados Americanos, estas não se mostram específicas e suficientes para conferir efetividade à proteção ambiental, em razão da sua (ainda) classificação como soft law - normas desprovidas de status normativo - ou seja, juridicamente frágeis. Posto isto, torna-se importante à análise sobre a proteção internacional do meio ambiente por via reflexa, já que a aplicação das normas de direito internacional nessa matéria ainda carecem de um movimento de conscientização dos Estados, justamente por não estabelecerem sanções para o seu descumprimento. Este trabalho tem como objetivo verificar como é o tratamento dispensado pelo Sistema Interamericano de Direitos Humanos aos casos nos quais os direitos humanos se relacionam com o direito ambiental, especificamente no que diz respeito às decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos, órgão internacional responsável pelo julgamento dos casos contenciosos entre indivíduos e Estado. Para isso, foram analisadas o total de 286 jurisprudências da Corte, das quais XX tratam da proteção ambiental pela via reflexa, o que significa dizer que os princípios utilizados para a proteção aos direitos do ser humano, beneficiaram, ao mesmo tempo, a manutenção sadia do meio ambiente, sendo possível afirmar que a proteção de um direito humano pode estar diretamente relacionada à proteção do meio ambiente e, caso está última se encontre prejudicada, também a primeira estará. A Corte Interamericana de Direitos Humanos, na apreciação dos casos que lhe são submetidos, tem inovado nas técnicas interpretativas com a finalidade de não deixar o meio ambiente desatendido. A partir de uma interpretação extensiva

¹ Acadêmicas do curso de bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

dos direitos humanos - especialmente dos direitos à propriedade, ao patrimônio cultural e de outros direitos de comunidades indígenas e tribais - a Corte tem fundamentado decisões que, por via oblíqua, protegem os bens ambientais, corroborando a tese da indivisibilidade, interrelação e interdependência entre todos os direitos humanos, preconizada pela Conferência Mundial de Viena de 1993.

Referências

MAZZUOLI, Valério de Oliveira; TEIXEIRA, Gustavo de Faria Moreira.

GREENING The Inter-American Human Rights System. In: L'Observateur des Nations Unies. 2012-2, vol. 33, p.299. 313.

ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, G.E. do Nascimento e; CASELLA, Paulo Borba. Manual de Direito Internacional Público. São Paulo: Saraiva, 2010.

A lei geral da micro e pequena empresa e a aplicação para o desenvolvimento

Daniela Burkhard¹
Luiz Filipi Bastos do Nascimento¹
Paulo Emilio Borges da Silveira¹
Marcelo Terra Reis¹
Carmen Regina Dornelles Nogueira^{2 3}

Os municípios brasileiros buscam constantemente ser mais eficientes em gestão, arrecadação e políticas de desenvolvimento, para geração de ambientes favoráveis aos novos negócios, com vistas aos benefícios às empresas e favorecimento do poder público para que sejam aproveitadas as potencialidades locais e criados novos meios de relacionamento entre comunidade e poder público. Neste sentido, a implementação da Lei Geral é vista como uma importante ferramenta propulsora, pois desperta a vontade das pessoas em sair da informalidade e ingressar no campo formal para poder participar de processos de compras nas licitações, por exemplo, antes vistos como oportunidades somente para grandes empresas. O conjunto, comunidade, poder público e empresário é capaz de criar redes de apoio e confiança que podem ser bases sólidas de capital social para o desenvolvimento. Neste contexto, a Lei Geral é analisada como ferramenta de desenvolvimento regional e o capital social associado, objetos de estudo do presente trabalho. Para sua realização utilizou-se de pesquisa bibliográfica associada à investigação. A presente pesquisa reveste-se da maior importância no âmbito da investigação em ciências sociais para o aprimoramento das relações do capital social a ser empregado como alavanca para o desenvolvimento regional, no qual conclui-se que ocorreu uma mudança considerável nos dois municípios analisados na pesquisa Tapes e Coronel Barros, os quais tiveram resultados consideráveis em compras com a redução de 35% do custo total com itens comprados em licitações exclusivas com participação de Micro e Pequenas Empresas e em desburocratização com as mudanças nos processos de abertura, fechamento, alteração e baixa de empresas chegando a ter 507 novas empresas formalizadas na modalidade de

¹ Acadêmicos do Mestrado em Desenvolvimento Regional – FACCAT.

² Professora do Mestrado em Desenvolvimento Regional – FACCAT.

³ Professora orientadora.

Micro Empreendedor Individual, conforme dados do SEBRAE RS. Nos procedimentos do poder público ocorreu a incorporação de novos empreendimentos formalizados que estabeleceram relacionamento com a infraestrutura criada para atender a demanda empresarial, as “Salas do Empreendedor” antes inexistentes, no qual exercem atividades dinâmicas de prestação de serviços desburocratizados e de acesso a mercados.

Referências

GIL, Antônio C. Como elaborar projetos de pesquisa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

PUTNAM, Roberto D. Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro, FGV, 1996.

SEBRAE RS, Manual de Implementação da Lei Geral, Passo a Passo de Implementação e Evidências para cada Capítulo, 2013.

VERAS, Cláudio; BARCELLOS, Flávio; OLIVEIRA, Inocêncio; SOUZA, Carlos. Curso de Formação de Agentes de Desenvolvimento. Brasília: FNP e SEBRAE NA, 2009.

SITO, <http://www.portaldodesenvolvimento.org.br/>, acesso em 09 de agosto de 2013, às 20 horas.

A manipulação das massas

Barbara Welter Machado¹
Bruna Rech da Silva¹
Jordana da Silva Dias¹
Lara de Castro Aguiar Rodrigues¹
Willian da Silva Cardoso¹
Caroline Dimuro Bender D' Ávila²

A população é facilmente influenciada pela mídia. Assistir televisão, navegar na Internet, falar ao celular é do cotidiano da maioria da população mundial. Somos, todos os dias, bombardeados por diversas mídias que, em comum, têm o objetivo de nos vender alguma coisa: uma ideia, um produto, um sonho, etc. E essa tecnologia influencia o tempo todo a sociedade e com consequência, a educação. Os meios de comunicação são feitos para mobilizar as pessoas e podem ser usados para o bem ou para o mal. Campanhas de doação de sangue, de vacinação, de incentivo à reciclagem e muitas outras, quando divulgadas e incentivadas pela mídia, ganham proporções enormes e trazem resultados extremamente positivos. Os mesmos geram consequências por exercerem grande influência sobre as pessoas. Acabam manipulando algumas situações, como em crimes de grande repercussão social, mudando e violando o ordenamento jurídico, isto acontece por relatarem fatos e pontos de vistas que as interessem e que terão grande divulgação e repercussão. Normalmente é escolhido pela mídia, casos cruéis, de atitudes erradas e más dos indivíduos que a cometem para chocar e impressionar a população. Podendo ser passada para o público a informação de forma parcial ou até mesmo de forma errada. Como foi o caso da Fabiane Maria de Jesus que foi espancada até a morte. Diziam que ela sequestrava crianças para rituais de magia negra, sendo publicado imagens em uma página do Facebook “Guarujá Alerta”. Uma das fotos era de 2012, num caso do Rio de Janeiro, a outra é de uma página de humor também do Facebook. A família irá processar o site que divulgou os boatos. A Lei de Imprensa prevê no Art.12: “Aqueles que, através dos meios de informação e divulgação, praticarem abusos no exercício da liberdade de manifestação do pensamento e informação ficarão sujeitos às penas desta Lei e responderão pelos prejuízos que causarem”. Os demais artigos desta lei

¹ Acadêmicas do curso de bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

preveem as penas para cada situação. Já foi apresentado à polícia dois nomes de possíveis envolvidos, Lucas Rogério Fabrício Lopes confessou a Polícia Civil ter participado, e ainda relatou que dois outros agressores foram executados por traficantes e que até crianças participaram do trágico ocorrido. A mídia como empresa privada tem como finalidade a obtenção de lucros, o que diferencia dos outros órgãos que tem como função a prestação do serviço público. A verdade é que, apesar dos pontos de divergência entre jornalista e juristas, quem realmente é prejudicado nesta relação é o cidadão, ficando sujeito apenas às impressões originada da mídia. Com isso, conseguimos observar que os veículos de comunicação são importantes para a sociedade desde que exerçam seu papel de forma adequada e verdadeira, contribuindo para a valorização da diversidade cultural, a educação, o conhecimento através da informação e a promoção dos direitos humanos no combate a todo tipo de violência. Esta deveria ser sua verdadeira função, e não promover tal ato.

Referências

VIEIRA, Ana Beatriz Manhas. Advogada. O impacto da mídia na construção dos valores sociais. Artigo Científico. 2010.

A não-vida pós morte: a falta de informação dos profissionais de saúde e a perda do doador em potencial

Adriane Kraus de Souza¹
Bibiana Emília de Rodrigues Costa Rosa Silveira¹
Edson Luis Wagner¹
Noemi da Silva Tormes¹
Helena Meinhardt²

Nem todo doador em potencial torna-se doador efetivo, sobre isso, um estudo de revisão que analisou as dificuldades no processo de doação de órgãos (Mattia et. al., 2010) enumera alguns fatores, relacionados à falta de conhecimento dos médicos e equipe de enfermagem, que atrapalham na efetivação da doação de um órgão. Ao longo deste trabalho, pretendemos esclarecer alguns critérios legais e técnicos envolvidos no processo de doação de órgãos (Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 1.480/97). Todo profissional atuante na área da saúde, e não apenas aqueles ligados aos pacientes em fila de espera de transplante de órgãos, deve ter conhecimento sobre as Leis que regem e regulamentam a doação de órgãos no Brasil, a fim de melhor trabalhar com as famílias que têm um ente diagnosticado com morte encefálica (ME) e a possibilidade da doação de seus órgãos. Uma resolução do Conselho Federal de Enfermagem - Cofen (Resolução n. 292/2004), por exemplo, diz que uma das funções do enfermeiro é notificar as Centrais de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos (CNNCDO) sobre a existência de potencial doador; entretanto, muitos profissionais desconhecem que essa notificação é obrigatória. Também é importante que os enfermeiros e técnicos conheçam o processo de diagnóstico de ME; um dos maiores medos dos familiares dos doadores é que seu ente não esteja de fato morto e que esse quadro possa estar sendo acelerado em vista da doação. O profissional com este conhecimento saberá interagir com o familiar e explicar sobre os exames básicos e complementares, explicando como e por que os procedimentos de diagnóstico não dão margem a erros. Quando bem orientados a respeito do diagnóstico de ME, os familiares costumam, mais frequentemente, consentir com a doação. O trato humanizado e respeitoso tende a diminuir a negativa

¹ Acadêmicas do curso técnico em enfermagem do Instituto de Educação Cenecista Marquês do Herval.

² Professora orientadora.

familiar e melhorar a vivência com o luto. Pretendemos demonstrar com a pesquisa, realizada através de revisão bibliográfica, que um profissional bem preparado quanto às questões legais, técnicas (diagnóstico de ME) e humanas (trato humanizado às famílias dos potenciais doadores), que permeiam a doação de órgãos, será uma importante peça para a transformação de um doador em potencial em um doador efetivo. Essa postura, se adotada pelos estudantes e acadêmicos de saúde (médicos, enfermeiros e técnicos em enfermagem), poderá ser o início da mudança na fila de espera por transplantes.

Referências

MATTIA, Ana Lúcia de et. al. Análise das dificuldades no processo de doação de órgãos: uma revisão integrativa da literatura. Revista BioEthikos, São Paulo, v.4, n.1, p. 66-74, jan/mar. 2010;

Conselho Federal de Medicina. Resolução nº 1.480, de 08 de agosto de 1997;

Conselho Federal de Enfermagem. Resolução nº 292, de 07 de junho de 2004.

A parasitologia da doença de Chagas

Gisele Santos de Oliveira¹
Neida Teresinha da Silva¹
Isabel Cristina Brandão Taufer²

Este trabalho foi desenvolvido a partir de uma revisão bibliográfica na disciplina de Parasitologia tendo como objetivo descrever as principais características do parasita causador da Doença de Chagas. O *Tripanosoma cruzi* foi descoberto pelo cientista brasileiro Carlos Ribeiro Justiniano de Chagas em 1909 que estudou este vetor, onde o nome dado foi em homenagem ao seu mestre Oswaldo Cruz. O *Tripanosoma cruzi* é um parasita flagelado com membrana ondulante que auxilia na sua locomoção. Possui também núcleo e um cinteplasto que é uma organela que possui DNA que se autoduplica no interior da mitocôndria. Tem a multiplicação por divisão binária simples, mas pode ocorrer reprodução sexuada. Este parasita vive em ambientes com casas de construções precárias, locais com alto índice de pobreza e pouco saneamento básico. Esses fatores facilitam para o inseto se alojar em locais como frestas, em casas de palha onde constroem seus ninhos. O ciclo é iniciado pelo hospedeiro intermediário, o inseto *Triatoma infestans* ou popularmente conhecido como barbeiro chupança, que adquire o parasita de animais silvestres. No trato intestinal do *Triatoma*, o *Tripanosoma* se desenvolve. Depois de infectado, a fêmea do *Triatoma* vai alimentar-se de sangue humano (hospedeiro definitivo) e, dessa forma, contaminar o homem. Durante a noite ocorre a picada, logo em seguida o inseto defeca em cima da pele e, nesse momento, o homem coça e faz uma lesão. Ao lesionar a pele, o *Tripanosoma* na fase de epimastigota (na forma de flagelo que facilita na penetração na epiderme) penetra no corpo humano. Na corrente sanguínea, já está na fase de tripomastigota que possui forma alongada e fina para se locomover mais rápido nas artérias. A última fase é do amastigota quando apresenta formato de uma esfera facilitando a formação de ninhos nos tecidos de mamíferos. Na Doença de Chagas, o *Tripanosoma* provoca diferentes sintomas que podem ser divididos em duas fases: sendo aguda e crônica. A aguda tem como características inflamação nos tecidos, febre, alterações cardíacas, elevada

¹ Acadêmicas do curso de licenciatura em Ciências Biológicas – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

resposta imune, durando esta fase em torno de 30 dias. A fase crônica, também pode ser chamada de fase indeterminada por ser assintomática e passar despercebida por anos. Porém, podem aparecer lesões cardíacas, entéricas, afetar os neurônios e pode levar a morte quando tem o bloqueio das artérias. A doença não possui vacina, mas tem medicamentos que alivia os sintomas na fase aguda. A prevenção consiste em controlar a população de *Triatoma infestans*, eliminar os focos nas casas, investir em saneamento básico, higiene e educação ambiental.

Referências

PESSÔA, Samuel.b; MARTINS, almicarvianna. **Pessôaparasitologia medica**. 11.ed.Rio de Janeiro:Guanabara KooganS.A,1988.125 a192p.

A patologia da Sífilis

Amanda Pelisser¹
Isabel de Oliveira Trisch¹
Lais Ribeiro da Silva¹
Neida Silva¹
Suelem Teixeira¹
Gabriel Corteze Netto²
Cesar Luis Silva dos Santos²

Neste trabalho realizamos uma revisão bibliográfica com objetivo de estudar a sífilis, sua etiologia e suas manifestações no organismo humano. A sífilis é uma doença infectocontagiosa causada pela bactéria *Treponema pallidum*, que possui capacidade de camuflar-se, adquirindo as mesmas características das células do corpo assim passando despercebida pelos anticorpos por dias. Esta tem preferência por desenvolver-se em regiões do organismo onde haja menos oxigênio, exista umidade e calor como no trato geniturinário. A transmissão acontece através da relação sexual (vaginal, anal ou oral), via transplacentária (sífilis congênita) ou ainda por via indireta (transfusão de sangue, hemoderivados, objetos contaminados ou lesões tegumentares das mucosas). Os sintomas aparecem de 1 a 13 semanas após a infecção. A doença evolui através de quatro estágios (primário, secundário, latente e terciário) e manifesta-se de forma diferente em cada um deles. Na primária surge uma lesão ou úlcera (cancro) indolor no local da infecção, frequentemente no pênis, na vulva ou na vagina. A secundária surge de 6 a 12 semanas após a infecção onde começam a aparecer erupções cutâneas, mesmo quando o indivíduo não é tratado esta erupção geralmente desaparece, podendo surgir novamente semanas ou meses mais tarde. Neste estágio são comuns úlceras bucais, visão embaçada causada pela inflamação ocular, inflamações de ossos, articulações, rins e fígado, também um pequeno número de pacientes pode evoluir com meningite sífilítica aguda. A latente não apresenta sintomas, mas podem durar anos, décadas e até permanecer pelo resto da vida. Durante a parte inicial deste estágio as úlceras infectantes algumas vezes reincidem. Na terciária o paciente deixa de ser infectante e ocorrem lesões cardiovasculares e neurológicas, nódulos denominados gomas e afeta os ossos. Quanto à

¹ Acadêmicas do curso de licenciatura em Biologia – FACOS/CNEC.

² Professores orientadores

congênita, a transmissão dá-se da mãe para o filho e será maior nas fases iniciais da doença, pois a infecção do embrião pode ocorrer em qualquer fase gestacional ou estágio da doença materna. Na criança surge a partir da segunda semana de vida. O diagnóstico é estabelecido através de testes de microscopia ou sorologia que incluem o teste de VDRL e Imunofluorescência. Para o tratamento utiliza-se a penicilina G ou outras drogas antimicrobianas como estearato de eritromicina ou azitromicina, exceto em grávidas nas quais são utilizadas a penicilina benzatina e a ceftriaxona, sendo que o paciente faz o exame de VDRL a cada três meses. Para prevenção recomenda-se o uso de preservativos durante as relações sexuais e não compartilhar objetos contaminados. Concluímos a partir dessa revisão bibliográfica que a sífilis é uma doença importante e de fácil detecção. Sendo uma DST que pode causar inúmeros transtornos ao paciente deveria se focar em políticas públicas de saúde efetivas como meio de prevenção.

Referências

COURA, José Rodrigues. Dinâmicas das doenças infecciosas e parasitárias. 2ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A, 2005.

HINRICHSEN, Sylvia Lemos. DIP, doenças infecciosas e parasitárias. Reimpressão. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 2009.

LIMA, Idelma Lopes; MATÃO, Maria Eliane Liégio. Manual do técnico em enfermagem. 9ed. Goiana: editora AB, 2010.

MURPHY. kenneth, Travers. paul, Walport. mark. Imunologia de janeway. 7.ed. Porto Alegre: artmed, 2010.

REGAZZI, João Carlos, BOTTINO, Giuliana. Sífilis: diagnóstico, tratamento e controle.

A pena de prisão usada como meio de detenção de pessoas e não um meio de reabilitação de pessoas

Carolina Lopes de Souza¹
Caroline Panni de Oliveira¹
Saulo Bueno Marimon²

Este estudo aborda a pena de prisão em nosso país tendo em vista seu uso de uma forma que vai a um sentido totalmente oposto a sua ideia atual, a de pena ressocializadora, a fim de responder ao questionamento de porque justamente ela vem falhando nesse ponto crucial, já que é certo o retorno à sociedade da maioria dos indivíduos presos, e espera-se que esse seja um retorno positivo, expectativa que infelizmente não condiz com a realidade a que infelizmente assistimos. Partiremos da hipótese de que estando o sistema prisional sem condições de fazer o que se espera dele, receber e recuperar os indivíduos que cometeram crimes, à medida que o número de presos é cada vez maior, na medida da escalada assustadora da violência, e a reincidência também alarmante daqueles que saem das prisões ao fim de suas penas, criando um novo número de "novos" e "velhos" presos extremamente alto causa uma superlotação de nosso sistema prisional, traço como objetivo entender o porque da impossibilidade de reabilitar a grande maioria dos indivíduos que cometem crimes e são presos, procurando a resposta nas medidas tomadas pelo governo, seriam eles inadequadas? Ou lidamos com um problema de certa forma social, no sentido de uma falta de perspectiva de um futuro honesto por parte daqueles que lá estão indo de encontro a proposta de uma solução que não se encontra na sofisticação e aumento do sistema prisional, mas sim na educação e formação profissional, tentando evitar o problema ao invés de resolve-lo. O tema é de grande interesse dentro de nosso estudo do Direito e identificação com o Direito Penal, em soma a certo desconhecimento do porque desse grande problema atual e o porquê de ainda não se ter chegado a uma solução, é um assunto extremamente atual, levando-se em conta o aumento da violência em nossa sociedade de forma assustadora, sendo este se não o maior, com certeza um dos grandes problemas do Brasil. Esta pesquisa foi elaborada começando por meus conhecimentos pessoais em

¹ Acadêmicas do curso de bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

² Professor orientador.

conjunto com uma base formada em livros, criando uma união de impressões pessoais e argumentos fundamentados através do qual direcionamos uma ampla pesquisa na internet com o objetivo de atualizar o conhecimento adquirido.

Referências

CARVALHO NETO, Inácio de. Aplicação da Pena. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

A Psoríase e a atenção da equipe de enfermagem

Amanda Daitx Justo¹
Elisandra Brulinger Valim¹
Gabriel Corteze Netto²
César Luis Silva dos Santos²

O objetivo do nosso estudo realizar uma revisão bibliográfica a cerca da psoríase e caracterizar os cuidados de enfermagem aos pacientes portadores dessa patologia. A psoríase é uma doença inflamatória crônica, não contagiosa, de pele e articulações de origem genética, que atinge indivíduos que possuem histórico familiar de hereditariedade multifatorial (herança poligênica), traumatismos físicos (fenômeno de Koebner), infecções (infecção estreptocócica aguda desencadeia a psoríase gutata), estresse (40% dos adultos e porcentagens ainda maiores em crianças), fármacos (glicocorticoides sistêmicos, lítio oral, agentes antimaláricos, interferon e bloqueadores - adrenérgicos dentre outros) e ingestão de álcool. A psoríase é uma dermatose de rápida evolução e fases de remissão, constituída por lesões eritematosas, escamosas que manifestam histologia típica. A psoríase é considerada uma doença autoimune, a mais prevalente das doenças inflamatórias associadas aos linfócitos T. Para a grande maioria dos pacientes com psoríase, a doença é mais devastadora no lado psicológico do que físico. A apresentação clínica da psoríase depende de um indivíduo para outro, sendo de início precoce com pico de incidência na segunda década de vida ou de início tardio que acomete indivíduos em torno dos 55 anos de idade. A incidência é igual em homens e mulheres e mais em brancos de pele clara. A psoríase apresenta morfologia e localização variada, assim sendo nomeada conforme a variação: vulgar, gutata, invertida, pustulosa. Foram estabelecidos critérios para avaliação da doença com base na extensão do quadro e o comprometimento da qualidade de vida do doente: psoríase leve e grave. O tratamento em todos os autores mostram ser iguais, já que a psoríase ainda não tem cura. O objetivo do tratamento é o controle clínico da doença e a melhora da qualidade de vida do paciente. A assistência de enfermagem ao portador da doença é feito através de inspeção e avaliação da integridade da pele, histórico familiar de psoríase. A equipe de

¹ Acadêmicas do curso de bacharelado em Enfermagem – FACOS/CNEC.

² Professores orientadores.

enfermagem auxilia o paciente a determinar o início, duração e possíveis fatores desencadeantes para evitar o início de um novo processo inflamatório. É também de responsabilidade da enfermagem a orientação ao paciente e pessoas próximas que a doença não é contagiosa e a higiene é necessária, a fim de evitar infecções secundárias. A psoríase deve ser tratada tanto de modo físico como psicológico. Sendo, concluímos a partir dessa revisão bibliográfica a importância no entendimento geral da doença para a correta atenção da equipe de enfermagem.

Referência

SMITH, Nancy E.; TIMBY, Barbara Kuhn. Enfermagem médico-cirúrgica . 8ª. ed. São Paulo: Manole Ltda, 2005.

HABIF, Thomas P. Dermatologia clínica: guia colorido para diagnóstico e tratamento. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, 2012.

GOLDMAN, Lee; AUSIELLO, Dennis. Cecil: Tratado de Medicina Interna. São Paulo: Elsevier Brasil, 2005. 2 v.

OVALLE, William. Netter: Bases da Histologia. Rio de Janeiro: Elsevier Ltda, 2011.

A química dos perfumes

Indianara Pereira Toledo¹
Suelem Aparecida Teixeira¹
Charles Francisco Ferreira²

O presente trabalho objetiva enfatizar a química dos perfumes, inspirado no romance *Perfume: a História de um Assassino* (Das Parfum, die GeschichteeinesMörders, 1985), que narra a história de um francês dotado de um olfato apuradíssimo, capaz de reconhecer odores imperceptíveis, mas incapaz de sentir seu próprio cheiro. Considerando os componentes históricos relacionados à confecção e utilização dos perfumes, evidenciamos a presença do mesmo desde a Idade Antiga, onde ele era ofertado como presente aos Deuses. A partir da Idade Média, até os dias atuais, o aprimoramento de sua composição é de grande relevância. O mercado dos perfumes apresentou um avanço aplicável não apenas ao meio estético, o qual é inicialmente de fácil associação, mas sua utilização está em escala crescente na produção de fármacos, com extensa aplicação em outros produtos do nosso cotidiano. Representamos, assim, um ponto de importante consideração a sua utilização na sociedade moderna. Ao longo dos anos, os perfumistas se aprimoraram, baseados em descobertas químicas, na síntese e desenvolvimento de compostos orgânicos, nos processos envolvidos para a elaboração de substâncias mais complexas, transformando assim o “abstrato” em uma “obra de arte”, lapidando peculiaridades e individualidades para cada substância. Para cada perfume, fragrâncias mimetizam odores naturais (geralmente associados à plantas), sendo suas principais constituições moléculas orgânicas voláteis, de baixo peso molecular, pertencentes aos grupamentos químicos dos aldeídos, cetonas, álcoois, ácidos carboxílicos; substâncias capazes de gerar respostas olfativas à percepção humana. A obtenção de matérias-primas, desde compostos naturais a produtos sintéticos, é um dos focos de preocupação em relação à volatilidade destes agentes aromatizantes. Cada fragrância é destinada a um público-alvo, devido as suas diferenças químicas estruturais, considerando assim cada matéria-prima com cada composição individual. Podemos classificar os perfumes, neste aspecto, em amplos grupos,

¹ Acadêmicas do curso de licenciatura em Ciências Biológicas – FACOS/CNEC.

² Professor orientador.

tais como: florais, verdes, orientais, críticos, entre outros. Com os avanços da tecnologia moderna, a utilização de óleos essenciais (aromáticos e voláteis) também se tornaram utilizáveis no processo de confecção de perfumes. Portanto, a perfumaria moderna é, sem dúvida, a arte química que utiliza o maior número de matérias-primas diferentes (de vegetais à glândulas animais). Assim, este trabalho contribui para, imprescindivelmente, demonstrar à população acadêmica da Faculdade Cenecista de Osório, o quão imprescindível se torna conhecer as particularidades e as peculiaridades químicas envolvidas no processo de confecção dos perfumes.

Referências

BOTICARIO. Material para pesquisa. Portal O Boticário. Curitiba, 2005. Disponível em: Acesso em: 22 ago. 2007.

CALKIN, R.R.; JELLINEK, J.S. Perfumery: practice and principles. Canadá: John Wiley, 1994. 304p. COBIELLA, N. Cosmética y perfumaria: antecedents y algo de história. Revista Digital Autosuficiência. Buenos Aires, Abr. 2006. Disponível em: Acesso em: 09 out. 2007.

CRAVO, A. B. Plantas & Perfumes: as essências mais usadas. São Paulo: Hemus, 1996. 150p.

A segurança do trabalhador no refinamento da resina: um estudo de caso em uma empresa de resinagem do Litoral Norte do RS

Micheli Maranoski¹
Alex Masiera Michels¹
Alcenir Wagner Lopes Milanezi¹
Tainan Raupp Godinho¹
Thiago Santos Cardeal¹
Ludinará do Nascimento Scheffel²

Com o intuito de garantir a saúde e segurança dos trabalhadores o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) orienta as empresas no que diz respeito ao uso de equipamentos de proteção individual (EPI's). Este trabalho tem como objetivo principal averiguar se ocorre a utilização destes equipamentos em um setor específico do parque fabril de uma empresa que trabalha com o refinamento de resina, verificando o modo que a mesma administra o uso dos equipamentos e, como objetivo específico, verificar se o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) da empresa traz a indicação dos EPI's de acordo com o risco existente. Trata-se de um estudo de caso realizado em uma empresa no ramo de resinagem do litoral norte do Rio Grande do Sul e os dados foram coletados através de observação às rotinas de trabalho dos colaboradores, de fotografias, de uma entrevista semiestruturada com o técnico em segurança do trabalho e da análise documental do PPRA. Após a verificação do PPRA percebeu-se que a empresa fornece os EPI's adequados aos trabalhadores, há exigência de uso, inclusive através de placas de sinalização nos setores que estes são imprescindíveis. Entretanto, até pouco tempo a empresa não realizava o controle da distribuição de tais equipamentos de segurança. Durante a observação constatou-se que a guarda (armazenagem) de tais equipamentos estava inadequada, sem identificação, assim como não havia anotações de controle de uso dos mesmos. Quando da realização da observação às rotinas de trabalho, pode-se perceber que o piso é irregular, não oferecendo segurança adequada para o exercício das tarefas dos trabalhadores, o que dificulta o transporte do produto final de um local ao outro, dentro do mesmo setor. Ainda pode-se perceber que não há demarcação e

¹ Acadêmicos do curso de bacharelado em Administração – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

sinalização de espaço onde são realizados os processos, o que dificulta a segurança no aspecto circulação dos trabalhadores. Após todas as coletas, sugestionou-se à empresa que continuasse efetuando o controle de distribuição dos EPI's, conforme recentemente implantado. Sugeriu-se também que houvesse a adequação do piso, possibilitando que o mesmo ficasse mais regular, evitando assim riscos de acidentes e, junto a esta sugestão de melhoria, indicou-se a instalação de uma calha (ou algo que se assemelhe) para a contenção dos resíduos do processo de refinamento da resina, com limpeza periódica da mesma, pois seu transbordamento também poderia ocasionar acidentes.

Referências

Yin, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Trad. Daniel Grassi - 2.ed. Porto Alegre : Bookman, 2001.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Normas Regulamentadoras. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/legislacao/normas-regulamentadoras-1.htm>. Acesso em: 02 mai. 2014.

A seletividade penal como traço estrutural do sistema criminal

Juliana Madalena de Melo¹
Vinícius Gil Braga²

A presente pesquisa está alicerçada no pressuposto de que a criminologia é um campo de conhecimento que se debruça sobre os discursos que movem a questão criminal, almejando reduzir os níveis de violência nela existentes. Nesse particular, além das formas de violência costumeiramente reconhecidas, inclui-se a violência presente nas próprias instituições do Estado (poder legislativo, polícia, magistratura, execução penal), que, no mais das vezes, traduzem notório descompasso entre compromissos democráticos assumidos e práticas de manifesta violação de direitos. Nesse cenário, a seletividade penal é condição inerente ao exercício do poder punitivo, então envolvido por um amplo rol de condutas criminalizadas, em descompasso a sua limitada capacidade de ação. Por conseguinte, reduzidas são as ações típicas que ingressam no sistema, condicionadas aos interesses, circunstâncias e contingências que acompanham a atividade das agências secundárias de controle do delito, bem como aquelas inerentes à própria realização dos crimes. O resultado dessa equação é o de que grande parte dos ilícitos permanece à margem do sistema, no mais das vezes produzindo consequências negativas, tais como: marginalização social, distorção das representações sociais sobre as práticas delituosas, estímulo à difusão dos sentimentos de medo e insegurança, dentre outros. Deste modo, a seletividade do sistema penal encontra amparo na crença e na necessidade popular de que a punição solucionará o problema da criminalidade. Fato importante que coopera com esse fenômeno é a impunidade frente aos chamados crimes de “colarinho branco”, condutas ilícitas praticadas por pessoas de alto poder e prestígio social. Ou seja, tais personagens não estão vulneráveis ao poder punitivo. O objetivo desta pesquisa, portanto, é expor a realidade do sistema penal, que seleciona quem punir e, com isso, segrega. Para fundamentar o presente estudo, tomamos como base os autores Raúl Zaffaroni, Vera Malaguti

¹ Acadêmica do curso de bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

² Professor orientador.

Batista, Carlos Alberto Elbert, Louk Hulsman, Muñoz Conde, Hassemer e Luiz Eduardo Soares.

Referências

BATISTA, Vera Malaguti. Introdução crítica à criminologia brasileira. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

ELBERT, Carlos Alberto. Novo manual básico de criminologia. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

HULSMAN, Louk; DE CELIS, Jacqueline Bernat. Penas perdidas: o sistema penal em questão. 2ª ed. Rio de Janeiro: Luam, 1997.

SOARES, Luiz Eduardo. GUINDANI, Miriam. Um pacto republicano em defesa da vida. In ITUASSU, Arthur; ALMEIDA, Rodrigo (organizadores). O Brasil tem jeito? Educação, saúde, justiça e segurança. Volume 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007, p. 119-176.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; BATISTA, Nilo; ALAGIA, Alejandro; SLOKAR, Alejandro. Direito penal brasileiro. Tomo I. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

A Síndrome de Hunter

Daiana Martins de Oliveira¹
Eduarda Barbosa de Morais¹
Rafaela Borba da Silva¹
Simone Boeira Gomes¹
Charles Francisco Ferreira²

A síndrome de Hunter ou mucopolissacaridose II (MPSII) é uma doença genética hereditária, ligada ao cromossomo X, da classe de doenças de depósito lisossômico. Seu raro acometimento é maior em indivíduos do sexo masculino (1:155.000), sendo a deficiência enzimática induzida por esta síndrome resultante de disfunções orgânicas multissistêmicas. O presente trabalho de revisão bibliográfica objetivou identificar as principais características envolvidas no acometimento por MPSII. Sendo assim, alguns autores reportam que a incapacidade da enzima iduronato-2-sulfatase em quebrar e reciclar os glicosaminoglicanos (GAGs), nos lisossomos, acumulariam estes resíduos nas células de diversos tecidos corporais. Com a progressão deste acúmulo, os principais sintomas da MPSII se tornam mais visíveis. Esta doença foi identificada inicialmente pelo médico canadense Dr. Charles Hunter (1917) sendo descritas, até o presente momento, sete variações diferentes. As manifestações clínicas relatadas são: alterações faciais, aumento de volume encefálico, alterações abdominais, deficiência auditiva, disfunções cardíacas (e.g. valvas, função cardiovascular em geral), obstrução de vias respiratórias (e.g. apneia), alterações viscerais (e.g. fígado, baço), além de comprometimentos articulares (pelo acúmulo de GAGs) e danos neurológicos. Por se tratar de uma grave doença, progressiva e crônica, o não diagnóstico precoce ou tratamento inespecífico induz redução significativa na expectativa de vida destes indivíduos (15 anos de idade). Nesta perspectiva, comumente se encontram indícios de indivíduos assintomáticos no início do desenvolvimento, sendo notável o aparecimento dos primeiros sintomas após os 7 anos de idade. Atualmente, a principal limitação para o diagnóstico e para o tratamento desta síndrome é o amplo desconhecimento de suas características por parte de médicos e profissionais da saúde, de maneira

¹ Acadêmicas do curso de bacharelado em Enfermeira – FACOS/CNEC.

² Professor orientador.

geral, originando erros ou retardo no diagnóstico. Após a suspeita de diagnóstico, exames de rotina laboratorial em clínica médica são utilizados para mensurar os níveis de GAGs. Somente a quantificação dos níveis de GAGs sanguíneo ou de tecidos, coletados por biopsia, são considerados diagnósticos confirmatórios para esta síndrome. Como proposta terapêutica, a indicação de reposição enzimática (iduronato-2-sulfatase, infusão endovenosa) tem sido reportada como possuidora de grande melhoria na qualidade de vida dos portadores MPSII, com significativa redução dos sintomas apresentados. Desta maneira, ressaltamos a necessidade de maiores capacitações dos grupos multiprofissionais em saúde, evidenciada pela falta de informações a respeito de distintos quadros clínicos passíveis de tratamentos eficazes, se diagnosticados de maneira correta e precocemente.

Referências

TEJEDA DILOU, Yoni et al. Síndrome de Hunter. Asesoramiento a parejas y familiares con riesgo. MEDISAN [online]. 2013, vol.17, n.8 [citado 2014-05-22], pp. 4045-4050 . Disponible en: . ISSN 1029-3019.

ERREIRA, Ana Carolina Rocha Gomes e GUEDES, Zelita Caldeira Ferreira. Estudo prospectivo da Deglutição na Mucopolissacaridose II (síndrome de Hunter) Antes e Apos Tratamento enzimático. Rev. soc. bras. Fonoaudiol. [online]. 2011, vol.16, n.2 [citado 2014/05/22], pp 221-225. Disponível em: . ISSN 1982-0232. <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-80342011000200018>.
<file:///C:/Users/Eduarda/Downloads/folheto%20paciente%20hunter.pdf>

A supremacia do direito à convivência familiar e comunitária no desenvolvimento da criança e do adolescente

Bruna Araujo da Silva¹
Afonso Armando Konzen²

O estudo tem o propósito de analisar o direito fundamental à convivência familiar. Para tanto, foi utilizado na abordagem o método dialético e nos procedimentos os métodos histórico, comparativo e tipológico. Com a criação do Sistema de Garantia de Direitos às crianças e aos adolescentes avançou-se muito legislativamente. Ocorre que hoje não se discute mais quanto à necessidade de normas, mas sim quanto à necessidade de efetivá-las. A partir dessa constatação, pretendeu-se, apontar medidas existentes no ECA, capazes de efetivar o direito à convivência familiar. Para tanto, foi necessário, antes de tudo, reconhecer a importância do vínculo familiar para o desenvolvimento dos infantes. O distanciamento entre pais e filhos, a ruptura de vínculos familiares, o rompimento de elos de afetividade podem causar danos afetivos de grande magnitude e, conseqüentemente, afetar o desenvolvimento psíquico sadio da criança. Por esse motivo, é de suma importância que se lute pela supremacia do direito à convivência familiar, pois é inaceitável que crianças e adolescentes sejam privados de sentirem-se amados, cuidados, pertencentes a um núcleo familiar. Reconhecendo a importância os vínculos familiares, crianças e adolescentes passam a ser vistos de maneira inseparável do contexto sóciofamiliar. Contudo, não são todas as famílias que conseguem cumprir de maneira efetiva seu papel, sendo assim indispensável a intervenção da Autoridade Judicial ou do Conselho Tutelar para suprir essa falta. Diante essa realidade, o ECA elencou medidas aplicáveis, tanto aos pais, quanto aos infantes, para efetivar esse direito. As medidas estão dispostas de maneira gradual, mas não estática. Essas devem atingir seu fim, qual seja, que os infantes sejam criados de maneira saudável e livres de ameaça e violações de seus direitos. Cabe, portanto, ao Poder Público fornecer condições apropriadas, mediante políticas públicas eficientes, para que essas famílias possam cumprir seu papel de forma exemplar. A manutenção e a

¹ Acadêmica do curso de Pós Graduação em Direito Previdenciário e Direito do Trabalho – FACOS/CNEC.

² Professor orientador.

reintegração familiar serão a regra na aplicação das medidas, excepcionalmente, será necessária a aplicação de medidas mais severas, como a colocação em família substituta. É necessário que o infante sinta, pelo tempo em que permanecerem na família substituta, aconchegado e protegido integralmente. A adoção, de igual forma, é medida a ser buscada como forma de garantir o direito da criança a ter um lar, ou seja, procurar pais para uma criança e não uma criança para os pais, pois o objetivo dessa medida é de atender o melhor interesse da criança. O ECA preocupou-se em trazer mecanismos que sejam capazes de garantir que os infantes tenham seu direito à convivência familiar efetivado, seja por meio de medidas que buscam sempre o fortalecimento dos vínculos, a responsabilização e o empoderamento das famílias ou por medidas que busquem efetivar esse direito em outros lares, pois o que não se pode aceitar é que crianças e adolescentes vivam sem ser amados e respeitados.

Referência

CURY, Munir. Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado. São Paulo. Malheiros, 2010. KONZEN, Afonso Armando. Fundamentos do Sistema de Proteção da Criança e Adolescente. In: Revista do Ministério Público, Porto alegre, n. 71, 2012.

Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília: Comanda, 2006. Convenção Sobre os Direitos da Criança. Disponível em:

http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf

TRINDADE, Jorge. Manual de Psicologia Jurídica para operadores do Direito. 5 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

A Teoria Pura do Direito de Hans Kelsen

Éverson Silva Nunes¹
José Luiz Filho Franzen¹
Luiz Fernando Antunes Lima¹
Everton Ricardo Bootz²

Este estudo é fruto da análise do capítulo I, seção I, páginas 1-3 da obra Teoria Pura do Direito, de Hans Kelsen. O autor é considerado como um dos maiores juristas do século XX. Ele nasceu no ano de 1881, em Praga, Império Austro-Húngaro, iniciando sua vida docente no âmbito do estudo do Direito em 1900. Sua morte ocorreu em 1973, aos 91 anos, deixando um legado de publicação de mais de 20 livros e centenas de artigos num total superior a 17.000 (Dezessete mil) páginas, cujas obras foram traduzidas para mais de 15 línguas em todos os continentes. Oriundo de ascendência judaica, no seu transcender, vivencia os horrores do Nazismo; foge para Genebra, persistindo em permanecer na Europa. Com mais de 60 anos, se vê obrigado a emigrar para os Estados Unidos, levando consigo a incansável busca pela tipicidade de elementos que definam legalmente o Direito. O tema ressalta este emblemático autor, ao qual é conferido a titularidade de pai da Teoria Pura do Direito. Trata-se de problema de supra interesse resultante de notável enriquecimento acadêmico, pois busca discernir “O que é o direito?” “O que é Teoria Pura do Direito?” “Qual objetivo de Kelsen em elaborar esta teoria?” Indagações que possuem como fundo a contraposição entre o Direito Natural e o Direito Positivo. Para compreender a Teoria Pura do Direito, corrente juspositivista, foi necessário usar como paralelo o Direito Natural, corrente jusnaturalista, sendo que aquela surge como uma contraproposta a este. Portanto, visto que a Teoria Pura do Direito é uma contraposição ao Direito Natural, Kelsen delineou uma ciência do Direito desprovida de qualquer outra influência que lhe fosse externa, abolindo toda a contaminação, toda a disciplina que distorça o pronunciamento, a construção do que é o Direito no âmbito do puro dever-ser. Para Kelsen, o Direito não tem que estar vinculado, explicado com base na estrutura biológica do ser humano, com a conduta efetiva do homem; não pode a biologia, a psicologia, a sociologia, preceitos éticos, morais, religiosos e

¹ Acadêmicos do curso de bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

² Professor orientador.

políticos interferirem, contaminarem o Direito. Nesse passo, Kelsen, paulatinamente, desenvolve sua teoria, objetivando, por fim, atribuir à matéria do Direito, cientificidade, ou seja, garantindo autonomia própria como ciência, tornando-o princípio e fim de todo o sistema jurídico.

Referências

BARZOTTO, Luiz Fernando. O Positivismo Jurídico Contemporâneo. Uma introdução a Kelsen, Ross e Hart. 4. reimp. São Leopoldo: UNISINOS, 2004.

A união estável homoafetiva e as suas possibilidades jurídicas

Andréia de Oliveira Colombo¹
Emerson Ricardo da Silva Nobles¹
Lucian Louiz Ferreira Ractz¹
Priscila Pazzetti da Cunha¹
Romulo Mallmann¹
Jarbas Freitas da Silva²

No século XIX até a metade do século XX existia a família colonial que era conhecida por ser conservadora, católica, patriarcal e hierarquizada, ou seja, o homem era o chefe de família e responsável pelo sustento desta. Ao chegarmos à metade do século XX, encontramos uma época revestida de muitas mudanças, filhos oriundos de famílias rurais migrando para as grandes cidades, surgindo então o Estado Social que contribuiu para o surgimento da família atual. Portanto, a família era reconhecida por lei por ser uma entidade totalmente patriarcal, matrimonial, patrimonial, indissolúvel, hierarquizada e heterossexual, e o casamento era a única entidade familiar que possuía proteção do estado, esta situação perdurou até o advento da Constituição Federal de 1988. Hoje, após várias transformações, em se tratando de entidade familiar, o Direito de Família passou a ter um pluralismo de conceitos, foi reconhecido implicitamente o princípio da pluralidade de entidades familiares e em decorrência disso a Constituição Federal de 1988 reconhece a família homoparental. No entanto, a homossexualidade sempre existiu, desde a Grécia antiga até os tempos atuais, mas por serem entidades totalmente diferenciadas das famílias consideradas "normais", estas eram marginalizadas e vistas como entidades "anormais" gerando um sistema discriminador e preconceituoso. Porém, essa visão preconceituosa não pode mais servir como norte para o legislador nos dias de hoje, pois estaríamos infringindo a cláusula pétrea do art. 1º, III, CF/88 onde temos o direito da "dignidade da pessoa humana" e infringindo também o art. 5º, caput, CF/88 onde encontramos explicitamente o direito de inviolabilidade à "igualdade" e como sabe-se ambos os direitos supramencionados devem ser protegidos e garantidos pelo Estado. Portanto, não podemos deixar de reconhecer as entidades homoafetivas, baseadas no afeto, como entidades familiares e que devem sim receber a

¹ Acadêmicos do curso de bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

² Professor orientador.

mesma proteção que é dada às famílias "normais". O afeto passou a ser reconhecido juridicamente e por essa razão as leis e a própria Justiça não são mais quem determinam quais são as entidades familiares que possuem a proteção dada pelo Estado. O afeto, ou seja, o sentimento propriamente dito, é que é levado em conta, tão pouco importando a orientação sexual, raça, religião, credo ou qualquer outra forma de designação. Em maio de 2011, a população LGBT e a sociedade em geral, sofreram um marco revolucionário com o julgamento da ADPF 132 e da ADI 4277, que trouxeram significativos avanços para o nosso Direito de Família. A união entre pessoas do mesmo sexo ou união estável homoafetiva, passa a ser considerada entidade familiar, passando a ter os direitos expressos no artigo 226 §3º da Constituição Federal e no artigo 1.723 do Código Civil. Em 14 de maio de 2013, entrou em vigor a resolução 175 do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre a habilitação e celebração do casamento civil ou conversão da união estável homoafetiva.

Referências

As uniões homoafetivas frente a Constituição Federal Link:

http://www.mariaberenice.com.br/uploads/as_uni%F5es_homoafetivas_frente_a_constitui%E7%E3o_federal_-_i.pdf Homoafeição: um direito a ser respeitado.

Link:

http://www.mariaberenice.com.br/uploads/homoafei%E7%E3o_-_um_direito_a_ser_respeitado_-_consulex.pdf Homoafetividade e o direito à diferença.

Link:

http://www.mariaberenice.com.br/uploads/26__homoafetividade_e_o_direito_%E0_diferen%E7a.pdf União Homossexual Aspectos sociais e jurídicos. Link: http://www.mariaberenice.com.br/uploads/5_-_uni%E3o_homossexual_-_aspectos_sociais_e_jur%EDdicos.pdf

A valorização e preservação da cultura africana numa escola quilombola

Angela Maria Negreiros de Queiróz¹
Liége Deolinda Westermann²

Este trabalho apresenta a síntese do artigo produzido na disciplina de Seminário de Conclusão e é fruto de pesquisa realizada em uma escola que atende alunos de uma comunidade quilombola, situada em uma cidade do litoral norte do Rio Grande do Sul. Sob o tema valorização e preservação da cultura africana na escola, o presente estudo teve por objetivo investigar a existência da cultura africana no currículo e na rotina escolar, bem como sua influencia na vivência dos indivíduos envolvidos. Para isso, procurou-se observar o espaço de aprendizagem de uma escola localizada numa comunidade quilombola, a fim de conhecer o currículo e a rotina, identificando nos documentos escolares como o Projeto Político Pedagógico, projetos escolares, falas dos alunos e do corpo docente, a respeito da valorização e da preservação da cultura africana, obtendo assim elementos suficientes para analisar os dados coletados segundo teorias relativas à temática. A pesquisa teve caráter qualitativo, na modalidade pesquisa de campo. Quanto aos procedimentos técnicos, foram realizadas entrevistas ao corpo docente e discente e questionário semiestruturado. Como forma de registro, para análise de dados, foi utilizado um diário de campo e fotos que buscaram identificar manifestações culturais de origem africana. Os resultados obtidos foram que, embora existam propostas futuras, a escola apresenta poucas manifestações culturais africanas na sua rotina, e adere ao currículo estabelecido pelo município sem menções direcionadas à cultura africana especificamente. Desde que a Lei 10.639/03 passou a vigorar, tornando obrigatório o ensino da cultura africana, História da África e cultura afro-brasileira nas escolas, reconhece-se que se constitui num desafio aos professores trabalhar com tais temáticas, em razão da necessidade de capacitação que nem sempre conseguem realizar. Entretanto, observou-se a firme convicção por parte da professora entrevistada, de promover o resgate da identidade negra dos alunos e a valorização das suas origens através de um acervo histórico com objetos

¹ Acadêmica do curso de licenciatura em Pedagogia – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

doados pela comunidade quilombola, onde o mesmo permite que cada doador relate a história do objeto doado e o relacione a sua cultura. Tal valorização também foi percebida através de atividades em sala de aula, como a confecção de cartazes produzidos pelas crianças, procurando suas raízes através dos seus antepassados. Concluiu-se que a escola apresenta perspectivas futuras como propostas de inserção no currículo, no Projeto Político Pedagógico e nos demais documentos em construção, visando priorizar a valorização da cultura africana, o resgate da identidade negra das crianças e a desconstrução do preconceito, dando ênfase a importante contribuição cultural, social, política e econômica oferecida pelo povo africano.

Referências

REFERÊNCIAS BRASIL. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-raciais. Brasília: MEC/Secad, 2006.

FELIPE, Delton Aparecido. Ensino da história e cultura africana em salas de aula. Seminário de Pesquisa do PPE. Universidade Estadual de Maringá. 2010. Disponível em , acesso em 10/04/2013.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. - Brasília: MEC, 2005.

MUNANGA, Kabengele. Superando o Racismo na escola. 2ª edição revisada ? [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 204p.: il. Disponível em < [http://www.uel.br/projetos/leafro/pages/arquivos/MUNANGA%20K%20-%20Superando%20o%20Racismo%20na%20Escola%](http://www.uel.br/projetos/leafro/pages/arquivos/MUNANGA%20K%20-%20Superando%20o%20Racismo%20na%20Escola%20)> acesso em 27/10/13.

TIRADENTES, J. A. Sociedade em construção: história e cultura afro-brasileira. O negro na formação da sociedade brasileira. São Paulo: Direção, 2008.

A vedação do nepotismo na administração pública

Ana Paula Meneghel Rossi Janner¹
Everton Leffa Konig¹
Marcelo Costa André da Silva¹
Mateus da Silva Rosa Pereira¹
Caroline Dimuro Bender D'Ávila²

O trabalho irá apresentar a improbidade administrativa conhecida como nepotismo; tendo como objetivos gerais e específicos, analisar a prática nepótica voltada á administração pública. Para tanto, serão utilizados como referências de pesquisa a jurisprudência e as previsões legais, tais como o art. 14 § 7º, CF/88; o art. 37,CF/88; a Resolução n. 7 do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) datada no ano de 2005; a Súmula vinculante nº 13 do STF. O nepotismo é advindo desde a Idade Média (ainda que não reconhecido com essa denominação), tendo sua origem relacionada ao cargo de confiança administrativo eclesiástico oferecido pelos Papas a seus sobrinhos (nepotis) ou netos (nepos). Logo esse termo surgiu para designar a prática relacionada à contratação de parentes no serviço público em vantagem própria, ou em benefício de outrem. A ilegalidade do nepotismo não se encontra explícita no texto constitucional brasileiro, entretanto o art. 37, CF/88 enfatiza que a esfera administrativa pública direta e indireta deve obedecer aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Além disso, o art. 14, § 7º, CF/88, torna parentes dos chefes do executivo inelegíveis para concorrerem a eleições na mesma jurisdição, para evitar a continuidade e concentração de poder nas mãos de famílias. Ou seja, refere-se à inelegibilidade baseada na proibição do favorecimento, que guarda relação com a prática nepótica. No ano de 2005, o CNJ (Conselho Nacional de Justiça), com o objetivo de aprimorar o serviço público, elaborou a Resolução n. 7, que veda a prática de nepotismo no âmbito de todos os órgãos do Poder Judiciário. Tal restrição ao judiciário coibiu não só o nepotismo direto, que é a contratação de parentes até 3º grau em linha direta ou colateral, consangüínea ou afim, quanto o nepotismo indireto ou cruzado, referente a parente de uma autoridade servindo a outra em troca de favores. Para estabelecer a proibição

¹ Acadêmicos do curso de bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

da prática nepótica aos três poderes foi proposta pelo Relator Ministro Ricardo Lewandowski a Súmula vinculante nº 13. A Súmula expressamente proíbe tanto a contratação por consangüinidade como o chamado nepotismo cruzado na esfera administrativa pública. Sendo assim, se configurando o nepotismo, o agente público poderá sofrer uma ação civil por ato de improbidade administrativa, sujeitando-se ao que indica o art. 11 da Lei 8.429/92. Constatase que ainda há muitas divergências no mundo jurídico quando o assunto é nepotismo. Estamos apenas no início de um processo de mudança de paradigma cultural na administração pública brasileira, que certamente ainda durará por muito tempo até a concretização definitiva dos princípios fundamentais da moralidade e da impessoalidade no âmbito dos Poderes Públicos. Torna-se público e notório, que feitas às defesas em lei, ninguém poderá inferir o nepotismo escusando-se não conhecer sua proibição proposta em lei.

Referências

ANTONIO, Alice Barroso de. O nepotismo sob a ótica da Súmula Vinculante nº 13 do STF: críticas e proposições. Revista Brasileira de Direito Municipal ? RBDM, Belo Horizonte, ano 10, n. 31, p. -, jan/mar. 2009. p.03 Disponível em: Acesso em 22 de abril de 2014.

MESQUITA, Kyciene Mesquita de. Nepotismo: uma falta de moralidade e ética. [S.L.], 2006. Disponível em: Acesso em 22 de abril de 2014.

OLIVEIRA JÚNIOR, Antonio de Pádua. Combate ao nepotismo. Resolução nº 7/2005 do Conselho Nacional de Justiça. Jus Navigandi, Teresina, ano 10, n. 888, 8 dez. 2005. Disponível em: . Acesso em 22 de abril de 2014.

GARCIA, Emerson. O nepotismo. [S. L.], [s. d.]. Disponível em: < https://www2.mp.pa.gov.br/sistemas/gcsubsites/upload/40/o_nepotismo.pdf> Acesso em 22 de abril de 2014. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da

República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: 1988. Disponível em: Acesso em 20 de abril de 2014.

Acolhimento relacionado à família de um possível doador de órgãos

Marla Guedes Duarte¹
Silvane Ferri Barcela¹
Helena Meinhardt²
Luciane Silva Soares²

Acolher a família de um possível doador de órgãos passa por tentar compreender os motivos que levam a decisão de doar ou não, pois a doação pode ter diversos significados para a família, como a dor da perda, interrupção dos vínculos, continuidade e salvação para outras vidas (FELIÚ, 2009). É um momento de instabilidade, por vezes não há solidariedade que motive doação no momento da dor da perda de um ente querido. Um paciente com morte encefálica apresenta uma lesão irreversível do encéfalo, que inviabiliza a vida. Entretanto, as manobras utilizadas para a manutenção da viabilidade dos órgãos a serem doados, como manutenção desse paciente em equipamentos de suporte a vida e uso de drogas vasopressoras, que mantêm o coração batendo e o sangue fluindo pelo corpo, pode levar os familiares à crença de que seu ente esteja vivo e que o quadro possa ser revertido (SANTORO, 2012). O presente estudo pretende, através de revisão bibliográfica, verificar a relevância do acolhimento dedicado aos familiares de pacientes com morte encefálica no processo de decisão sobre a doação dos órgãos desse paciente. Através de revisões bibliográficas conclui-se que a efetivação da doação é um processo delicado: existe a questão emocional relacionada à dor da perda; a falta de conhecimento sobre o desejo do paciente, em vida, de se tornar doador; a falta de compreensão sobre o significado de “morte encefálica”; o receio de fazer parte do comércio ilegal de órgãos; o receio de que o paciente fique desfigurado, impossibilitando o velório; ou mesmo por inadequação, descaso e pressa para resolver o assunto por parte dos profissionais da saúde. Entre os aspectos levantados, relativos ao acolhimento às famílias e a postura dos profissionais da saúde, e que podem levar a uma decisão afirmativa quanto à doação, estão: bom preparo para a entrevista, planejando-a cuidadosamente para que transmita confiança, clareza e transparência no processo, sendo ético

¹Acadêmicas do curso técnico em Enfermagem do Instituto de Educação Cenecista Marquês de Herval.

²Professoras orientadoras.

e profissional, sem tomar posição sobre a decisão; atendimento adequado (por parte dos profissionais da saúde e do hospital) durante a internação e após a morte; esclarecimento de todas as dúvidas dos familiares; compreensão do estado emocional e do sofrimento causado pelo luto (CIHDOTT, 2013).

Referências

CIHDOTT, Comissão Intra-Hospitalar de Doação de Órgãos, Tecidos e Transplantes. Manual do Transplante. Secretaria da Saúde do Paraná. Sem data. Disponível em . Acesso em 19 maio 2014.

FELIÚ, X. Enfrentando a morte: A experiência de lutos em famílias de doadores de órgãos e tecidos. 2009. 78 f. Trabalho de conclusão de curso (Aprimoramento em teoria, pesquisa e intervenção em luto).4 Estações Instituto de Psicologia. São Paulo. 2009.

SANTORO, K.; MAHL, A. C.; SILVA, J. C.; OLIVEIRA, L. A. Na contramão do egoísmo: a percepção acerca da doação de órgãos pela família doadora. Unoesc & Ciência - ACBS, Joaçaba, v. 4, n. 2, p. 165 -176, jul./dez. 2013.

Agência Nacional de Energia Elétrica “ANEEL” no contexto de um Estado essencialmente regulador

Sueine Killes Barufi¹
Karine Silva Demoliner²

Agência Nacional de Energia Elétrica “ANEEL” no contexto de um Estado essencialmente Regulador. O Estado de Direito, desde a sua criação, passou por várias alterações em sua “forma”, amoldando-se aos valores de suas sociedades à cada época. Em um primeiro momento, primando pela prevalência das chamadas “liberdades negativas”, estabeleceu-se sob os pilares do individualismo, patrimonialismo e liberalismo econômico, revestindo-se em sua faceta mínima. Posteriormente, com o avanço da sociedade especialmente no campo produtivo/industrial, viu-se compelido a atender o clamor de seu povo, que não mais se contentava em ter apenas a não-violação de sua integridade física e patrimonial garantidas. Nesta fase, viu-se obrigado a realizar prestações positivas a fim de concretizar e dar efetividade aos direitos sociais básicos, momento no qual passou a atuar no domínio econômico de modo incisivo, abarcando para si o monopólio de setores estratégicos. Tornou-se, então, um Estado máximo, e, por vezes, ineficiente. Em um terceiro momento, ajustou novamente os seus valores estruturais, aprendendo com o passado a fim de tornar-se um estado ideal: “nem mínimo, nem máximo, mas essencialmente regulador”, nas palavras do eminente jurista Juarez Freitas. Passou, assim, a delegar à iniciativa privada a prestação de serviços públicos essenciais que antes estavam sob o seu eu controle, sem, contudo, abrir mão da titularidade sobre os mesmos. E para cumprir esse novo mister, criou as agências reguladoras, dentre as quais se destaca a ANEEL, a primeira de todas, dada a importância do setor energético para o país, o que fez através da Lei 9.427, de 26 de Dezembro de 1996. O objetivo principal deste estudo é, portanto, realizar uma abordagem acerca da importância desta agência, destacando suas principais atribuições e características, analisando a sua atuação efetiva no que tange à fiscalização e melhoria do setor. Não podemos olvidar que o Brasil é um país privilegiado pela abundância de recursos naturais. Não obstante, é de todos conhecidos os problemas estruturais que

¹ Acadêmica do curso de bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

enfrenta, sendo a matriz energética considerada insuficiente para alavancar o desenvolvimento industrial, o que tem implicado diretamente no baixo desenvolvimento econômico. Nesse contexto, cabe a ANEEL adotar metas a serem alcançadas pelas prestadoras desse serviço essencial, harmonizando as relações entre as empresas e consumidores finais, dirimindo os conflitos com intuito de garantir o pleno desenvolvimento social e econômico. E, para tanto, vale-se de audiências e consultas públicas, modo a poder propor melhorias pontuais e factíveis para o setor, além de garantir a eficácia dos Princípios da Transparência e da Publicidade. Como resultado parcial, conclui-se que a atuação da ANEEL - na busca da concretização de padrões de qualidade e eficiência - ainda está aquém do desejado, mas sua atuação tem melhorado gradativamente e tenderá a ser otimizada caso venha a agir com maior independência e rigor.

Referências

BRASIL. Lei nº 9.427, de 26 de Dezembro de 1996. Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências.

Alimentos compensatórios

Jéssica Ramos Constante¹
Marcelo Vinicius dos Santos¹
Jarbas Freitas da Silva²

Trata-se de uma das modalidades dos alimentos. Embora o tema tenha o nome de alimentos compensatórios, podemos averiguar de que seu caráter é diverso dos alimentos naturais ou civis, pois sua natureza é de caráter indenizatório. Tem inspiração na legislação francesa e adaptada ao Código Civil de 2002, onde é possível fazer uma analogia do artigo 1.694 combinado com o artigo 1.511. Sua finalidade é reduzir a disparidade da brusca redução no padrão social do ex-consorte, por certo, o maior prejudicado com a separação. Tem fundamento também na aplicação dos Princípios da Dignidade da Pessoa Humana, bem como o da Solidariedade Familiar, baseado na mútua assistência. É um tema relevante, porém ainda controvertido, havendo confusão na sua aplicação em alguns julgados. O tema é recente, não tendo sido nem apreciado pelo Superior Tribunal de Justiça, menos ainda pela Suprema Corte. Com relação à questão processual, por possuir caráter indenizatório, o rito processual utilizado para sua cobrança é pelo artigo 732 do CPC, pois nessa espécie de alimentos não é cabível prisão civil, pois não tem caráter alimentar. Exemplo sobre alimentos compensatórios: casal que optou por se casar no regime da separação de bens, e na constância da união um dos cônjuges proporciona ao outro um elevado padrão social criando expectativa de que tal padrão mais avantajado anterior ao casamento irá permanecer, e após a separação, tenha reduzido drasticamente seu padrão de vida por conta do rompimento do vínculo matrimonial, privando-a por consequência de ter uma vida digna. Ressalta-se que não só as mulheres, mas também os homens podem sofrer este tipo de ruptura. O autor que propagou essa ideia foi Rolf Madaleno, explicitando que o escopo do pagamento desta prestação pecuniária não visa igualar a situação econômica do casal, e sim, indenizar por tempo determinado ou não a desigualdade que foi promovida pela separação, a fim de amenizar a ruptura brusca no padrão social. Portanto, elucida-se o caráter indenizatório. Corroborando com este pensamento, José

¹ Acadêmicos do curso de bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

² Professor orientador.

Fernando Simão aponta que os alimentos compensatórios não deveriam pertencer/integrar a categoria de alimentos, pois não tem por objetivo o sustento, manutenção do ex-cônjuge. Assim como, não é cabível prisão civil (art. 5º LVVII da Constituição Federal) pelo devedor dessa espécie de alimentos. Da mesma forma, Bem como, não podemos deixar de mencionar que os alimentos compensatórios também se aplicam às relações de união estável, conforme disciplina Paulo Lobo. Metodologia utilizada: Primeiramente, nosso tema tem finalidade atingir como público alvo os acadêmicos e profissionais do ramo do Direito. O objetivo é de caráter exploratório. O método eleito foi o quantitativo, pois irá ser feita pesquisa e análise jurisprudencial. Objetivo geral: averiguar o cabimento dos alimentos devidos pelo rompimento da sociedade conjugal e com a consecutiva quebra no padrão de vida de um dos ex-cônjuges.

Referências

DIAS, Maria Berenice. Manual de direito das famílias. 4. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: RT, 2007;

LÔBO, Paulo. Direito civil: famílias. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MADALENO, Rolf. Curso de Direito de Família. 5ª ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2013;

Alternativas de cobertura de solo no cultivo do abacaxizeiro (Ananas comosus Merrill)

Juliano Garcia Bertoldo¹
Raquel Paz da Silva¹
Rodrigo Favreto¹
Simone Bobsin de Lima Ávila¹
Raquel Paz da Silva²

O abacaxizeiro (*Ananas comosus* L. Merrill) pertence à família Bromeliaceae, e seu fruto é bastante apreciado em todo o mundo. É importante para o seu cultivo o controle das plantas espontâneas, que exercem competição sobre o abacaxizeiro. O controle pode ser feito por meio de capinas manuais, cultivos à tração animal ou mecanizados, uso de cobertura morta e de herbicidas. O objetivo do presente trabalho foi avaliar diferentes coberturas de solo como métodos de controle de plantas espontâneas no cultivo do abacaxizeiro. O experimento está sendo desenvolvido no Centro de Pesquisa FEPAGRO Litoral Norte, município de Maquiné/RS. Utilizaram-se mudas do tipo filhote da cv. Pérola, plantadas em fevereiro de 2014, com espaçamento de 20 cm entre plantas e 1,00 m entre linhas. Cada fileira foi composta por 12 plantas, totalizando 48 por parcela. O delineamento experimental empregado foi o de blocos ao acaso, com três repetições. Empregaram-se oito tratamentos nas entrelinhas do abacaxizeiro: (i) uso de herbicida, (ii) com roçada, (iii) com capina, coberturas com (iv) palha de milho, (v) restos da cultura do feijão, (vi) folhas de cana-de-açúcar, (vii) caeté, (viii) folhas de bananeira. Após o plantio das mudas em fevereiro, aplicou-se o herbicida e colocaram-se as coberturas nas entrelinhas, repetindo a operação em abril. Os materiais foram dispostos nas entrelinhas (material fresco), com exceção do feijão (material seco) e da palha do milho na segunda aplicação. Nos três primeiros meses de cultivo, avaliou-se mensalmente a massa fresca (MF) e seca (MS) das plantas espontâneas retiradas das parcelas de todos os tratamentos. Os resultados demonstraram que o tratamento da roçada apresentou a maior MF das plantas espontâneas com 1432,35 g. Os tratamentos com palha de milho (335,03g), feijão (323,98g) e bananeira (438,42g), apresentaram os menores valores. Com relação à MS das plantas espontâneas, o tratamento capina obteve o

¹ Acadêmicos do curso de licenciatura em Biologia da FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

maior valor, 727,96 g. O terceiro mês de avaliação apresentou a maior quantidade de MF e a MS não apresentou diferenças. Concluiu-se que nos três primeiros meses, as coberturas com palha de milho, restos da cultura do feijão e folha de bananeira, são as que apresentaram maior controle das plantas espontâneas.

Referências

CUNHA, G. A. P.; CABRAL, J. R. S.; SOUZA, L. F. S. O abacaxizeiro - cultivo, agroindústria e economia. Embrapa Mandioca e Fruticultura (Cruz das Almas, BA). Brasília: Embrapa Comunicação para Transferência de Tecnologia, 1999, 480 p.

CUNHA, G.A.P.; REINHARDT, D.H.; MATOS, A.P. et al. Recomendações Técnicas do Cultivo do Abacaxizeiro. Circular Técnica 73, EMBRAPA, Cruz da Almas, Bahia, 2005. 11p.

MODEL, N. S.; SANDER, G. R. Produtividade e características do fruto de abacaxizeiro em função do preparo do solo e técnicas de plantio. Pesquisa Agropecuária Gaúcha, v. 5, n. 2, p. 209-216, 1999.

MODEL, N.S. Preparo do solo e manejo da cobertura vegetal para o abacaxizeiro cultivado no Rio Grande do Sul. Pesquisa Agropecuária Gaúcha. Porto Alegre. Vol 10. N.1 e 2.p.91-100. 2004.

SILVA, F. A.A.; AZEVEDO, C.A.V. Principal components Analysis in the Software Assistat Statistical Attendance. In: WORLD CONGRESS ON COMPUTERS IN AGRICULTURE, 7, Reno-NV-USA; American Society of Agricultural and Biological Engineers, 2009.

Análise da NR 06 em uma indústria metal mecânica

Jessica Terra Machado¹
Daiane Dias da Silva¹
Lais Camargo de Azevedo¹
Raquel Sperling¹
Ludinará do Nascimento Scheffel²

Através da Portaria 3214/78, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) orienta as empresas no que tange às Normas Regulamentadoras de Saúde e Segurança do Trabalho; a Norma nº 6, disciplina o uso dos equipamentos de proteção individual (EPI's), para todas as atividades que ofereçam riscos à saúde e segurança do trabalhador e onde as medidas de proteção coletivas não sejam eficazes. O objetivo deste trabalho foi verificar se a empresa objeto deste estudo cumpre as especificações descritas na Norma Regulamentadora (NR) número 6 e propor melhorias, caso necessário. Refere-se a um estudo de caso realizado em uma empresa do ramo metal mecânico do litoral norte do Rio Grande do Sul, que conta com cerca de 200 colaboradores em seu quadro funcional. Durante o estudo foram coletados dados através de observações das rotinas de trabalho dos colaboradores, análise documental do PPRA (Programa de Riscos Ambientais), para verificação dos EPI's indicados e entrevista não estruturada com a Técnica de Segurança do Trabalho. Ao observar a rotina de trabalho percebeu-se que na empresa estudada são fornecidos corretamente os EPIs, sendo todas as entregas registradas em fichas de registro, identificadas com nome e função de cada colaborador; assim como todos eles, ao ingressar na empresa, recebem treinamento sobre o uso correto e finalidade de cada EPI. Observou-se também, através da entrevista com a Técnica de Segurança do Trabalho, que são realizados Diálogos Diários de Segurança (DDS's) e fiscalizações para orientar os colaboradores sobre como prevenir acidentes e possíveis doenças decorrentes do trabalho, assim como o uso correto de EPIs. Percebeu-se que um dos maiores problemas enfrentados pela empresa é a resistência ao uso dos equipamentos de proteção por parte dos empregados e, embora sejam realizados treinamentos sobre estes, periodicamente, há uma grande

¹Acadêmicas do curso de bacharelado em Administração – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

dificuldade de compreensão do benefício que o uso correto dos equipamentos pode trazer à saúde. A Técnica de Segurança do Trabalho acredita que um dos motivos que podem levar à resistência do uso do EPI é o vasto tempo de empresa que muitos empregados possuem, já que no início de suas atividades na mesma não havia cobrança do uso de equipamentos de proteção. Igualmente, a técnica salienta que tal resistência aumenta no verão, pois alguns funcionários, além de vestirem uniforme de sarja devem fazer uso de outras proteções de couro e máscaras. Após a coleta de dados verificou-se que, como sugestão de melhoria, a empresa deveria realizar campanhas que enfatizem a importância do uso dos EPIs e também implantar medidas de punição àqueles que se recusam a usar os Equipamentos, pois assim, estaria prevenindo os eventuais riscos à saúde e segurança dos trabalhadores ocorridos pela não utilização de tais equipamentos.

Referências

YIN, ROBERT K. Estudo de Caso: Planejamento e Métodos. 4ª edição. Porto Alegre: Bookman, 2010.

<http://portal.mte.gov.br/legislacao/normas-regulamentadoras-1.htm>

Aplicando funções matemáticas no dia a dia

Daniel Pereira dos Santos¹
Tiago da Silva de Moura¹
Luiza Bohlke Vasconcelos²
Mariusia Warpechowski²

Este resumo apresenta o uso de funções de segundo e terceiro grau em aplicações práticas, situações problemas com as quais as pessoas se deparam no dia a dia. Segundo Ponte (1990), funções são instrumentos por excelência para estudar problemas de variação e trazem consigo, de sua origem histórica, a ideia de instrumento matemático indispensável para o estudo qualitativo de fenômenos naturais. O estudo de funções decorre da necessidade de analisar fenômenos, compreender as equações a partir de informações sobre seu grau e seus coeficientes. As funções podem conter várias expressões algébricas como números, letras, potências, coeficientes, entre outros. A aplicação de funções implica a utilização de plotagem de pontos sobre uma reta, e também, de pontos sobre um plano, pelo processo geométrico do plano Cartesiano (Apolônio de Perga, sec III a.c. e René Descartes, sec XVIII). O presente trabalho com a temática sobre funções de segundo e terceiro grau, tem por objetivo geral demonstrar aplicações práticas dessas funções para problemas do cotidiano, utilizando conceitos matemáticos no estudo de funções e na resolução de problemas. Como objetivos específicos pode-se citar: determinar a função a partir dos dados do problema; criar as fórmulas e gerar os gráficos no Excel; demonstrar que o estudo de funções se torna mais fácil quando se parte de um problema prático e a partir daí se descobre qual formalismo da matemática deve ser utilizado para resolvê-lo. As funções constituem a linguagem pela qual os fenômenos naturais e científicos são expressos. É importante que a aprendizagem deste tipo de função seja significativa para os alunos, portanto é fundamental que se relacione o formalismo matemático com suas aplicações no cotidiano deles, assim poderão compreender melhor o significado das funções em relação a casos concretos. Este trabalho foi desenvolvido de maneira interdisciplinar, envolvendo as disciplinas de Matemática Computacional e Fundamentos Computacionais. O estudo de

¹ Acadêmicos do curso de licenciatura em Informática – FACOS/CNEC.

² Professoras orientadoras.

funções de primeiro e segundo grau na disciplina de Matemática Computacional despertou nos alunos o interesse em aplicações práticas destas funções. Assim, puderam perceber que seria necessário um estudo mais aprofundado de funções e realizaram pesquisas de práticas processuais sobre as equações de segundo e terceiro grau. Na disciplina de Fundamentos Computacionais aprenderam a utilizar o software Excel para criar as fórmulas e gerar os gráficos. A ideia é partir de uma situação problema, onde a solução é construir uma função, de segundo ou terceiro grau, depois resolvê-la atribuindo valores as variáveis e a partir dos resultados gerar o gráfico. Os gráficos são particularmente importantes, pois, além do apelo visual favorecem a observação de determinados comportamentos. Para este trabalho foram utilizadas técnicas matemáticas como Ruffini e Bháskara para encontrar as raízes da função.

Referências

SMOLE, Kátia Cristina Stocco. KIYUKAWA, Rokusaburo. Matemática, editora Saraiva vol.3 ano 1998. CARVALHO, Maria Tereza de Lima. O Conceito de Função (Projeto Teia do Saber - Metodologias de Ensino da Matemática), 2006. Acessado em maio de 2014. Disponível em:
http://www.feg.unesp.br/extensao/teia/aulas/Aulas_Modulo03pdf/Conceito_Funcao.PDF.

Aprelinkando

Evandro de Oliveira de Andrade¹
Andrio dos Santos Pinto²

A tecnologia da informação é de extrema importância para o desenvolvimento da educação contemporânea, sua utilização adequada por parte de professores e alunos permite a construção do conhecimento através de atividades diferenciadas e dinâmicas. O presente trabalho apresenta o projeto de estágio visando abrir o campo para todos professores, considerando que a Informática permite se mesclar em diversas disciplinas e desenvolver o raciocínio e conhecimento dos alunos que estão em fase de alfabetização. O projeto teve por objetivo apresentar e utilizar o Laboratório de Informática e os materiais audiovisuais como prática pedagógica auxiliando nas temáticas trabalhadas pela professora com a turma de 5 anos da Educação Infantil. O projeto de ensino foi aplicado com a necessidade de demonstrar aos alunos e professores novidades da Tecnologia da Informação em benefício à educação, unindo conteúdos da alfabetização e filosofias de aulas diferentes, podendo assim ampliar a forma da professora trabalhar, dando subsídio para que no futuro mesmo sem professor de Informática na escola, a professora possa ter autonomia de planejar aulas e utilizar o laboratório juntamente com todos do corpo docente. O projeto utilizou a metodologia da aprendizagem pela descoberta guiada aproveitando os recursos que a escola disponibiliza: datashow, Laboratório de Informática e caixa de som. A aula foi a todo momento guiada passo a passo, os alunos assistiram um vídeo de introdução ao tema da aula e após no computador utilizaram alguma ferramenta ligada à Internet sobre o tema da aula. O professor coordenou a atividade e sequentemente o feedback para obter resultados do aprendizado. Como principais autores para embasamento teórico do trabalho foram utilizados os trabalhos de: Snyder (2002); Hofmann (2000). Como conclusão do projeto espero que tenha conseguido aliar aulas divertidas e dinâmicas, e ter deixado um legado para os professores, que é possível haver aprendizado dentro do Laboratório de Informática. Por parte dos alunos pude perceber que aqueles

¹ Acadêmico do curso de licenciatura em Informática – FACOS/CNEC.

² Professor orientador.

que não possuem computador em casa, tiveram a oportunidade de utilizar e interagir nos jogos propostos, a turma gostou das aulas, contruiu o conhecimento e assim como o professor provou que tecnologia e educação combinam perfeitamente quando utilizadas de forma correta.

Referências

TAJRA, Sanmya Feitosa. Informática na educação: novas ferramentas pedagógicas para o professor da atualidade. São Paulo: Ed. Érica, 2011. Disponível em: www.proinfo.gov.br. Acessado em abril de 2014.

JUNGES, Charlene Karine; ORLOVSKI, Regiane. A Importância da Informática na Educação. Faculdade Guairacá. Guarapuava. PR. Brasil Disponível em: semanaacademica.org.br/system/files/artigos/a_importancia_da_informatica_na_educacao.pdf. Acesso em 12/04/2014.

VENTAVOLI, Fabíola Magda Andrade. O uso da internet na educação. Disponível em: www.psicopedagogia.com.br/new1_artigo.asp?entrID=1652#.U1bDytJDt1Y. Acesso em 12/04/2014.

Áreas de preservação ambiental e revitalização da lagoa do Marcelino em Osório/RS

João Pedro Gomes Dadda¹
Larissa Alves Martins¹
Mateus Linhares¹
Nathália Fiuza¹
Fernanda Mallmann²

As Áreas de Preservação Permanente (APPs) são protegidas de forma especial pela legislação em razão de suas peculiaridades. Tais áreas são assim estabelecidas para cumprirem com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, garantindo o bem-estar da população humana. São áreas determinadas no entorno de cursos d'água, reservatórios, nascentes, restingas e manguezais, bem como em encostas e no alto de serras, em zonas rurais ou urbanas. Portanto, a área que compreende os 30 metros de faixa marginal no entorno da Lagoa do Marcelino, na zona urbana de Osório/RS, é considerada APP. Em razão de receberem tal proteção, a competência para o licenciamento ambiental que permite atividades em APP é uma questão bastante controversa na legislação e na doutrina. A Constituição Federal, em seu art. 23, VI, atribuiu à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios competência comum para proteger o meio ambiente e referiu que lei complementar regularia o tema. Porém, tal legislação complementar inexistente e a doutrina, diante deste vazio, diverge quanto à responsabilização dos entes federados. Assim, buscam-se outras normas que possam regular tal matéria, como a Política Nacional do Meio Ambiente e a Res. nº. 237/97 do CONAMA, que apresentam possíveis soluções. Além do licenciamento, outros requisitos devem ser observados para ser realizada intervenção ou supressão em APP. Deve haver utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental para intervir em tais áreas, conforme a Res. 369/06, do CONAMA. Isso posto, possível a análise da Ação Civil Pública nº. 059/1.13.0001741-3, ajuizada pelo Ministério Público contra o Município de Osório. O parquet requereu, liminarmente, a suspensão das obras que estavam sendo realizados na orla da Lagoa do Marcelino, pois estas se deram de forma irregular, sem a devida licença

¹ Acadêmicos do curso de bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

ambiental. As obras compreendiam a construção de um Centro de Informações e um deck. Intencionava o Ministério Público a condenação do acusado à obrigação de fazer, consistente na realização de Projeto de Recuperação de Área Degradada e desfazimento do já construído. O réu, por sua vez, arguiu haver autorização de órgão estadual competente para a realização das obras. No caso em tela, possível verificar a incidência de diversos dos princípios que regem o Direito Ambiental. O princípio da prevenção, garantido constitucionalmente, é um dos principais pilares da proteção ao meio ambiente. A prevenção traz a ideia de que é preferível prevenir, para que um dano ambiental não ocorra, do que reparar, pois o meio ambiente nunca retornará ao status quo ante. Além deste, incide também o princípio da precaução, que tem a mesma finalidade de proteger o meio ambiente, mas se pauta na incerteza científica do impacto negativo. Destacam-se, ainda, os princípios do poluidor-pagador, pois quem degrada deve ser responsabilizado, e da obrigatoriedade da intervenção do Poder Público.

Referências

BESSA, Paulo de. Direito Ambiental. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

BELTRÃO, Antônio F. G. Direito ambiental. 3. ed. São Paulo: Método, 2010.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. Curso de direito ambiental brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2010.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito ambiental brasileiro. 18. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

As contribuições da atividade física e esportiva na qualidade de vida e estratégias de coping em pacientes com dependência química no município de Terra de Areia – RS

Janilso Lima de Lima¹
Ricardo Pedrozo Saldanha²

A dependência química é uma doença que na atualidade apresenta grande procura por tratamentos adequados aos pacientes, sendo assim, a atividade física pode influenciar na qualidade de vida e reabilitação destes indivíduos. A atividade física e esportiva podem contribuir positivamente no desempenho biopsicossocial do indivíduo, reduzindo à depressão e a ansiedade melhorando a autoestima, o humor, a sensação de bem-estar, aumentando as capacidades de lidar com situações estressoras psicossociais (GODOY, 2002). O presente estudo possui o objetivo de verificar a contribuição da atividade física e esportiva no tratamento de dependentes químicos no município de Terra de Areia/RS. A fim de atender o objetivo foi utilizado o Inventário de Qualidade de Vida - WHOQOL-Bref (FLECK et al., 2000) e o Inventário de Estratégias de Coping (FOLKMANN; LAZARUS, 1985 apud SAVÓIA; MEJIAS; SANTANA, 1996), além de relatos e observações dos grupos focais. Para tanto, estudo foi constituído por 46 sujeitos (83,33% da população disponível para a pesquisa), do sexo masculino, na faixa etária entre 19 e 54 anos de idade. A duração do estudo foi realizado em 4 semanas, com uma rotina de 3 vezes por semana, de aplicação de atividades como dinâmicas de grupo e futebol a nível lúdico e de interação social, deparando-se com problemáticas vivenciadas durante o tratamento, e após este período novamente foram coletados os dados dos Inventários anteriormente citados, comparando as informações iniciais com os dados finais. As estratégias de Coping são processos decisivos durante um tratamento em dependentes químicos, pois são recursos auxiliares da abstinência de determinada substância, combatendo a vulnerabilidade de recaídas (ARAUJO et al., 2010). Os resultados em ambos os Inventários não foram significativos, entretanto houveram alterações nominais em cada média, que puderam ser justificados pelos relatos dos sujeitos pesquisados. Com as atividades físicas no período de 13 sessões, realizados no período de um mês,

¹ Acadêmico do curso de licenciatura em Educação Física – FACOS/CNEC.

² Professor orientadora.

foi possível observar alguns indícios de melhora. Além de benefícios sociais, são fortes os indícios acerca dos benefícios psicológicos frente a atividade física regular, que é justificado por melhora sobre a área emocional, aumento da interação social, do bem-estar e da autorreflexão, reduzindo assim os sentimentos negativos como a ansiedade e a depressão (BARBANTI, 2012).

Referências

ARAUJO, Renata Brasil et al. As estratégias de Coping para o manejo da fissura de dependentes de crack. Revista Hospital Psiquiátrico São Pedro, Porto Alegre, v. 30, n. 1, p.36-42, 2010.

BARBANTI, Eliane Jany. A importância do exercício físico no tratamento da dependência química. Educação Física em Revista, Brasília, v. 6, n. 1, p.1-9, 2012. Jan/abr.

GODOY, Rosane Frizzo de. Benefícios do Exercício Físico sobre a área Emocional. Revista Movimento, Porto Alegre, v.8, n. 2, p. 7-16, 2002, maio/agosto.

SAVÓIA, Mariangela Gentil; SANTANA, Paulo Reinhardt; MEJIAS, Nilce Pinheiro. Adaptação do inventário de estratégias de Coping de Folkman e Lazarus para o português. Psicologia Usp, São Paulo, v. 7, n. 1/2, p.183-201, 1996.

SILVA, Rogério Goulart da. A organização clínica e o tratamento para tóxico-dependentes: a Educação Física no processo de cura. Revista Motrivivência, Florianópolis, v. 6, n. 12, p.176-186, 1999. Maio.

As impressões iniciais do bolsista do PIBID/EFI da FACOS em uma escola pública do município de Tramandaí: relato de experiência

Luciano Silveira Nunes¹
Tiago Nunes Medeiros²

Este trabalho foi realizado com o apoio do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID, da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil. O presente trabalho trata de um relato de experiência, a partir do olhar do bolsista do PIBID, tendo como objetivo compreender quais as aproximações iniciais são estabelecidas pelo bolsista na escola de Educação Básica localizada no município de Tramandaí. Para os autores Bogdan e Biklen (1994) este tipo de pesquisa se caracteriza como uma investigação qualitativa. Deste modo, em consonância com este estudo, os autores, discorrem que a investigação qualitativa, a fonte direta de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador como o instrumento principal de coleta das informações. A escola participante da pesquisa se caracteriza por ser da rede pública municipal com Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 3,6, estando acima da média projetada, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). O relato de experiência que veremos se estabelece a partir do olhar do bolsista na escola, assim descrito: ?Como acadêmico do curso de Educação Física e sem nenhuma experiência na área docente, fui apresentado à Escola pela supervisora do Programa no primeiro contato com esta instituição e, posteriormente, aos professores titulares das turmas nas quais estou atuando. Como não há uma turma específica participante do Programa, tive a oportunidade de escolher em quais turmas poderia atuar, optei por duas turmas do 8º ano e três turmas do 3º ano. Nas duas primeiras aulas que estava junto dos professores titulares, apenas observei suas atuações e conversei sobre os seus planos de aula e projetos para o ano letivo, para que, a partir dessas informações pudesse elaborar os planos de aula de acordo com a proposta dos professores. Estas informações foram fundamentais para a escolha das atividades que estão sendo aplicadas nos alunos. Em pouco mais de dois

¹ Acadêmico do curso de licenciatura em Educação Física – FACOS/CNEC.

² Professor orientador.

meses de atuação com as turmas, é possível verificar algumas evoluções em questões de planejamento de aula, relacionamento com os alunos e participação dos mesmos nas atividades propostas. O reconhecimento dos alunos e as expectativas dos mesmos em relação às atividades propostas, estão contribuindo significativamente para a minha formação docente e, com o decorrer do ano letivo, espero que estas experiências contribuam ainda mais para o meu conhecimento e crescimento como professor de Educação Física. O suporte fornecido pela supervisora do Programa na Escola, através de reuniões semanais, demonstra interesse em ajudar e contribuir para a minha formação, e as reuniões na Faculdade com os coordenadores do Programa são fundamentais para o esclarecimento de dúvidas e de como devemos prosseguir nas atividades realizadas na Escola.? Assim, podemos observar que o relato do bolsista converge para o relatório de gestão 2009-2012 da diretoria de formação de professores da Educação Básica.

Referências

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. K. Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. DIRETORIA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - DEB. (Org.). Relatório de Gestão 2009-2012. Brasília, p. 49-78, 2012. Disponível em: . Acesso em: 17 abr. 2014.

Aspectos da Norma Regulamentadora 12 em uma indústria de guindastes

Jerônimo Monteiro Machado¹
Breno Réus de Moraes Junior¹
Cassiano Ramos da Silva¹
Cristiano Ramos da Silva¹
Ludinará do Nascimento Scheffel²

O governo federal, através do Ministério do Trabalho e Emprego, disponibiliza Normas Regulamentadoras (NR's) de segurança às empresas públicas e privadas. Dentre essas normas existe uma específica para garantir a saúde e integridade física dos trabalhadores e estabelece requisitos mínimos para a prevenção de acidentes e doenças do trabalho nas fases de projeto e de utilização de máquinas e equipamentos de todos os tipos: a NR 12. O presente trabalho foi realizado em uma indústria fabricante de guindastes, localizada no litoral norte do Rio Grande do Sul, e tem por finalidade verificar se a empresa, objeto deste estudo, está trabalhando de acordo com as especificações desta NR. Trata-se de um estudo de caso, cujos dados foram coletados através de visita (observações) e entrevista com colaboradores da empresa. Durante a coleta de dados pode-se perceber que a empresa preocupa-se com a segurança dos colaboradores e de todos envolvidos, o que se pode comprovar através das placas de sinalização dispostas à entrada do setor de solda e do uso dos equipamentos pelos funcionários deste setor. Percebeu-se também a implementação de um comando, chamado bimanual, pois é feito simultaneamente com ambas as mãos, no setor de solda, onde o colaborador tem a obrigatoriedade de dispor suas mãos em um local seguro, durante o processo, com a finalidade de evitar acidentes. A empresa utiliza de parceria com a empresa fornecedora das máquinas, recebendo treinamento específico para o uso seguro das mesmas, bem como a indicação dos equipamentos de segurança adequados àquela operação. No que se refere ao arranjo físico e instalações, verificou-se que a empresa tem suas áreas de circulação demarcadas, bem como se preocupa em manter as áreas de circulação desobstruídas. Outro aspecto importante a salientar que as ferramentas utilizadas ficam armazenadas em locais específicos para esta finalidade,

¹ Acadêmicos do curso de bacharelado em Administração – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

conforme especifica a norma. Através deste trabalho percebeu-se que a empresa está preocupada com o atendimento aos requisitos da NR 12, embora o estudo não tenha sido realizado em profundidade nesta norma, prendeu-se aos seus aspectos principais.

Referências

Yin, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Trad. Daniel Grassi - 4. ed. Porto Alegre : Bookman, 2010.

Norma Regulamentadora 12. Disponível em:

[http:// www.guiatrabalhista.com.br/legislacao/nr/nr12](http://www.guiatrabalhista.com.br/legislacao/nr/nr12). Acesso em: 22 mai. 2014.

Associação entre mortes por asfixia e dentes rosados

Lisiane Silveira Zavalhia¹
Natascha Monteiro Medeiros¹
Fernanda Lopes de Souza²

Recentemente, inúmeros estudos tem sido voltados para o fenômeno dos dentes rosados na área pericial, visando estabelecer uma relação entre este fenômeno e alguns tipos de mortes. Alguns estudos tem relatado que este, possa estar associado à morte por asfixia, e neste tipo de morte encaixam-se as modalidades de estrangulamento, afogamento, soterramento, esganadura e enforcamento. De acordo com a literatura, o fenômeno dos dentes rosados foi descrito primeiramente em estudos realizados por Thomas Bell no ano de 1829. O fenômeno dos dentes rosados é assim definido devido à freqüente constatação da coloração rosa nos dentes, após a morte. A incidência de dentes rosados em indivíduos que tiveram morte por asfixia parece ser maior do que em outras formas de morte não natural. A coloração rosada pode ser melhor definida como uma alteração cromática dos dentes, que resulta do extravasamento de sangue pela polpa dentária, esta pode estar relacionada a mortes súbitas ou violentas. Objetivo: Esta revisão teve como objetivo verificar uma possível associação entre mortes por asfixia e o fenômeno dos dentes rosados, a fim de contribuir para a elucidação das causas de morte. Metodologia: Revisão bibliográfica em artigos relacionados ao assunto. Do resultado dessas pesquisas, selecionaram-se alguns trabalhos relevantes para o objetivo deste trabalho que foram publicados entre os anos de 1962 e 2009. Resultados: Ao término deste trabalho, observou-se que o fenômeno dos dentes rosados aparece com maior frequência em casos de mortes por asfixia e em casos de mortes não naturais, devido ao fato de que nas mortes por asfixia há aumento rápido da pressão venosa, o que resulta em um extravasamento de sangue para polpa dentária. Conclusão: O presente estudo teve com o propósito de esclarecer possíveis associações entre mortes por asfixia e dentes rosados, a fim de contribuir para a elucidação das causas de mortes, tendo em vista o conceito de Croce, que afirma que nos casos de mortes por asfixia não há sinais patognomônicos que caracterizem em si a

¹ Acadêmicas do curso de Pós Graduação em Biologia e Genética Forense – PUC-RS.

² Professora orientadora.

asfixia, mas sim um conjunto de sinais inconstantes que quando associados, contribuem para o diagnóstico. Devido ao fato de a literatura referente a este tema ser escassa, torna-se importante e essencial um conhecimento mais profundo sobre o tema, a fim de aprimorar as técnicas periciais e contribuir para a elucidação de causas de mortes.

Referências

Clark, D.H. & Law, M. Post-mortem pink teeth. *Med Sci Law*. 1984; 24 (2), 130-134.

Croce, D. & Croce Júnior, D. *Manual de medicina Legal*. 1998; 4.ed. São Paulo, Editora Saraiva.

Sainio, P.; Syrjänen, S.; Kellgla, J. & Parvianen, A. Post mortem pink teeth phenomenon: an experimental study and a survey of the literature. *Proc. Finn Dental Soc*, 1990; 86(1), 29-34.

Whittaker, D.K; Mac Donald, D.G. *A color atlas of forensic dentistry*. 1989; London: Wolfe Medical Publ.

Atos do Juiz

Denise Cristine Coelho¹
Luciano Reuter²

O presente trabalho mostra que os atos processuais são praticados por diferentes atores do processo jurisdicional, efetivando a relação jurídica processual. Porém ser estrinxe pormenorizadamente aos atos processuais do juiz, expressamente previsto na Seção III, do título V, do Livro I, do Código de Processo Civil. São eles mencionados no código Sentenças, Decisões Interlocutórias e Despachos. Mas é sabida a existência de outros atos processuais do juiz que não estão presentes nestes artigos, e não são poucos, tais como presidir audiências, realizar inspeção judicial, prestar informações em recurso de agravo de instrumento e atos diversos de documentação. Mas os atos do juiz vão muito além, ainda, desses mencionados, e sofrem influência do juiz enquanto ser humano, com toda a sua bagagem. Que não se confunda essa influência com a parcialidade. Após entrevista com magistrado e pesquisa em revistas científicas e na doutrina, restou a necessária abordagem da importância social, jurídica e acadêmica dos atos do juiz, tendo em vista que todo ser humano leva consigo suas características psicológicas e o resultado de suas vivências e aprendizados, que moldam sua personalidade, e influenciam na hora de julgar. Na doutrina encontramos conceitos muito rígidos que tem no juiz, frente a sua atividade jurídica um ser desprovido de sentimentos, usando apenas e friamente os dispositivos jurídicos para prolatar a sentença. O que não se sustenta na prática, onde relatos de testemunhos de verdadeiros desabafos dos magistrados são comuns, ou na busca de determinado princípio, que aparece com maior relevância em uma sentença, quando, em caso similar, julgado por outro juiz, outro é usado no fundamento da sentença. Também na doutrina encontramos uma corrente que admite a influência deforma positiva da bagagem acadêmica e sociocultural do juiz, e esta encontra respaldo na prática dos tribunais. A aceitação desse sentimento no julgamento não representa insegurança jurídica porque os princípios que a mantém permanecem respeitados, apesar disso, sendo eles: relativos à organização do Estado: ao Direito, enquanto conjunto de normas; e a aplicação

¹ Acadêmica do curso de bacharelado de Direito – FACOS/CNEC.

² Professor do curso de bacharelado de Direito – FACOS/CNEC.

do direito. Fato é que cada ato é importante, tem suas próprias características e dão o tom da velocidade do processo. Importante se faz conhecer e entender os atos do juiz, não só para prever sentenças, como também para saber quais os recursos cabíveis em cada fase do processo. A falta desse conhecimento vem gerando a improcedência de recursos conforme mostram a jurisprudência e não se restringem aos profissionais de pouca experiência, o que surpreende um pouco, já que o tema é ampla e continuamente abordado no curso de Direito. Por isso, não é impertinente explicar pormenorizado cada um dos atos do juiz, abordando as características principais de cada um, a possibilidade de revisão de ofício e os recursos que podem ser utilizado pelas partes.

Referências

GAMBOGI, Luis Carlos Balbino. Direito: Razão e Sensibilidade - Instituições na Hermenêutica Jurídica. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

Autismo e Asperger

Bibiane da Silva Nunes¹
Jaqueline Silva Gomes¹
Cíntia Silene Wilson¹
Charles Francisco Ferreira²

O quadro clínico de autismo - caracterizado pelo acentuado desenvolvimento, anormal ou deficitário, de interações e comunicações sociais, associados a um restrito repertório de atividades e interesses - apresentam manifestações clínicas variadas, em concordância ao nível de acometimento ou à idade cronológica do indivíduo. Similarmente, a síndrome de Asperger - caracterizada por um padrão de comportamento, interesses e atividades restritas e repetitivas - compromete persistentemente as interações sociais. Entretanto, ao contrário dos autistas, indivíduos acometidos pela síndrome de Asperger não apresentam déficits clínicos significativos na linguagem. Embasado em sintomas comuns e distintos, o presente trabalho objetivou enumerar as principais características, teorias e métodos de diagnósticos aplicados a estes quadros clínicos. Por fins didáticos, as reflexões deste trabalho serão norteadas por cenas retratadas no filme Rain Man (1988). Pela impossibilidade de diagnóstico no início do desenvolvimento, os indícios autísticos e o diagnóstico confirmatório são passíveis de constatação a partir do terceiro ano de vida, sendo notável a perda irreversível ou deficitária de habilidades previamente adquiridas. Nestes casos, muitos dos sintomas positivos de isolacionismo (com início posterior a 36 meses) relacionados ao autismo e à síndrome de Asperger, são tópicos comportamentais pontuais geradores de grande mistificação pela sociedade. A aplicação de critérios de identificação, sumarizados em manuais amplamente utilizados na prática psicológica (Manual Estatístico e Mental de Transtornos Mentais 4ª Edição, DSM-IV; Classificação Internacional de Doenças 10ª Edição, CID-10), facilitam o diagnóstico destes transtornos. Estas anormalidades, segundo os manuais, se enquadram no espectro de transtornos invasivos do desenvolvimento, acarretando alterações comportamentais (e.g. atividade mental restrita, estereotipada, repetitiva), usadas como referenciais confirmatórios do diagnóstico. Relatos apontam que

¹ Acadêmicas do curso de bacharelado em Psicologia – FACOS/CNEC.

² Professor orientador.

é notória, na maioria dos casos diagnosticados, a presença de algum comprometimento cognitivo. Em ambos os casos, o acometimento é proporcionalmente maior em indivíduos do sexo masculino, sendo a solidão o produto induzido pela falta de exteriorização emocional (e.g. dificuldade em manter contato visual, dificuldade de emitir expressões emocionais). Ao longo do desenvolvimento, os portadores destas doenças aparentam se desvincularem do universo real, assumindo comportamentos de impaciência em relação a outros universos (senão o seu), reforçando ainda mais seus traços solitários. Desta forma, este trabalho enfatiza que apesar de similaridades entre os acometidos por estes dois quadros, sutis diferenças são utilizadas para o diagnóstico diferencial, possibilitando a aplicação de intervenções reparadoras, garantindo maior qualidade de vida aos indivíduos.

Referências

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. (DSM-IV-TR) (4ª. Ed.) 2002. Porto Alegre. Editora Artmed;

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. CID-10 Classificação Estatística Internacional de Doenças e problemas Relacionados à Saúde. 10a rev. São Paulo: Universidade de São Paulo; 1997. Vol.2.

Avaliação da sobrevivência de juvenis de jundiá (*Rhamdia quelen*) infectados com *Ichthyophthirius multifiliis* em sistema de bioflocos

Indianara Pereira Toledo¹
Alexander Basallo Melo²
Marcus Frederico Martins Pinheiro³
Andréa Ferretto da Rocha⁴
Marcia Regina Stech⁴

A aquicultura está entre os setores de produção de alimentos que mais cresce no mundo e tem como objetivo suprir a futura demanda por proteína animal, a piscicultura brasileira vem desenvolvendo pesquisas para produção de espécies nativas de peixes, tais como o jundiá, com objetivo de otimizar sua criação. Tecnologias pode ser utilizada na criação de jundiás a tecnologia dos bioflocos, sistema formado a partir do desenvolvimento de uma densa comunidade microbiana heterotrófica e outros microrganismos, fezes e ração se agregam formando os bioflocos, que captam a amônia da água e incorporam em biomassa microbiana, melhorando a qualidade da água e podendo, ser utilizada como fonte natural de alimento. Sendo assim possível reduzir a taxa de renovação de água, utilizar ração com menor teor de proteína bruta, melhorar a qualidade da água gerando menor quantidade de efluentes, tornando essa atividade menos impactante, para avaliar a influência deste sistema sobre a sobrevivência de juvenis de jundiás, um estudo preliminar foi conduzido na Fepagro Aquicultura e Pesca. O objetivo de avaliar a sobrevivência de jundiás *Rhamdia quelen* infectados com o protozoário *Ichthyophthirius multifiliis* em sistema de bioflocos (BFT) e em sistema água clara (AC). O estudo foi realizado utilizando 176 juvenis de jundiás *Rhamdia quelen* (peso médio inicial de $73,44 \pm 14,85$ g), em 8 tanques (200 L de água) com os tratamentos: sistema BFT e AC. No tratamento BFT foi mantido um volume de bioflocos de 5 mL L⁻¹. Tanques renovados diariamente em 50% do volume. O delineamento experimental foi inteiramente casualizado, 2 tratamentos e 4 réplicas cada. O teste “t” de Student ($\alpha=0,05$) aplicado para verificar diferenças entre as médias dos dois tratamentos. A sobrevivência dos

¹ Acadêmica do curso de licenciatura em Ciências Biológicas – FACOS/CNEC.

² Pesquisador independente.

³ Funcionário da Fepagro.

⁴ Orientadores do trabalho.

jundiás após 18 dias em BFT foi de $95,3 \pm 3,7$ %, significativamente maior do que em AC ($18,2 \pm 6,4$ %). Quanto aos parâmetros de qualidade de água, os valores de temperatura, amônia tóxica e sólidos suspensos totais na água não diferiram significativamente entre os tratamentos. O pH da água diferiu significativamente entre os tratamentos BFT ($7,46 \pm 0,11$) e AC ($7,53 \pm 0,09$). A alcalinidade total ($\text{mg L}^{-1} \text{CaCO}_3$) maior no tratamento BFT ($65,75 \pm 8,33$), que no tratamento AC ($22,75 \pm 5,11$). A turbidez da água (ntu) foi significativamente maior no tratamento BF ($39,31 \pm 30,31$) do que no tratamento AC ($11,30 \pm 5,73$). A concentração de amônia tóxica na água não diferiu entre os tratamentos, sendo $0,042 \pm 0,036 \text{ mg L}^{-1}$ e $0,056 \pm 0,030 \text{ mg L}^{-1}$ para os tratamentos BFT e AC, respectivamente. A concentração de nitrito na água foi significativamente maior no tratamento BFT ($1,25 \pm 0,96 \text{ mg L}^{-1}$) que no controle AC ($0,24 \pm 0,48 \text{ mg L}^{-1}$). Da mesma forma a concentração de nitrato foi significativamente mais elevada no tratamento BFT que no tratamento AC. Esses resultados demonstraram uma influência positiva do sistema de bioflocos sobre a sobrevivência dos juvenis de jundiás infectados com *Ichthyophthirius multifiliis* durante 18 dias de manutenção em laboratório.

Referências

AVNIMELECH, Y. 2007. Feeding with microbial flocs by tilapia in minimal discharge bio-flocs technology ponds.

Aquaculture, 264: 140-147. 2007. FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations, The State of World Fisheries and Aquaculture, Rome, 2014.

WASIELESKY JR, W, H ATWOOD, A STOKES, CL BROWDY. 2006. Effect of natural production in a zero exchange suspended microbial floc based super-intensive culture system for white shrimp *Litopenaeus vannamei*. Aquaculture, 258:396-403.

Bioma cerrado

Alaine de Lima Daniel¹
Thais Castro de Souza²

O Cerrado é o 2º maior bioma brasileiro. Ocupa uma área de 2.036.448 km², constituído por formações savânicas e matas ciliares ao longo dos rios, nos fundos de vales. O Cerrado ocupa o Distrito Federal e parte da Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Piauí, Rondônia, São Paulo e Tocantins. Esse trabalho trata-se de uma revisão bibliográfica que objetiva compreender como a biota do bioma Cerrado interage com o meio ambiente, adaptando-se as condições ambientais específicas da região. O Cerrado é de clima Tropical quente subúmido, as temperaturas variam de 22°C a 27°C. O Cerrado é plano ou suavemente ondulado, estendendo-se por planaltos/chapadões. O solo do planalto central é constituído de areias e argilas soltas ou consolidadas em arenitos e filitos, de calcários e pedregulhos, representando 40% do bioma. Existem ainda os arenosos, orgânicos e outros. O cerrado é constituído de árvores baixas e tortuosas, arbustos, subarbustos e gramíneas. A estrutura do cerrado compreende dois estratos: o superior, formado pelas árvores e arbustos; o inferior por tapete de gramíneas. As árvores do cerrado atingem 10m de altura, com casca grossa, protegida cortiça, troncos, galhos e copas irregulares. Ocorrem vários subtipos de vegetação, como: cerradão, cerrado sentido restrito, matas de galeria, matas ciliares, mata seca, campo limpo e campo sujo. Entre as árvores características dos cerrados destacam-se: Lixeira (*Curatella americana*), Pau-terra de folhas grandes/miúdas (*Qualea grandiflora* e *parviflora*), Pequi (*Caryocar brasiliensis*), Pau-santo (*Kielmeyera coriacea*), Ipê (*Tabebuia caraiba*), Peroba-do-campo (*Aspidosperma tomentosum*). Nas gramíneas, temos: capim-flecha (*Tristachya chrysotryx*), barba-de-bode (*Aristida pallens*) e espécies do gênero *Andropogon*. Entre os maiores vertebrados encontrados, citamos: jiboia, cascavel, jararacas, lagarto teiú, ema, seriema, urubus, araras, tucanos, papagaios, gaviões, várias espécies de tatus, tamanduá-bandeira e mirim, veado campeiro, anta, cachorro-vinagre e do

¹ Acadêmica do curso de licenciatura em Biologia – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

mato, lobo-guará, jaritataca, gato mourisco, onça-parda e pintada. A maior concentração dessas espécies em seus nichos alimentares se dá nos meses de setembro, outubro, novembro, dezembro e janeiro. Esta época coincide com a rebrota das gramíneas, que durante a estação seca sofrem a ação do fogo, e coincide com a maturação dos frutos. Neste período acontece a revoada de insetos, o que torna fartos os recursos para os mamíferos insetívoros. Grande parte desses animais acasala-se durante os meses da estação seca. Isso significa que no período chuvoso vão estar com filhotes. Essa dinâmica da natureza revela a estreita relação entre a flora e a fauna dos cerrados. O fator biodiversidade animal está diretamente relacionado à diversidade de ambientes. Estes, por sua vez, relacionam-se à variedade de espécies vegetais que se multiplicam sob a influência de fatores litológicos, edáficos e climáticos, de ordem regional e local.

Referências

COUTINHO, L. M. Cerrado. Disponível em: Acesso em: 25/08/2013.

O Bioma Cerrado - Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: Acesso em: 23/08/2013.

KLINK , CARLOS A e MACHADO, RICARDO B. A conservação do Cerrado brasileiro. Disponível em: Acesso em: 29/08/2013. TROPPEMAIR, Helmut. Biogeografia e o meio ambiente. 8ª Ed. Rio Claro: Divisa, 2008.

Bioma Pantanal

Bruna Cardoso¹
Thais Castro de Souza²

O bioma Pantanal é considerado uma das maiores extensões úmidas contínuas do planeta. Este bioma continental é considerado o de menor extensão territorial no Brasil, porém este dado em nada desmerece a riqueza que o referente bioma abriga. A região concentra uma rica biodiversidade. É uma planície aluvial, influenciado por rios que drenam a bacia do Alto Paraguai. O Pantanal sofre influência direta de três importantes biomas brasileiros: Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica. Além disso, sofre influencia do bioma Chaco (nome dado ao Pantanal localizado no norte do Paraguai e leste da Bolívia). O Pantanal esta presente em apenas dois estados brasileiros, no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, O restante fica principalmente na Bolívia e uma pequena parte ao Paraguai, onde recebe o nome de Chaco. Uma característica interessante desse bioma é que muitas espécies ameaçadas em outras regiões do Brasil persistem em populações avantajadas na região, como é o caso do tuiuiú ? ave símbolo do Pantanal. Estudos indicam que o bioma abriga os seguintes números de espécies catalogadas: 263 espécies de peixes, 41 espécies de anfíbios, 113 espécies de répteis, 463 espécies de aves e 132 espécies de mamíferos sendo 2 endêmicas. Segundo a Embrapa Pantanal, quase duas mil espécies de plantas já foram identificadas no bioma e classificadas de acordo com seu potencial, e algumas apresentam vigoroso potencial medicinal. Apesar de sua beleza natural exuberante o bioma vem sendo muito impactado pela ação humana, principalmente pela atividade agropecuária, especialmente nas áreas de planalto adjacentes do bioma. Apenas 4,4% do Pantanal encontram-se protegidos por unidades de conservação, dos quais 2,9% correspondem a UCs de proteção integral e 1,5% a UCs de uso sustentável (apenas RPPNs, no Pantanal, até o momento). A biodiversidade do Pantanal é exuberante: o bioma abriga pelo menos 4.700 espécies conhecidas, entre animais e plantas. Talvez o réptil mais conhecido do pantanal seja o jacaré. São três as espécies mais vistas: o jacaré-do-

¹ Acadêmica do curso de licenciatura em Biologia – FACOS/CNEC

² Professora orientadora.

Pantanal, o jacaré-comum e o jacaré-de-papo-amarelo. Devido a sua importância ambiental, o bioma foi decretado Patrimônio Nacional, pela Constituição de 1988, e Patrimônio da Humanidade e Reserva da Biosfera, pelas Nações Unidas, em 2000.

Referências

INSTITUTO BRASILEIRO DE FLORESTAS. Disponível em:

<http://www.ibflorestas.org.br/bioma-pantanal.html> Acessado em: 22 de maio de 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Disponível em:

<http://www.mma.gov.br/biomas/pantanal>. Acessado em: 22 de maio de 2014.

Biomonitoramento dos efeitos genotóxicos da poluição atmosférica em *helix aspersa* na cidade de Charqueadas

Matheus Guedes Duarte¹
Ricardo Ferraboli¹
Juliana da Silva²
Renato Moreira Rosa²

A composição dos gases e misturas de material particulado liberados na atmosfera é complexa, incluindo mais de 600 espécies químicas, geradas por processos industriais diversos, queima de combustíveis fósseis e subprodutos de degradação. Estudos reforçam que a poluição ambiental é um grave problema de saúde pública, baseados na elevada incidência de doenças respiratórias, cardiovasculares e tumores correlacionados. De especial interesse, é o potencial de interação entre poluentes e o material genético e os polimorfismos gênicos que predispõem a uma maior suscetibilidade às lesões causadas por essas substâncias, sendo que os danos oxidativos recebem especial importância em razão de se constituírem lesões potencialmente carcinogênicas. Entre os agentes poluentes do ar capazes de causar lesões teciduais diversas no organismo, encontram-se materiais particulados (PM) presentes no ar, principalmente a exposição a partículas inaláveis (IP), como os PM₁₀ (PM_{10-2,5} - partículas grossas) e PM_{2,5} (PM_{<2,5} - partículas finas). Tais materiais possuem comprovado potencial mutagênico em um grande número de ensaios a curto prazo, e estão associadas ao risco de desenvolvimento do câncer de pulmão. O propósito deste estudo foi biomonitorar a área urbana de Charqueadas (RS, Brasil), em relação a poluição atmosférica, principalmente as frações inaláveis de material particulado e verificar seus efeitos sobre o DNA do molusco terrestre *Helix aspersa*, pois a cidade de Charqueadas é caracterizada pela grande atividade industrial, incluindo a geração de energia termoeletrica, pólo siderúrgico e áreas de mineração do carvão, os quais emitem gases poluentes e particulados. Os moluscos terrestres *H. aspersa* (n=48), pesando $7.80 \pm 1.50g$, foram obtidos do criadouro de caracóis da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), em Canoas, RS, Brasil. Os moluscos foram previamente aclimatados

¹ Acadêmicos do curso de bacharelado em Biomedicina – ULBRA/Canoas.

² Professores orientadores.

em condições laboratoriais ($22 \pm 3^{\circ}\text{C}$) por quinze dias, recebendo *Lactuca sativa* L. provindas de culturas orgânicas e água ad libitum. Após aclimatação, os caracóis foram agrupados e identificados em grupo controle e grupos teste. Doze indivíduos por grupo foram expostos ao ambiente durante 15 dias nos bairros Sul América, Centro e Beira Rio, para identificar a área mais afetada pela poluição do ar (Novembro de 2010; temperatura média $\sim 27^{\circ}\text{C}$). Ao final deste período, a hemolinfa foi coletada. O Ensaio Cometa em células de hemolinfa de *Helix aspersa* foi escolhido para a avaliação de genotoxicidade. Esta avaliação mostrou que não há nenhuma diferença entre as áreas analisadas. Todas apresentaram alta incidência de dano Classe 4 o que indica uma distribuição semelhante de poluentes entre os bairros estudados. Estes resultados mostram que a população local está sob a influência desses agentes nocivos, em especial os $\text{PM} < 10 \mu\text{m}$, um agente genotóxico, que em altas concentrações aumenta o risco de desenvolvimento de doenças respiratórias e câncer de pulmão.

Referências

Rossner P Jr, Topinka J, Hovorka J, Milcova A, Schmuczerova J, Krouzek J, Sram RJ. An acellular assay to assess the genotoxicity of complex mixtures of organic pollutants bound on size segregated aerosol. Part II: oxidative damage to DNA. *Toxicol Lett.* 2010;198(3):312-6.

Møller P, Loft S. Oxidative damage to DNA and lipids as biomarkers of exposure to air pollution. *Environ Health Perspect.* 2010; 118(8):1126-36;

Lanistcki M, Dallarosa J, Sauer C, Teixeira CE, da Silva J. Genotoxic effect of polycyclic aromatic hydrocarbons in the metropolitan area of Porto Alegre, Brazil, evaluated by *Helix aspersa* (Müller, 1774). *Environ Pollut.* 2009;157(7):2037-42.

Silva J. da; Simeoni N.; Groff A. A.; Lanistck, M.; Benvegnú V.; Schröder NT. O Ensaio Cometa na avaliação da genotoxicidade induzida por poluentes

atmosféricos utilizando como biomonitor o molusco *Cantareus aspersus* (Muller, 1774). *Journal of the Brazilian Society of Ecotoxicology*. 2007; v. 2, n. 1, p. 45-51.

Bagryantseva Y, Novotna B, Rossner P Jr, Chvatalova I, Milcova A, Svecova V, Lnenickova Z, Solansky I, Sram RJ. Oxidative damage to biological macromolecules in Prague bus drivers and garagemen: impact of air pollution and genetic polymorphisms. *Toxicol Lett.*2010; 10;199(1):60-8.

Campos Sulinos

Charlott Barrufi¹
Gislaine Ribeiro de Oliveira¹
Jéssica Bernardes Nunes da Silva¹
Thaís Castro de Souza²

O presente trabalho refere-se a uma revisão bibliográfica tendo como objetivo abordar as principais características sobre o bioma pampa, conhecido também como campos sulinos, os quais abrangem regiões pastoris de planícies nos três países da América do Sul. No Brasil encontra-se nos Rio Grande do Sul e nas províncias argentinas de Bueno Aires, La Pampa, Santa Fé, Entrerrios, Corrientes e a República Oriental do Uruguai. Ocupando cerca 63% do território do RS, além dos fatores históricos é caracterizado pela paisagem dominante de extensas planícies cobertas por vegetações rasteiras (PILLAR, 2012). As formações ecológicas do pampa se inter-cruzam em uma formação ecopaisagística única e com uma grande movimentação de energia e vida pelos campos, matas ciliares, capões de mato e mata de encostas. Quando falamos do Bioma podemos relacionar à classificação de grandes paisagens, bem como, determinar unidades geográficas. Nas extensas planícies há formações com suaves relevos e ondulações combinando com as coxilhas, por onde vivem famílias de Ema ou Nhandu (*Rhea americana*), além de espécies como a onça-pintada, jaguatirica, macaco-prego, guariba, tamanduá, jararaca-do-banhado, cobra cipó, cisne-de-pescoço-preto, marreco, perdiz, quero-quero, pica-pau do campo e a coruja, compondo a fauna da região. As planícies em forma de mosaico, cobertas por uma vegetação campestre e densa e matas que acompanham os principais cursos d'água, matas ciliares e de galeria limitando-se ao norte pelas encostas do Planalto Meridional, parcialmente coberto pela Mata Atlântica e a leste pelo Sistema lagunar litoral gaúcho ultrapassando fronteiras. Ao sul e sudeste sobre território uruguaio mesmo sob a influência do clima temperado as frentes frias sempre prevalecem no pampa. As quedas de temperatura ocorrem devido ao sopro do vento minuano, característico por ser frio e seco, empurrando a massa de ar quente e úmida. De acordo com os autores, concluímos que os campos sulinos abrigam e

¹ Acadêmicas do curso de licenciatura em Biologia – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

sustentam uma grande diversidade de fauna e flora. Este ecossistema além de formar belas paisagens, cumpre um importante papel na conservação de espécies endêmicas e ameaçadas de extinção.

Referências

ORTIZ, Jacqueline. Biodiversidade dos campos sulinos e suas potencialidades: conservação e utilização da espécie *Trichocline catharinensis* na região de curitibanos-sc. Curitibanos-SC 2013.

PILLAR, Valério de P. Campos Sulinos- Conservação e uso sustentável da biodiversidade. Brasília, 2009.

Carreira Docente - Entre a formação e a ação

Carmelisa Pereira Duarte¹
Eliane C. Araujo Schneider²
Liége Westermann²

O presente trabalho é fruto dos estudos realizados no curso de Licenciatura em Pedagogia tendo como objetivo conhecer as etapas de vida profissional dos professores. No cotidiano das escolas e em meio de conversas informais, pode-se notar a desmotivação e os sentimentos que são criados pelo fazer docente. A expectativa por dias melhores, de valorização e reconhecimento do professor, como sendo o principal instrumento de educação e aprendizagem para a formação de cidadãos, também são princípios de esperança do ser professor (NÓVOA, 2003). Este estudo tem a intencionalidade de analisar a carreira docente na atualidade procurando caracterizar os dez primeiros anos desses profissionais que atuam na rede pública de ensino. Como salienta Gadotti um profissional do sentido, numa era em que aprender é conviver com a incerteza. (2003, p.22). Inicialmente foi realizada uma análise das características que remanescem e são apresentadas pelos teóricos do ciclo de vida do professor, utilizando como principal autor, Huberman, que estabeleceu em seus estudos, o ciclo de vida na perspectiva de desenvolvimento e aprendizagem de adultos (ABRAHÃO, 2006). A análise além contar com estudos bibliográficos, utilizou uma pesquisa de campo, onde foram realizadas entrevistas e questionários, com professores da educação infantil até os anos finais do ensino fundamental, estando estes em seus dez primeiros anos da carreira docente. O início da carreira docente é marcado por muitos conflitos, sentimentos e choques com a realidade, de acordo com o Abrahão “o professor dar-se conta da distância entre o idealizado enquanto aluno do curso de formação e a concreta condição de trabalho” (p.11, 2006). A entrada em um novo ambiente de trabalho, onde seus métodos e práticas serão aplicados da maneira que determinarem, sem a avaliação e a orientação dos professores da faculdade/universidade estabelece suas responsabilidades, princípios, especialização, e estabilidade em suas práticas. Buscam sua formação continuada, procurando construir entendimentos e formas inovadoras, de

¹ Acadêmica do curso de licenciatura em Pedagogia – FACOS/CNEC.

² Professoras do curso de licenciatura em Pedagogia – FACOS/CNEC.

trabalhar com os alunos desta cultura globalizada. De acordo com os estudos pode-se ressaltar que passam por inúmeras sensações em relação as suas práticas, sua estabilidade e aceitação no ambiente e relataram experiências relacionadas aos desafios das realidades que encontramos hoje, como alunos com dificuldades de aprendizagem, alunos com deficiências físicas e mentais, destacando que a prática é totalmente diferente do que é visto na faculdade/universidade. As experiências vividas em sala de aula são intensamente únicas e capazes de modificar todas as metodologias, transformando as práticas dos professores, conforme o modelo da turma, e isso tudo ligado, a questão de construção e formação da identidade do Ser Professor, nesta sociedade. Os resultados alcançados com esta pesquisa desmistificaram as etapas do ciclo docente, ilustrados a partir das experiências dos professores entrevistados.

Referências

ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. O Professor e o Ciclo de Vida Profissional. In: ENRICONE, Délcia (Org.). Ser Professor. 5. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006. Cap. 1. p. 9-24.

GADOTTI, Moacir. Boniteza de um sonho: ensinar e aprender com sentido. Novo Hamburgo. Editora Feevale, 2003.

NÓVOA, António (Org.). O Ciclo de Vida Profissional dos Professores. In: Vida de professores. Editora: Porto Editora; 2003, p.31 - 61

Células tronco embrionárias e a garantia constitucional da vida digna

Andréia Rodrigues Pereira dos Santos¹
Ângela Hemielewski Dominguez¹
Jandira Inês Weber de Rosso¹
Luana Lemos Borges¹
Caroline Dimuro Bender D'Ávila²

Célula é definida no dicionário Aurélio, como a unidade estrutural e funcional básica dos seres vivos, composta de numerosas partes, tendo como principais, a membrana, o citoplasma e o núcleo. A funcionalidade das células tronco é a reparação e reconstrução de tecidos lesionados. São encontradas em embriões, no cordão umbilical, possuem maior eficácia por terem o poder de se transformar em qualquer tecido humano, indistintamente, e em tecidos adultos, que apresentam menor eficácia de regeneração. A Constituição Federal de 1988, em seu art. 5º, caput, diz que Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, sendo também princípio fundamental, a dignidade da pessoa humana, valor máximo do nosso Estado Democrático de Direito, que visa garantir aos indivíduos condições existenciais mínimas para uma vida saudável. A permissão das pesquisas com células-tronco embrionárias é, para muitos cidadãos do mundo todo, uma luz no fim do túnel, pois representa a possibilidade de cura para doenças degenerativas, como mal de parkinson, alzheimer, câncer, lesões na medula, osteoporose, entre outros. A previsão da utilização das células-tronco embrionárias está expressa no Art. 5º da Lei de Biossegurança, que diz: É permitida, para fins de pesquisa e terapia, a utilização de (...) células-tronco embrionárias obtidas de embriões humanos produzidos por fertilização in vitro e não utilizados no respectivo procedimento, atendidas as seguintes condições: sejam embriões inviáveis; ou II sejam embriões congelados há 3 (três) anos ou mais, na data da publicação desta Lei, ou que, já congelados na data da publicação desta Lei, depois de completarem 3 (três) anos, contados a partir da data de congelamento;§ 1o Em qualquer caso, é necessário o consentimento dos genitores.§ 2o Instituições de

¹ Acadêmicas do curso de bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

pesquisa e serviços de saúde que realizem pesquisa ou terapia com células-tronco embrionárias humanas deverão submeter seus projetos à apreciação e aprovação dos respectivos comitês de ética em pesquisa, em 2008 o STF decidiu pela constitucionalidade de tal artigo. Assim, não se faz mais necessário discutir e ponderar sobre a constitucionalidade ou não da utilização das células-tronco embrionárias, uma vez que a Corte Suprema, acertadamente, firmou o entendimento de que as pesquisas não agridem a dignidade humana e não violam o direito à vida, muito pelo contrário, contribuem para dignificar a vida humana.

Referências

MESSA, Ana Flávia. Direito constitucional. Ed. Rideel. 2010.

Células-tronco embrionárias e a constitucionalidade do Art. 5º da Lei de Biossegurança

Bárbara Costa Andrade¹
Gilberto Silveira¹
Luíza Shilliper¹
Sara Cárdenas Alvarez¹
Caroline Dimuro Bender D'Ávila²

O estudo trata da discussão acerca da constitucionalidade do art. 5º da lei 11.105 /2005, a Lei da Biossegurança que permite o uso para fins de pesquisa e terapia, das células-tronco embrionárias obtidas de embriões humanos que foram produzidos por fertilização in-vitro, que são inviáveis ou que são congelados há três anos ou mais nas clínicas de reprodução assistida, e cujos pais tenham dado consentimento. O artigo 5º da C.F garante o direito inviolável à vida razão pela qual poderia se considerar a permissão para o uso de embriões congelados inconstitucionais. Por esta razão é que esta temática é tão complexa, pois encontramos os mais diversos pontos de vistas no que diz respeito à matéria. Mas apesar das divergências, sobretudo sob os aspectos ético e jurídico, foi por decisão de seis votos a cinco, que o Supremo Tribunal Federal aprovou as pesquisas com células-tronco embrionárias, prevalecendo assim à constitucionalidade do art. 5º da Lei de Biossegurança, sendo considerada uma vitória médica-científica. As células-tronco são essenciais para a medicina regenerativa, elas fornecem, aos pesquisadores, ferramentas para modelar doenças, testar medicamentos e desenvolver terapias que tenham resultados efetivos. A terapia celular é um procedimento caracterizado pela substituição de células não funcionais por células normais, sendo assim, as células-tronco possuem a capacidade de recuperar tecidos lesionados. Importante destacar que uma das pesquisas que envolvem células-tronco é a técnica de clonagem terapêutica, nela, o óvulo cujo núcleo foi substituído por uma célula somática se divide no laboratório, assim tem-se a possibilidade de utilizar estas células-tronco para fabricar tecidos diferentes. A clonagem terapêutica tem a vantagem de evitar rejeições se o doador for a mesma pessoa, poder-se-ia substituir o tecido cardíaco em quem sofreu um infarto no miocárdio, ou reconstruir a medula em alguém paraplégico. É

¹ Acadêmicos dos cursos de bacharelados em Biomedicina e Direito – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

importante ressaltar, que as células-tronco embrionárias são obtidas de embriões não utilizados que são descartados em clínicas de fertilização. Apesar de tudo isso, ainda há certo receio com este tipo de pesquisa em relação à destruição de “embriões humanos”, 90% dos embriões gerados em clínicas de fertilização, e que são inseridos em úteros nas melhores condições, não geram vida. A questão é: é justo deixar morrer uma criança afetada por doença neuromuscular para preservar um embrião que, mesmo que fosse implantado em um útero, as possibilidades de gerar um indivíduo seriam muito baixas? Ao usar a terapia celular, e regenerar tecidos em uma pessoa afetada por uma doença letal, não estamos realmente conservando uma vida? Como vimos o tema é polêmico e complexo, pois se discute a questão moral, ética, e, sobretudo legal, motivo pelo qual, deve ser ainda trazido para o meio acadêmico por tratar-se de uma abordagem bastante atual e relevante.

Referências

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. Revista Atualizada, 25ª edição. Editora Malheiros. São Paulo. Revista Brasileira de Direito Constitucional-RBDC n. 19-jan-/jun.2012.

BARROSO, Luís R. Gestação de fetos anencefálicos e pesquisas com células-tronco: dois temas acerca da vida e da dignidade na constituição. Panóptica, ano 1, nº 7, mar.-abr. 2007.

TAVARES, Ana Cláudia Vieira M. et al. Lei da Biossegurança: por um começo de vida. ETIC - Encontro de Iniciação Científica ISSN 21-76-8498, Vol. 5, Nº.5 (2009)

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. Revista Atualizada, 25ª edição. Editora Malheiros. São Paulo. Revista Brasileira de Direito Constitucional-RBDC n. 19-jan-/jun.2012

Cisne negro: uma análise da função materna na estruturação psicótica

Alison Osio da Rosa¹
Sonaira Goldani¹
Douglas Gonçalves da Rosa¹
Maria Conceição Vaz Fialho¹
Josete Soledade¹
Beatriz Kauri dos Reis²

Visando à integração entre teoria e prática, recorreremos à utilização do filme Cisne Negro, de 2010, do cineasta Darren Aronofsky como ilustrativo da teoria de Freud sobre a Psicose. Nossa proposta não esgota outras possibilidades de interpretação do filme, onde selecionamos pontualmente alguns excertos que articulamos com conceitos psicanalíticos referentes ao tema. O enredo gira em torno de Nina, uma jovem bailarina rigorosamente treinada, submetida a concretizar o desejo de sua mãe - figurar a Rainha dos Cisnes, papel de destaque no balé dramático Lago dos Cisnes. Articulando teorias acerca da estruturação psicótica e acompanhando o processo de transformação do Cisne Branco em Cisne Negro, podemos elucidar em algumas características subjetivas de Nina essa estruturação, relevando a relação da protagonista com sua mãe que transborda sua função, exigindo da filha total dedicação ao balé. A busca de referências para interpretar o Cisne Negro, submete à protagonista a perda da inocência, até então perpetuada pela mãe que a impedia de relacionar-se com outras pessoas. A mãe a descreve como um “doce de menina” e, apesar do enorme investimento da filha, duvida de sua capacidade de interpretar o papel, deixando transparecer seu medo de um possível “descolamento” em sua relação estreita. Há subentendida forclusão do Nome-do-Pai e a única referência masculina evidenciada é a de Thomas - o homem investido do poder de decidir quem encarnará a rainha - que considera a protagonista incapaz de interpretar o intenso e obscuro Cisne Negro. Desde então, percebemos o redirecionamento do investimento libidinal de Nina, antes investido no desejo de sua mãe, agora direcionado para um homem, afirmando a malícia que o papel exige. No último ato, depois do desejo realizado, encenado e vívido: “Eu senti”, disse Nina encerrando o filme. “Sentiu o quê?”;

¹ Acadêmicos do curso de bacharelado em Psicologia – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

sentiu a perfeição, a perfeição e conseqüentemente a morte, física ou simbólica, de assumir para si a alteridade em relação ao Outro, teoricamente discutido no decorrer do trabalho.

Referências

MEDIOLI, Cristina Gaoni. O filme “Cisne Negro” - alguns comentários. Reverso, Belo Horizonte, p. 43-46, set. 2011. Disponível em: . Acesso em 01 de mai de 2014.

Cisticercose: um problema de saúde pública

Elaine Avila¹
Gabriel Almeida¹
Katia Inajara Pires Pereira¹
Marilaine Cardoso¹
Lisiane Smiderle²

A parasitologia é a ciência que estuda os parasitas e seus hospedeiros. O objetivo deste trabalho é identificar a parasitose envolvida a partir de um relato de caso e fazer uma breve explanação sobre as características da doença envolvida, sob o ponto de vista da enfermagem. O caso refere-se á uma criança, sexo feminino, branca, quatro anos, 13,5 kg. A mãe refere que há vinte dias a criança apresentou síncope associada à crise convulsiva. Repetiu a crise cerca de trinta minutos após, com desvio da cabeça e olhar fixo. Houve perda de consciência e permaneceu não responsiva por duas horas. Foi internada no hospital para investigação do quadro. Realizou exames de imagem que demonstraram presença de estruturas circulares, de tamanhos variados espalhados por todo o encéfalo. Um exame parasitológico de fezes evidenciou a presença de ovos com casca grossa de cor escurecida, sendo que alguns destes ovos apresentavam uma larva no seu interior. Considerando as informações adquiridos na disciplina de parasitologia, concluímos que se trata de um quadro de neurocisticercose. Quando o homem, acidentalmente, ingere os ovos de um parasita denominado *Taenia solium* desenvolve a cisticercose. Tal parasita apresenta um forte tropismo ao sistema nervoso central. Os ovos ingeridos podem entrar na corrente sanguínea e chegar ao cérebro causando uma doença denominada neurocisticercose. O homem contaminado com este parasita elimina ovos no ambiente através das fezes, onde os suínos e o gado se alimentam. Após a liberação dos ovos da *Taenia solium* no ambiente, estes podem parasitar suínos e bovinos, que são considerados hospedeiros intermediários e adquirem o parasita ingerindo água ou alimentos contaminados com ovos ou proglotes eliminadas nas fezes humanas. Dentro do intestino de suínos, os embriões deixam a proteção dos ovos e perfuram a mucosa intestinal passando pela corrente sanguínea, alcançando os músculos

¹ Acadêmicos do curso de bacharelado em Enfermagem – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

e o fígado, transformando-se em larvas denominadas cisticercos. A ingestão de carne crua ou mal cozida e água contaminada pelos ovos levam à infestação do homem. Dessa maneira, a transmissão deste parasita é denominada fecal-oral. São necessárias medidas preventivas e a os devidos cuidados de preparo de alimentos, como congelamento e cozimento.

Referências

www.google.com.br/search?q=imagem+dociclo+biologico+da+cisticercose. 2.
Neves Pereira, David: Parasitologia humana 11ªed. São Paulo Editora Atheneu, 2005.

Compartilhamento de provas obtidas através da quebra de sigilo telefônico em ações penais e sua (in)constitucionalidade: uma visão pretoriana

Maria de Lourdes Cardoso de Mattos¹
Taís Muniz da Costa¹
Saulo Bueno Marimon²

O processo penal é um instrumento de retrospectiva aproximada de um determinado fato histórico. Como ritual, está destinado a proporcionar o convencimento do juiz por meio da reconstrução histórica de um fato. Logo, as provas são meios pelos quais se fará a reconstrução do fato passado. Os meios de provas são todos os recursos diretos ou indiretos, utilizados para alcançar a verdade dos fatos no processo, ou seja, é o método ou procedimento pelo qual chegam ao julgador elementos probatórios, que geram um conhecimento certo ou provável a respeito de um objeto do fato criminoso. O compartilhamento de provas, consiste ao transporte do resultado de uma prova obtida por meio de restrição de direito fundamental do réu, para outro processo. Diferencia-se, assim, da chamada “prova emprestada”, que consiste no meio de prova, produzido em um determinado procedimento e, posteriormente, transportado para outro sem violação de direito fundamental. Saliencia-se que em termos de compartilhamento do resultado das provas obtidas por meio de interceptações telefônicas legalmente efetuadas, ocorre em relação a informações diversas daquelas esperadas na investigação, ou seja, quando se toma conhecimento de informações sobre o acusado, ou sobre terceiro, que não eram esperados. Como abordagem concreta, pretendemos demonstrar a (in)constitucionalidade do compartilhamento do resultado probatório das interceptações telefônicas, a partir da legislação processual penal e da visão jurisprudencial do STF desde o advento da norma. Nesta esteira, utilizar-se-á como instrumentos teóricos diversos autores que se posicionam sobre o presente assunto de pesquisa, bem como análise jurisprudencial das decisões exaradas no STF acerca do tema. Justifica-se o presente trabalho principalmente, por ser a quebra de sigilo telefônico medida excepcional, a qual a própria a Magna Carta veda a valoração indireta. Por fim,

¹ Acadêmica do curso de bacharelado em Direito – FACOS/CNEC

² Professor orientador.

frente às argumentações apresentadas, observa-se que, a contrário sensu, a necessidade de revisão de posicionamento do Superior Tribunal Federal, considerando que o compartilhamento de provas viola o princípio da legalidade estrita, pois conforme o ordenamento brasileiro inexistente dispositivo legal que permita a valoração de prova pelo juiz. Assim, a autorização para tal compartilhamento afronta à Constituição e deve ser considerada ilícita.

Referências

LOPES JÚNIOR, Aury. Direito processual penal e sua conformidade constitucional. 6. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2010.

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de processo penal e execução penal. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

P. TONIAL, Bruna Frank. Sobre o compartilhamento do resultado probatório das interceptações telefônicas. 120f. Trabalho de Conclusão (Bacharelado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2010.

Complexo de Édipo

Paulo Bier Barcelos¹
Helena Beatriz Bier²

Este trabalho foi elaborado a partir de quatro observações realizadas entre os meses de Março e Abril de 2014 na residência da família X, moradora de um bairro periférico de Osório/RS. O estudo busca lançar um olhar mais atento sobre um tempo fundamental no processo de construção da nossa subjetividade; o período edipiano. A metodologia utilizada foram entrevistas domiciliares semi dirigidas e livres. Realizadas nas respectivas datas 19/3, 26/3, 2/4, e 9/4 de 2014. Cada observação tinha duração aproximada de 40 minutos. Para que o estudo fosse realizado foi combinado que o conteúdo seria mantido em sigilo em respeito à história da família. Através das entrevistas foi possível perceber a função paterna como ponto central para a organização da subjetividade deste vir-a-ser de sujeito. O pai, enquanto ocupante da função paterna é o responsável pela introdução da lei, a castração. A mãe, por sua vez, tem o papel de apresentar o pai à criança, através do discurso, justamente, para que esta transmissão seja elaborada. Portanto, através da fala dos pais é possível criar uma rede simbólica que será fundamental no processo de constituição. Consoante esta teoria, é possível pensar que existe um não castrado e a partir daí criar um espaço para a identificação com a lei. Conforme diz a psicanalista Michele Roman Faria; “Nesse sentido, o valor que o Complexo de Édipo tem é o da transmissão. A transmissão de um nome- o do pai- que se faz pelas vias do desejo materno”. Este trabalho foi uma oportunidade fundamental de poder observar a teoria proposta por livros e discutida em sala de aula. Esta experiência singular vivida ao longo das observações contribui de forma muito potente para o enriquecimento de nossas vivências e ampliações teóricas. A chance de podermos confrontar com diversos conceitos psicanalíticos constituintes da cultura é, sem dúvida, uma das melhores formas de exercitar a reflexão. Espaços como estes, possibilitam ao aluno compreender a importância da técnica como forma de construir com o outro, modos de sobrepor o sofrimento e assim poder sustentar suas escolhas.

¹ Acadêmico do curso de bacharelado em Psicologia – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

Referências

Faria, MR. Constituição do sujeito e estrutura familiar. Rio de Janeiro: Cabral Editora e Livraria Universitária (2010).

Lacan, J. Outros Escritos. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar (2003).

Compreensão e sentido em Hannah Arendt

Lívia Caldieraro de Souza¹
Kathlen Luana de Oliveira²

Com o imperativo de verificar uma possibilidade para pensar a alienação social, ou mais precisamente, a condição isolada e inativa do indivíduo perante a esfera pública, a proposta do seguinte trabalho configura-se em mapear os fatores psicológicos, imbricados nas relações sociais, que afastam o ser humano da compreensão de si mesmo, como protagonista criador da própria existência, efeito estendido desde o aspecto orgânico e particular da vida, até sua articulação social estabelecida por atos de convivência. Para tanto, a crítica desenvolvida está alinhada na Psicologia Social, que considera o indivíduo, significativo na sua singularidade, e a sociedade, instituição conjugada sobre perspectiva coletiva, porém interativos no processo de construção dialógica permanente. Desse encontro, também destacamos a participação do pensamento filosófico de Hannah Arendt, que auxilia a percepção de reorganizar um novo sentido para o ser humano, uma realidade inseparável da ação, localizada distante de postulados comprometidos com a legitimação de um poder totalitarista. Com o fracasso da razão, determinado no mundo ocidental após o período de pós-guerra, caíram também todos os postulados de sentidos morais permanentes, sustentados pela ascensão da racionalidade e legitimados pelos artifícios científicos, onde ocasiona a perda de referenciais constituidores de identidade. Lançado em situações de incertezas e solidão, podemos observar o recolhimento do indivíduo destituído de valor, longe de exercer o pensamento como potencialidade criativa para pontuar uma ação ativa no mundo. O monopólio absoluto que o homem comum está inserido deforma sua comunicação, e evita seu protagonismo político, pois conforma seu modo de existir no mundo sem a coletividade da vida pública. Para Arendt, devemos mobilizar uma construção de novas deliberações de sentido, para outras possibilidades de realizações psicológicas localizadas fora das categorias sociais estagnadas, colocando no homem a responsabilidade

¹ Acadêmica do curso de bacharelado em Psicologia – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

de criar-se alinhado em conformidade com um projeto social, sublimado por uma fundamentação coletiva.

Referências

OLIVEIRA, Kathlen, SCHAPER; Valério Guilherme. Hannah Arendt: uma amizade em comum. Editora Oikos - EST. 2011.

STREY; Marlene Neves. Psicologia Social Contemporane: livro texto. editora Vozes. 2010.

Confusão como forma de extinção da obrigação

Viviane Neves dos Santos¹
Ed Moraes²

O termo CONFUSÃO vem de latim, confusio, onis, que significa mistura, mescla, desordem, fusão, dentre outras. A palavra confusio vem do verbo latino confundo, is, confundi, confunsum, ere, indicando misturar, reunir, confundir, ajuntar, sendo formado pela união da preposição cum(com) e do verbo fundo,(derramar, verter, fundir, derreter, etc...) A confusão tem o sentido de fazer uma fusão, fundir com, misturar, reunir. Em termos jurídicos existem três concepções de confusão, a primeira e a segunda estão no direito das coisas e a terceira, a qual estudaremos, no Direito das Obrigações. A interpretação da legislação referente ao tema está citada na LEI N.10.406/02, capítulo VIII, Da Confusão, Artigo 381: Ocorrência da confusão e sua consequência; Artigo 382: Confusão total e parcial; Artigo 383: confusão em obrigação solidaria; Artigo 384: Efeitos do termino da confusão. A Confusão ocorre quando dois pólos, um ativo(credor) e um passivo(devedor), encontram-se em uma só pessoa. O Artigo 381 C.C.2002: Extingue-se a obrigação desde que na mesma pessoa confundam as qualidades de credor e devedor. Assim se reunindo na mesma pessoa dá-se a Confusão e a obrigação se extingue. A fonte mais comum é a causa MORTIS, mas pode ocorrer por ato entre vivos, e também derivar de cessão de credito, de sub-rogação. No casamento sob o regime de comunhão universal, poderá acarretar a Confusão, e também quando o Estado é condenado a pagar as custas judiciais no processo. De acordo com o Artigo 382 C.C.2002: A Confusão pode verificar-se a toda divida ou só de parte dela. Na obrigação Solidaria, Artigo 383 C.C.2002: Estará o débito (solidariedade passiva), ou o credito(solidariedade ativa), extinto na quota parte daquele coobrigado apenas, substituindo no mais a divida e a solidariedade A Confusão tem como efeito primordial a extinção da obrigação, porem as dividas podem ser restauradas, no caso de cessação da confusão, Artigo 384 C.C.2002: Terminada a confusão, restabelecer-se-ão todos os acessórios e a obrigação principal que antes extinta por esta existia.

¹ Acadêmica do curso de bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

² Professor orientador.

Referências

Saraiva, Vade Mecum.2014,17ª edição. Vade Mecum. Saraiva

Considerações práticas sobre sólidos geométricos de revolução

Janaina da Silva Witt¹
Tamara Silveira Guimarães¹
Luiza Bohlke Vasconcelos²

Como objetos de estudo, três sólidos de revolução conhecidos: A esfera, o cone e o cilindro serão tratados geometricamente. No experimento, propomos uma vivência no desenvolvimento das relações geométricas existentes entre a esfera, o cone e o cilindro para que o conhecimento produzido seja mais rico e efetivo. Em geral, nos experimentos, a manipulação, a visualização, os resultados obtidos e as conjecturas propiciam momentos instigantes para o aluno, tornando-o mais atento e mais interessado. No caso em particular, muito mais significativo do que meras aplicações de fórmulas matemáticas, os procedimentos adotados e as conclusões obtidas experimentalmente devem ser demonstradas através de teorias matemáticas. O desafio do experimento consiste em determinar quantas vezes o espaço contido em um cone cabe em um cilindro que tem a mesma base e a mesma altura que o cone. E que a metade do volume da esfera é igual a do volume do cilindro menos o volume do cone, tratando-se de mesma altura e raio. Usando o método de exaustão, inventado por outro matemático grego, Arquimedes (Arkhimedes, matemático grego, nascido em Siracusa na Sicília em 287 (a.C.), demonstrou a fórmula que dá o volume da esfera em seu livro sobre a esfera e o cilindro. Arquimedes na época, em particular nesse experimento, vem nos mostrar uma relação numérica entre os volumes de alguns sólidos de revolução. Estes sólidos são gerados pela rotação de uma forma plana ao redor de um eixo e formados pelo conjunto de posições sucessivas que a forma geratriz ocupa no espaço. Sabemos que chegar a uma expressão algébrica que representa o volume de uma esfera não é simples. Contudo, podemos usar outros volumes conhecidos para obtê-la, por exemplo, o volume do cone é a terça parte do volume de um cilindro de mesma base e mesma altura. Mas de que maneira o aluno pode obter essa relação? É muito comum o aluno ser apresentado a diversas fórmulas prontas, que são de fácil uso, mas também de fácil esquecimento. O

¹ Acadêmicos do curso de licenciatura em Matemática – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

trabalho foi elaborado pelos alunos Janaina da Silva Witt e Tamara Silveira Guimarães da disciplina Geometria II, orientados pela professora Luiza Bohlke Vasconcelos. As aulas desse conteúdo (geometria), gerou grande expectativa, pela prática exercida em sala de aula.

Referências

GUELLI, Oscar. Matemática Série Brasil. 1ªed. SP:Editora Atica.

Construção da linguagem escrita

Adriana Aparecida Ribas de Moraes¹
Amanda Cássia de Alencar Oliveira¹
Ligia Beatriz Goulart²

Alguns obstáculos que os alunos encontram durante o processo de alfabetização são, muitas vezes, decorrentes da falta de atenção e olhar sensível por parte do educador, para analisar e identificar as características de cada aluno, bem como da dificuldade da família em ajudar e manter as crianças na escola, conforme afirma Ferreiro (2011). Ao encaminhar ações pedagógicas que contribuam para o processo de alfabetização em uma turma de segundo ano do ensino fundamental de uma escola municipal na cidade de Osório-RS, analisamos de que modo uma estratégia lúdica pode auxiliar na aprendizagem da leitura e da escrita, a partir de trabalho realizado com uma turma de segundo ano do ensino fundamental de uma escola municipal na cidade de Osório-RS. A experiência aconteceu durante as atividades semanais de monitorias realizadas no projeto PIBID da Pedagogia. Para efetivação da proposta foi confeccionado um boneco de tecido nomeado Sr. Alfabeto. O boneco carregava em seu corpo as letras do alfabeto e funcionava como elemento mobilizador para aprendizagem das letras. É sabido que o desenvolvimento da capacidade de abstração se dá a partir da interação com materiais concretos no cotidiano escolar. Desta forma, a construção deste personagem constitui-se de referências importantes do universo infantil, e por isso contribuiu significativamente na prática escolar. Nessa proposta, as crianças levam o boneco para casa, cada dia um aluno fica responsável pelo personagem, a fim de registrar a construção de brincadeiras no ambiente familiar, envolvendo letras, palavras, textos, a partir das interações entre a criança, o boneco e sua família. Os registros produzidos nesta ação estão sendo organizados em forma de livro, e posteriormente serão apresentados aos pais. O trabalho ainda está sendo desenvolvido, de modo que seus resultados parciais apontam que à medida que interagem com este material lúdico, as crianças dão visibilidade às suas hipóteses de escrita, indagam e propõem registros de sílabas e palavras, a partir das experiências vivenciadas

¹ Acadêmicas do curso de licenciatura em Pedagogia – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

com o personagem. Embora constituído de um rico elemento lúdico e didático, o material possui claras intenções pedagógicas, que consistem em mobilizar a criança para o convívio com as letras e com o universo da escrita e leitura, além de contribuir para a formação de leitores e produtores de textos.

Referência

FERREIRO, Emília, Reflexões sobre alfabetização. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

Construindo conceitos matemáticos com dobraduras

Vagner Fernando Rodrigues Kreche¹
Andréia Goldani²

Durante a prática de estágio de matemática do ensino médio descobri através das atividades realizadas uma técnica milenar onde pude explorar alguns conceitos matemáticos. Essa técnica milenar é conhecida como a arte do origami. O origami é uma arte tradicional japonesa de dobrar papel, criando representações de determinados seres ou objetos. O mesmo usa apenas um pequeno número de dobras diferentes, no entanto podem ser combinadas de diversas maneiras, para formar desenhos complexos. Apesar de ser um patrimônio da cultura japonesa, é provável que tenha começado na China, a qual é considerada "o berço do papel". Através de um pedaço de papel quadrado, sem cortá-lo ou colá-lo, com cores diferentes conseguimos construir um cubo e, desta forma identificamos alguns elementos como: vértice, aresta e faces e assim definir algumas noções básicas para a introdução do estudo da geometria. A identificação destes elementos surge na medida em que começamos a dobrar cada pedaço do papel para que a construção do objeto, neste caso um cubo, seja finalizada. Usando este mesmo cubo, podemos partir para a definição de novos conceitos como o da área e do volume do cubo, tendo como base o cubo feito de dobradura. A partir desta atividade percebi a importância de um trabalho diferenciado nas aulas de matemática, pois a partir desta construção os alunos puderam construir diferentes conceitos de geometria de um modo mais concreto do que só abstrato. Os mesmos tiveram um resultado mais satisfatório, e as aulas ficaram mais produtivas e divertidas. Essa experiência demonstrou que o uso das dobraduras pode ser uma metodologia considerada envolvente no que se refere à maneira como são desenvolvidas a aprendizagem de conceitos geométricos. Essa metodologia já usada em outros países. A mesma é usada por um grande público, seja criança, adolescente e adulto, pois, um simples dobrar de papel faz com que as pessoas se comuniquem, adquirem cultura e fazem arte. Enfim, essa prática

¹ Acadêmico do curso de licenciatura em Matemática – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

pedagógica mostrou que o uso da dobradura é um excelente método que pode e deve, sempre que possível, ser utilizado em sala de aula.

Referências

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Origami>

<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/316/537> Cantele, Angela Anita: Arte e habilidade: 3º ano: ensino fundamental/ Angela Anta Cantele, 152 p. ; 23 cm. (Arte e habilidade).

Contextualizando a alienação parental: a desmoralização do ex

Ercilio Bitencourt¹
Gabriel da Rosa¹
Juliet Braga dos Santos¹
Kemili Conceição Oliveira¹
Luciano Biff¹
Jarbas Freitas Vargas²

A Alienação Parental tornou-se um tema relevante na atual conjuntura social, o que demonstra que o Direito, apesar de ser conservador e "rígido", acompanha o desenvolvimento da sociedade a qual normatiza, e busca aplicar de forma equitativa os direitos e deveres concernentes a família. Este trabalho vem com o intuito de contextualizar a Alienação Parental, e, conseqüentemente, a Síndrome da Alienação Parental, trazendo alguns aspectos legais e psicológicos frente às adaptações jurídicas e às garantias estabelecidas na Lei de Alienação Parental, lei nº 12.318 de 2010. Destarte, faz-se necessário breves considerações acerca das mudanças sociais que acarretaram no reconhecimento desta lei, ou seja, nas mudanças relativas à família, "célula mater" da sociedade. O Direito buscou (e ainda busca) através da Lei de Alienação Parental, disciplinar um conteúdo difícil de se comprovar, pois pode decorrer de uma falsa memória ou de uma construção mental elaborada, geralmente, pelo cônjuge que detém a guarda da criança. O processo de Alienação Parental decorre, a grosso modo, das disputas realizadas durante e depois do processo de separação do casal, divórcio, onde é inculcada na criança uma desmoralização da figura parental do outro, ou seja, da figura do ex-cônjuge. A desconstituição da figura parental pode acarretar em distúrbios de até três níveis, de acordo com o grau da prática alienadora, que são: leve, moderado e grave. Para identificar a prática dos atos de Alienação Parental, o legislador optou por buscar comprovação destes atos através de laudos emitidos por profissionais de uma área afim ao Direito, a Psicologia. A legislação trouxe em linguagem simples e clara, a forma de como o juiz deve proceder nos casos de Alienação Parental, podendo estipular multas, a reversão da guarda da criança em favor do outro cônjuge e até a suspensão da autoridade parental, bastando, para isso, meros indícios de atos de alienação,

¹ Acadêmicos do curso de bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

² Professor orientador.

conforme o caso. Utilizando-se de metodologia bibliográfica, foram realizados questionamentos-chave relativos a Alienação Parental, buscando a elucidação e a contextualização deste tema frente ao Direito, contrapondo o antes e o depois da edição da Lei n12.318 de 2010, aqui no Brasil. No decorrer do trabalho vislumbrou-se o pioneirismo do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJ/RS) nas decisões envolvendo o tema, o que provocou a edição da legislação em vigor. Destacam-se como referências utilizadas: os endereços eletrônicos (sites) de Maria Berenice Dias - www.mbdias.com.br -, do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) - www.ibdfam.org.br ? e, decisões extraídas do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

Referências

Maria Berenice Dias - www.mbdias.com.br -; Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) - www.ibdfam.org.br; Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ/RS)

Cor não define capacidade

Caroline Paola Carpes¹
Monique Taisa Wilborn¹
Claudio Machado Moreira¹
Caroline Dimuro Bender D' Avila²

A questão das ações afirmativas é assunto recorrente entre todos os setores da sociedade - estudantes, mestres, mídia, governantes - e atinge brancos e negros, não sendo limitada à determinada classe social, pois afeta desde os mais privilegiados aos nem tanto. Enfim, podemos afirmar que se trata de um assunto presente em diversos meios sociais, gerando uma polêmica que não parece estar próxima de um fim. A política das cotas raciais tem como propósito propiciar a inclusão de determinado grupo em um setor da sociedade e dispensar um tratamento positivamente diferenciado a esse grupo em função da discriminação em diversos níveis de que são vítimas. O objetivo da presente pesquisa é analisar sob aspectos jurídicos toda essa questão. A metodologia de estudo utilizada para a realização da investigação foi a análise sistemática da normativa constitucional, tendo em vista que a Constituição consiste no documento supremo no nosso país e traz em seu bojo princípios fundamentais dos indivíduos, tais como a dignidade humana e a igualdade, que se aplicam a todos, independentemente de qualquer condição.. As cotas, que seriam um meio para alcançar a igualdade na sociedade, acabam levando a uma noção contrária em que se subentende que uma classe é inferior intelectualmente à outra, o que sabemos que não o é. A Constituição Federal elenca em seu artigo 5º que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”. Partindo desse pressuposto não deveriam existir as cotas por que se todos são iguais não deve haver privilégios a determinados cidadãos em razão de sua etnia. Criar cotas raciais é um tipo de discriminação, é apontar que os negros estão em desvantagem aos demais, e isso caracteriza racismo. O potencial e a capacidade intelectual das pessoas não são, e nem deve ser justificado pela cor ou raça, portanto, essas cotas vão contra o princípio do mérito. Em nome da justiça social são dirigidas políticas a grupos “raciais”, no entanto o racismo não é eliminado, e acaba dando respaldo legal ao conceito

¹ Acadêmicos do curso de bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

de raça e possibilitando o conflito por ser definido que o negro precisa de uma ?mãozinha? para chegar a um patamar acima do que a grande maioria da população negra está inserida. Deve se considerar que existem brancos pobres, que vivem sob as mesmas condições que os privilegiados das cotas raciais, mas que não são beneficiados por tal, devido a ter menos melanina na pele. Existem brancos que são discriminados por essa política, pois poderiam ocupar o lugar de um beneficiário de cota por ter tirado nota superior, mas que não pode usufruir deste direito por ser branco. Isto é, combate-se racismo com racismo. Contraditório não? Essas ações afirmativas não seriam uma forma de continuar com essa separação de branco e negro?

Referências

<http://por-leitores.jusbrasil.com.br/noticias/100040832/o-racismo-das-cotas-raciais>[http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10018;](http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10018)

<http://www.youtube.com/watch?v=9eM8q-mZLI4>

<http://www.cachuera.org.br/cachuerablog/?p=400>

https://www.google.com.br/search?q=cotas+raciais&oq=cotas+raciais&aqs=chrome..69i57j69i59j0l4.4854j0j8&sourceid=chrome&es_sm=93&ie=UTF-8#q=cotas+raciais+pr%C3%B3s+e+contras&revid=389613713

Cuba nunca vista como antes

Jordana Silva¹
Naiadi Goularte¹
Rodrigo Klei¹
Tatiana Velho Guerra cunha¹
Valesca Amador¹
Fernando Quartiero²

O presente trabalho pretende colocar em pauta a sociedade e Estado Cubanos, ainda que sinteticamente, buscando elementos para uma análise imparcial do tema que estabeleça a reflexão sobre os benefícios e malefícios daquele sistema. Cuba é um Estado sob-regime socialista ditatorial, com partido único e sem eleições diretas para cargos executivos. Uma das figuras principais foi a de Fidel Castro, que governou desde 1959 como chefe de governo e a partir de 1976 como chefe de Estado e comandante chefe das forças armadas. O método utilizado para análise da sociedade cubana foi de pesquisa bibliográfica e entrevista realizada com a médica Cubana Maria, de 39 anos, atualmente trabalhando na cidade de Palmares do Sul pelo programa Mais Médico. Com base nos dados coletados chega-se a duas versões distintas sobre o regime cubano: uma que demonstra uma sociedade com sérios problemas sociais, econômicos e políticos; e outra (apresentada pela entrevistada) de uma sociedade conformada com a ditadura porque satisfeita pela existência de igualdade, saúde e educação. Considerando ser incontroverso os fatos que envolvem o regime de governo (socialista ditatorial), o presente trabalho limita-se em verificação de como o cotidiano cubano reflete na felicidade e satisfação de seus residentes delimitados a tais tópicos: saúde, educação e igualdade. Traz-se, para tentar elucidar tais questões, de um lado a análise de trechos da entrevista realizada com a cubana Maria, e de outros dados e estudos pertinentes aos três aspectos. Trata-se de duas versões sobre o mesmo tema, que se identificam apenas no que diz respeito à existência de uma ditadura que prega a censura e veda a liberdade, mas que se dividem no que tange ao cuidado ou não do Estado com seus cidadãos. Mas ainda há lacunas importantes em nosso conhecimento, e inúmeras controvérsias

¹ Acadêmicos do curso de bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

² Professor orientador.

existem sobre o que explica e o que não explica essas diferenças. Parte do problema é que a maioria das pesquisas se concentra ou na Floresta ou em uma única árvore, mas nunca juntam as duas coisas.

Referências

Bandeira; Luiz Alberto Moniz. A revolução Cubana e a América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

Gott; Richard. Cuba uma Nova História. São Paulo: Ed; Jorg Zohar. 2006.

Da aplicabilidade da função social da propriedade urbana em imóvel situado no município de Tramandaí

Angélica Dias de Castro¹
Débora Braz¹
Elisangela Volkweis¹
Jaqueline Araújo Rodrigues¹
Patrícia Portella Quartiero²

Esta pesquisa tem por finalidade estudar a aplicação da função social da propriedade urbana em um imóvel de 6429 m², localizado na avenida Fernandes Bastos, no município de Tramandaí. Atualmente tal imóvel encontra-se abandonado e em precárias condições. Com base nesse fato, buscou-se fazer uma análise da função social, prevista no art. 182 da Constituição Federal, que tem como objetivo ordenar o desenvolvimento das funções sociais das cidades e garantir o bem-estar de seus habitantes. Dentre as exigências constitucionais (art. 182, parágrafo 2º) para a aplicação da função social da propriedade urbana, consta a necessidade de existência de um Plano Diretor com parâmetros objetivos e expressos sobre a função social. Verificando o Plano Diretor do município de Tramandaí, foram encontrados os parâmetros exigidos na norma constitucional para o bom aproveitamento do solo urbano, fazendo que sua aplicação, distribuição e edificação alcancem a coletividade. A função social ainda norteia a expansão e planejamento setoriais das cidades, porém, no decorrer da pesquisa, verificou-se o não cumprimento dessa função no imóvel estudado. Mesmo que a lei ofereça instrumentos para exigir do proprietário o cumprimento da função social, como o parcelamento ou edificação compulsória, IPTU progressivo no tempo e desapropriação, verifica-se a falta de efetividade em relação ao imóvel estudado. Não se sabe se fora por desconhecimento, por descaso, por trâmites jurídicos ou por outro motivo qualquer. O imóvel permanece há dezessete anos em profundo abandono, trazendo com isso prejuízos à estética da cidade e principalmente à saúde e à segurança da população, visto que o local vem sendo utilizado por viciados para se drogarem e assaltarem. Constata-se, também, que o grande acúmulo de lixo, juntamente com outros fatores em dias de chuva, causa alagamentos, impossibilitando veículos e pedestres de circularem em sua redondeza. A

¹ Acadêmicas do curso de bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

pesquisa foi realizada tendo como base pesquisas doutrinárias, saídas de campo e levantamento de dados.

Referências

Constituição Federal Brasileira de 1988. Lei Municipal N.º 2.478/2006 - Plano Diretor do Município de Tramandaí;

COSTA, Nelson Nery. Direito Municipal Brasileiro. 4ed. Forense: Rio de Janeiro, 2010. BRAZ, Petrônio. Direito Municipal na Constituição. 7ed. J.H. Mizuno: Leme, 2010.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Municipal Brasileiro. 16 ed. Malheiros Editores: São Paulo, 2006.

Descarte de resíduos sólidos

Brenda Medeiros Obelar Casas¹
Bruna Andrade dos Santos¹
Nazaré do Prado Carneiro¹
Regina Bernardes da Rosa¹
Rodrigo Pelisoli Maiazo¹
Fernanda Mallman²

O advindo da matéria ambiental ao meio jurídico é algo exemplar, a multidisciplinariedade deve ser sempre elogiada. A globalidade dos fatos que se envolvem neste campo, exige a união de diferentes profissionais, visando encontrar algo que abranja os aspectos jurídicos e ambientais, trazendo resolução às demandas existentes. Este trabalho, tem por cunho a obtenção de informações e respostas das práticas adotadas nos descartes de lixos sólidos. De forma geral, abordaremos a legislação federal. Até o ponto em que chegaremos a observação fática e prática feita pelo grupo. Deste modo, pode-se observar a intenção do legislador, as suas delegações e como o direito ambiental chega a nível de competência municipal. De forma minuciosa, será analisada a situação em que se encontra o aterro sanitário de terra de areia, rio grande do sul. De início são tratadas as definições necessárias para o aprendizado desta matéria. É necessário vislumbrar que, resíduo sólido é, de forma resumida o material sólido que é despejado, desperdiçado pelo homem, é que sobra do que consumimos. Embalagens, pets, papéis, sobras de materiais, eticetera. Entretanto, é sabido que a natureza não possui total e rápida capacidade de degradar e integrar esses dejetos. Com base nesta noção de que o descarte inadequado do resíduo sólido gera tremendas consequências como contaminação de lençóis freáticos, contaminação do solo, contaminação do ar, além de trazer doenças para quem trabalha com isso ou quem está perto, são abordadas as tentativas federais de alocar esta cultura de forma a não prejudicar o meio ambiente, como por exemplo a política nacional de resíduos sólidos. Assim como, trataremos sobre as devidas formas de descarte e da responsabilização pelo seu cumprimento. Toda a questão abordada neste trabalho, possui correlação prática no caso apresentado. As atitudes corretas e aquelas que contrariam os aspectos federais, estaduais ou

¹ Acadêmicos do curso de bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

municipais já estabelecidos em nossa legislação. Infelizmente, ainda existem grandes maus exemplos em nossa sociedade prejudicando números incontáveis de vidas. Por ora, cabe a torcida para que a responsabilização pelos erros cesse, ou talvez diminua os estragos causados á natureza.

Referências

MACHADO, Paulo Affonso Leme - Direito ambiental brasileiro; e estudo do caso concreto do aterro sanitário de terra de areia.

MILARÉ, Édis.- Direito do ambiente;

Desenvolvimento local a partir da pressão da globalização nos territórios: o caso de Gramado-RS

Daniela Burkhard¹
Leila Maria Bischoff¹
Renato Rodrigues Freitas Junior¹
Roger Pierre Vidal¹
Roberto Tadeu Ramos Morais²

Este trabalho apresenta uma revisão conceitual da evolução do território de Gramado dos anos 1930 a 2008, tendo como ênfase o desenvolvimento dos territórios no período de integração local e a pressão que a globalização proporcionou no desenvolvimento dos mesmos para, a partir desta discussão, mostrar os impactos das macro decisões nos territórios descritas por Brandão (2004). O mesmo autor, afirma que o território é a construção social conflituosa, é construído através da interação dos agentes locais, numa intensa relação de poder, então quando se fala em desenvolvimento local, o território não pode ser confundido com um sitio fixado. Neste sentido, a globalização apresenta novas formas espaciais, onde atores hegemônicos intervêm cada vez mais nos espaços, alterando e reordenando os territórios, gerando certa perda de identidade local (Santos, 2001). Neste aspecto a evolução da cidade de Gramado como objeto de estudo do presente trabalho, apresenta-se como uma proposta de análise das hierarquias dos conjuntos espaciais, sendo que a história da cidade de Gramado é um exemplo das influências das escalas espaciais. Por estes motivos realizou-se uma análise das macro decisões e sua influência no processo de evolução do território de Gramado, com base nos períodos de 1930 com a chegada do trem a cidade, passando pelo momento da industrialização brasileira nos anos de 1950 a 1990 e, por último, o período da abertura da economia brasileira globalizada, tendo como foco descrever o processo de evolução do espaço econômico da localidade. O presente artigo fundamenta-se numa análise exploratória-descritivo, qualitativa e com a utilização de dados secundários sobre o recorte espacial de Gramado localizada a 115 km de distância de Porto Alegre capital do Estado do Rio Grande Sul, e sua trajetória para tornar-se um pólo turístico, através da evolução dos espaços e suas relações. Para descrever a evolução de

¹ Acadêmicos de Metrado em Desenvolvimento Regional – FACCAT.

² Professor orientador.

Gramado, foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais. Conclui-se que os impactos das macros decisões para a evolução do Município de Gramado, geradas pelos impactos da globalização, fomentaram diversas alternativas econômicas que nortearam os investimentos públicos e privados, além do direcionamento estratégico de ações que foram decisivas para a formação do desenvolvimento inicial do município com áreas antes não exploradas e que evoluíram com a comunidade nos interesses e apropriação da mesma.

Referência

BOULLÓN, R.C. Planejamento do Espaço Turístico. Bauru: Edusc, 2002.

BRANDÃO, Carlos Antônio. REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO. Revista Paranaense De Desenvolvimento, Curitiba, n. 107, p.57-76, jul./dez. 2004.

DAROS, Marília. Colonização: As etnias formativas de Gramado. In: Gramado Site. Disponível em Acesso em Fev.2012.

SANTOS, Milton. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro : Record, 2001.

VERGARA, Sylvia C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

Desenvolvimento Urbano e Conservação Ambiental: um estudo no município de Santo Antônio da Patrulha

Maria Lúcia Salazar da Silva¹
Pâmela Edinger da Silva¹
Edison Luiz Saturnino²

O mundo atual apresenta significativo crescimento urbano, seja nas grandes cidades como também em pequenas cidades do interior. Este processo de urbanização implica na organização das cidades que sofrem adaptações e mudanças estruturais a fim de atender as demandas de cada contexto. Assim, elas apresentam suas características em decorrência do próprio aumento da população. Aumenta-se o número de moradias, abrem-se ruas, constroem-se pontes e obras de infraestrutura. Essas transformações marcam o processo de evolução urbana. Analisando esse processo, podemos perceber que estas cidades começam a enfrentar sérios problemas de mobilidade urbana, e que, com a intenção de sanar tais problemas, as administrações municipais, muitas vezes, aprovam determinadas obras, sem observar criteriosamente os possíveis danos ambientais que estarão causando. É dentro deste contexto que nossa pesquisa direciona o olhar investigativo para as relações que se estabelecem entre o desenvolvimento urbano e a conservação ambiental no município de Santo Antônio da Patrulha/RS. Os objetivos deste trabalho são de identificar formas de expansão urbana sustentáveis em Santo Antônio da Patrulha, buscando experiências já vivenciadas, agregando desenvolvimento com preservação ambiental, como também alertar para os riscos e prejuízos que o crescimento urbano desordenado pode causar ao meio ambiente. A cidade está localizada no litoral norte do Estado do Rio Grande do Sul, distante a 73 km da Capital do Estado, Porto Alegre. Foi fundada em 1811, com colonização basicamente de origem açoriana. Com o passar do tempo, também italianos, poloneses e alemães se instalaram no município. Analisando a última década, pode-se perceber nitidamente um rápido crescimento urbano na cidade de Santo Antônio da Patrulha. Os edifícios, que antes não existiam ou eram raros, começam a fazer parte da paisagem, assim como a expansão de novos bairros com a abertura de loteamentos e o aumento acentuado do

¹ Acadêmicas do curso de licenciatura em Biologia – FACOS/CNEC.

² Professor orientador.

número de veículos circulando. É a cidade em transformação. Com o intuito de evidenciar as relações que podem ser estabelecidas num contexto de desenvolvimento sustentável, onde se usa os recursos naturais com respeito ao próximo e ao meio ambiente, preservando os bens naturais e a dignidade humana, direcionamos nosso trabalho junto à comunidade de Santo Antônio da Patrulha. A metodologia utilizada baseou-se em entrevistas com moradores antigos da cidade de Santo Antônio da Patrulha com o intuito de coletar informações sobre a estrutura ambiental e histórica da cidade, como também registro fotográfico das ruas, praças, cursos d'água, limpeza, mobilidade urbana, bem como arborização e qualidade do ar. Neste contexto, foram ressaltadas as aspirações e expectativas do cidadão patrulhense frente ao desenvolvimento urbano e a conservação ambiental do Município de Santo Antônio da Patrulha.

Referências

Ruschel, C.V. O dever fundamental de proteção ambiental. *Direito & Justiça*, Porto Alegre, v.33, p.231-266,2007.

Lash, J; Koch, J; Lindau, L. A. Transporte Sustentável no Século Urbano. *Desenvolvimento sustentável 2012. Visão, rumos e contradições*. Elsevier, Rio de Janeiro.

Diabetes Mellitus Gestacional

Bruna Andrade do Amaral¹
Felipe Lima dos Reis¹
Gabriel Silveira Pereira¹
Josiane Fonseca da Rosa¹
Lucas da Silva Santos¹
Ana Cristina Wesner Viana²

Diabetes Mellitus Gestacional (DMG) é definido como qualquer nível de intolerância a carboidratos, resultando em hiperglicemia de gravidade variável, com início ou diagnóstico durante a gestação. O conhecimento a respeito do DMG e seu controle são essenciais para o atendimento de gestantes em serviços de saúde. O presente estudo trata-se de uma pesquisa descritiva com intuito de divulgar e desenvolver o conhecimento sobre o Diabetes Mellitus Gestacional, embasado na literatura científica, com ênfase em artigos relacionados direto ou indiretamente com o tema proposto, com o objetivo de difundir conhecimento sobre o Diabetes Mellitus Gestacional. No Brasil, estima-se uma prevalência de 2,4% a 7,2%, dependendo do critério utilizado para o diagnóstico do Diabetes Mellitus Gestacional. A fisiopatologia do DMG é explicada pela elevação de hormônios contrarreguladores da insulina, pelo estresse fisiológico imposto pela gravidez e a fatores predeterminantes (genéticos ou ambientais). O principal hormônio relacionado com a resistência à insulina durante a gravidez é o hormônio lactogênio placentário, contudo, sabe-se hoje que outros hormônios hiperglicemiantes como cortisol, estrógeno, progesterona e prolactina também estão envolvidos. 1. O rastreamento do diabetes deve ser realizado desde a primeira consulta pré-natal, utilizando-se a medida da glicose em jejum e com o objetivo de detectar a presença de diabetes pré-existente. A partir da 20ª semana da gravidez, realiza-se outra medida da glicose plasmática de jejum, com ponto de corte de 85mg/dl, com intuito de encontrar indícios do DMG. Idade superior a vinte e cinco anos, obesidade ou ganho excessivo de peso na gestação atual, história familiar de diabetes (1º grau), história obstétrica de morte fetal inexplicada, polidrâmnio, macrossomia, malformação fetal, pré-eclampsia ou eclampsia, são alguns fatores de risco para pacientes adquirirem o Diabetes Mellitus Gestacional. 2. O

¹ Acadêmicos do curso de bacharelado em Enfermagem – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

DMG possui um alto índice de prevalência no Brasil. No entanto, apesar de ser uma alteração fisiopatológica, pode ser diagnosticada precocemente através do rastreamento que é realizado por um método de fácil acesso e relativamente barato. Profissionais da saúde devem estimular a realização do pré-natal e atentar-se aos fatores de risco para evitar, controlar ou minimizar danos provocados pelo desenvolvimento da DMG. Além disso, cabe ressaltar a importância de uma assistência multidisciplinar devido à complexidade da doença e todas as ações necessárias para o seu tratamento como cuidados nutricionais, atividade física, controle das alterações fisiológicas e metabólicas.

Referências

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ENDOCRINOLOGIA E METABOLOGIA. Diabetes mellitus gestacional. Rev. Assoc. Med. Bras. [online]. 2008, vol.54, n.6, pp. 477-480. ISSN 0104-4230.

SCHMIDT, Maria I. and REICHELT, Angela J..Consenso sobre diabetes gestacional e diabetes pré-gestacional. Arq Bras Endocrinol Metab [online]. 1999, vol.43, n.1, pp. 14-20. ISSN 0004-2730.

MAGANHA, Carlos Alberto; VANNI, Diana Gertrudes Barenboim Salles; BERNARDINI, Maria Augusta and ZUGAIB, Marcelo.Tratamento do diabetes melito gestacional. Rev. Assoc. Med. Bras. [online]. 2003, vol.49, n.3, pp. 330-334. ISSN 0104-4230.

Diabetes: perfil epidemiológico dos frequentadores do Largo em Osório

Gizele Arboite¹
Maria Eduarda¹
Marilei de Fátima Ribeiro de Mello¹
Cesar Luis da Silva²
Marlene Colombo²

O Diabetes Mellito é um distúrbio crônico, caracterizado pelo comprometimento do metabolismo da glicose e de outras substâncias produtoras de energia. Hiperglicemia persistente associada ao desenvolvimento de complicações agudas e crônicas, incluindo lesões micro e macrovasculares. A cada ano aumenta o número de diabéticos na população mundial, e o quadro de hiperglicemia crônica pode causar complicações no sistema cardíaco, desenvolvendo a HAS, que hoje é uma das maiores causas de morbidade e mortalidade relacionada a doença. A insulina é um hormônio produzido no pâncreas e que armazenam nutrientes, diminuindo a concentração de glicose, ácidos graxos e aminoácidos no sangue. O organismo do diabético não tem a capacidade de produzir ou não é sensível a ela, elevando a quantidade de açúcar no sangue do indivíduo. A DM apresenta-se como tipo I considerada a principal doença crônica entre crianças e adultos jovens, caracterizada pelo falta de produção ou produção ineficaz de insulina e tipo II predominante na maioria dos diabéticos, caracterizada por resistência a insulina das células do organismo. O objetivo da pesquisa era verificar a glicose de frequentadores do Largo do estudante de Osório, utilizando Hemoglicoteste (HGT). Após a realização deste trabalho concluímos que a maior parte dos frequentadores diabéticos não fazem nenhum tipo de cuidados tanto quanto alimentar quanto medicamentoso. Entretanto, a maior parte dos indivíduos é conhecedor do seu estado de saúde e mesmo com todas as dificuldades da doença persistem com seus hábitos que causam malefício a sua saúde. A enfermagem tem papel importante frente a esta doença que já esta se tornando a maior causa de mortes mundial, não só realizando testes para diagnóstico, mas também orientando os pacientes para que os mesmos possam ter uma melhora na qualidade de vida. Os indivíduos da diabetes tipo I, são dependentes de

¹ Acadêmicas do curso de bacharelado em Enfermagem – FACOS/CNEC.

² Professores orientadores.

insulina, para se manterem vivos. A prevenção deve ser o foco do trabalho da enfermagem em frente à diminuição dos danos.

Referências

Costa AA. Manual de diabetes: educação, alimentação, medicamentos, atividades físicas. 4. ed. São Paulo, Sarvier, 2004. <http://dab.saude.gov.br>

Fisiopatologia básica/[Suzan E. Antczak... Et al.; tradução Ana Karine Ramos Brum].- Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005 il.

Doenças: da sintomatologia ao plano de alta/ [colaboradores e consultoras Marguerite Ambrose...et al.]; traduzido por Roxane Jacobson; revisão técnica Maria de Fátima Azevedo- Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007 il.

Diagnóstico das potencialidades do LN

Jorge Vilson Pereira Coelho Brandalize¹
Rose Borba de Lima Cardoso²

O projeto tem por finalidade elaborar um diagnóstico do perfil das empresas, associações e empresários do Litoral Norte, através do mapeamento das empresas da região. Inicialmente identificou-se o número de associações existentes na região, constatando-se que a maioria dos municípios tem essas entidades constituídas dando suporte às empresas de cada localidade. O LN é constituído por 21 municípios e apresenta uma economia associada à atividade turística de veraneio e essa característica faz com que a região apresente uma significativa variação sazonal da população, que acaba gerando impacto na economia local. Desta forma os municípios pesquisados foram: Arroio do Sal, Balneário Pinhal, Capão da Canoa, Capivari do Sul, Caraá, Cidreira, Imbé, Dom Pedro de Alcântara, Itati, Mampituba, Maquiné, Morrinhos do Sul, Mostardas, Osório, Palmares do Sul, Terra de Areia, Torres, Tramandaí, Xangri-lá, Três Forquilhas e Três Cachoeiras. Nesta etapa foi utilizado uma pesquisa de dados secundários através de informações disponibilizadas por prefeituras e associações comerciais e centros empresariais, bem como SEBRAE. A pesquisa considerou estudos realizados por entidades ligadas ao desenvolvimento regional através de seus relatórios técnicos do Litoral Norte que sinalizam as potencialidades da região em diversas áreas como agricultura, turismo, serviços e varejo, mas que também indicam as fragilidades e oportunidades existentes. A universidade como um espaço que produz conhecimento e ciência, constitui um espaço que focaliza e capta oportunidades tecnológicas e constrói a capacidade da absorção do país. A ocupação dos municípios do Litoral Norte vem se intensificando nas últimas décadas decorrente de três vetores prioritários de desenvolvimento: a urbanização, a industrialização e a exploração turística. No último decênio a região se destacou pela taxa média de crescimento demográfico anual de 2,84%. Esse crescimento e o processo de urbanização tem incrementado setores da economia tais como indústria da construção civil e ramo imobiliário,

¹Acadêmico do curso de bacharelado em Administração – FACOS/CNEC.

²Professora orientadora.

comércio e serviços especializados, instituições de ensino e de saúde. Isso possibilita a ampliação do contingente de trabalhadores nos setores formais e informais, a melhoria relativa nos setores públicos e ampliação nas opções culturais, de lazer e turismo, e como consequência destes fatores o número de empresas também aumentam significativamente.

Referências

SEBRAE. Boletim SEBRAE: estatísticas das empresas do RS. 2009.

Doença de Crohn: distúrbio inflamatória do sistema gastrointestinal

Aliny Genovésio¹
Marcos Paulo dos Santos¹
Gabriel Corteze Netto²

O presente estudo trata de uma revisão bibliográfica sobre a doença de Crohn (DC). A DC é uma forma grave de doença inflamatória intestinal e crônica que representa um problema de saúde pública mundial, e acarreta alterações funcionais e estruturais, de caráter provisório ou permanente, do trato gastrointestinal (TGI). Interfere na atividade motora e secretora deste sistema e provoca sintomas como náuseas, vômitos, diarreia e cólicas. Foi primeiramente descrita por Giovanni Battista Morgagni (1682-1771), porém é assim denominado por ter sido Burrill Bernard Crohn, um gastroenterologista americano que, em 1932 descreveu 40 casos da doença. A DC acomete uma crescente parcela da população jovem entre 15 e 30 anos e afeta predominantemente indivíduos da raça branca, sendo que a frequência em mulheres é maior e com acometimento além do TGI. Apesar dos avanços na compreensão dos mecanismos básicos da inflamação e da patogênese, a causa da DC permanece desconhecida. Nas últimas décadas o estudo em modelos animais de inflamação intestinal sugere a participação de fatores imunológicos, genéticos e ambientais. No contexto da genética, pessoas com parentes portadores da DC têm 10% de chance de evoluir com a moléstia. Do ponto de vista do ambiente, pode haver vários gatilhos para o desenvolvimento da doença, como uma infecção prévia, que estimule o sistema imune a produzir uma reação exagerada; também o tabagismo aumenta a predisposição para essa inflamação em duas a quatro vezes, além de alimentos industrializados que estão sendo estudados na etiologia e no desenvolvimento da DC. A DC habitualmente causa diarreia, cólica abdominal, frequentemente febre e, às vezes, sangramento retal. Também pode ocorrer perda de apetite e perda de peso subsequente. A diarreia pode se desenvolver lentamente ou começar de maneira súbita, podendo haver também dores articulares e lesões na pele. Outros sintomas precoces da DC são lesões da região anal, incluindo

¹ Acadêmicos do curso de licenciatura em Biologia – FACOS/CNEC.

² Professor orientador.

hemorroidas, fissuras, e abscessos. Tanto a DC quanto o reto colite ulcerativa podem causar problemas em outras partes do corpo. Sendo eles: Artrite: as articulações podem inchar ficar doloridas e endurecidas. Aftas: estas se assemelham a ferimentos ulcerativos. Oculares: os olhos podem ficar inflamados, vermelhos, e sensíveis à luz. Dermatológicos: as pessoas podem desenvolver erupções cutâneas. Não existe um exame laboratorial que estabeleça o diagnóstico da DC, mas os de sangue possibilitam revelar o aumento anormal de leucócitos, bem como baixa concentração de albumina. A colonoscopia e a biopsia são indicadas na confirmação da DC. O tratamento na DC não é específico e são utilizadas drogas como corticosteroides, aminossalicilatos, imunomoduladores, e antibióticos, estas, no entanto, possibilitam a remissão das crises, mas não a cura da doença. Concluímos a partir dessa revisão bibliográfica a importância de conhecer essa patologia de difícil diagnóstico e graves sintomas.

Referências

Juiz TA, Lichtenstein GR. inflamatória intestinal doença. In: _____.

Scott L. Friedman, Kenneth R. McQuaid, James H. Grendell (coord.). Diagnóstico atual E Tratamento em Gastroenterologia. 2.ed. ESTADOS UNIDOS: McGraw-Hill, 2002. Pág. 867 cap.7: 108-130.

Bogliolo L. Patologia. 6ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2000.

<http://www.fleury.com.br/revista/dicionarios/doencas/Pages/doenca-de-crohn.aspx>

<http://www.frvida.com.br/dicasdesaude/pdf/oqueedoencadecrohn.pdf>.

Dos prazos para reclamar pelo vício do produto e do serviço: uma abordagem no âmbito das relações de consumo

Carolini Monteiro Dreher¹
Roberta Monteiro Figueiro¹
Thiago Rodrigues Eguilhor¹
Patricia Quartiero²

Esta pesquisa tem por finalidade estudar os prazos para reclamar pelo vício do produto e do serviço para sanar os danos, já que é muito comum um consumidor comprar um produto ou contratar um serviço com deformidade e não saber o que fazer. O âmbito de incidência do trabalho é a relação de consumo, em que são partes o consumidor e o fornecedor, sendo consumidor (art. 2º do CDC) aquele que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final, podendo ser pessoa física ou jurídica, e fornecedor (art. 3º) aquele que desenvolve atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou serviços, podendo ser pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como entes despersonalizados. Como objetos da relação de consumo têm-se produtos e serviços (art. 3º, parágrafos 1º e 2º). Nesse contexto, o vício se dá quando o produto ou serviço não cumpre a finalidade dele esperada, acarretando sua perda de utilidade e/ou valor, causando dano ao patrimônio do consumidor. Os fornecedores são solidariamente responsáveis por sanar o dano pelo vício do produto (art. 18 e 19) e do serviço (art. 20). Para reclamar pelos vícios deve-se estar atento aos prazos. Em se tratando do direito de reclamar dos vícios aparentes ou de fácil constatação, o CDC prevê no art. 26: I- trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produto não duráveis; II- noventa dias tratando-se de fornecimento de serviços e de produtos duráveis. O prazo acima, que é decadencial, começa a ser contado a partir da entrega efetiva do produto, ou do término na execução do serviço (art. 26, parágrafo 1º). Ainda quanto a contagem do prazo, deve-se lembrar que obstam a decadência (art. 26, parágrafo 2º) as algumas situações. Antes de mencioná-las convém ressaltar que nesses casos ocorre a interrupção dos prazos, e não a suspensão dos

¹ Acadêmicos do curso de bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

mesmos. I- a reclamação comprovadamente formulada pelo consumidor perante o fornecedor de produtos e serviços até a resposta negativa correspondente, que deve ser transmitida de forma inequívoca; III- a instauração de inquérito civil, até seu encerramento. Por último, mas não menos importante, tem-se a situação em que é possível reclamar por vício oculto. O prazo, nesse caso, é decadencial e inicia-se no momento em que ficar evidenciado o defeito (art. 26, parágrafo 3º). Significa que quando o vício do produto ou do serviço só puder ser conhecido mais tarde, os prazos acima referidos contam-se do momento em que o vício for constatado. Ao analisar o assunto proposto, percebe-se que o ordenamento jurídico, no âmbito das relações de consumo, buscou proteger o consumidor, a parte vulnerável dessa relação. Entretanto é indispensável que o consumidor conheça seus direitos, a exemplo do que significa vício do produto e do serviço, e os prazos para reclamar. A pesquisa foi realizada tendo como base pesquisas doutrinárias.

Referências

Vício do Produto e do Serviço - Cadernos Colaborativos, Disponível em:academico.direito-rio.fgv.br e Manual do Direito do Consumidor.

Educação do campo e os movimentos sociais

Katieli Persico Nunes¹
Eliane Cristina Araújo Schneider²
Liege Deolinda Westermann²

Este trabalho de pesquisa é fruto de uma pesquisa etnográfica realizada em um assentamento dos Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST e teve como seu objetivo principal conhecer a realidade do assentamento em relação à educação do campo, mostrando as capacidades e dificuldades enfrentadas no cotidiano, como também conhecer o assentamento e suas culturas, comparar as políticas de educação no campo com a realidade nos assentamentos e analisar como os preceitos da educação no campo estão sendo trabalhados na escola. A pesquisa foi realizada na Escola Estadual de Ensino Médio Nova Sociedade, localizada na cidade de Nova Santa Rita/RS. Foram utilizados como principais aportes teóricos as Diretrizes Operacionais das Escolas do Campo, a autora Caldart (2012) e publicações do Instituto Josué de Castro produzido pelo ITERRA. A realização da mesma apontou que a escola vive lutando junto ao MST para melhorias dentro da educação do campo e, principalmente, o resgate e a valorização do jovem do campo. Atualmente conta com projetos como o “Mais Educação” e o curso Politécnico no Ensino Médio estadual, buscando novos meios de construir um novo conceito de jovem do campo. Dentro do assentamento há cooperativas sustentáveis que contribuem para uma agricultura sustentável, de forma que os alimentos produzidos dentro do assentamento são inteiramente orgânicos. Na escola também existe um programa para este meio de produção e juntamente com os alunos foi construída uma horta orgânica e todos os alimentos produzidos são para consumo da própria escola e do assentamento. Percebe-se, a partir das observações e das entrevistas realizadas, a notável luta pelo resgate de uma educação de qualidade, do resgate da cultura camponesa, tendo como apoio o MST com a finalidade de manter os preceitos ideológicos, políticos e sociais desta comunidade fortalecidos. A educação no campo se materializa através de suas lutas, o que obriga que as políticas públicas atendam às necessidades deste e de outros movimentos sociais. Outro

¹ Acadêmica do curso de licenciatura em Pedagogia – FACOS/CNEC.

² Professoras orientadoras.

aspecto importante é que junto a este movimento também surgem ideias de manutenção como a de uma agricultura sustentável e da preservação do homem do campo.

Referências

BRASIL, Ministério da Educação - Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE, CEB nº 02, de 28 de abril de 2008. Brasil, 2008.

BRASIL, Ministério da Educação - Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Parecer CNE, CEB nº 36, 2001.

Brasil, 2001. CALDART, Roseli Salete. Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo. Ed. Expressão Popular, 2012.

CALDART, Roseli Salete. Pedagogia do Movimento Sem Terra. São Paulo, Ed. Expressão Popular, 2004.

CALDART, Roseli Salete. Caminhos para transformação da Escola ? Reflexões desde práticas de licenciatura em Educação do Campo. São Paulo, Ed. Expressão Popular, 2010.

ITERRA, Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária - Instituto de Educação Josué de Castro - Projeto Pedagógico. Veranópolis/RS, Ed. ITERRA, 2001.

Educando e aprendendo

Fagner Morawski¹
Juliano Simch¹
Mariusa Warpechowski²

Sempre que falamos em informática na educação, acabamos por ouvir que ela deve ajudar as outras áreas do conhecimento, pois seu conteúdo pode ser facilmente aprendido sozinho, o que não é verdade, pois muitas pessoas necessitam de um professor especializado na área de informática, pois não sabem como fazer algo que deveria lhes ter sido ensinado no início de seu aprendizado. Este projeto de estágio visa demonstrar ao aluno, através de ferramentas computacionais, que a Informática não se trata somente de jogos e diversão, mas que ela pode também lhes auxiliar em pesquisas, elaboração de trabalhos, construção de projetos científicos, etc. Mostrar que a informática está cada vez mais adquirindo uma relevância no cenário educacional a fim de tentar tornar o aluno um ser pensante, criativo, crítico. Para a realização do estágio serão trabalhados os conteúdos de sala de aula, o funcionamento das ferramentas computacionais, e também determinar o comportamento exigido dos alunos para a fluência das aulas. As aulas foram programadas como segue: aula 1 - inicializar a aula com uma apresentação diferente através de uma ferramenta online. Exposição do conteúdo: Causas, Consequências, Países envolvidos, estopim do conflito, participação do Brasil, papel da mulher. Os alunos irão até o laboratório e pesquisarão sobre a matéria, após o término da pesquisa, esta será socializada; aula 2 - exposição do conteúdo através da ferramenta PREZI, após será pedido aos alunos que elaborem um resumo sobre o que entenderam do conteúdo; aula 3 - exposição do conteúdo através da ferramenta POWTOON e depois será solicitado aos alunos que elaborem um resumo sobre o entendimento do conteúdo. Alunos serão levados ao audiovisual onde será passado o filme: Cavalo de Guerra; aula 4 - término do filme e revisão. Os alunos receberão um e-mail contendo mais questões para estudo do conteúdo trabalhado até o momento: Causas, Consequências, Países envolvidos, estopim do conflito, participação do Brasil, papel da mulher, Participação dos EUA, Tratado de Versalhes, política das alianças, guerra de

¹ Acadêmicos do curso de licenciatura em Informática – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

trincheira; aula 5 - correção do questionário enviado na aula anterior e aplicação da avaliação. Partindo da visão de unir todos estes momentos de acesso à informações, proporcionamos aos alunos a oportunidade de transformarem as informações em conhecimento, onde estes passam a fazer sentido para eles, ocorrendo assim o processo de aprendizagem.

Referências

VAZ, Douglas, ANDRADE, Suelen Silvade. Autoria Multimídia: o uso de ferramentas multimídia no campo educacional. Revista iTEC - Vol. IV, Nº 4, Jul. 2012. Disponível em:.. Acesso em: 29 set. 2013.

Enganos revestidos de racionalidade: a desvalorização da cultura indígena no discurso pedagógico brasileiro

Lucas Innocente Teixeira¹
Rodrigo Horlle Moreira¹
Cristina Maria de Oliveira²

É notável a participação, cada vez mais presente e necessária no campo da Educação, pontuada pela emergência dos estudos culturais sobre os costumes indígenas brasileiros, e suas ressonâncias históricas, inegáveis na construção étnica-racial da sociedade, em toda a extensão do país. Em articulação com os estudos transversais, protagonizados entre as ciências sociais e linguístico-discursiva, centralizadas em dissecar a memória indígena e suas implicações na produção de sujeitos e subjetividades na contemporaneidade, tangenciadas com os contornos do panorama ideológico-linguístico pautado na observação do discurso, estabelecido nas relações de sentido, além de amparados no Art. 3º Parecer CNE/CP 003/2004, sobre a educação das Relações Étnico-Raciais, efetuamos um estudo investigativo a partir da proposta lançada na disciplina de Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa, para localizar o índio dentro do discurso pedagógico brasileiro, ainda periférico na cultura e demasiado fantasiado pelo imaginário social, e reconduzi-lo como figura decisiva na constituição do povo brasileiro, com efeito de favorecer ao acadêmico de licenciatura em Letras e em Pedagogia, na sua formação de professor de Educação Básica, um contato significativo, próspero em reflexões durante o processo de aprendizagem e posterior atuação em ensino. Os acadêmicos elegeram diferentes nações indígenas e buscaram conhecer sua cultura. Assim, optamos por conhecer moradia, artesanato, aspectos gráficos e personagens de HQ, presentes em estudos de reconhecimento à identidade indígena, bem com a figura e referência à cultura indígena na música popular brasileira. A compilação desse estudo foi apresentada aos demais colegas e podemos constatar a presença do cidadão indígena brasileiro no cotidiano por sua representação alegórica e, muitas vezes, excluída e discriminada pelas demais culturas. Entre outros, foram referências para o trabalho os estudos

¹ Acadêmicos do curso de licenciatura em Letras – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

culturais de Roque de Barros Laraia, e o pensamento transversal de Jorge Larrosa.

Referências

LARAIA; Roque de Barros. Cultura um conceito antropológico. 14º ed. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor. 2001.

LARROSA, Jorge, (2002). Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Revista Brasileira de Educação. Campinas, nº 19, p. 20-28, jan./fev./mar./abr.

Entendendo o Marco Civil da Internet

Felipe Pereira Rodrigues¹
Marcelo Terra Reis²

O Marco Civil da Internet visa estabelecer princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil, bem como, determinar diretrizes gerais aos entes federativos em relação à matéria. Há uma incerteza geral sobre as consequências da Lei e se ela será benéfica ou não. A ausência de legislação específica para a internet e o despreparo dos magistrados para lidar com o tema tem gerado decisões judiciais conflitantes, as quais põe em risco as garantias constitucionais de privacidade e de liberdade de expressão dos usuários da internet. A difusão da internet tende a aumentar as relações jurídicas nesse âmbito e, não raro, surgem novas formas de contratos, dado o princípio da liberdade das partes de contratar, e essa situação provoca uma desvantagem à parte mais fraca, pois, desprovida de poder econômico e de negociação, acaba sendo obrigada a sujeitar-se às condições oferecidas pelo mercado ? aí entra o Marco Civil da internet, estabelecendo a neutralidade da rede, determinando que o responsável por prover a internet aos usuários deverá tratar de forma isonômica quaisquer pacotes de dados. Outro ponto abordado pela lei trata do armazenamento de dados, em que os registros de acesso deverão ser guardados pelo prazo de um ano, e os de conexão por seis meses, e só podem ser disponibilizados por ordem judicial, o que provoca medo quanto à preservação da privacidade dos usuários. Outro ponto da lei versa sobre a responsabilização por dano decorrente de conteúdo gerado por terceiros; agora, a empresa que provê internet ao usuário, não será responsabilizada civilmente pelo conteúdo que terceiro gerar, somente se, após ordem judicial, deixar de tornar indisponível o conteúdo; Tendo como objetivo abordar os pontos mais importantes da lei, serão estudados prioritariamente: (1) Neutralidade da rede; (2) Armazenamento de dados versus Privacidade; e (3) Responsabilização por dano decorrentes de conteúdo gerado por terceiros. O estudo foi realizado com base em reportagens e a leitura do anteprojeto de lei, que contém uma exposição de motivos e histórico da criação dela, e

¹ Acadêmico do curso de bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

² Professor orientador.

também opiniões de pessoas que trabalham criando conteúdo na internet; Assim, foi feita uma análise crítica sobre o texto da lei, sempre focando nos temas supracitados. Existem pontos negativos no Marco Civil, como a possibilidade do Presidente da República permitir a discriminação do tráfego de dados quando tais decorrerem de requisitos técnicos, o armazenamento excessivamente longo dos registros de conexão e de acesso de aplicação, e também a possibilidade da tutela antecipada via juizado especial quando um suposto ofendido buscar remoção de conteúdo proveniente da internet. Apesar desses pontos, a internet já se tornou parte indissociável da vida do cidadão brasileiro médio, sua liberdade de expressão e privacidade passam pela maneira como a internet é tratada no país, e estava na hora de uma lei ser criada pensando-se na internet, foi um primeiro passo que precisava ser dado.

Referências

JOVEM NERD. Entendendo o Marco Civil | NerdOffice S05E14. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EycM5prYdOc&list=PLE471915CE2636484>. Acesso em: 07 de maio de 2014. OTARIOANONYMOUS. Pegadinhas do #MarcoCivil da Internet @Canal do Otario. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HJ53HL5OwME>. Acesso em: 10 de maio de 2014.

PORTAL IMPRENSA. ?É uma vitória da sociedade brasileira?, diz Molon sobre aprovação do Marco Civil?. Disponível em: <http://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/48764/referencias-bibliograficas-tiradas-na-internet-como-colocar-no-trabalho>. Acesso em: 20 de abril de 2014. EM.COM.BR.

Marco Civil da Internet muda o uso da rede, mas ainda é uma incógnita para muitos. Disponível em: http://www.em.com.br/app/noticia/tecnologia/2014/04/03/interna_tecnologia,514957/marco-civil-da-internet-muda-o-uso-da-rede-mas-ainda-e-incognita-para-muitos.shtml. Acesso em: 20 de abril de 2014.

Escoliose idiopática na adolescência

Ana de Vargas¹
Manuela Coelho Pontes¹
Patrícia de Fraga Anflôr¹
Helena Meinhardt²

A escoliose idiopática na adolescência pode ser definida como uma deformidade lateral na coluna de pelo menos 10 graus, apresentando desvio em “s” ou “c”, ocorrendo em pacientes com mais de dez anos de idade e que ainda apresentam a estrutura do esqueleto em fase de crescimento. Segundo (ARAUJO, 2012) a anomalia é um dos principais problemas ortopédicos no início da adolescência. Tendo em vista que o corpo esta buscando o equilíbrio frente às mudanças que ocorrem durante esta fase, a situação pode agravar-se devido aos maus hábitos do cotidiano e, ocasionalmente, devido às obrigações da vida escolar (OLIVEIRA, 2011). Na adolescência observa-se a busca pela “identidade adolescente”, o que pode ser verificado na maneira como as pessoas dessa faixa etária se vestem e a forma como usam mochilas e acessórios, que podem sobrecarregar a capacidade de sustentação de suas colunas, podendo assim, ocasionar alterações posturais ou dor (ARAUJO, 2012). Os maus hábitos posturais ocorrem frequentemente no cotidiano dos adolescentes: no ato de caminhar, na recusa a manutenção de uma postura ereta, no posicionamento em ônibus escolares, nas posturas adotadas em sala de aula e/ou em casa, como salienta JUNIOR (2011). Alguns países já trabalham com prevenção no ambiente escolar, para identificar e sanar tais situações posturais. É fundamental a avaliação postural nas escolas, uma vez que proporciona individualidade no diagnóstico. O presente estudo pretende, através de revisão bibliográfica, esclarecer de maneira abrangente e sistemática a incidência de escoliose entre os adolescentes, relacionando-a ao excesso de carga em mochilas escolares, hábitos de vida diária, postura corpórea, idade e sexo. Detectar precocemente a escoliose é importante, pois mesmo em graus leves, possibilita observar a evolução do quadro e indicar tratamentos pouco invasivos e comportamentais, como: natação, fisioterapia e uso de coletes para a correção. E, no caso dessas condutas não

¹ Acadêmicos do curso técnico de enfermagem do Instituto de Educação Cenequista Marquês de Herval.

² Professora orientadora.

proporcionarem bons resultados, a indicação precoce de cirurgia corretora evita sequelas maiores. Além da detecção precoce das alterações posturais, preliminarmente verifica-se a importância de condutas preventivas, sendo essencial a correção da má postura e reeducação postural global, especialmente na fase de crescimento.

Referências

ARAUJO, Alisson Guimbala dos Santos. 2012. Escoliose: Incidência de escoliose com excesso de carga nas mochilas em crianças de 6 a 10 anos. Faculdade Guilherme Guimbala (FGG).

OLIVEIRA, Luana Gomes. Programa de prevenção em escoliose e alterações da coluna vertebral em estudantes da rede pública de Piracicaba. In: 13 SEMINÁRIO DE EXTENSÃO, 2011.

JUNIOR, José Vitorino de Souza. Perfil dos desvios posturais da coluna vertebral em adolescentes de escolas públicas do município de Juazeiro do Norte - CE, 2011.

Escrita e Psicanálise

Aline Costa de Freitas ¹
Cátula Pelisoli²

O Centro de Atenção Psicossocial - CAPS é uma instituição destinada a acolher pacientes com transtornos mentais e/ou dependência química, a apoiá-los em suas iniciativas de busca da autonomia e oferecer-lhes atendimento psicossocial. Sua característica principal é buscar integrá-los em um ambiente social e cultural, bem como à comunidade onde se desenvolve a vida cotidiana dos usuários e seus familiares, através de atividades propostas, seja de forma individual (tratamento medicamentoso, orientação), atendimento em oficinas terapêuticas, visitas domiciliares, atendimento à família, ou atividades comunitárias enfocando a integração do paciente na comunidade. Buscando lançar um olhar mais atento a respeito do funcionamento dessas instituições, o objetivo desse trabalho foi conhecer o funcionamento de um CAPS do litoral Norte do estado do RS. Para isso, foram realizadas entrevistas com o coordenador do CAPS e com uma psicóloga e a análise de produções escritas de uma oficina de linguagem coordenada por essa psicóloga. O coordenador do serviço atentou para uma grande demanda da comunidade: atualmente, existe cerca de nove mil pacientes cadastrados, ainda que muitos não frequentem a casa regularmente, caracterizando uma população expressiva e oscilante. A entrevista com a psicóloga incluiu a discussão acerca da sua atuação neste espaço, em especial em relação aos seus pacientes. Uma das atuações dessa profissional é a coordenação de uma oficina de escrita, onde aos pacientes é oportunizado o compartilhamento de suas histórias, angústias e conquistas. Tal espaço de criação literária tem papel decisivo na ampliação subjetiva dos pacientes, permitindo que os mesmos possam organizar-se e, assim, expandir sua cadeia representacional. O escrito tem essa função: oferecer um espaço, onde se possa “jogar” com as infinitas combinações que as palavras oferecem, ressignificando sua existência. Observando a produção de uma das pacientes, percebe-se a importância do trabalho realizado: “A oficina de linguagem, traduz em palavras, coisas que muitas vezes não conseguimos expressar”. Depoimentos e falas como estas apontam a

¹ Acadêmica do curso de bacharelado em Psicanálise – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

relevância deste atendimento para a sociedade. Existe a necessidade de apostar em lugares que invistam nas potencialidades de seus pacientes, sem que isso necessariamente esteja preso a qualquer tipo de expectativa idealizada do terapeuta. A Psicanálise vem buscar a compreensão dos processos inconscientes do sujeito, por meio da escuta e investigação, na qual a palavra ocupa espaço fundamental na revelação da natureza de suas relações mais inacessíveis. De acordo como o Conselho Federal de Psicologia, o psicólogo deve promover o resgate das funções sociais e laborais diminuídas e/ou perdidas, resgatar a cidadania, favorecer a socialização com a ideia de que pertencem a um grupo, assim superando o isolamento, diminuir o uso de medicamentos, diminuir as internações psiquiátricas, elevar a autoestima e aprender novas atividades através das oficinas.

Referências

JULIEN, Philippe. Psicose, perversão, neurose: a leitura de Jacques Lacan. Rio de Janeiro. Ed. Companhia de Freud. 2009.p.42.

FLORES, Valdir. Linguística e Psicanálise: Princípios de uma Semântica da Enunciação. Porto Alegre. EDIPUCRS. 1999.p.157-183.

Espectro autista: um diagnóstico clínico

Mônica Daniela Pacheco de Paula¹
Paulo Renato Lessa¹
Suzi Carina Chaves¹
Leandro Alencastro Santos²

No Brasil segundo dados do instituto de Psiquiatria do hospital das clínicas da universidade de São Paulo (2007) existe 1 caso de autismo para cada 190 habitantes. Por ser considerado um distúrbio de grande desordem na vida das pessoas, o autismo esta sendo amplamente estudado por diversas áreas da saúde, e como não se encontrou um marcador biológico seu diagnóstico continua sendo clínico. Os critérios utilizados para diagnósticos no Brasil são encontrados no CID10 e DSM-IV (manual diagnóstico e estatístico dos transtornos mentais), acredita-se que o aumento dos casos de autismo esteja relacionado com uma melhoria na sua detecção (Teixeira, 2010). O autismo é uma síndrome que se caracteriza por desvios nas relações interpessoais, linguagem e comunicação, apresenta ainda padrões restritos, repetitivos e estereotipados de comportamento e maneirismos motores variando de acordo com o nível de desenvolvimento e idade do indivíduo (Salim et. al 2010). Conforme Gadia et al. (2004), o diagnóstico de autismo requer uma apreciação clínica cuidadosa, avaliações de linguagem e neuropsicologia, bem como exames complementares. No que diz respeito ao tratamento, tendo em vista o impacto que este transtorno produz tanto à criança portadora quanto à família, foram desenvolvidos inúmeros instrumentos com base no DSM IV que amparam a avaliação e que determinam um diagnóstico mais preciso do transtorno. Segundo Pereira (2007), entre estes instrumentos, a escala Childhood Autism Rating Scale (CARS) é a mais utilizada para avaliar a gravidade do transtorno, permite classificar formas leves, moderadas ou severas de autismo. Para Fávero e Santos (2005), um aspecto bastante preocupante é o quanto a família de crianças autistas é afetada tanto no aspecto psicossocial quanto nas alterações da dinâmica familiar, por se depararem com exigências da síndrome os pais acabam se sobrecarregando físico e emocionalmente, esta sobrecarga é indutora ao estresse. A Teoria

¹ Acadêmicos do curso de bacharelado em Psicologia – FACOS/CNEC.

² Professor orientador.

Cognitiva Comportamental dispõe de técnicas como Treinamento de Habilidades Sociais (THS) e Psicoeducação as quais empregadas são consideradas efetivas na melhora da qualidade de vida tanto para o indivíduo com o transtorno, quanto no contexto familiar, onde acontece um ajustamento familiar, de forma que os pais devem estar cientes da ressignificação que cada um terá que passar no papel familiar para uma melhor adequação diante desta situação presente.

Referências

FÁVERO, M. Â. BRAVO, S, MANOEL, A. Autismo infantil e estresse familiar: Uma revisão sistemática da literatura. Rev. Psicologia: reflexão e crítica, 2005, 18 (3), PP. 358-369.

Espelho, espelho meu... A força do narcisismo na pele da madrasta da fábula Branca de Neve

Amarante Gonçalves Gross Júnior¹
Beatriz Kauri dos Reis²

O presente trabalho visa estabelecer uma articulação entre um conceito da teoria psicanalítica, o Narcisismo, o qual está fazendo nesse ano, 100 anos que Freud o descreveu, e a personagem madrasta do conto infantil Branca de Neve - dos Irmãos Grimm. O referido tema faz alusão ao mito do Narciso, que evoca um amor dirigido à própria imagem. Com base nas ressonâncias desse mito, Freud escreveu em 1914 o seu artigo denominado Para introduzir o narcisismo, onde considera o referido tema como um estágio normal do desenvolvimento infantil, particularmente da evolução da libido. Freud estabelece as bases conceituais das primeiras experiências de satisfação pulsional da criança com seu próprio corpo e posteriormente com o corpo do outro. É a partir daí que o Narcisismo deixa de ser concebido como um fetiche, logo como uma perversão, e passa a ser considerado como constituinte da nossa subjetividade, uma vez que, é condição de formação do eu. Apresentado como uma fase própria do desenvolvimento humano, quando se realiza a passagem do autoerotismo, ou seja, do prazer centrado no próprio corpo para o reconhecimento e a busca do amor fora de si, inaugurando a relação com o agente materno. Passagem essa, que implica a saída do autocontentamento por aquilo que é efeito apenas da própria imagem para a realização de uma das conquistas mais importantes da nossa cultura que é a possibilidade de viver e conseqüentemente conviver com a alteridade e, portanto, com as diferenças. A personagem da madrasta da Branca de Neve demonstra uma enorme insegurança a respeito de seus atrativos, em que não lhe bastava apenas ser bela, mas sua formosura tinha de ser insuperável. A superioridade da beleza dela é objeto de consulta constante a um espelho mágico, a quem ela pergunta: “Espelho, espelho meu: existe alguém mais bela do que eu?” Ao interrogar o espelho, ela busca nos olhos do outro o impacto de sua imagem. A beleza só existe para um olhar, portanto sem o reconhecimento pelo outro não faria sentido. Além disso, no desejo de superar alguém, não basta que o

¹ Acadêmico do curso de bacharelado em Psicologia – FACOS/CNEC.

² Professora orientado.

espelho responda que ela é bonita, mas ela tem que ser a mais bonita de todas. A repetição do espelho em afirmar a resposta positiva, aquela que a madrasta exigia, demonstra o quanto esse amor se fazia necessário para decifrar o olhar de desejo e admiração sobre si mesma. O amante da madrasta é representado pelo espelho mágico capaz de lhe responder diretamente, conforme o seu desejo. É evidente o desejo da madrasta de obter a aprovação do outro para sentir-se realizada. Entretanto, o drama começa quando o espelho responde que a mais bela é a outra. Freud diz que as mulheres, sobretudo aquelas que são belas ao crescerem, desenvolvem um autocontentamento que estabelece certa compensação, pois elas amam somente a si mesmas, com uma intensidade comparada ao amor do homem por elas. Assim como a madrasta, suas necessidades não se acham na direção de amar, mas de serem amadas.

Referências

CORSO, Diana Lichtenstein; CORSO, Mário. Fadas no Divã: Psicanálise nas Histórias Infantis. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FREUD, Sigmund. Introdução ao Narcisismo. In: _____. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006, v. 14. P. 81 - 108.

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. Introdução à metapsicologia freudiana. 7 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008, v. 3.

Esporotricose

Ana Angela Dias Castro¹
Léticia Azevedo dos Reis¹
Vitor Costa de Oliveira¹
Nina Rosa Rezende Lenzi²

O presente trabalho trata-se de uma revisão bibliográfica sobre a esporotricose. A esporotricose é uma micose subcutânea aguda ou crônica. Causada pelo fungo dimórfico *Sporotrix schenckii* que em temperatura ambiente possui forma filamentosa ou miceliana e a 37°C possui forma de levedura, encontrado principalmente no solo e em vegetais. Existem formas tegumentares que incluem a cutaneolinfática como a mais comum, caracterizada por lesão papulonodular no local do traumatismo, que se transforma em nódulo com tendência a necrose e ulceração, seguida de linfangite direcionada às regiões axilar e inguinal adquerindo características semelhantes a primeira lesão, liberando seu conteúdo gomoso e purulento; a cutaneolocalizada caracterizada por lesões variadas, como papulonodular, ulcerada, gomosa, verrucosa, tuberculóide, sífilítica, resultando de infecção cutânea em paciente previamente sensibilizado, sendo a face o local mais comumente atingido; a mucosa localizada é rara, podendo acometer a conjuntiva, a mucosa oral, faringe e laringe; e a cutâneo disseminada, caracterizada por lesões nodulares ou gomosas disseminadas por via hematogênica em indivíduos imunodeprimidos. As formas extrategumentares são raras, ocorrendo por inoculação ou inalação, e geralmente estão associadas a outras doenças. Podendo comprometer órgãos, músculos, dentre outros, disseminadas via linfática ou hematogênica. A esporotricose apresenta distribuição universal, porém é mais frequente em regiões tropicais e subtropicais. Os casos envolvendo humanos estão principalmente relacionados a arranhadura de animais como gatos, cães, ratos e esquilos. De acordo com a literatura os felinos apresentam potencial zoonótico maior que os demais mamíferos, pois as leveduras presentes em grande quantidade nas lesões cutâneas e outros tecidos podem ser infectantes. As pessoas que exercem profissões relacionadas ao solo e manejo de animais, como por exemplo, os jardineiros, horticultores, floristas estão mais

¹ Acadêmicos do curso de licenciatura em Biologia – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

propensas ao contágio pelo fungo. Questões como sexo e idade não influenciam na incidência zoonótica. Para evitar uma possível contaminação, torna-se necessário a utilização de luvas, botas e quaisquer materiais que protejam durante as manipulações no trabalho. No tratamento, utiliza-se fármacos como itraconazol e o iodeto de potássio, que apresentam resultados satisfatórios. Medicamentos como anfotericina B e cetonazol também são utilizados na terapia, porém apresentam resultados variáveis, dependendo da forma clínica da doença. Ambos não devem ser utilizados por gestantes, que devem utilizar a termoterapia, aplicando bolsa de água quente ou fonte de infravermelho. Dado o exposto pelos autores consultados percebe-se a importância e relevância do estudo desta zoonose na população com destaque para o diagnóstico correto e o tratamento, visando a cura, não necessitando o sacrifício dos animais portadores da doença.

Referências

COURA, José Rodrigues. Dinâmica das doenças infecciosas e parasitárias. 2v. - Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. Pág. 1161 a 1171.

HINRICHSEN, Silvia Lemos. DIP Doenças infecciosas e parasitárias. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009. Pág. 447 e 448.

MEDLEAU, Linda; HNILICA, Keith A. Dermatologia de pequenos animais: atlas colorido e guia terapêutico. Tradução Fagliari, Gabriela Scuta; revisão científica Fagliari, José Jurandir. São Paulo: Roca, 2009. Pág. 89 e 90.

SCROFERNEKER, Maria Lúcia; POHLMANN, Paula Raffin. Imunologia Básica e aplicada. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 1998. Pág. 359 e 360.

TRABULSI, Luiz Richard; ALTERTHUM, Flávio. Microbiologia. -5ª ed. São Paulo: Atheneu, 2008. Pág. 511 e 512.

Estatuto Penitenciário Nacional: privilégio ou dignidade no cumprimento da pena?

Dario Dany Ruidiaz Barboza¹
Elton Almeida dos Santos¹
Andrea da Silva Smolarek¹
Simone Grassi¹
Quesia Barrufi Melo da Luz¹
Caroline Bender Davila²

A ideia de dignidade na execução penal encontra resistência na sociedade pela brutalidade de alguns tipos de crimes que frequentam os noticiários. A sede de vingança desperta no meio social um primitivo sentimento de ódio, sintoma de que a Lei de Talião insiste em vigorar no subconsciente social. É justamente esse sentimento que provoca, num primeiro momento, repulsa ao Projeto de Lei nº 2.230/11, de autoria do deputado Domingos Dutra. Tal projeto institui o Estatuto Penitenciário Nacional com o objetivo de padronizar o sistema penitenciário brasileiro como forma de diminuir a diferenciação no tratamento penal provocada pelas características regionais dos diferentes estados da Federação. O projeto inova ao prever o estabelecimento do dia 25 de junho como o Dia do Encarcerado, bem como padroniza o uso de uniformes por todos os apenados, de forma que estes estejam adaptados ao clima da região onde se está cumprindo a pena. Ainda prevê a distribuição de materiais de higiene e determina que cada estabelecimento penal tenha um espaço com aparelhos de ginástica, entre outras benesses que hoje, diante das necessidades gritantes do sistema penitenciário, parecem inviáveis. Setores conservadores da sociedade defendem o cumprimento severo da pena e que deveriam ser construídas prisões, de preferência nos moldes medievais, para que os sentenciados pagassem sua dívida com a sociedade. A Lei 7.210/84, de Execuções Penais, estabelece o resguardo da integridade física e moral do apenado. Note-se que a lei está protegendo a dignidade humana, princípio estruturante da ordem constitucional brasileira. Porém, também é notório que o sistema falhou neste ponto. Não é digna uma cela projetada para dois apenados que comporta quatro vezes sua capacidade. É preciso um novo olhar sobre execução penal. Então por que a sociedade generaliza o cumprimento

¹ Acadêmicos do curso de bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

da pena no sentido de que todo o preso deve ser esquecido dentro de uma prisão? Não se dá conta ela de que o tratamento dispensado ao preso é consequência direta e decisiva no momento de voltar a delinquir? Frise-se que não se defende a amenização da disciplina, mas sim que se promova uma visão mais humanizada do cumprimento da pena e se proporcione alternativas para que exista a opção de escolha no momento da volta ao convívio social. O projeto contém alguns exageros. Mas acerta ao determinar que o Estado proporcione trabalho e educação de forma obrigatória durante a execução da pena. E ainda, responsabiliza o Estado pelo encaminhamento do egresso ao trabalho lícito, num convênio com a iniciativa privada. De uma forma geral, o projeto proporciona trabalho, educação e lazer ao apenado - ou seja, dignidade - e ainda determina que o Estado promova a aproximação permanente do preso com sua família. A sociedade evolui constantemente. E o sistema penal precisa acompanhar esta evolução. E é dever não só do Estado, por meio das Secretarias de Segurança e do Poder Judiciário, mas também da comunidade preocupar-se com a execução penal.

Referências

Constituição Federal/88; Lei 7.210/84; Projeto de Lei nº 2.230/11.

Execução de Alimentos: prisão civil dos avós no inadimplemento da obrigação de alimentar

Douglas dos Santos Graciano¹
Luciana Wiedemann¹
Thauana Bueno da Cruz¹
Cristiano da Silva Sielichow²

Este trabalho foi desenvolvido na disciplina de processo civil IV e teve por objetivo buscar informações sobre a execução de alimentos e a possibilidade da prisão civil dos avós pelo inadimplemento da obrigação de alimentar. Através do tema debatido em sala de aula, verificou-se a suma importância deste assunto e os diversos posicionamentos no ordenamento jurídico. O trabalho tem como finalidade mostrar a importância da obrigação subsidiária e complementar dos avós em prestar alimentos, e as consequências do descumprimento. Apresentando as medidas cabíveis para a satisfação da obrigação e a possibilidade da prisão civil pelo inadimplemento. A pesquisa foi elaborada através de jurisprudências, artigos científicos e estudos baseados em doutrinas para maior entendimento do assunto. A obrigação de alimentar não se limita a existir entre somente pais e filhos e envolve outros membros da família como os avós, que tem relação subsidiária na obrigação de prestar alimentos, neste sentido a legislação contempla esta forma quando admitida e comprovada a impossibilidade ou insuficiência do atendimento pelos pais. Os Alimentos são prestações para satisfação das necessidades vitais de quem não podem provê-las por si, são indispensáveis para a sobrevivência do ser humano, pois não abrangem somente a alimentação propriamente dita, mas também, vestuário, moradia, educação, medicamentos. A regra estabelecida pelo ordenamento jurídico é que a responsabilidade alimentar primeiro é dos pais, pois quem necessita deverá pleiteá-los primeiramente ao pai ou a mãe, mas na falta destes, por morte ou invalidez ou não havendo condições de os genitores prestá-los, a obrigação passará aos avós paternos ou maternos. De acordo com a pesquisa realizada, os tribunais de justiça tem entendimento que diante do inadimplemento é possível a prisão civil dos avós, pois a motivação é a mesma para outros devedores de alimentos, visto que os alimentos já foram

¹ Acadêmicos do curso de bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

² Professor orientador.

fixados e não houve seu adimplemento, mas para isso todo o ato do juiz deve observar a necessidade e eficácia para que não haja decisões com base somente na lei e esquecendo do bom senso e da efetiva tutela jurisdicional do Estado. A prisão é considerada uma medida extrema que serve como meio coativo de obrigação, mas acaba agredindo a liberdade atingindo a dignidade da pessoa humana. Por fim conclui-se, que a obrigação imposta por lei de prestar alimentos cabe primeiramente aos pais, que geram essas vidas, transferir a obrigação aos avós, é inverter o ciclo natural da existência humana e os compromissos que devem nortear as relações parentais. De qualquer forma a obrigação alimentar pode ser repassada ou complementada por esses indivíduos, cabe a nós fazer uma análise de cada caso e criar meios para atenuar essa relação especial que a lei impõe.

Referências

CAHALI, yussef Said. Dos Alimentos. 5. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais;

DINIZ. Maria Helena. Curso de Direito civil brasileiro: Direito de família.

Falsas memórias e o depoimento de crianças: a visão jurisprudencial do tribunal de justiça do Rio Grande do Sul (2006-2013)

Fernanda Gomes de Souza¹
Saulo Bueno Marimon²

A prova testemunhal possui relevância no cenário judicial, sendo, na maioria das vezes, a única prova utilizada, em virtude da ausência de prova técnica. Nesse contexto, para reconstrução de um delito, necessita-se da memória do ser humano. Todavia, a memória pode comprometer as informações que serão recuperadas pela testemunha ou vítima, uma vez que, dificilmente, o fato passado irá ser relatado exatamente como ocorreu. Logo, a prova oral carregada ao feito pode estar carregada de fragilidade. Não restam dúvidas de que o assunto é extremamente relevante, pois são essas provas que irão direcionar e proporcionar o conhecimento do juiz, formando sua convicção para o deslinde da demanda. Assim, fica demonstrada a fragilidade e a subjetividade da prova oral, levantando o alerta aos julgadores no momento de apreciação desse meio probatório. E, conseqüentemente, a oitiva de uma criança sofre uma interferência maior do que a de um adulto, pois o delito em que é vítima tem parentes envolvidos como autores ou partícipes. O estudo dessa situação jurídica nos depoimentos de crianças merece um atento olhar, haja vista que elas são extremamente vulneráveis, estando sujeitas, com mais facilidade, à influência de fatores externos, especialmente pelo induzimento de adultos, levando aos autos informações que serão inautênticas ao que realmente aconteceu no caso concreto. O presente estudo tem como objetivo geral analisar o fenômeno das falsas memórias frente à prova testemunhal no processo penal, tendo como específicos verificar se é possível constatar, a partir dos julgados, a existência de relatos de crianças baseados nas falsas memórias, analisar as decisões absolutórias e condenatórias que são proferidas com base nos efeitos das falsas memórias e averiguar a existência de fatores externos e, se existentes, quais influenciaram as falsas memórias das crianças. Portanto, tem-se como campo de pesquisa, o entendimento jurisprudencial do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, no período

¹ Acadêmica do curso de bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

² Professor orientador.

compreendido entre 2006 a 2012. Para tanto, o estudo fundamentou-se em pesquisas bibliográfica dentre as obras: GESU, Cristina Di. Prova penal e as falsas memórias. Porto Alegre: Lúmen Júris, 2010, STEIN, Lilian Milnitsky. Falsas memórias: fundamentos científicos e suas aplicações clínicas e jurídicas. Porto Alegre: Artmed, 2010, LOPES JÚNIOR, Aury. Direito processual penal e sua conformidade constitucional. 6 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, a fim de compreender como a Corte Gaúcha, em suas decisões, enfrenta os indícios de falsas memórias constatadas nos depoimentos infantis, qual a relevância dada às palavras das crianças nos processos criminais e que outros meios poderão auxiliar em uma prova de maior qualidade.

Referências

GESU, Cristina Di. Prova penal e as falsas memórias. Porto Alegre: Lúmen Júris, 2010.

LOPES JÚNIOR, Aury. Direito processual penal e sua conformidade constitucional. 6 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça. Apelação Crime Nº 70013762901, Sexta Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Paulo Moacir Aguiar Vieira, Julgado em 25/05/2006. Disponível em: . Acesso em: 09 nov. 2013.

STEIN, Lilian Milnitsky. Falsas memórias: fundamentos científicos e suas aplicações clínicas e jurídicas. Porto Alegre: Artmed, 2010.

Flexibilização da soberania estatal - a moderna concepção face aos direitos humanos

Suelen Simon da Rosa¹
Renata Alves¹
Francislara Souza¹
Caroline B. D'Ávila²

O desenvolvimento econômico, a interdependência entre os mercados mundiais e aproximação cada vez maior entre os países no âmbito político, social e cultural resultam no fenômeno da globalização dos direitos, cujos efeitos refletem na soberania dos Estados e no reconhecimento dos direitos humanos. Nesse sentido, surge o questionamento: até que ponto, e em que medida, a soberania de um Estado é inquestionável? Quando se relativizam os preceitos soberania e não-intervenção, e sob qual argumento? Para discutir o tema, utilizaremos a doutrina atinente ao Direito Internacional Público e exemplos atuais de flexibilização da soberania estatal em prol da salvaguarda dos direitos humanos. A globalização provoca uma revisão de conceitos secularmente insculpidos na ordem mundial, apontando a uma flexibilização da soberania estatal. E o flexibilizar tem por principal motivador a hodierna visão dos indivíduos como sujeitos de direitos internacionais, seres humanos que devem ser protegidos além das fronteiras territoriais dos seus Estados nacionais. A moderna concepção de soberania contrasta com aquela instituída pela Paz de Westfália, de 1648, que encerrou a Guerra dos Trinta Anos. O conflito, além dos retrocessos sociais e econômicos causados na Europa, repercutiu na regulamentação das relações internacionais, substituindo o mote religioso pelo princípio da soberania estatal. A partir desse marco firmou-se o conceito de soberania, absoluto, considerado como fundamental para existência e afirmação, no cenário mundial, dos países. Nesse passo caminhou a ordem internacional até meados do século XX quando da Segunda Guerra Mundial. O fim desse conflito, sem precedentes até então, resultou numa nova visão acerca da soberania de um Estado. A resposta da comunidade mundial: reconstrução dos direitos humanos. Desse modo, a moderna concepção de soberania ultrapassa as barreiras físicas dos países para uma relativização

¹ Acadêmicas do curso de bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

visando proteger e amparar os direitos fundamentais de todos os seres humanos. Os direitos humanos invocam a abertura das ordens jurídicas de cada Estado ao sistema internacional de proteção a estes direitos e, ao mesmo tempo, uma interpretação diversa do conceito tradicional de soberania. A criação da Organização das Nações Unidas, em 1945, é oportuna ao fim da Segunda Guerra Mundial. O escopo desse Órgão é promover a paz mundial, solucionando conflitos ora existentes entre Estados pacificamente, por meio da mediação e diálogo. Entretanto, a Carta das Nações Unidas, no capítulo VII autoriza a intervenção militar nos Estados com a permissão do Conselho de Segurança da ONU, tendo anuência ou não do governo nacional. Porém, a intervenção legal em um Estado só ocorrerá quando em seu território estiver acontecendo alguma violação ou grave ameaça aos direitos humanos, a exemplo das intervenções ocorridas (ou em andamento) na República Democrática do Congo, em Serra Leoa e na Líbia.

Referências

MAZZUOLI, Valério. Soberania e a proteção internacional dos direitos humanos: dois fundamentos irreconciliáveis. Brasília, 2002. Disponível em: http://www.stf.jus.br/repositorio/cms/portalTvJustica/portalTvJusticaNoticia/anexo/Artigo__Soberania_e_Direitos_Humanos__Valerio_Mazzuoli.pdf. Acesso em: 05/05/2014;

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos, democracia e integração regional: os desafios da globalização. Porto Alegre, 2001. Disponível em: http://www.pge.rs.gov.br/upload/revista_pge_53.pdf. Acesso em: 12/05/2014;

COMPARATO, Fábio Konder. Fundamento dos Direitos Humanos. São Paulo, 1997. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/comparatodireitoshumanos.pdf>. Acesso em: 12/05/2014;

HABERMAS, Jürgen. Bestialidade e Humanidade: Uma Guerra na Fronteira entre o Direito e a Moral (tradução). Florianópolis, 2006. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/26057-26059-1-PB.pdf>. acesso em: 12/05/2014;

COLOMBO, Silvia. Estado, soberania e poder: uma visão a partir da sociedade internacional. São Miguel do Oeste, 2007. Disponível em: <http://editora.unoesc.edu.br/index.php/espacojuridico/article/viewFile/1891/959>. Acesso em: 12/05/2014

Formação das dunas

Daniel Rosa da Silva¹
Vera Lucia Caetano²

O presente trabalho tem como caracterizar a zonation e papel das dunas litorâneas. A vegetação é um componente fundamental na formação e distribuição das dunas, pois é um indicador importante de perturbações naturais ou antrópicas. Os ecossistemas de zona costeira possuem grande relevância ecológica, social e econômica, além de distintas características biológicas, geomorfológicas e climáticas. Neste sentido, a íntima relação entre a composição de espécies é bastante útil em estudos de áreas que são submetidas à condições ambientais severas como as dunas costeiras. Saliante-se que o estudo de espécies que compõem a primeira faixa de dunas é de extrema importância, é a partir da relação entre vegetação e fatores abióticos desta primeira faixa que o ecossistema como um todo irá formar-se e desenvolver-se posteriormente com as dunas semifixas e dunas fixas, consistindo um sistema integrado. As ações intimamente relacionadas com a dinâmica de ondas de maré e tempestades, com suporte de areia oriunda dos ventos e das marés e com a ação antrópica, não influencia a distribuição das espécies vegetais encontradas, sendo considerada apenas como um componente influente na paisagem. Os fatores que vêm auxiliar a formação das dunas são os regimes do vento, fortalecido continuamente de sedimentos principalmente areias fina, transportados até a praia por ondas e correntes costeiras, os obstáculos como a vegetação, causar a diminuição da velocidade do vento e iniciar a deposição de areia. As coberturas vegetais, que venham a estabelecer-se depois sobre as dunas eólicas são responsáveis pela fixação e pelo desenvolvimento de raízes, que inibem a ação transportadora dos ventos. Os solos arenosos relativamente pobres em nutrientes das dunas, com baixas capacidades de retenção de água e constituinte de um substrato móvel, propiciam o desenvolvimento das quatro seguintes espécies: *Blutaparon portulacoides*, *Panicum racemosum*, *Spartina ciliata*, *Hydrocotyle umbellata*,. Esta vegetação torna-se cada vez mais distinta conforme se observam

¹ Acadêmica do curso de licenciatura em Biologia FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

processos de formação de dunas cada vez mais afastadas do mar. Sendo classificadas dunas semifixas, dunas frontais, dunas parabólicas. A espécie pioneira é *Blutaparon portulacoides*, com folhas crassas e bem adaptada à salinidade. As espécies *P. racemosum* e *Snecio crassiflorus* frequentemente são apontados por diversos autores como fundamentais para fixação de dunas frontais. Torna-se relevante o conhecimento de toda comunidade pela caracterização do ecossistema costeiro e seu desenvolvimento, pois é uma área de grande extensão a qual todos tem acesso.

Referências

EHRlich, P. R.. A perda da diversidade: causas e consequências. In: WILSON, E. O.. Biodiversidade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

FREITAS, M. A. P.. Zona costeira e meio ambiente: aspectos jurídicos. 2004. Dissertação (Mestrado em direito) Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2004.

HUECK, K. Plantas e formação organogênica das dunas no litoral paulista, parte I. São Paulo: Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, Instituto de Botânica Contribuição Para a Pesquisa Fitossociológica Paulista 2, p. 130, 1955.

Fragmentação Curricular x Interdisciplinaridade

Giuliana Arboite da Silva¹
Jéssica Ramos de Aguiar¹
Patrícia Pacheco Baum¹
Luana Rocha de Lima¹
Eliane Cristina Araújo Schneider²

Nos dias atuais a escola precisa oferecer ao educando condições e oportunidades para a construção de um conhecimento que seja do seu interesse, tornando-os ativos e criativos em suas vivências e capacitando-os a pensar e questionar sobre problemas reais. Durante décadas o meio escolar permaneceu estático, os alunos eram receptores de conteúdos, o currículo era dividido por áreas do conhecimento e quem detinha o saber era unicamente o professor. Contudo, hoje, esse modelo de escola e de currículo não atende mais as necessidades da demanda presente, a alta circulação de informações pela mídia e tecnologias faz com que os professores necessitem rever seus métodos de ensino e pensem em novas saídas para a educação. Sendo assim, para compreender como os professores e a escola estão percorrendo essas mudanças na educação, este estudo tem por objetivo analisar como é organizado o currículo escolar hoje, questionando se a fragmentação curricular ainda está presente ou se a ideia interdisciplinar já ganhou espaço no meio escolar. Para isso, foi realizada uma pesquisa, através de questionário com cinco perguntas, sendo uma optativa e quatro dissertativas, o qual foi aplicado com dez professores da rede pública, dos municípios de Palmares do Sul e Osório. Durante o estudo foram encontrados poucos professores que ainda adotam o modelo curricular tradicional, em que os conteúdos seguem um plano pré-determinado para a série, com áreas do conhecimento separadas e desvinculadas. Além de considerarem este um método eficaz para os alunos, ainda acreditam que este proporciona ao professor uma melhor organização para os planos de aula. Entretanto, na maioria das respostas, conclui-se que a interdisciplinaridade através da pedagogia de projetos tem sido uma nova perspectiva adotada pelos educadores. Prado (2005) ressalta que “a pedagogia de projetos, embora constitua um novo desafio para o professor, pode viabilizar

¹ Acadêmicas do curso de licenciatura em Pedagogia – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

ao aluno um modo de aprender baseado na integração entre conteúdos das várias áreas do conhecimento”. Os professores que são adeptos desta prática consideram que a proposta da pedagogia de projeto dá um novo significado ao ambiente escolar e permite ao aluno autonomia ao pensar, no contexto do aprendizado e na problematização do conteúdo. Meditar a aprendizagem desta maneira é considerá-la um processo de busca, fazendo parte da formação de um indivíduo ativo, crítico e atuante na sociedade. O resultado esperado é formar cidadãos capazes de pensar e agir com autonomia e competência na resolução de problemas do cotidiano do mundo contemporâneo.

Referências

PRADO, Maria Elisabete Brisola Brito. Pedagogia de projetos: fundamentos e implicações. Brasília: Ministério da Educação, 2005. Disponível em: <http://www.tvebrasil.com.br/salto> Acessado em: 08 de maio de 2013.

Gênero na profissão de Enfermagem

Bruna Kubiczewski Schmidt¹
Bruna Tomaz Citadin¹
Gabriel Silveira Pereira¹
Karina Pacheco Nuñez¹
Pâmela França Rodrigues¹
César Luis Silva dos Santos²
Gabriel Corteze Netto²

A enfermagem tem se caracterizado como uma profissão feminina, levando em consideração o número expressivo de mulheres que integram a classe. Esta assertiva pode ser confirmada a partir da informação de que no Brasil, segundo Fonseca (1996), a enfermagem alcança um contingente de sua força de trabalho composto por mais de 90% de mulheres. Aos poucos através da história e da análise de conteúdos vamos percebendo que até mesmo a própria precursora da Enfermagem, como profissão, Florence Nightingale difundia característica que eram facilmente relacionadas ao sexo feminino. Segundo Pereira (2004), as presenças de discursos nightingaleanos fazem com que muitos homens acabem não se inserindo tanto na prática de enfermagem quanto mulheres, pois a mulher é facilmente ligada ao cuidado, devido à algumas de suas características. E mesmo o número de homens na Enfermagem tendo aumentado com o passar dos anos, algumas áreas ainda oferecem resistência ao ingresso destes como é o caso da ginecologia e da obstetrícia. O Pôster procura mensurar a quantidade de profissionais da Enfermagem por gênero, relacionando às quantidades de homens e mulheres na profissão através do cruzamento de dados, tendo em vista as quantidades de profissionais da enfermagem por gênero, através da análise de gráficos, tabelas, manuais e pesquisas encontrados no Portal do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), além de serem realizadas pesquisas através da literatura de assuntos contextualizados e relacionados com a temática inicial, para que a mesma fosse desenvolvida de maneira a demonstrar o crescimento de profissionais do gênero masculino na profissão de Enfermagem, relacionando os valores com os do gênero feminino. Percebemos através dos gráficos dos anos de 2010 e 2011, tendo em vista que os dos anos posteriores

¹ Acadêmicos do curso de bacharelado em Enfermagem – FACOS/CNEC.

² Professores orientadores.

ainda não haviam sido divulgados que não houve crescimento do gênero masculino no mercado da enfermagem em relação ao crescimento do gênero feminino, o que demonstra que a profissão deixou de ser totalmente feminina, mas que as mulheres ainda são predominantes. Analisando e comparando os gráficos dos anos de 2010 e 2011 percebe-se que a porcentagem de homens caiu de 12,76% para 12,65% demonstrando um declínio no ingresso de homens do ano de 2010 para 2011. Enquanto em 2011, mais de 76mil mulheres ingressaram ao mercado da Enfermagem, pouco mais de 9 mil homens fizeram o mesmo. Deve-se isso, em parte, a toda história da profissão que esteve desde sua criação ligada à feminilidade e também a resistência de muitos a presença de homens em determinadas áreas da profissão.

Referências

FONSECA, Tânia Mara Galli. De mulher a enfermeira: conjugando trabalho e gênero. In: LOPES, Marta Julia Marques et al. Gênero e saúde. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. 156 p. p. 63-75.

PADILHA, Maria I. Coelho de Souza. A mulher/enfermeira nos âmbitos doméstico-familiar e público: uma abordagem teórico contextual. Revista Gaúcha de Enfermagem, Porto Alegre, v. 15, n. 1/2, p. 9, jan./dez., 1994.

PEREIRA, Paulo Fábio. Homens na enfermagem: Atravessamentos de gênero na escolha, formação e exercício profissional. UFRGS, Porto Alegre, p.29-30. 2008. Atlas de Enfermagem 2011- Portal COFEN
(www.portalcofen.gov.br/atlas/)

COFEN, Comissão de Business Intelligence. Análise de dados dos profissionais de enfermagem existentes nos Conselhos Regionais. P.45.
(www.portalcofen.gov.br/sitenovo/sites/default/files/pesquisaprofissionais.pdf)

Gestão democrática na escola pública: realidade ou não?

Ana Paula de Castro¹
Daiane Dadda Monticelli¹
Jaqueline Dadda Monticelli¹
Josiane Carlos de Fraga¹
Josicleide Mazzetti Reis¹
Eliane Cristina Araujo Schneider²

O presente trabalho teve como objetivo compreender a realidade da escola pública, visando averiguar a relação existente entre equipe diretiva e docentes. Buscou-se entender, como a gestão democrática está sendo efetivada, através de uma pesquisa realizada com oito professores em quatro escolas da rede pública de ensino do Litoral Norte Gaúcho, assim como investigar se os professores se sentem sujeitos atuantes na tomada de decisões quanto à metodologia abordada pela instituição de ensino; identificar a concepção de gestão presente nos documentos da escola e, analisar como a relação existente entre professores e a equipe diretiva reflete na aprendizagem dos alunos. O processo de gestão visa a democratização e almeja que as escolas organizem-se como redes onde todos seus membros sejam atuantes no processo de ensino aprendizagem, bem como responsáveis por seus resultados. Como salienta Morin (2003, p. 65) “a escola deve contribuir para a autoformação da pessoa e ensinar a como se tornar um cidadão”. Assim, a escola deve possibilitar a participação de todos os membros da comunidade escolar, construindo assim uma educação engajada na formação de cidadãos atuantes na sociedade, como nos afirma Zabala (2002, p.54) “A educação tem a tarefa de promover uma cultura de solidariedade, de justiça, de participação, de respeito aos demais e às suas diferenças, bem como de defesa dos seres humanos mais fracos”. A gestão democrática perpassa todas as ações em uma instituição escolar, sejam elas as mais simples. A democracia é construída diariamente através de ações cotidianas, Libâneo (2001, p.80) nos assegura que “o conceito de participação se fundamenta no de autonomia, que significa a capacidade das pessoas e dos grupos de livre determinação de si próprios, isto é, de conduzirem sua própria vida”. Contudo, observamos que a maioria das escolas pesquisadas procuram trabalhar com a visão de gestão

¹ Acadêmicas do curso de licenciatura em Pedagogia – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

democrática, oportunizando todos os membros da comunidade escolar a participarem das decisões, construindo assim um espaço onde o diálogo prevaleça. Constatamos com efetivação da pesquisa que cada escola carrega juntamente com suas práticas traços de toda a comunidade escolar envolvida, sendo que os gestores podem ou não acolher essa cultura em sua forma de gestar, dependendo então da flexibilidade dos diretores em agregar as mais variadas opiniões presentes no contexto educacional. Em uma escola democrática todos são possibilitados em opinar e a serem ouvidos, na construção coletiva de objetivos, resultando assim em um espaço onde todos dirigem e são dirigidos, como nos ressalta Alarcão “uma escola reflexiva é uma comunidade de aprendizagem e é um local onde se produz conhecimento sobre educação” (2003 p.40-41). Contudo, entendemos o quanto a escola deve proporcionar momentos de trabalhos coletivos, onde se buque construir o senso crítico, a reflexão e o diálogo, fatores imprescindíveis para a construção de conhecimento.

Referências

ALARCÃO, Isabel. Professores reflexivos em uma escola reflexiva. São Paulo: Cortez, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática/ Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

MORIN, Edgar. A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. Tradução Eloá Jacobina. 8.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

ZABALA, Antoni. Enfoque globalizador e pensamento complexo- uma proposta para o currículo escolar. Porto Alegre. Artmed, 2002.

Gripe, resfriado e uso de antibióticos

Gabriela Ferri da Silva¹
Josiane Messagi¹
Valdirene Collioni da Silveira¹
Helena Meinhardt²

Entre os brasileiros, tosse, espirros e mal estar são frequentemente “diagnosticados” como sendo gripe, pelos leigos em geral. Basta fazer uma rápida busca sobre o tema na rede, que brotam artigos de saúde, direcionados ao público leigo, que tratam do assunto. Do mesmo modo, na convivência diária, real ou virtual, especialmente com a chegada do frio, observa-se uma enxurrada de manifestações queixosas de “eventos de gripe” (Mercatelli, 2008). O que se convencionou chamar de gripe (doença respiratória típica de inverno com sintomas relacionados à congestão nasal, dores de cabeça e no corpo e mal estar geral), no entanto, geralmente, trata-se de um resfriado. Ambas as doenças, gripe e resfriado, são virais, mas são causadas por agentes etiológicos diferentes e apresentam manifestações, gravidade e prevalência distintas. Segundo o artigo Centro Brasileiro de Informação Sobre Medicamentos (CEBRIM), as diferenças entre essas doenças são bem acentuadas; a gripe é provocada por um grupo de vírus chamado influenza, e tem como sintomas febre, vermelhidão no rosto, dores no corpo, cansaço e problemas respiratórios, os quais aparecem repentinamente. Já o resfriado é causado na maioria das vezes, por rinovírus, e tem como sintomas congestão nasal, irritação na garganta, espirros, coriza, ausência de febre ou febre baixa. Soma-se a isso, questões relacionadas à automedicação, principalmente o hábito de utilizar antibióticos aos primeiros sinais de doença (sem confirmação de que doença se trata) e/ou sem prescrição médica. Essas atitudes, entre outras, levaram a OMS a emitir um alerta global a respeito da resistência de bactérias a antibiótico e a relação disso com o uso indiscriminado dessas drogas (Stephens, 2014). Considerando a falta de informação do público em geral e a gravidade do problema exposto, o trabalho a seguir pretende, através de revisão bibliográfica pertinente, definir os conceitos de gripe e resfriado, acentuando suas diferenças em relação às suas características e,

¹ Acadêmicas do curso técnico em Enfermagem Instituto de Educação Cenequista Marquês de Herval.

² Professora orientadora.

consequentemente, apontar os motivos de o uso de antibióticos nesses casos, ser ineficazes, mesmo impróprios, já que tratam-se de doenças virais e não bacterianas.

Referências

Mercatelli, Rose. É virose! De novo. Viva Saúde. 2008. Disponível em Ministério da Saúde. Grippes e resfriados. Biblioteca Virtual em Saúde. 2009. Disponível em < http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/dicas/217_gripes.html>

Stephens, Pippa. Para OMS, resistência de bactérias a antibióticos é 'ameaça global?'. BBC Brasil. 2014.

HPV: uma DST que pode ocasionar câncer. Fique atento!

Giane de Araujo Machado¹
Juliani Silva de Araujo¹
Morgana Reis de Matos¹
Taison Willian Barbosa dos Reis¹
Gabriel Corteze Neto²

O Papiloma Vírus Humano é um vírus DNA pertencente à família Papillomavirus, seu período de incubação no organismo é variável em torno de 2 semanas á 8 meses . O HPV em muitos casos se manifesta como um condiloma acuminado (verruga genital) e é uma doença sexualmente transmissível (DST). Existem mais de 100 tipos de HPV, alguns causam câncer principalmente no colo do útero. Cerca de 290 milhões de mulheres no mundo são portadoras do HPV. Desta forma, o presente trabalho objetivou revisar dados científicos da literatura acerca do HPV, vírus transmitido pelo contato direto com pele ou mucosas infectadas por meio de relação sexual ou não, pessoas infectadas podem não ter sintomas aparentes, toda via, quando o condiloma está visível, o risco de transmissão é maior, a transmissão pode ocorrer também de mãe para filho no momento do parto ou no período de amamentação. O principal sinal da doença é o aparecimento de verrugas genitais na vagina, pênis ou ânus, apresentando pruridos, queimação, dor e sangramento, lesões no colo do útero, na região perianal, pubiana e anal, em alguns casos existem lesões na boca, orofaringe e faringe de ambos os sexos. O diagnóstico da infecção pelo HPV pode ser efetuado através de exames ginecológicos e de exames laboratoriais, físicos ou histológicos, tais como: Papanicolau (Colpocitologia Oncótica), colposcopia, peniscopia e anuscopia. O tratamento varia de acordo com os locais e infecções geradas, sendo utilizados medicamentos tópicos e orais, ácidos, como o tricloroacético (TCA), laser para cauterizar as verrugas, cremes como o Ixium. Dependendo da extensão, pode ser necessária a retirada cirúrgica da área afetada. O objetivo geral do tratamento é a remoção, melhora clínica e evitar sua transmissão. No caso do câncer o tratamento é específico. Sem o devido tratamento, pode ocorrer o desaparecimento das lesões, ficarem inalteradas ou aumentarem de tamanho e

¹ Acadêmicos do curso de licenciatura em Biologia – FACOS/CNEC.

² Professor orientador.

número, por isso é tão importante o autoexame e a procura de um médico. O uso de preservativos masculinos ou femininos são métodos eficazes para a prevenção contra a contaminação com o vírus; a realização frequente de exames preventivos auxilia a detectar precocemente o HPV. A vacinação contra o HPV é utilizada de forma preventiva, há dois tipos de vacina: bivalente (protege contra os tipos 16 e 18, responsáveis por cerca de 70% dos casos de câncer) e a quadrivalente, também utilizada para homens (protege contra os tipos 6 e 11, principais agentes de verrugas genitais e condilomas). Com base nos dados apresentados, se evidencia a necessidade de maiores estudos visando métodos de diagnóstico e preventivos mais específico e eficiente para o Papiloma Vírus Humano.

Referências

CARVALHO, Júlio José Máximo de. Falando sobre o HPV: Papiloma Vírus Humano. 1ª. Ed. : Instituto Garnet, 2003. 160 p

FREITAS, Fernando. Rotinas em ginecologia. 3ª Edição. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. 358 páginas.

HINRICHESEN, Sylvia Lemos. DIP, Doenças Infecciosas e Parasitárias. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

LUCON, Antonio Marmo; PEREYRA, Elsa Aida Gay; ROSENBLAT, Charles. HPV na prática clínica . 1ª ed. São Paulo: Atheneu Rio, 2005. 285 p.

Identidade Infantil e as Práticas Educacionais

Carolina Serra Ramos¹
Eliane Cristina Araujo Schneider²
Liége Deolinda Westerman²

Atualmente presenciamos o surgimento de crises no processo de construção dos sujeitos, decorrentes do processo de liquidificação pelo qual a sociedade está passando. As implicações dessas mudanças estão afetando diretamente a construção das identidades infantis, principalmente dentro das instituições educacionais, que também passam por relevantes transformações e ressignificações. A presente pesquisa teve como objetivo problematizar a influência da escola, seu papel na construção da identidade infantil e como ocorre e seu grau de significância. Foram utilizados como aporte teórico Bauman (2005), Hall (2006), Traversini (2012), entre outros. A pesquisa de cunho qualitativo teve como ferramentas de coleta de dados, a prática de observações em uma escola da rede pública do município de Xangri-lá/RS, análise de documento e aplicação de questionários com professoras de educação infantil atuantes em turma de 04 e 05 anos de idade. Nos discursos encontrados dentro da escola, percebe-se certo posicionamento tradicional, ainda hoje, sobre as concepções infantis, procurando-se salientar o papel da escola como grande formadora da identidade infantil, como se a mesma se constituísse em um processo único e exclusivo dentro das instituições escolares, subentendendo que tal processo se conclui já na faixa etária observada. Estudos nos mostram que a identidade dos sujeitos se constrói em um processo contínuo intrínseco nas relações e vivências que ele estabelece ao longo de seu desenvolvimento biológico, social e cognitivo, sendo ela um fator histórico. Tendo isso, a escola, com suas ações educativas e práticas pedagógicas, pode produzir um efeito satisfatório na construção da identidade infantil, mas é preciso reformular alguns conceitos sobre seu papel dentro desse processo de construção. Sabemos que não somos indivíduos naturais, nós, seres humanos, somos indivíduos sociais, culturais. Nosso desenvolvimento não é possível se não estivermos vivendo em sociedade. Como se pode perceber, a escola tenta manter-se estrategicamente sólida,

¹ Acadêmica do curso de licenciatura em Pedagogia – FACOS/CNEC.

² Professoras orientadoras.

Traversini (2012) afirma que a escola contemporânea não abriu mão de seus propósitos, mas os indivíduos que a frequentam mudaram, por isso a ideia de desencaixe. A flexibilidade iminente a qual a escola está submetida por meio de seus alunos, requer mudanças radicais em seu currículo, planejamento e objetivos, para que ela possa continuar auxiliando na construção das identidades das crianças de forma efetiva e positiva, agregando valores, e não apenas reproduzindo práticas automatizadas de aprendizagens. Cabe a nós educadores, nos tornarmos agentes facilitadores em nossas salas de aula, enriquecendo as nossas práticas, qualificando as experiências de nossos alunos, permitindo que continuem seu desenvolvimento de forma efetiva e enriquecedora para o desenvolvimento de suas identidades.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. Identidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

HALL, Stuart. A Identidade Cultural na Pós-Modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

TRAVERSINI, Clarice Salete. O desencaixe como forma de existência da escola contemporânea. IN: SARAIVA, Karla; MARCELLO, Fabiana de Amorim (Org). Estudos Culturais e Educação: Desafios Atuais. Canoas: Ed. Ulbra, 2012.

Imagem corporal: como nos vemos diante do espelho?

Cristiane da Costa Santos¹
Débora Koller David do Sacramento¹
Shaiane Dias Ferri¹
Suellen Ferreira Luz¹
Beatriz Kauri dos Reis²

O presente trabalho tem por objetivo pesquisar sobre como é formada a imagem corporal dos sujeitos, e como uma estruturação distorcida pode acarretar em diversos transtornos na adolescência ou vida adulta. A imagem corporal é a figuração do próprio corpo formada e estruturada na mente do indivíduo, ou seja, imagens pelas quais o corpo se apresenta para si mesmo. Para Lacan, conforme Nasio (2009), essas imagens são basicamente duas: a imagem mental de nossas sensações corporais e a imagem especular da aparência do nosso corpo. Tudo começa na infância, quando o bebê recém-nascido não consegue distinguir os limites de seu próprio corpo, pois suas sensações internas e externas se confundem. Aos poucos, ele vai definindo a superfície de seu corpo, seu interior, o que é parte dele e o que pertence ao mundo externo, construindo assim seu esquema e sua imagem corporal. Nesta construção progressiva, seu Eu será constituído, sempre num processo que, por ser dialético, implica dois opostos: ele próprio e o outro. O primeiro esboço do Eu é um processo longo que começa a ser constituído a partir do sexto mês, quando a criança passa a demarcar a totalidade do seu corpo e a caracterizar-se através da imagem no espelho. É nossa visão, o nosso olhar que torna possível conhecer o outro e se conhecer, definir as várias partes de seu corpo e assim criar a imagem de si. Quando crescemos, não percebemos nosso corpo tal como ele é, o percebemos sempre para mais ou para menos, distorcendo a realidade e vindo à tona o que o nosso desejo inconsciente nos leva a ver. Mesmo na vida adulta, busca-se o olhar da mãe que trazia a sensação de perfeição, completude. O sujeito se olha no espelho, espera o olhar de um outro, uma palavra, uma situação que evoque a relação especular com o agente materno, ou seja, estamos sempre em busca de uma imagem corporal perfeita, como acreditávamos ter quando éramos bebês, através do

¹ Acadêmicas do curso de bacharelado em Psicologia – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

olhar afetuoso de nossas mães. Em casos de uma relação especular com o agente da função materna que não tenha sido capaz de devolver à criança uma imagem integrada de si e, acima de tudo, amada e desejada, mesmo na sua incompletude, criamos uma existência aprisionada à uma angústia que se revela na relação com a imagem do corpo. Esta angústia ora faz o sujeito consumir o alimento de forma exagerada, ora o faz agredir o corpo com a falta do mesmo, tornando-o vulnerável, assim, ao ingresso do sintoma de um transtorno alimentar. Além de elucidar o leitor sobre como se dá a formação da imagem corporal, pretendemos com este trabalho mostrar como ela está diretamente ligada a diversos transtornos conhecidos atualmente, como o Transtorno Dismórfico Corporal e a Anorexia Nervosa, nos quais há uma deficiência na percepção do próprio corpo. Essa alteração na visão de si mesmo pode trazer prejuízos para toda a vida do sujeito.

Referências

CAMPOS, S. C. da S. A imagem corporal e a constituição do eu. Reverso, Belo Horizonte, v.29 n.54, pp 63-69, 2007.;

DOLTO, F. A Imagem Inconsciente do Corpo. São Paulo: Perspectiva, 2012.;

NASIO, J.D. Meu Corpo e Suas Imagens. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

Importância do exame citológico no diagnóstico precoce do carcinoma oral: uma revisão bibliográfica

Fernanda Huf¹
Gabriel Corteze Netto²
Marco Antonio Zonta³

INTRODUÇÃO: A neoplasia de cavidade oral ocupa o quinto lugar entre as neoplasias que mais causam mortes segundo INCA (2014). Cerca de 576 mil, novos casos dessa doença são esperados para o ano de 2014 no Brasil, com uma taxa bruta de incidência de 11,54 por cada 100mil habitantes. A citopatologia é um método de rastreamento e diagnóstico que baseia-se na identificação microscópica das características morfológicas de células que se destacam das superfícies epiteliais, podendo assim sugerir algum tipo de alteração que predisponha a neoplasia de acordo com as alterações estruturais encontradas nelas. **OBJETIVO:** Salientar por meio de uma revisão na literatura a importância da realização do exame citológico no diagnóstico e rastreamento precoce do carcinoma oral. **MÉTODOS:** Revisão da literatura através da busca de artigos científicos sobre neoplasia bucal e citologia de mucosa oral, em base de dados. **RESULTADOS:** Observou-se algumas características importantes dessa neoplasia, tais como: a predominância no sexo masculino, na sexta década de vida e o tipo histológico predominante é o carcinoma escamoso. Os fatores de risco encontrados por muitos autores foram o hábito de fumar, o alcoolismo, a infecção por HPV, entre outros. Com relação a citologia da mucosa oral, permite a visualização microscópica do material colhido na esfoliação epitelial onde lesões incipientes podem ser rapidamente avaliadas, assim esse método de diagnóstico é uma forma rápida, barata, que possui alta sensibilidade e especificidade, é minimamente invasiva e indicada em muitos casos, o que gera uma melhor relação custo-benefício quando comparado a biópsia. **CONCLUSÃO:** A Neoplasia de Boca é um problema de Saúde Pública em muitos países, bem como no Brasil, está associado a diversos fatores de risco, portanto é de extrema importância uma avaliação, precoce da região por profissional da saúde especializado e este deve ter próximo ferramentas

¹ Acadêmico do curso de Pos-Graduação em Citopatologia - Universidade Feevale.

² Coordenador do curso de bacharelado em Biomedicina – FACOS/CNEC.

³ Professor do curso de Pos-Graduação em Citopatologia - Universidade Feevale.

simples para auxiliar no diagnóstico da doença, assim entra a citologia esfoliativa com contexto da odontologia como sendo um método simples, minimamente invasivo, de baixo custo e com boa sensibilidade e especificidade, que deve ser usada na rotina.

Referências

FONTES K.B.F.C, et al. Contribuição da citopatologia para o diagnóstico da carcinoma de células escamosas oral. J. Bras Patol Med Lab. 2008; 44(1): 17-24.

Imprensa e fotografia na pesquisa historiográfica: uma abordagem da História da Educação

Leonardo Fernandes Coelho¹
Diana Patrícia Mauer¹
Nínive da Silva Girardi¹
Talita Rangel Ingrassia¹
Maria Augusta Martiarena de Oliveira²
Elisa Daminelli²

No cenário atual da História da Educação, destaca-se a importância da pesquisa em acervos escolares como forma de estudo do passado das instituições educacionais. A partir disto, o presente trabalho, vinculado ao projeto de pesquisa “História das Instituições Educacionais e seus Acervos Escolares na Cidade de Osório – RS” dedica-se à análise da cultura escolar no município citado. Trata-se de uma continuação do projeto “Acervos escolares: as instituições educacionais de Osório”, que, em 2012, mapeou os acervos de escolas públicas. Através deste mapeamento, verificou-se a existência de três escolas de relevância histórica no município, sendo uma delas o objeto de estudo da fase atual da pesquisa: a Escola Estadual de Ensino Fundamental General Osório. Salienta-se que esta instituição é a mais antiga do município, completando 90 anos no corrente ano, e ainda não contava com nenhuma pesquisa que lhe desse destaque. Diante disso, este estudo destina-se, principalmente, à preservação e divulgação da memória escolar da referida escola. Além disso, busca-se realizar uma pesquisa documental em fontes escritas e iconográficas, extraídas da imprensa da cidade e do acervo da própria escola. Logo, durante a execução do projeto, organizou-se o acervo histórico da Escola General Osório, bem como a pesquisa em periódicos regionais. Para tanto, fez-se necessária a formação de um referencial teórico-metodológico, através da leitura de obras da área. Até o presente momento, foram catalogadas 366 fotografias, as quais inserem-se entre a década de 1920 e o período atual. Também se realizou pesquisa em atas da Câmara Municipal dos Vereadores, datadas das décadas de 1910 até 1940; as quais possibilitaram a transcrição de 126 documentos relativos à educação municipal.

¹ Acadêmicos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - Ensino Médio Integrado em Administração.

² Professoras do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - Ensino Médio Integrado em Administração.

Além disso, realizou-se pesquisa nas edições de 1986 até 1994 do Jornal Momento, periódico regional lançado em julho de 1986, e nos jornais Correio do Litoral, Abertura, Gazeta do Litoral, Folha do Litoral e O Legendário, sendo que as edições deste último são datadas da década de 1930. Por meio desta pesquisa, foram transcritas 400 notícias referentes à temática educacional em nível municipal, estadual e, até mesmo, nacional, o que, em conjunto com a riqueza de informações encontrada no acervo catalogado, possibilita a representação da história da Escola General Osório desde sua fundação em 1924 até o presente.

Referências

BARBOSA, Marialva. História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BORGES, Maria Eliza Linhares. História & Fotografia. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A Escola e a República. . São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

LOPES, Eliane Marta Teixeira e GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. História da Educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

SAVIANI, Dermeval; ALMEIDA, Jane de Soares de; SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIM, Vera Teresa. O Legado Educacional do Século XX no Brasil. 2ª edição. Campinas: Autores Associados, 2006.

VIDAL, Valdevania Freitas dos Santos. O uso dos impressos: como fonte e objeto de investigação para a história da educação. In: V Congresso Brasileiro de História da Educação, Aracaju, 2008.

Inclusão escolar: um estudo sobre práticas pedagógicas para alunos autistas em turmas regulares de uma escola do Litoral Norte do Rio Grande do Sul

Andriza Cunha de Jesus¹
Edison Luiz Saturnino²

Este trabalho busca analisar as práticas pedagógicas desenvolvidas com alunos autistas em turmas regulares de uma escola do Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Embora o autismo constitua um tema de pesquisa contemporâneo, contando com um significativo conjunto de estudos, a obrigatoriedade recente de inclusão de alunos autistas em turmas regulares das redes de ensino indica a necessidade de compreender as práticas pedagógicas desenvolvidas nas referidas turmas, justamente para problematizar os limites e as possibilidades dos processos de aprendizagem que nelas se efetivam. As preocupações discursivas sobre o autismo infantil fortaleceram-se na década de 1940, quando se identificou crianças apresentando prejuízos nas áreas da comunicação, do comportamento e da interação social, não sendo ainda caracterizada essa condição como deficiência mental. Atualmente as narrativas dos professores indicam inúmeras dificuldades de trabalhar em uma sala de aula com alunos de diferentes realidades juntamente com alunos autistas, dificuldades essas que se traduzem nos questionamento de qual seria a melhor forma de trabalhar a inclusão desse grupo de estudantes sem que se perdesse a potencialidade e a eficácia da atividade pedagógica. Sabe-se que promover as diferentes inclusões no âmbito de uma classe regular exige disposição dos professores, amparo administrativo, conhecimento teórico, disponibilidade de recursos humanos e práticas pedagógicas coerentes com o perfil da turma e dos alunos. Mas sabe-se, também, que não é uma tarefa impossível, pois é importante que haja um trabalho de parceria entre o corpo docente da escola, juntamente com os profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a família. O objetivo do trabalho, então, é identificar e analisar os procedimentos pedagógicos prestados pela escola para inclusão de alunos autistas, com foco nas práticas de sala de aula, na formação dos professores e na relação

¹ Acadêmica do curso de licenciatura em Pedagogia – FACOS/CNEC.

² Professor orientador.

estabelecida entre os alunos autistas e os demais alunos. O presente estudo caracteriza-se por ser uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória. Para atingir os objetivos do estudo foi elaborada uma pesquisa documental e bibliográfica, realizada com base em livros, artigos, revistas científicas, Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN). O trabalho de campo está sendo realizado através observações e entrevistas com professores, psicopedagogos, psicólogos, coordenação pedagógica, direção e pais, a partir de um roteiro semiestruturado contendo questões abertas a respeito da temática abordada. O trabalho ora apresentado pretende contribuir com as discussões acerca da pertinência de incluir alunos autistas nas classes regulares, como forma de não tornar a inclusão uma prática protocolar ou realizada apenas pela obrigatoriedade da lei, mas torná-la uma prática efetiva de aprendizagem e (boa) formação dos sujeitos.

Referências

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS, disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12991 GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2010.

KHOURY, Laís Pereira. Manejo comportamental de crianças com Transtornos do Espectro do Autismo em condição de inclusão escolar: Guia de orientação a professores [livro eletrônico]. São Paulo, 2014. Disponível em <http://www.reab.me/guia-de-orientacao-sobre-o-manejo-comportamental-de-criancas-com-autismo-em-condicao-de-inclusao-escolar-baixeo-seu/> Acesso em: 08 de abril 2014.

LAKATOS, Eva.Maria; MARCONI, Marina.Andrade. Metodologia do Trabalho Científico. 3ªEdição. São Paulo: Atlas,1991. LEAL, Aline Veloso. Escolarização de Alunos com Autismo Infantil: Um Olhar Sobre o Atendimento Educacional Especializado. 2012. 43f. Monografia (Especialização em Educação Inclusiva e Processos Inclusivos)- Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

SCHWARTZMAN, José Salomão. Autismo e outros Transtornos do Espectro Autista. Revista Autismo. 15 setembro 2010. Disponível em:
<http://www.revistaautismo.com.br/edic-o-0/autismo-e-outros-transtornos-do-espectro-autista>

Índice de Massa corporal de adultos de uma instituição de ensino superior privada de Osório/RS

Ana Claudia Rodrigues do Nascimento¹
Daiana Nunes¹
Izabete de Oliveira Ramos¹
Juliana de Santis Rossi¹
Maiara Joseane da Silva¹
Karine Rabaioli²
Flavia da Costa Carneiro Ohlweiler²

A antropometria nutricional é um método de diagnóstico que se fundamenta na investigação de variações nas dimensões físicas e na composição do corpo humano, visando à predição do estado nutricional e/ou doenças nutricionais, de acordo com suas naturezas distintas e graus de gravidade. Nos últimos anos, o IMC tem sido bastante usado e indicado na prática clínico-nutricional como critério de diagnóstico nutricional. Seu uso tem sido observado em todas as faixas etárias dos distintos ciclos de vida, da infância à senilidade, com exceção dos menos de 2 anos de idade. Caracteriza-se como um indicador do estado nutricional atual e é particularmente indicado e apropriado no diagnóstico de situações de sobrepeso/obesidade. O IMC é calculado a partir das variáveis peso e estatura, usando-se a equação: $IMC = \text{Peso(kg)} / \text{estatura(m)}^2$. O IMC apresenta as vantagens de ser um procedimento não-invasivo, de fácil obtenção e boa precisão e confiabilidade. Além disso, vários outros estudos tem demonstrado alta correlação do IMC com outros índices antropométricos, tais como: dobra cutânea tricipital, subescapular, supra-ilíaca, entre outros. Dentre os índices que utilizam o peso e a estatura, o IMC tem sido considerado o melhor procedimento e o mais usado para a verificação de gordura corporal. Por outro lado, o IMC apresenta algumas limitações clínicas, por exemplo no diagnóstico de sobrepeso e obesidade, o aumento da quantidade de kg/m^2 pode ocorrer tanto pelo aumento do tecido adiposo como pelo aumento do tecido muscular. O objetivo deste estudo é avaliar e classificar o IMC dos alunos, professores e visitantes que estarão na V Mostra de Iniciação Científica promovida por uma instituição de ensino privada. Os alunos do curso técnico de enfermagem participarão, na forma de experimento, coletando

¹ Acadêmicas do curso de técnico em Enfermagem - Instituto Cenecista Maques de Herval.

² Professoras orientadoras..

aleatoriamente os dados de peso e altura dos indivíduos que estiverem no evento que a instituição promove regularmente. No mesmo momento, será entregue uma tabelinha com os dados coletados e a classificação do IMC (kg/m²) onde: <16,0 - baixo peso grau III; 16,0 a 16,9 - baixo peso grau II; 17,0 a 18,49 - baixo peso grau I; 18,5 a 24,9 - eutrofia; 25,0 a 29,9 - sobrepeso; 30,0 a 34,9 - obesidade grau I; 35,0 a 39,9 - obesidade grau II; >40,0 - obesidade grau III.

Referências

MOREIRA, Emilia A. M., CHIARELLO, Paula G. Atenção Nutricional: abordagem dietoterápica em adultos. Guanabara Koogan, 2011.

Indústria calçadista: sobrecarga, saúde e motivação do trabalhador

Álvaro Camargo Sant'ana¹
Juliane Dias de Oliveira¹
Max Luan Ferreira Debastiani¹
Rafael dos Cardoso¹
Tatiana Guimarães Jacques²

Uma das principais características do novo padrão de acúmulo do capital tem sido a intensificação da exploração da força de trabalho, que se dá por meio da adoção de novas tecnologias como a utilização de formas inovadoras de organização de produção e de mudanças nas próprias relações de trabalho. A intensificação trabalhista na contemporaneidade tem ocasionado o aumento de probabilidade de acidentes causadores de incapacidade temporárias ou permanentes ou mesmo de mortes de trabalhadores, o que evidencia o vínculo entre saúde e trabalho. É necessário ainda ouvir dos próprios trabalhadores como essas mudanças afetam suas condições de trabalho e sua saúde. Em uma análise do trabalho realizado em condições inadequadas, é possível afirmar que a evidência dos efeitos do trabalho em condições adversas é de tal ordem que extrapola os limites do conhecimento legitimado como científico e ganha espaço no âmbito do senso comum como uma relação dada e inquestionável. A ineficiência do atendimento médico oferecido pelo empresariado superpõe as deficiências dos serviços prestados pela previdência social que, por não apresentarem um viés investigativo, com certeza deixarão sem causa e, por conseguinte, sem punição a dor e o sofrimento dos trabalhadores que, de uma forma ou de outra pagam por esses serviços. Tendo a superprodução como principal característica do aumento do risco de saúde e integridade física do trabalhador dentro do ambiente da indústria calçadista, a sobrecarga de trabalho e as condições de atendimento da previdência social pouco eficiente, nos perguntamos qual seria o fator desencadeante da motivação que leva o trabalhador a continuar se submetendo a tamanho esforço levando em conta que a recompensa muitas vezes não corresponde com a expectativa. Com base em relatos de entrevistas realizados por funcionários e ex-funcionários do setor calçadista, a única

¹ Acadêmicos do curso de bacharelado em Psicologia – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

resposta que conseguimos encontrar foi considerar a necessidade como elemento motivacional, sendo que o trabalhador depende do salário provido pela função exercida dentro da fábrica para poder se manter numa condição razoável de vida.

Referência

NAVARRO, Vera Lucia. O Trabalho e a Saúde do Trabalhador na Indústria de Calçados. São Paulo em Perspectiva, 17(2): 32-41, 2003.

Iniciação científica e segurança alimentar na escola: produzindo material de apoio para os professores do Ensino Fundamental, anos iniciais.

Victória Dadda Rolim¹
Igor Velho de Souza²

A presente pesquisa está em fase de conclusão com a finalização de uma cartilha sobre a temática da segurança alimentar na escola. A proposta surgiu a partir do projeto de Iniciação Científica intitulado “Educação Ambiental e Interdisciplinaridade: Articulando Saberes para a Sustentabilidade Socioambiental”. No primeiro ano desta pesquisa foi produzido um artigo de revisão teórica sobre a Educação Ambiental no Brasil e suas contribuições para se pensar o Ensino Formal. Este artigo já foi aceito para publicação na Revista Mirante, do curso de Ciências Biológicas da FACOS. Ainda neste primeiro ano, houve a apresentação da referida pesquisa na IV Mostra de Iniciação Científica da FACOS. Para o segundo ano da pesquisa, temos como foco a conclusão de um material de apoio aos professores do ensino formal. Este material tem por objetivo sensibilizar educandos, professores e a comunidade escolar como um todo, sobre a importância da segurança alimentar em suas vidas. Para isso estamos confeccionando um material em meio digital e impresso a ser disponibilizado para consulta dos professores do ensino fundamental, com foco nos anos finais, sem restrições de uso. O referido material está sendo produzido a partir do entendimento de que a abertura de espaços que proporcionem aos educandos experiências práticas com a produção de alimentos, de maneira que as mesmas possam ser multiplicadas a seus familiares através do incentivo a construção de hortas caseiras e comunitárias, seja de grande importância para a sua formação cidadã, contribuindo para melhoria da qualidade de vida das pessoas e do meio ambiente. Visualizamos na escola uma possibilidade concreta de estar contribuindo com a melhoria da alimentação dos educandos e seus familiares, a partir da produção de alimentos frescos, ricos em nutrientes e sem contaminação por agrotóxicos. Ainda neste contexto entendemos que esta proposta pode fomentar a produção de práticas pedagógicas interdisciplinares com base em princípios da

¹ Acadêmica do curso de licenciatura em Biologia – FACOS/CNEC.

² Professor orientador.

Educação Ambiental. Por fim a pesquisa que está em curso busca unir teoria e prática, de forma contextualizada, com o objetivo de auxiliar no processo de ensino-aprendizagem, estreitando relações através da promoção do trabalho coletivo e cooperado entre os agentes sociais envolvidos.

Referências

CARVALHO, I. C. de M. A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da Educação Ambiental no Brasil. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

DIAS, G. F. Dinâmicas e Instrumentação para a Educação Ambiental. 1ª Ed São Paulo: Gaia, 2010. GRÜN, M. Ética e Educação Ambiental: a conexão necessária. 7. ed. Campinas: Papyrus, 2001.

GUIMARÃES, Mauro. Educação Ambiental: No consenso um embate? 2ª Ed Campinas, SP: Papyrus, 2004. LOUREIRO, C. F. B. Trajetórias e fundamentos da educação ambiental. São Paulo: Cortez, 2004.

Iniciação esportiva precoce

Mateus Pelisser¹
Maurício Arseveno Coitinho¹
Alessandra Marques Ceconello²

Este estudo consiste em uma revisão bibliográfica que tem como objetivo problematizar a questão da iniciação esportiva precoce, analisando fatores positivos e negativos para o desenvolvimento e discutindo sobre a possibilidade de conduzir este processo sem danos para a criança. É notório que, para que se consiga buscar resultados positivos no futuro do atleta, é preciso priorizar algumas habilidades motoras. Neste momento, o profissional se confronta com o dilema entre a busca do desenvolvimento adequado para a fase em que a criança está ou o foco no potencial de um futuro atleta, com treinamentos excessivos. Esse tema gera uma grande discussão sobre o melhor caminho para se guiar. Negrão (1984 apud Vieira, 1989) afirma que, na maioria das vezes, as modalidades esportivas exigem o desenvolvimento de certas habilidades físicas que não devem ser enfatizadas na infância. Almeida (2005) relata que a iniciação esportiva pode ser dividida em três estágios, que são: (1) iniciação esportiva (ocorrendo dos 8 a 9 anos de idade) para a aquisição de habilidades motoras com destrezas específicas e globais; (2) fase do aperfeiçoamento esportivo (ocorrendo dos 10 a 11 anos de idade), com introdução de elementos táticos fundamentais, táticas gerais e regras; e, (3) introdução ao treinamento (ocorrendo dos 12 aos 13 anos de idade, priorizando atividades que trabalhem a parte física, ajudando a aperfeiçoar gestos motores. Não podemos negar que este treinamento infantil ocorre com maior frequência nos países considerados potências nas diversas modalidades (KUNZ, 1994). Com a intensidade de treinamento iniciada na fase infantil, é interessante analisar que todo o trabalho da criança que busque o auto rendimento tem como consequência um auge precoce, impossibilitando que a mesma consiga chegar ao máximo do seu desempenho na fase adulta, encurtando sua vida esportiva (KUNZ, 1994). Através de um estudo, KUNZ (1994) enumerou os problemas que a iniciação precoce causou nos atletas, tais como: formação escolar deficiente, desenvolvimento de habilidades apenas em algumas partes

¹ Acadêmicos do curso de Educação Física – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

do corpo e não de forma geral, grande carga de trabalho contando apenas os treinos sem falar em competições que ocorriam nos finais de semana. Com o treinamento iniciando cada vez mais precocemente, muitas crianças perdem a infância e a ludicidade das atividades em prol de resultados (KUNZ, 1994). É importante salientar que o educador físico está presente neste processo que alcança níveis alarmantes com as crianças no meio esportivo. Cabe a ele saber conduzir as atividades através da ludicidade e companheirismo, e não vinculá-las à disputas acirradas (KUNZ, 1994). Desta forma é possível identificar uma mudança de perspectiva no que diz respeito à forma de iniciação esportiva. Com o passar do tempo, e com a evolução nas pesquisas, é notável um maior cuidado em relação aos níveis de maturação da criança. Mas será que os patrocinadores estarão dispostos a investir em um atleta a longo prazo?

Referências

ALMEIDA, Luiz Tadeu Paes de. Iniciação Esportiva na escola - a aprendizagem dos esportes coletivos. Disponível em: .

KUNZ, Elenor. Transformação didático-pedagógica do esporte. Ijuí: Unijuí, 1994.

VIEIRA, Lenamar Fiorese. Os efeitos do treinamento precoce em crianças e adolescentes. Revista da Fundação de Esporte e Turismo, v. 1, n. 2, p. 23-31, 1989

Investigando as metodologias de trabalho em sala de aula

Gisele dos Santos Borges¹
Gislaine da Silva Kjellin¹
Marilene Ligabue da Silva¹
Nara Regina da Rocha Bichinho¹
Rita de Cássia de Souza Coutinho¹
Eliane Cristina Araújo Schneider²

O presente trabalho tem como objetivo investigar as metodologias de trabalho presentes nas salas de aula, assim como a coerência entre a teoria e prática dos professores em escolas de Ensino Fundamental, nos municípios do Litoral Norte. Para a realização do trabalho elaboramos um questionário com dez questões objetivas. A discussão dos dados coletados aponta problemas relacionados às metodologias desenvolvidas nestas escolas, porém os educadores estão cientes e não se consideram os principais culpados, transferem para o sistema educacional os problemas sociais enfrentados nas comunidades em que estas escolas estão inseridas. Alguns reconhecem a falta de preparo ao adentrar em uma sala de aula e encontrar tanta diversidade em um pequeno espaço, em plena era de informatização, assim como uma certa acomodação. Utilizamos como suporte teórico para compreensão dos dados Freire (1997); Zabala (2002); Piaget (1990); Hernández e Ventura (1998). Teoricamente percebe-se que os professores entrevistados têm seus conceitos de metodologias definidos, mas na prática a realidade é outra. Quando perguntados sobre a teoria utilizada foram unânimes em responder o construtivismo, pois concordam que deva haver interação entre sujeito e objeto. Porém há outro aspecto primordial nas teorias construtivistas, a quebra de paradigmas que retiram o poder e autoridade do mestre do saber para um “educador-educando”. Estes educadores que responderam sobre trabalhar a teoria construtivista pecam em suas práticas confirmando as metodologias tradicionais, esquecendo a visão dos seres humanos no qual estão trabalhando e suas realidades, assim confirmando a fragmentação das práticas pedagógicas que observamos nas escolas e a necessidade de rever o currículo onde ocorra a verdadeira interação sujeito-objeto vinculando teoria com a prática. Questionados sobre a utilização da metodologia de projetos pôde-se

¹ Acadêmicas do curso de licenciatura em Pedagogia – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

perceber falhas em relação ao fazer. Para Hernandez (1998, p. 64) os projetos de trabalho devem “ressituar a concepção e as práticas educativas na escola, para dar resposta (não “A resposta”) às mudanças sociais”. Para isso é necessário rever o verdadeiro sentido do saber e compreender a realidade cultural e pessoal dos educandos e educadores, pois criar um tema e embutir conteúdos sem saber para que e como utilizá-lo não levará a lugar algum. Deste modo, Zabala (1999) enfatiza a necessidade de utilizar os métodos globalizados e o enfoque globalizador ao tratar dos conteúdos. Também questionamos os professores sobre a utilização de métodos globalizados. Em uma escola afirmaram que trabalhavam “os conteúdos” globalizados. Percebemos não haver consonância entre teoria e prática, pois sabemos que as disciplinas não são tudo, cada uma ocupa seu papel na aprendizagem. Segundo Zabala (1999, p. 213) “As crianças devem saber, saber fazer ou ser”, desta forma o aluno deve ser o protagonista e as metodologias o “fio condutor” para o desenvolvimento da aprendizagem.

Referências

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

HERNÁNDEZ, F. & VENTURA, M. A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

PIAGET, Jean. A linguagem e o pensamento da criança. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

ZABALA, Antoni. Enfoque globalizador e pensamento complexo: uma proposta para o currículo escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

Leasing ou arrendamento mercantil: qual é a melhor opção na hipótese de contratação?

Bruna Pacheco¹
Fernanda Filho Rigotti¹
Gabriela Santana Saltiel¹
Iris Clarice Soares Hoher¹
Marinara Mattos Favin¹
Patricia Quarteiro²

Neste trabalho mostraremos as diferenças entre alienação fiduciária e arrendamento mercantil, conhecido também como leasing, ambos em relação a bens móveis, e o que é cada um, para com isso mostrar e esclarecer qual é a melhor escolha na hipótese de contratação. Para que pudéssemos compreendê-los, realizamos pesquisas doutrinárias, e assim conseguimos perceber em que situações utilizamos cada um. O arrendamento mercantil, leasing, é o negócio realizado entre a instituição financeira e o cliente. Nesse contrato você escolhe o bem de sua preferência, o fornecedor, negocia o preço e, ao assinar o contrato, solicita à empresa de leasing que compre este bem para sua utilização. Em outras palavras: o arrendador, empresa de leasing, oferece recursos para a aquisição de bens, sem necessidade de o cliente comprá-los. O arrendador cede ao arrendatário à posse de determinado bem por prazo certo. Após decorrer este prazo, o arrendatário poderá renovar o vínculo, devolver o bem ou adquiri-lo definitivamente. A alienação fiduciária ocorre quando o comprador adquire um bem a crédito. O bem ficará como garantia do crédito, com isso, o comprador não poderá negociá-lo com terceiros, mas usufruirá do bem, sendo ele o possuidor direto e terá a propriedade plena quando quitar o débito. Nos bens móveis, que são o escopo deste trabalho, dando como exemplo os veículos, a alienação ficará registrada no documento da bem... As principais características do leasing são: o bem é da empresa que concede o direito de uso por determinado tempo; ao término do contrato, o arrendatário poderá adquirir o bem por um valor previamente contratado, devolve-lo, ou renovar o contrato por um novo prazo; o pagamento das prestações tem natureza de aluguel, podendo essas ser amortizadas caso o arrendatário opte pela compra do bem. Já as principais características da

¹ Acadêmicas do curso de bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

alienação fiduciária são: o bem fica alienado até a quitação do débito; o devedor fica com direito a posse direta do bem; conforme o devedor for realizando o pagamento das parcelas, o valor reduzirá e, ao final dos pagamentos, o devedor adquire a propriedade plena do bem. Desta forma, ter o conhecimento com relação aos tipos de contratos é imprescindível para aqueles que têm o interesse em adquirir algum bem, pois as informações necessárias acerca de direitos e vantagens tornam possível optar pela melhor maneira de fazer negócio. Tais esclarecimentos são oportunos, tendo em vista que muitas pessoas desconhecem a possibilidade dessa opção e acabam por perder alguns benefícios que determinado tipo de contrato pode lhes proporcionar.

Referências

RIZZARDO, Arnaldo. Contratos: Lei nº 10.406 de 10.01.2002, 11ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2010.

Levantamento faunístico preliminar de invertebrados em um tributário do Rio Maquiné e mata associada, pertencente ao bioma Mata Atlântica

Jonatas Felipe Inchinco Desidério¹

Patricia de Oliveira Boeira¹

Thais Castro de Souza²

O levantamento da fauna pode ser definido como o emprego de diferentes métodos, com o objetivo de se obter uma listagem, a mais completa possível, das espécies que ocorrem em uma determinada área de estudo, incluindo informações sobre habitats de ocorrência, estimativas de riqueza, diversidade e abundância, de forma a se obter um diagnóstico para as espécies registradas. O presente resumo relata o trabalho de campo realizado em 16 de Março deste ano, pelo curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Faculdade Cenecista de Osório - FACOS, com o objetivo de abordar aspectos da diversidade animal que ocorre no bioma Mata Atlântica, ênfase na bacia do rio Maquiné, situada em sua maior parte no Município de Maquiné, Litoral Norte do RS. Foi realizado um estudo descritivo do local, em ambiente límnico e de mata ciliar nativa identificando seus componentes faunísticos. Para realização desse levantamento foram empregadas técnicas de coleta, triagem e preservação de exemplares para identificação. O trabalho de coleta foi realizado em ambientes com queda d'água (ambiente lótico) e o outro em um trecho parado do rio (ambiente lêntico) - nos dois pontos o método e os materiais de coleta foram os mesmos. Também foi coletada uma amostra de substrato de serrapilheira em ambiente de mata preferencialmente recluso. Foi colocado álcool 70% nas amostras para conservação até a triagem final e análise laboratorial. Os animais coletados foram identificados até o nível de ordem. Os resultados obtidos tanto na trilha da mata atlântica como no ambiente aquático foram satisfatórios. Encontrou-se uma notória diversidade de invertebrados, todos pertencentes ao filo Arthropoda das classes Arachnida e Insecta. Foi registrada a ocorrência de formas imaturas dos organismos PET (ordens Plecoptera, Ephemeroptera e Trichoptera) - espécies importantes como bioindicadores de boa qualidade da água, e a presença de líquens na mata, outro importante

¹ Acadêmicos do curso de licenciatura em Biologia – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

bioindicador - no entanto de boa qualidade do ar. Ambos resultados evidenciaram o quanto o tributário do Rio Maquiné e a Trilha de Mata Atlântica em Maquiné são lugares preservados e com condições favoráveis para existência da fauna e vegetação local. Nesse sentido, sugere-se que sejam traçadas estratégias nas esferas municipal, estadual e até mesmo federal, para manutenção destes ambientes conservados, visto a grande importância desta região, que caracteriza o limite sul do Bioma Mata Atlântica no Brasil.

Referências

CORONATO, Amanda. R. Utilização dos táxons Ephemeroptera, Plecoptera, Trichoptera e Díptera na avaliação da qualidade da água em ambientes lóticos. 2011. Disponível em: Consultado em 20 de Maio 2014.

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), 2011. Disponível em: < <http://www.icmbio.gov.br/>>. Consultado em 20 de Maio 2014.

PLANO DE MANEJO. Reserva Biológica Estadual da Serra Geral. Porto Alegre, 2008. P. 236.

RUPPERT, E.E.; FOX, R.S., BARNES, R.D. Zoologia dos Invertebrados. Uma Abordagem Funcional-evolutiva. 7a. ed. São Paulo, Roca, 1145 p, 2005.

SOS MATA ATLÂNTICA. Portal SOS Mata Atlântica, 2011. Disponível em: Consultado em 20 de Maio 2014.

Liberdade de imprensa: um dever de informar

Gabriela Kuwer Fernandes¹
Henrique Argente Rebés¹
Róbinson Nunes Palomíno¹
Róbinson Orlando Freitas Palomíno¹
Talita Ramos da Silva¹
Carlota Bertoli Nascimento²
Saulo Bueno Marimon²

A liberdade de expressão é um dos direitos fundamentais mais importantes já conquistados pelo homem. A Carta Constitucional de 1988 garante a todos os seus cidadãos a livre manifestação do pensamento, e ao Estado é vedado qualquer forma de censura ou proibição de acesso à informação, pois a pluralidade de pensamento é uma das características pertencentes ao Estado Democrático de Direito. O homem, como um ser social, tem a necessidade de interagir com seus semelhantes, deste modo, o acesso à informação e a livre manifestação de pensamento são essências para que ele possa se relacionar com os demais e estar ciente dos acontecimentos que não estão ao seu alcance. A liberdade de imprensa surge, assim, para facilitar o acesso à informação, devendo ser baseada na verdade e no justo para publicar suas notícias. A livre manifestação da imprensa não é absoluta, pois há limitações que freiam seu pleno exercício, isto é, quando esse direito fundamental conflitar com outro de mesma relevância e valor jurídico, deverá ser analisado em cada caso concreto qual deles prevalecerá, assim como se o abuso desse exercício de liberdade lesar o direito de outrem haverá responsabilização, podendo a imprensa retratar a matéria que publicou, ou mesmo indenizar por danos morais, patrimoniais e materiais o ofendido. Uma situação fática possível de visualizar o conflito entre estes dois direitos, foi o que aconteceu no Estado de São Paulo no ano de 1994, onde um fato envolvendo particulares tomou proporções inesperadas, tendo em vista que as informações transmitidas pela imprensa eram inverídicas e equivocadas. O caso “Escola Base” ficou conhecido em todo território nacional, pelo fato de terem sido, seus proprietários e funcionários, acusados de práticas criminais não comprovadas, como abuso sexual, pedofilia e por doparem as crianças que frequentavam a

¹ Acadêmicos do curso de bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

² Professores orientadores.

Escola de Educação Infantil. A partir do momento da divulgação, mesmo sem provas convincentes do alegado, a mídia já começava a expor os fatos. O jornal Notícias Populares expôs “Kombi era motel na escolinha do sexo” e o jornal Folha da Tarde noticiou: “Perua escolar carregava crianças para a orgia”. Tais informações trouxeram grande revolta à população causando graves consequências aos acusados. A imprensa não teve preocupação com as notícias transmitidas sem provas concretas, presumindo a culpa de inocente, condenando-os socialmente. O inquérito policial fora arquivado por faltas de provas. Os proprietários da Escola de Educação Infantil processaram os jornalistas que abusaram da liberdade de expressão e expuseram suas imagens sem provas verídicas. Uma das emissoras condenadas pelas falsas matérias, em sede recursal extraordinária, fundamentou que a liberdade de informar da imprensa seria absoluta e de interesse público, todavia, o Supremo Tribunal Federal entendeu que quando o exercício abusivo da liberdade de informar lesar o direito de outrem, será responsável civilmente pela reparação do dano causado.

Referências

MENDES, Gilmar Ferreira. Curso de Constitucional, 5.ed. rer. e atual. São Paulo: Saraiva. 2010.

SANTIN, Giovane. MARIMON, Saulo Bueno. Velocidade, Mídia e Presunção de Inocência. Uma Análise a partir do Caso “Escola Base”. Porto Alegre, 2005.

FARIAS, Edílson. Liberdade de Expressão e Comunicação: teoria e proteção constitucional. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5250.htm - Lei da Imprensa - acesso e 22 de maio de 2014, às 14h46min.

<http://www.stf.jus.br/imprensa/pdf/ementai469906.pdf>. Ementa do Agravo de Instrumento 496.406 - São Paulo. Supremo Tribunal Federal. Acesso em 22 de maio de 2014, às 15h20min.

Licenciamento Ambiental Simplificado como Instrumento para o Desenvolvimento Sustentável

Marcelo Terra Reis¹
Renato Rodrigues Freitas Júnior¹
Silvia Cappelli²

Na tarefa de agilizar a outorga de licenças ambientais, nasceu em 1997 a Resolução 237 CONAMA, trazendo em seu art. 12, o Licenciamento Ambiental Simplificado (LAS). A análise da efetividade do LAS como instrumento de promoção de desenvolvimento sustentável e, por consequência, como garantidor do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é o objetivo do estudo realizado. Através de pesquisa doutrinária, legislativa e jurisprudencial, foram analisadas algumas hipóteses de utilização do LAS, previstas nas Resoluções CONAMA 279/01, 312/02, 349/04, 377/06, 385/06, 412/09 e 413/09. O Desenvolvimento Sustentável é previsto no art. 170 inciso VI da CF. O conceito vai além da mera harmonização entre a economia e a ecologia, incluindo valores morais relacionados à solidariedade, exigindo que uma nova ordem de valores seja estabelecida com vistas a conduzir a economia no rumo de uma produção social e ambientalmente compatível com a dignidade de todos os integrantes do gênero humano. O estudo promovido sugere que o licenciamento ambiental simplificado é um instrumento importante para o desenvolvimento sustentável do Estado, na medida em que capaz de conceder maior celeridade à concessão de licenças ambientais. No entanto, o Estado que deseja utilizar este instrumento de forma mais ampla, precisa ter uma consciência ambiental sólida, distante de interesses políticos e econômicos escusos. Percebeu-se que as resoluções analisadas tiveram como motivação principal a tentativa de resgatar negativos sociais presentes em áreas como saneamento básico por exemplo. É possível atribuir-se ao LAS aspectos positivos e negativos. De positivo, percebe-se a intenção de reduzir os índices de clandestinidade dos empreendimentos já instalados. Aos novos empreendimentos, o instrumento se apresenta como uma alternativa de agilização, buscando angariar a simpatia dos empreendedores. Negativamente, verificou-se que o procedimento apresenta importantes limitações, pois deixa

¹ Professores do curso de bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

de contemplar avaliações ambientais mais aprofundadas sobre os impactos futuros dos empreendimentos e atividades de pequeno porte e baixo potencial poluidor. Outro aspecto importante é a ausência de um instrumento legislativo adequado que tenha como alvo único a regularização de um sistema de licenciamento ambiental simplificado padrão. A discussão acerca da ampliação do LAS não pode surgir como uma solução para nossa notória desorganização estatal. Temerário sugerir-se a flexibilização do licenciamento ambiental sem antes equiparmos eficiente e decentemente os órgãos competentes com instrumentos e pessoal capazes de promover a análise segura e célere dos projetos. O Estado precisa urgentemente colocar em prática modelos legais amparados em conhecimento científico substancial, que permitam, naturalmente, maior agilidade e eficiência garantindo a preservação da natureza e, em consequência, de nossa espécie.

Referências

COSTA NETO, Nicolao Dino de Castro e: Proteção Jurídica do Meio Ambiente. Belo Horizonte: Ed. Del Rey. - MACHADO, Paulo Affonso Leme. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. 17ª edição. São Paulo: Ed. Malheiros, 2009.

MILARÉ, Édis. Direito do Ambiente: doutrina, prática, jurisprudência, glossário. 6ª edição. São Paulo: Ed. Rev. dos Tribunais, 2009.

SILVA, José Afonso. Direito Ambiental Constitucional. 7ª edição. São Paulo: Ed. Malheiros, 2009.

Liderança em enfermagem: análise do perfil dos enfermeiros da atenção básica e rede hospitalar em Osório-RS

Bruno König¹
Camila Mansan¹
Mariza Kingeski¹
Marlon Telles¹
Cesar Luis Silva dos Santos²
Gabriel Corteze Netto²

O presente trabalho aborda o perfil do enfermeiro em Osório RS , focalizando as características como perfil de liderança, as áreas de especialização, o tempo de formação, as tendências e a importância significativa do enfermeiro na organização e no desenvolvimento nas atividades de saúde, seja no âmbito hospitalar ou na atenção básica. As transformações que vem ocorrendo nas tecnologias do cuidado e dos tratamentos impõe ao enfermeiro o desafio de liderar e prestar assistência aos pacientes aliando saberes e competência. Liderança pode ser caracterizada como um processo de influência de um individuo sobre determinado sujeito ou grupo, para obtenção de um resultado comum. As funções de um enfermeiro moderno vão além da assistência ao paciente, também precisam comandar, organizar e orientar a equipe. Para que o enfermeiro possa exercer efetivamente a liderança, deverá submeter-se a uma transformação pessoal e profissional, aprimorando suas habilidades técnicas científicas e interpessoais. Considerando o enfermeiro um agente de transformação, reforça-se a necessidade de que ele aprenda e desenvolva habilidades de liderança tais como buscar o autoconhecimento, reconhecendo suas potencialidades e limitações, manter bom relacionamento interpessoal, comunicar-se com simplicidade e clareza, delegando poderes e incentivando equipes. Então percebe-se que a liderança está associada ao conceito de poder. Grande parcela do poder atribuído ao líder emana do grupo, pois a liderança é um processo coletivo e, portanto, compartilhado entre todos os membros. A pesquisa foi realizada através de um questionário com perguntas abertas e fechadas, com uma amostra de dez enfermeiros que atuam na atenção básica e dez enfermeiros da rede hospitalar de Osório. Os resultados mostram que entre os dez enfermeiros entrevistados na atenção básica

¹ Acadêmicos do curso de bacharelado em Enfermagem – FACOS/CNEC.

² Professores orientadores.

municipal tem uma média de 14 anos de formação e 90% tem especialização em urgência e emergência e saúde da família. Já na área hospitalar a média de tempo de formação é de 3 anos e apenas 50% tem especialização. As três características mais importantes para o enfermeiro líder citadas na atenção básica foram o trabalho em equipe, responsabilidade e comprometimento, enquanto na área hospitalar citam ética, responsabilidade e trabalho em equipe. No conceito de liderança na profissão enfermagem, os entrevistados da rede hospitalar definem como capacidade de conduzir a equipe em harmonia com responsabilidade e ética. Já na atenção básica, liderança é voz ativa, confiança em suas decisões e conhecimento. Descrevem como um tripé entre liderança, respeito e trabalho em equipe. Os profissionais entrevistados tem divergência de opiniões em várias questões da entrevista, acreditamos que devido á grande diferença de tempo de formação e experiência profissional, mas em relação à maior dificuldade na profissão Enfermeiro, todos concordam que são a baixa remuneração e a desvalorização profissional.

Referências

Rocha JBB, Zeitoune RCG. Perfil dos enfermeiros do programa de saúde da família; uma necessidade para discutir a pratica profissional.R Enferm UERJ, Rio de Janeiro, 2007 jan/mar; 15(1):46-52.

MARTINS, Christiane; KOBAYASHI, Rika M.; AYOUB, Andréa C. and LEITE Maria Madalena J.. Perfil do enfermeiro e necessidades de desenvolvimento de competência profissional. Texto contexto - enferm.[online] . 2006, vol.15, n.3, pp. 472-478.

Fernandes U, Soares NV. Modelos de Liderança adotados por enfermeiros de um hospital do Rio Grande do Sul, J Nurs Healdth, pelotas (rs) jan-jun 2012.

Lúpus Eritematoso Sistêmico: conceitos e cuidados de enfermagem

Bruna Isoppo da Silva¹
Elisandra Brulinger Valim¹
Gabriel Corteze Netto²
César Luis Silva dos Santos²

O objetivo do nosso estudo foi realizar uma revisão bibliográfica a cerca dos conceitos e cuidados de enfermagem para portadores de Lúpus Eritematoso Sistêmico (LES). O LES é uma doença crônica e inflamatória que pode atingir qualquer parte do corpo, mas principalmente os rins, fígado, pulmão, coração e pele. Por ser autoimune, esta doença ocorre quando o nosso sistema imunológico produz anticorpos que por engano atacam e destroem tecidos saudáveis do nosso próprio organismo. As causas da doença não são totalmente conhecidas, existem fatores, como genéticos, ambientais, radiação solar, mas sabe-se que, as mulheres são os principais alvos, isso ocorre porque há uma relação com o hormônio estrogênio que começa a ser produzido a partir da primeira menstruação e se estende até a menopausa. Os sintomas podem ser diversos dependendo do órgão afetado, como inflamação na pleura, dor nas articulações, manchas na pele, hipertensão e problemas nos rins. Dentre os sintomas gerais mais comuns estão a perda de apetite, cansaço, febre baixa e desânimo. Por ter sintomas tão abrangentes, os diagnósticos de enfermagem são muito eficazes para o achado do LES, já que é papel dos enfermeiros investigar detalhadamente a história clínica dos pacientes, além de exames de sangue, incluindo testes de anticorpos como o Fator Antinuclear (FAN), exame utilizado para investigar doenças autoimunes, em alguns casos é necessário à realização de biópsias. Um outro achado importante para o diagnóstico é uma lesão conhecida como “asa de borboleta”, no rosto e dorso do nariz, lembrando um formato de borboleta. Com um tratamento adequado é possível levar uma vida normal, apesar de não ter cura, normalmente esta fisiopatologia não leva a morte. Em alguns casos, a qualidade de vida das pessoas com LES é muito afetada. O tratamento farmacológico se baseia em medicamentos que regulam as alterações

¹ Acadêmicas do curso de bacharelado em Enfermagem – FACOS/CNEC.

² Professores orientadores.

imunológicas, inflamação nos órgãos atingidos e diminuição da produção de anticorpos auto reativos, deixando assim os pacientes tratados mais vulneráveis. Além disso, pessoas com LES não podem se expor a luz solar, já que a radiação ultra violeta causa uma piora nas manchas cutâneas. É papel da enfermagem atuar no tratamento dos portadores de LES, realizando a verificação de sinais vitais, do nível de consciência, verificar se existem sinais de edemas e explicar as reações adversas que podem acometer, além de ensinar os pacientes a conviver com a doença, pois ela afeta diversos órgãos, podendo deixar inicialmente as pessoas confusas e inseguras. Sendo, concluímos a partir dessa revisão bibliográfica sobre LES que a enfermagem deve cuidar dos aspectos da vida dos pacientes lúpicos, investigar, orientar e ajudar no diagnóstico, já que ela é uma patologia incomum e com sinais e sintomas diversos.

Referências

GOODMAN, Catherine; SNYDER. Diagnóstico Diferencial em Fisioterapia. 4. ed. São Paulo: Elsevier Brasil, 2009.

LEWIS, Sharon L. et al. Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgica: Avaliação e Assistência dos Problemas Clínicos. 8. ed. São Paulo: Elsevier Brasil, 2013. 1v.

PISTORI, Priscila. Cuidados e orientações de enfermagem para pacientes portadores de lúpus eritematoso sistêmico, 2009.

Magia das Histórias na Mala Encantada!

Bruna Martins da Silva¹
Anilda Machado de Souza²

A educação não formal apresenta-se como um campo de conhecimento em construção, aquela que se aprende no compartilhamento de experiências e ações coletivas (GHON,2006). Também, como auxiliar no processo de aprendizagem objetivado pela educação formal, sendo uma complementar à outra. Ambas caracterizam-se pela intenção de propiciar aos sujeitos o contato com os diferentes objetos de conhecimento. Considerando que educar para a cidadania é um dos principais objetivos da educação não formal, a contação de histórias mostra-se como uma importante via a ser explorada a fim de proporcionar às crianças a possibilidade de tornarem-se sujeitos leitores. Alicerçada por estas concepções a prática de Estágio Supervisionado em espaço não escolar teve a Secretaria Municipal de Educação como instituição promotora. As ideias de Gadotti (2005) e Ghon (2006) sobre a educação não formal como articuladora da construção da identidade coletiva, Zilberman (1990) e Lerner (2002) a respeito da leitura e da formação de um sujeito leitor, fundamentam a proposta da “Magia das histórias na mala encantada”. Durante o estágio, a contação de histórias foi o instrumento de sensibilização para estimular a curiosidade a respeito da leitura junto aos alunos das Escolas de Educação Infantil do município de Capão da Canoa. A contação de histórias foi realizada de maneira alternada em três escolas mediante a exploração de diversas possibilidades de leitura articulada a situações mobilizadoras de fantasia e imaginação. A partir da apresentação de uma mala com diferentes histórias, as crianças escolhiam uma para ser contada. Assim, as histórias contadas foram: Príncipe Cinderelo, Bruxa, bruxa venha à minha festa, Até as princesas soltam pum, Arthur faz arte e Elmer, o elefante xadrez. Cabe ressaltar que o papel de incentivador da leitura e da escrita na vida das crianças exigiu preparação, planejamento, criação de estratégias tendo em vista sensibilizar tais sujeitos quanto à importância e a funcionalidade que a leitura e a escrita desempenham nas sociedades contemporâneas. Vivenciar o

¹ Acadêmica do curso de licenciatura em Pedagogia – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

contato com a contação de histórias possibilitou à criança explorar diversas possibilidades de leitura, experimentar diferentes situações lúdicas e, principalmente, interessar-se pelos processos de leitura e escrita, já que percebe no contador de histórias alguém que exerce a leitura de forma interessante, encantadora e apaixonante. As criam e recriam, desenvolvem níveis de pensamento considerando o universo das histórias articulado a situações vividas no cotidiano. De certa forma este estágio garantiu o exercício de educador como aquele que conta, reconta, produz sentido no exercício da sua prática docente.

Referências

GADOTTI, Moacir. A questão da educação formal/não-formal.2005.Disponível em:. Acesso em: 12 de set. 2013.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2006.

LERNER, Délia. Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário. Porto Alegre: Artmed, 2002.

ZILBERMAN, Regina (Org.). A produção cultural para a criança. 4. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.

Manutenção predial: é possível atender às normas de segurança

Mônica Soares dos Santos¹
Carla Maroni da Silva¹
Gislaine da Silva Balardin¹
Viviane da Silva Stadulne¹
Ludinará do Nascimento Scheffel²

Na era contemporânea é de suma importância o atendimento às Normas Regulamentadoras (NRs) de segurança do trabalho nas empresas, especialmente naquelas que possam oferecer maior risco à saúde dos colaboradores. E, devido a tal importância, realizou-se este trabalho, o qual objetivou verificar se a empresa objeto deste estudo exerce suas atividades em concordância com algumas normas, dentre elas a que se refere ao SESMT (Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho), CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), EPI (Equipamento de Proteção Individual), PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional), Atividades e Operações Perigosas, Líquidos e Combustíveis Inflamáveis, Trabalho a céu aberto, Proteção contra incêndios e Trabalho em Altura. A empresa estudada é do ramo de manutenção predial, com matriz no Rio de Janeiro e unidades pelo Brasil, sendo estudada a unidade localizada no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, que presta serviço a uma organização multinacional de extração, armazenagem e transporte de petróleo e derivados, a qual realiza auditorias constantes na contratada. Caracterizou-se como um estudo de caso, cujos dados foram coletados através de visita in loco, fotos da rotina e entrevista estruturada com a Técnica de Segurança do Trabalho. Com relação à NR 4, SESMT, o setor está situado na sede da empresa, em Canoas, tendo um técnico de segurança na unidade estudada, quanto à CIPA, embora a mesma não esteja implantada nesta unidade, os colaboradores são convidados a participar das reuniões mensais da Contratante e, mesmo não tendo CIPA, a empresa realiza diariamente os DDSs - Diálogos Diários de Segurança, abordando assuntos relacionados à segurança, saúde e meio ambiente e, anualmente, promove a Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho, destacando entre os assuntos, as

¹ Acadêmicas do curso de bacharelado em Administração – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

DSTs (Doenças Sexualmente Transmissíveis). Com relação à NR 6, EPIs, pode-se constatar o fornecimento dos mesmos e treinamento para o uso, além disso, todos os EPIs possuem Certificado de Aprovação? CA, e as entregas ficam registradas na pasta de cada colaborador, constando qual EPI e respectivo CA foi entregue. A empresa tem PCMSO implantado, fornecendo exames de plaquetas, ácido transmucônico, audiometria e espirometria, periodicamente. A empresa paga o adicional de periculosidade aos colaboradores, pois presta serviços em local com possibilidade de explosão e, com relação à NR 21, Trabalho a céu aberto, atende às exigências, oferecendo, inclusive, alojamento para os funcionários em caso de intempéries. Quanto à prevenção de incêndios constatou-se que os colaboradores recebem treinamento para evacuação da área, combate a chamas e prevenção em geral e com relação ao trabalho em altura (podas das árvores, dentre outras), os funcionários recebem cursos específicos. Conclui-se, após a realização deste trabalho, que a empresa atende às normas de segurança relacionadas ao seu ramo de atividade.

Referências

Manuais da Legislação Atlas. Segurança e Medicina do Trabalho. 71ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

TAVARES, José da Cunha. Tópicos da Administração aplicada à segurança do trabalho. 9ª ed. São Paulo: Editora SENAC, 2009.

Yin, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos \ Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi 2.ed, Porto Alegre ; Bookman, 2001.

<http://portal.mte.gov.br/legislacao/normas-regulamentadoras-1.htm>. Acesso em: 24 abr.2014.

Marco Civil: causas e efeitos

Fernanda de Oliveira Koller¹
Yuri Feijó Borba¹
Cristiano Sielichow²

Este trabalho tem como objetivo apresentar e discutir o Marco Civil. Para tal, serão conceituadas as causas e os efeitos da promulgação deste ordenamento, assim como as correntes militantes do projeto, além de expor de forma contextualizada o impacto das novas normas existentes para regular o fornecimento e uso da Internet no Brasil. Marco Civil da Internet é a Lei (nº 12.965/14) que regula o uso da Internet, tem como objetivo assegurar diversos direitos e deveres, elencados até mesmo na Constituição Federal, como a liberdade de expressão e garantia da privacidade dos usuários da rede. A ideia da lei surgiu em 2007 e foi acolhida pelo governo federal, tendo como base o projeto de lei de crimes cibernéticos, conhecido como Lei Azeredo. O projeto então surgiu em 2009 e logo foi aprovado na Câmara dos deputados, 25 de março de 2014, e no senado federal, 23 de abril de 2014, logo após sancionado pela presidente Dilma Rouseff. A lei defende três principais pilares com o objetivo da melhor utilização e estruturação da rede, sendo esses: a neutralidade do provedor, a guarda de registros e a barreira na retirada de conteúdo que serão desenvolvidos a seguir. O princípio da neutralidade determina que o provedor deverá oferecer planos com os mesmos direitos para todo tipo de usuários, assim não limitando a velocidade de usuários para determinado “aplicativo”, como limitar a velocidade de acesso ao e-mail para maior velocidade no download de vídeos, diminuir a velocidade de chamadas de voz via IP (Skype) para maior tráfego no navegador. A regulamentação da guarda de registros como um dos fundamentos da Lei tem o objetivo de respeitar e garantir o direito a privacidade, conforme a Constituição, e principalmente tornar mais eficaz em termos jurídicos a proteção ao usuário. O Marco Civil estabelece também que qualquer conteúdo será retirado do ar somente após ordem judicial, e que o provedor não poderá ser responsabilizado por conteúdo ofensivo postado por terceiros em sua página ou aplicativo. Com isso, o projeto protege os geradores de conteúdo de possível censura na internet, uma vez

¹ Acadêmicos do curso de bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

² Professor orientador.

que, para provar que o conteúdo é ofensivo, o usuário deve ter o direito à defesa perante a Justiça. Para o usuário, no cotidiano a Lei apresenta-se timidamente, uma vez que a maior parte das mudanças ocorre na organização dos formatos de armazenamento de dados e na forma de atuação das provedoras, impactando pouco na utilização habitual do internauta. O Marco Civil trata-se de uma Lei de conteúdo pioneiro e por isso talvez apresente lacunas que poderão vir a ser preenchidas com o passar do tempo e mais aprofundamento e discussão sobre os formatos e utilização da Internet no Brasil. De modo geral, as normas parecem trazer benefícios para o usuário da Internet no Brasil, mas há muito que desenvolver para que alcance-se um nível satisfatório em relação aos direitos fundamentais e direitos do consumidor, tornando a rede um lugar mais seguro, participativo e difundido.

Referências

MORAES, Alexandre de Direito Constitucional 24. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.
LENZA, Pedro ? Direito Constitucional Esquematizado ? 12. Ed. Ver. atual. E ampl. São Paulo : Saraiva, 2008.

<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Com-marco-civil-da-internet-Brasil-vira-referencia-mundial-em-democratizacao-da-rede/4/30563>

<http://jus.com.br/artigos/22433/marco-civil-da-internet-o-porque-para-o-que-e-omissoes> - Rafael Fernandes Maciel

<http://idgnow.com.br/blog/circuito/2013/11/06/marco-civil-conheca-os-argumentos-dos-que-sao-contra/>

<http://convergenciadigital.uol.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=35404&sid=4#.U3350yjlwleN> - Luís Osvaldo Grossmann

<http://ndisusp.files.wordpress.com/2014/03/a-importancia-da-neutralidade-da-rede-contribuicao-do-ndis.pdf>

Medidas correccionais: reclamação e correição parcial

Bruna Caldieraro¹
Nilda Rodrigues de Fraga¹
Niucha Gutierrez¹
Robson Jaskulski¹
Silvana Koszcepa¹
Mariani Fábio²

A correição parcial constitui verdadeiro aborrecimento para o magistrado, uma vez que, invariavelmente, veicula os conflitos de pontos de vista e de entendimento jurídico na condução dos processos entre eles e os advogados, ou durante as audiências. A correição parcial visa emendar erro ou abuso que importem inversão tumultuária dos atos e fórmulas de ordem legal do processo, quando para o caso não houver recurso. Nesse aspecto, a correição opera no Poder Judiciário e de modo interno. O que se busca com essa medida é apontar eventual abuso (lato sensu) de autoridade ao órgão superior da magistratura, para o fim de que seja apurada a existência desse vício, retomada a marcha regular do processo e, eventualmente, seja a autoridade infratora repreendida, punida. Por conseguinte, o vício deve ser solucionado, a fim de regularizar-se uma situação anômala, um desvirtuamento das regras de processo. E isso deve ser feito não por meio da reforma do quanto decidido pelo magistrado faltoso, mas por meio de medidas que assegurem seja proferida uma decisão idônea, dentro das regras do processo, inclusive, se for o caso, por outro magistrado designado, que esteja na mesma condição hierárquica do anterior. Depreende-se das observações precedentes que a correição não resolve um conflito de interesses, não serve para cassar decisões ou imprimir-lhes eficácia, tal como ocorre com a reclamação. A correição, diferentemente desde último instituto, não serve para assegurar a autoridade de julgados, tampouco do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, nem para garantir a competência dessas Cortes ou de qualquer outro órgão. Enquanto que a reclamação somente pode ser utilizada para suprir a falta de outros recursos que não possuam previsão legal (art. 6º, I, Lei 5.010/1966). É recurso de espécie administrativo-judiciário com previsão

¹ Acadêmicos do curso de bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

² Professor orientador.

nos regimentos internos dos tribunais inferiores. Tem sua aplicabilidade no intuito de corrigir erros de procedimentos do juiz de primeira instância e podem ser interpostas por ambas as partes.

Referências

BUENO, Cássio Scarpinella. Curso sistematizado de direito processual civil. 5: recursos, processos e incidentes nos tribunais, sucedâneos recursais: técnicas de controle das decisões jurisdicionais. São Paulo: Saraiva, 2008.

DANTAS, Marcelo Navarro Ribeiro. Reclamação constitucional no direito brasileiro. Porto Alegre : Fabris, 2000.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Novo curso de direito processual civil: processo de conhecimento e procedimentos especiais. v.2. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. São Paulo: Saraiva, 2007.

MORATO, Leonardo L. Reclamação e sua aplicação para o respeito da súmula vinculante. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

PACHECO, José da Silva. Mandado de segurança e outras ações constitucionais típicas. 5.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. Comentários ao código de processo civil. Tomo V. São Paulo: Forense, 1974.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. Tratado das ações. Ação, classificação eficácia. t.1. Atualizado por Vilson Rodrigues Alves. Campinas: Bookseller, 1998.

SANTOS, Ernani Fidélis dos. Manual de direito processual civil: processo de conhecimento. v.1. 12.ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

Monitoramento Eletrônico Prisional e Regime Prisional Semiaberto: estudo de caso do Instituto Penal de Novo Hamburgo (2013/2014)

Alexsandro Mello da Silva¹
Antonio Ricardo da Silva Magano¹
Iedo Nicolau Dalmina Netto¹
Ilonia Marcia Mensch¹
Rudrei da costa Machado¹
Saulo Bueno Marimon²

É eficaz o controle penitenciário tradicional? E o controle penitenciário através do monitoramento eletrônico? Recentemente, com o advento da Lei n. 12.258/2010 foi apresentado ao sistema penitenciário o monitoramento eletrônico de apenados. A utilização de tornozeleiras eletrônicas nos apenados do regime semiaberto vem sendo um instrumento fiscalizador do cumprimento da pena fora das unidades prisionais. Essencialmente falando, tem o objetivo de garantir ao apenado um processo de reinserção social e no mercado de trabalho gradativos, além da antecipação do contato familiar, os dispositivos promovem o reforço a dignidade dos monitorados e a humanização da execução penal, mais segurança e controle dos apenados. O monitoramento é realizado por uma equipe técnica, formada por agentes penitenciários, responsáveis pela instalação e vigilância dos monitorados; além disso, conta com o apoio de uma equipe multidisciplinar composta por assistentes sociais, psicólogos e assistentes jurídicos. O Departamento de Monitoramento Eletrônico é capaz de identificar, em tempo real, de modo contínuo e sem interrupções, as informações sobre a localização de cada monitorado, em conformidade com as condições, normas e padrões estabelecidos judicialmente ou administrativamente ao benefício concedido. No regime semiaberto, o cumprimento da pena (privação da liberdade) deve ocorrer em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar. Aqui, o condenado poderá ser alojado em locais coletivos e sua pena estará atrelada ao seu trabalho. O objetivo da pesquisa é analisar o custo-benefício do monitoramento eletrônico em substituição ao modelo de encarceramento tradicional e atualmente em vigor. Para tanto, serão utilizados dados dos monitorados da

¹ Acadêmicos do curso tecnólogo Jurídico em Serviços Penais.

² Professor orientador.

região metropolitana e dos apenados do sistema semiaberto do Instituto Penal de Novo Hamburgo, dados estes referentes ao período de 2º semestre de 2013 até o 1º semestre de 2014. Pretender-se-á demonstrar o monitoramento eletrônico na prática penitenciária em contraponto ao sistema penitenciário tradicional no regime semiaberto no período em comento. Acrescente-se que a ressocialização e a reintegração do apenado é uma necessidade que exsurge não só da lei, mas da relevância para a sociedade como um todo desta atuação em relação ao apenado. A criminalidade é uma realidade inofismável. Para atingir o desiderato reintegrador que a norma propõe, é essencial uma percepção livre de discriminação, bem como o uso de conceitos tais como planejamento estratégico, gestão administrativo-prisional e investimento em recursos materiais, recursos humanos e tecnologia. Afinal, a sociedade como um todo é responsável por tudo que envolve desde a preocupação acerca do delito, da sua responsabilização penal e da execução da pena após a sentença penal condenatória com o trânsito em julgado.

Referências

MARCÃO, Renato. Lei de Execução Penal Anotada. São Paulo, Saraiva, 2014.

FONSECA, Andre Luiz F. Garcia da. O Monitoramento Eletrônico e sua Utilização como Meio Minimizador da Dessoc. Decorrente da Prisão. Autor: André Luiz Filo-Creão Garcia da Fonseca Editora: Núria Fabris Editora. São Paulo: Editoria Nuria, 2012.

Mononucleose Infecciosa: a doença do beijo

Andressa Kingeski Couto¹

Juliano Silveira¹

Gabriel Corteze Netto²

A mononucleose infecciosa (MI) é causada pelo vírus Epstein-Barr (herpes vírus humano 4, HVH4). Esta doença possui baixa mortalidade e letalidade, contudo sob o ponto de vista clínico e imunológico possui aspectos relevantes. O presente trabalho tem como objetivo fazer uma análise bibliográfica acerca desta doença. A MI acomete principalmente jovens entre 15 e 25 anos de idade. Em torno de 90% da população adulta já foi infectada pelo vírus de Epstein-Barr em algum momento da sua vida e sequer sabe disso. É uma infecção comum e suas complicações não são frequentes. Na infecção primária ocorre a proliferação da maioria das células infectadas, as quais produzem o vírus, que também acaba proliferando células T antígeno-específicas e levando ao excesso de leucócitos mononucleados no sangue. A transmissão do vírus se dá através do contato pessoal íntimo ou próximo entre seres humanos, principalmente pela saliva contaminada, infectando as células epiteliais da nasofaringe e linfócitos B - daí popularmente conhecida como doença do beijo. Suas manifestações clínicas são caracterizadas por febre alta, dor de garganta, perda de apetite, linfonodos inchados, baço aumentado. Ainda apresentam sintomas como calafrio, anorexia, cefaléia, dor abdominal e dor costal à inspiração profunda. O diagnóstico é feito através da análise do quadro clínico juntamente com exames laboratoriais como hemograma e sorologia. O hemograma, ainda que inespecífico, é caracterizado por linfocitose e presença de linfócitos atípicos. A resposta sorológica deve ser avaliada considerando a presença de anticorpos específicos Anti-EBV. Seu tratamento é sintomático visto que não existem drogas antivirais que atuem adequadamente na infecção por este vírus. Recomenda-se ao paciente em fase aguda que realize repouso relativo, por aproximadamente 3 semanas, não sendo aconselhado a utilização de antibióticos. O Epstein-Barr também é um oportunista perigoso nos transplantes de medula óssea, uma vez que a deficiência imunológica é séria em pacientes transplantados.

¹ Acadêmicos do curso de licenciatura em Biologia – FACOS/CNEC.

² Professor orientador.

Referências

COURA, J.R. Dinâmica das Doenças Infecciosas e Parasitárias. Editora Guanabara Koogan. Rio de Janeiro. 2005.

HINRICHSEN, S.L.; DIP-Doenças Infecciosas. Editora Guanabara Koogan . Rio de Janeiro. 2005. JANEWAY. Imunobiologia. Editora Artmed. Porto Alegre. 2010.

CARVALHO, L.F. Mononucleose Infecciosa. Jornal de Pediatria. Rio de Janeiro, 1999. ABBAS, A.K.; LICHTMAN, A.H.; PILLAI, S. Imunologia Celular e Molecular. 6ª ed.. Editora Elsevier. Rio de Janeiro, 2008.

Moral e Ética

Andressa D'Agostini¹
Laiana Mariano Ritter¹
Lucas Barcelos Scheffer¹
Zuleika Leonora Schmidt Costa²

O presente relato de experiência partiu das reflexões feitas na disciplina de Psicologia, Ciência e Profissão. Para a metodologia desta atividade, foi proposto que em aula elaborássemos duas cenas dramatizadas: uma que apresentasse uma atitude ética e outra uma atitude não ética, buscando a compreensão do conceito apresentado e sua prática nas áreas profissionais, em específico na psicologia. Para a construção deste relato foi buscado o apoio teórico em autores como tais Camargo, La Taille, Romaro e Sá, além do Código de Ética Profissional de Psicologia. A ética nos possibilita refletir, responsabilizar e, por muitas vezes ousar, pensar, questionar, ao outro e a si. É uma reflexão feita sobre os costumes e ações humanas. Já a moral está associada ao fato de todas as comunidades humanas serem regidas por um conjunto de regras de condutas, por proibições de vários tipos cuja violação acarreta sanções e punições. O código de ética profissional busca estabelecer um padrão de conduta que fortaleça o reconhecimento social de determinada categoria, dentro de valores relevantes para a sociedade e para as práticas envolvidas. O código de ética procura promover a autorreflexão exigida de cada indivíduo acerca de sua práxis, de modo a responsabilizá-lo por suas ações e suas consequências no exercício profissional. Iniciamos com uma cena onde uma mulher, após descobrir ser soro positivo, pede para que a enfermeira não conte ao seu marido o resultado apontado pelos exames, mesmo sabendo de todos os riscos trazidos pela doença. A enfermeira, descumprindo com o combinado com a paciente, conta para o marido da mesma, desfazendo com todos os princípios estabelecidos para a sua profissão. A segunda cena que realizamos, tratava-se de duas mulheres que tentavam comprar uma medicação controlada sem receita, porém o farmacêutico negou-se a vender, assim como está estabelecido pela sua profissão. Podemos verificar que esta cena está relacionada à moral, pois o

¹ Acadêmicos do curso de bacharelado em Psicologia – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

farmacêutico estava seguindo uma norma, estabelecida por regras que foram instituídas por leis criadas pela sociedade para indicar uma conduta, uma forma de agir. O não cumprimento destas normas poderia acarretar sanções e punições à farmácia em questão. Ao término desta vivência considerou-se os conceitos que ética e moral, confundem-se: enquanto Moral é um conjunto de normas que regulam o comportamento do homem em sociedade, a Ética é a forma que o homem deve se comportar no seu meio social ou ainda as formas do homem de agir e ser. Tendo em vista estes dois casos, aqui analisados nas cenas podemos entender que cada profissional age de maneira diferente quando posto em evidência o lado ético de cada um deles. Analisamos então que a ética é intrínseca a cada indivíduo. Sendo assim, mesmo sendo de suma importância, em qualquer área de trabalho, cada profissional escolhe ser ético ou não, porém vale salientar que devemos sempre agir conforme o código de ética da sua profissão, para sermos bons profissionais.

Referências

CAMARGO, Marculino: Fundamentos de ética geral e profissional. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

LA TAILLE, Yves de; Moral e Ética: dimensões intelectuais e afetivas. Porto Alegre, RS: Artimed, 2006.

ROMARO, Rita Aparecida: Ética na Psicologia. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SÁ, Antônio Lopes de: Ética profissional. São Paulo, SP: Atlas, 1996.

Morte encefálica e a doação de órgãos: aspectos científicos e legais

Bianca Cardoso Robaski¹
Fernanda Lillian da Rosa Gonçalves¹
Jessica Silva Assis¹
Maira Detânico Ribeiro¹
Willian Gomes da Silva¹
Helena Meinhardt²
Luciane Soares da Silva²

A morte encefálica ocorre quando o encéfalo perde, de forma irreversível, todas as suas funções. Nesses casos, o restante do corpo poderá manter algumas de suas funções e funcionamento, por um curto período de tempo, especialmente se ligado a equipamentos de suporte a vida. São os órgãos e tecidos provenientes de pacientes com morte encefálica que poderão vir a ser doados. A morte encefálica pode ocorrer por diversas circunstâncias, como acidente vascular cerebral (hemorrágico ou isquêmico), traumatismo craniano, lesão difusa do encéfalo após parada cardiorrespiratória, entre outros motivos. O diagnóstico de morte encefálica deve ser dado exclusivamente por médicos e tal condição somente será caracterizada através da realização de exames clínicos e complementares durante intervalos de tempo variáveis, próprios para determinadas faixas etárias, segundo resolução do Conselho Federal de Medicina (Resolução CFM nº 1.480/97). Os exames clínicos utilizados para caracterização de morte encefálica incluem testes de avaliação de reflexos encefálicos, como: avaliação das respostas pupilares, avaliação do reflexo oculocefálico, avaliação do reflexo oculovestibular, avaliação dos reflexos de córnea, resposta a estímulo doloroso, entre outros. Os exames complementares incluem: angiografia cerebral completa, que mostra se há fluxo de sangue no cérebro, eletroencefalograma, que mostra a ocorrência de sinais elétricos vindos do encéfalo, entre outros exames possíveis (WIJDICKS et al, 2010; POSSAMAI, 2010). Esses testes e exames devem ser feitos à ausência de fatores que possam diminuir as respostas neurológicas (como hipotermia e/ou uso de drogas depressoras do sistema nervoso central); e o diagnóstico deve ser definido, por pelo menos, dois médicos diferentes e não

¹ Acadêmicos do curso técnico de Enfermagem do Instituto de Educação Cenequista Marquês de Herval.

² Professoras orientadoras.

relacionados à equipe de remoção de órgãos. Apesar do amparo científico e legal que asseguram a irreversibilidade da condição de morte encefálica; e a idoneidade da conduta médica nessas situações, muitas famílias acabam não concordando com a possibilidade de doação dos órgãos de seu familiar falecido. Diante dos fatores acima expostos e da necessidade de tornar a prática da doação de órgão mais usual, o presente estudo visa esclarecer, de modo sistemático, todos os aspectos técnicos, científicos e legais envolvidos na doação de órgãos e tecidos. Através de revisão bibliográfica pretende-se descrever todo o processo de doação, que é amparado pela legislação brasileira, desde a determinação da morte encefálica de um paciente, até a retirada de seus órgãos para doação, passando pelo acolhimento a família do doado, o que inclui esclarecer todas as suas dúvidas e respeitar o momento de dor pela perda do familiar.

Referências

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução CFM nº 1.480/97. 1997. Disponível em. Acesso em 23 de maio de 2014.

POSSAMAI, F. Doação e captação de órgãos de pacientes com morte encefálica. *Enfermagem Brasil*, Criciúma, v. 9, n. 4, p. 206 - 209. agosto de 2010.

WIJDICKS, E. F. M; VARELAS, P. N.; GRONSETH, G. S.; GREER, D. M. Evidence-based guideline: Determining brain death in adults: Report of the Quality Standards Subcommittee of America Academy of Neurology, Minneapolis, n. 74, p. 1911-1918. Junho de 2010.

Motivação de adolescentes (13-18 anos) à prática de atividades físicas e esportivas: uma revisão

Bruno Colombo Müller¹
Alessandra Marques Ceconello²
Ricardo Pedrozo Saldanha²

A motivação para a Teoria da Autodeterminação (TAD) é um fator determinante do bom funcionamento psicológico do indivíduo e de seu bem-estar geral (BALBINOTTI, 2012). Para a TAD, segundo Ryan et al. (2009) um indivíduo motivado é um indivíduo disposto a agir, no contexto da atividade física e esportiva, a motivação é uma dimensão importante para entender as razões que determinam a participação dos indivíduos nestas práticas. Um instrumento bastante utilizado que proporciona resultados precisos para medir a motivação é o Inventário de Motivação à Prática Regular de Atividades Físicas e/ou Esportivas (IMPRAFE) elaborado por Balbinotti (2004), que avalia a motivação a partir de um grupo de motivos que formam seis dimensões distintas: Controle de Estresse (CE), Saúde (Sa), Sociabilidade (So), Competitividade (Co), Estética (Es), e Prazer (Pr). O presente estudo pretende revisar a literatura sobre a TAD em busca de estudos experimentais que descrevem o perfil motivacional de adolescentes (13-18 anos de idade) à prática de atividades físicas e esportivas por meio da aplicação do IMPRAFE. METODOLOGIA: O presente estudo é uma revisão bibliográfica simples, as buscas foram realizadas online e as bases de dados consultadas para pesquisa foram a SciELO e o Google Acadêmico. Os termos-chave usados foram: “Motivação”, “Prática”, “Atividades”, “Físicas”, “Esportivas”, “Adolescentes” e “IMPRAFE”. O intervalo de tempo da busca foi entre 2004-2014. RESULTADOS: Na SciELO foram encontrados 4 artigos, depois de análise foi selecionado um artigo para esta revisão. No Google Acadêmico foram encontrados 27 artigos, após análise foram escolhidas duas publicações para serem contempladas nesta revisão. Ao utilizar o IMPRAFE-54 Saldanha (2008) descreveu 441 atletas de basquetebol (13-16 anos) em relação às suas dimensões motivacionais. Segundo a investigação o Pr ($p < 0,01$) foi a dimensão mais recorrente seguida, respectivamente, pelas dimensões Co e Sa, indissociáveis, So, Es e CE.

¹ Acadêmicos do curso de licenciatura em Educação Física – FACOS/CNEC.

² Professores orientadores.

Balbinotti et al. (2010) aplicaram o IMPRAFE-126 com 80 adolescentes praticantes de voleibol (13-18 anos). A análise mostrou que em primeiro lugar ficaram as dimensões Pr e Sa, indissociáveis ($p > 0,05$), em segundo lugar ficaram outras duas dimensões indissociáveis, Sa e So ($p > 0,05$), seguidas respectivamente por Co, Es e CE. Balbinotti et al. (2012) avaliaram o perfil motivacional de 226 jovens tenistas (13-16 anos) a partir de respostas ao IMPRAFE-126 para identificar os motivos que os levou à prática das atividades. O Pr ($p < 0,001$) foi o principal motivo, seguido, respectivamente pela Co, Sa, So, Es e CE. Nos estudos experimentais encontrados os autores identificaram que a dimensão Prazer foi a que mais motivou os adolescentes. Estes estudos atestam as inferências de Ryan et al. (2009) de que a motivação à adesão em um programa de atividades físicas e esportivas é na maioria dos casos determinada pelo Prazer e Satisfação que essas atividades propiciam.

Referências

BALBINOTTI, M.A.A. Inventário de Motivação à Prática Regular de Atividades Físicas e/ou Esportivas. Porto Alegre: Núcleo de Estudos de Pedagogia e Psicologia do Esporte da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

BALBINOTTI, C.A.; BARBOSA, M.L.L.; BALBINOTTI, M.A.A.; SALDANHA, R.P.; TEIXEIRA, R.G. O perfil motivacional de adolescentes jogadores de voleibol. Coleção Pesquisa em Educação Física, v. 9, n. 2, 2010.

BALBINOTTI, M.A.A.; JUCHEM, L.; BARBOSA, M.L.L.; SALDANHA, R.P.; BALBINOTTI, C.A.A. Qual é o perfil motivacional característico de tenistas infanto-juvenis brasileiros? Motriz, v. 18, n. 4, p. 728-734, 2012.

RYAN, R.M.; WILLIAMS, G.C.; PATRICK, H.; DECI, E.L. Self-determination theory and physical activity: the dynamics of motivation in development and wellness. Hellenic Journal of Psychology, v. 6, p. 107-124, 2009.

SALDANHA, R.P. Motivação à prática regular de atividades físicas: um estudo com atletas de basquetebol infanto-juvenis (13 a 16 anos). 2008. 119 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

Multiparentalidade

Ana Claudia Marques¹
Helena Dos Santos Von Wurmb¹
Isadora Foss Moraes¹
Valeska Braga Silvano¹
Jarbas Freitas²

A família brasileira tem passado por muitas transformações em sua estrutura. Atualmente a família constitui-se das mais variadas formas. Durante muitos anos pensava-se que o filho que não era biológico ou adotivo não era filho; o casal que não fosse constituído por pessoas de sexo diferente não era casal. O reconhecimento da multiparentalidade significa um avanço do Direito de Família no Brasil. No decorrer da história a família enfrentou mutações e tais evoluções que possibilitam o reconhecimento jurídico de novos laços parentais, ou seja, a coexistência de mais um pai ou uma mãe, a um só filho, sendo um dos vínculos biológico e o outro sendo decorrente de ralação afetiva. A doutrina produzida recentemente por pensadores do direito constitucional e do direito civil, bem como decisões de tribunais referentes ao reconhecimento da filiação, quando já existente outra conexão jurídica parental, indicam que é plenamente possível, por meio da ponderação dos princípios constitucionais, especialmente os da dignidade e do melhor interesse a criança, a doação de novos critérios de vinculação de laços efetivos entre pais e filhos, inclusive de modo múltiplo. O pai ou a mãe socioafetivo é aquele que ocupa, na vida do filho, lugar de pai ou de mãe biológico; proporcionando abrigo, carinho, educação e amor ao filho, assumindo a função de seus genitores. A afiliação socioafetiva não está consagrada no nascimento (fato biológico), mas sim em pleno ato de vontade no tratamento cotidiano, no reconhecimento social e laços puramente sentimentais. Nesse contexto, levando em máxima consideração o princípio da dignidade da pessoa humana, assim como a afetividade, a ideia de família que temos atualmente não se baseia mais em apenas laços consanguíneos, mas priorizando o princípio da afetividade como reconhecimento de uma afiliação. Assim de acordo com doutrinas e inúmeras jurisprudências, a parentalidade socioafetiva se sobrepõe a biológica, levando a possibilidade de reconhecer

¹ Acadêmicas do curso de bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

² Professor orientador.

não apenas o judicialmente registrado como pai, mas também aquele que esteve presente em sua criação.

Referências

<http://blog.grancursos.com.br/multiparentalidade-e-seu-reconhecimento-pelo-sistema-juridico-brasileiro/>

Normas Jurídicas: sanção, coação e coerção

Newerton Alencastro¹
Tatiane Stenge da Rosa¹
Andréia Lorena Ferraz²

Vivemos em sociedades onde há normas jurídicas a serem obedecidas para o bom convívio entre os indivíduos. Dentro destas vamos destacar a Sanção, coação e coerção, tendo como objetivo esclarecer mais estas normas, por quem são utilizadas e por qual razão são postas em práticas. Sanção é o ato de punir qualquer regra infringida, podemos conceituá-la como pena ou punição a violação de uma lei tem uma consequência desfavorável a quem não a obedece, portanto tem um papel fundamental na conduta dos indivíduos em se tratando de ordenamento jurídico, pois se não houvesse a sanção poderia ser descumpridas as regras não havendo prejuízos, já que o estado não os puniria pela prática infringente. Toda regra jurídica será acompanhada por uma sanção, sempre que haver regra uma segunda regra deverá acompanhar a regra principal, assim se tornando uma regra sancionatória. Podemos citar um exemplo: regra “o eleito que desviar recursos públicos perderá o cargo” há uma regra principal, o eleito não deve desviar recursos públicos, e uma regra sancionatória, se desviar, será afastado. A sanção, portanto, é o afastamento do cargo. Coerção é o efeito psicológico da sanção e que tem função preventiva. Age sobre o destinatário como um aviso: se ele não cumprir a norma jurídica, poderá sofrer os efeitos concretos da sanção. Coerção é o ato de induzir, pressionar ou compelir alguém a fazer algo pela força, intimidação ou ameaça. A mais óbvia forma de motivação de pessoas ou equipes é a coerção, onde evitar a dor ou outras consequências negativas tem um efeito imediato sob suas vítimas. Já a coação é o último estágio da aplicação da sanção, é a aplicação forçada contra o agente que descumpriu a norma é utilizada no momento que a coerção não funcionou, tendo o estado o poder autorizar a coação ao indivíduo que descumpriu tal norma jurídica, em se tratando de pessoa natura fica extremamente proibida à coação entre particulares cabendo apenas aos estados este poder. Os três elementos citado acima, estão presente no nosso dia a dia, ou seja, nos deparamos

¹ Acadêmicos do curso de bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

seguidamente com exemplos bem próximos de nossas moradias em se tratar de violência. Embora a lei fosse criada para garantir que a pessoa viva numa sociedade harmonicamente e livre, ela não foi criada na intenção de inibir a ações da bandidagem, então vem o papel da sanção, coerção e coação que venho para punir, prevenir, ou seja, não venho na intenção de recuperar o preso e sim como o seu papel principal tendo como resultado a ação repressiva e abusiva por parte da policia, contra o crime, ou seja, é a aplicação da força sobre o elemento que infringi as leis.

Referências

<http://direitoturmap.wordpress.com/2011/06/08/resumo-normas-juridicas/>

<http://www.artigojus.com.br/2012/04/coercao-coacao-e-imperatividade.html>

<http://direitoturmap.wordpress.com/tag/normas-juridicas/>

Notas sobre o Estádio do espelho de Lacan no desenvolvimento infantil

Cassiana Panne Goularte¹
Cintia Oliveira dos Santos¹
Daiane Lautert de Mattos¹
Jéssica Coelho dos Reis¹
Paula de Souza Gomes¹
Beatriz Kauri dos Reis²

Este estudo tem por objetivo articular com a prática o conceito do Estádio do espelho, elaborado por Lacan em 1936, no qual a criança irá assumir uma imagem transmitida pelo olhar materno. É graças à relação especular da criança com o agente materno que ela passará a se reconhecer como um sujeito que possui um corpo, separado do outro. Esse processo tem início a partir dos seis e se prolonga até aproximadamente os dezoito meses de idade. Lacan concebe o Estádio do espelho como uma identificação primordial da criança que lhe servirá de matriz simbólica das futuras identificações, daí a importância dessa fase no desenvolvimento infantil. O processo se dá em três etapas: 1^a - Em um primeiro momento, quando um adulto coloca a criança diante de um espelho, a mesma confunde seu reflexo com a realidade, acreditando ter outra pessoa atrás do espelho e assim tenta manter uma aproximação com aquela imagem; 2^a - Em um segundo momento, a criança percebe que aquele outro não existe, não passando apenas de uma imagem e assim desistirá de procurá-lo atrás do espelho; 3^a - Na terceira e última etapa, quando a criança reconhece o seu reflexo como sendo a sua imagem, ela passa a realizar atividades em frente ao espelho, podendo identificar seus próprios movimentos. Assim se constitui um eu separado do outro, na medida em que o corpo passa a ser sentido e percebido como único, ali onde antes a sensação era de pura fragmentação e conseqüentemente de extrema dependência dos adultos cuidadores. O resultado desse processo é constituinte do lugar do sujeito, o qual embora tenha conseguido se separar do corpo materno, ele permanecerá enlaçado em suas relações interpessoais, pois seguirá demandando a presença de outros para se certificar de si mesmo. A partir deste estudo estamos realizando observações com uma criança do

¹ Acadêmicas do curso de bacharelado em Psicologia – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

sexo feminino, de um ano e dois meses de idade. A criança foi filmada em seu ambiente que continha um espelho, o qual não foi percebido de imediato. A partir do momento em que se percebeu diante de sua imagem refletida, a menina olhou-se por diversas vezes, apontando e tocando constantemente com seu dedinho indicador a sua imagem refletida e sorria ao perceber-se. Após certo tempo, foi como se a mesma tivesse esquecido a presença do espelho. Seguiremos nossas observações do comportamento dessa criança afim de constatar na prática o percurso da constituição do eu, na medida em que, segundo Lacan, é disso que se trata. Percebemos que essa criança está nesse processo, mas ainda não atingiu completamente as três etapas.

Referências

LACAN, J. (1966). Escritos. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p. 937. GRIFFA, M.C; MORENO, J.E. Chaves para a psicologia do desenvolvimento. Ed. 7. São Paulo, Paulinas. 2012.

Novo código florestal brasileiro e as limitações ao direito de propriedade: reserva legal florestal e propriedade rural

Veronica Soares Lessa¹
Luciano Reuter²

O presente estudo visa analisar as alterações dos limites ao direito de propriedade, instituídas pela redação do novo Código Florestal brasileiro, através da conceituação de institutos referentes ao direito de propriedade, bem como de outros atinentes ao Direito Ambiental e à proteção de espaços territoriais especiais. A Lei 12.651, promulgada em maio de 2012, trouxe consigo modificações a estes limites que constituem um marco para a relação entre a propriedade rural e o direito ambiental. Além disto, o trabalho direciona o foco investigativo à problemática consistente na limitação exercida pelas áreas de reserva legal florestal nas propriedades rurais, e a subordinação do direito proprietário ao direito ambiental, em concordância com o novo Código Florestal. Inicialmente a pesquisa aborda conceitos referentes ao direito à propriedade, como direito personalíssimo e intrínseco ao bem. Sequencialmente traz definições das limitações ao uso da propriedade como garantia de manutenção de um meio ambiente sustentável, conceituando os espaços territoriais especialmente protegidos, para finalmente tratar da limitação exercida pela reserva legal florestal às propriedades rurais. Sendo o Brasil um país com grande potencial agropecuário, cuja economia baseia-se principalmente neste setor, a questão florestal e ambiental, e os limites por ela impostos, são de grande importância social, visto que estas normas interferem diretamente na produção de alimentos e geração de renda e empregos. O tema é de extrema relevância jurídica e acadêmica, pois traz à lume a subordinação do direito de propriedade, por muito tempo considerado absoluto, à considerada nova classe de direitos, caracterizada pelos direitos difusos. Demonstrando-se a sobreposição do direito constitucionalmente previsto a um ambiente sustentável ao direito dominial, que se reveste, então, de um caráter social. Cabe ressaltar que as referidas alterações são impostas por uma nova legislação, o que torna o assunto moderno, atual, e que favorece as discussões

¹ Acadêmica do curso de bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

² Professor orientador.

em um plano teórico e prático. A pesquisa desenvolve-se através do método hipotético dedutivo, de análise doutrinária e legislativa.

Referências

BENJAMIN, Antônio Herman. Parte II: Direito constitucional ambiental brasileiro. In: CANOTILHO, José Joaquim Gomes;

LEITE, José Rubens Morato. (Coord). Direito constitucional ambiental brasileiro. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MILARÉ, Édis. Direito do ambiente. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

TRENNEPOHL, Curt. Capítulo VI: Do cadastro ambiental rural. In: MILARÉ, Édis; MACHADO, Paulo Affonso Leme. (Coord.). Novo Código Florestal: Comentários à Lei 12.651, de 25 de maio de 2012, à Lei 12.727, de 17 de outubro de 2012 e ao Decreto 7.830, de 17 de outubro de 2012. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

O acesso do advogado aos autos do inquérito: o problema do sigilo interno do inquérito policial

Fernanda Anderson Quintanilha¹
Manuela Cardoso dos Santos¹
Saulo Bueno Marimon²

Em nosso sistema processual penal vigente, o inquérito policial ainda constitui a principal peça de investigação das infrações penais, muito embora dispensável nos casos em que o titular da ação detenha dos elementos necessários à sua propositura. O inquérito, apesar de sua importância, não perde a natureza de peça informativa, que tem por única finalidade a apuração do fato criminoso, colhendo elementos para subsidiar a propositura da ação penal; daí ser inquisitivo, não acolher o contraditório, nem outros princípios processuais penais. O problema surge quando a questão envolve o acesso ao inquérito policial por aquele que é o sujeito das investigações - o próprio investigado. Segundo Fernando da Costa Tourinho Filho, da leitura de vários artigos do CPP, notadamente o 4º e o 12, há de concluir que o inquérito visa à apuração penal e à respectiva autoria, a fim de que o titular da ação penal disponha de elementos que o autorizam a promovê-la. Apurar a infração penal, segundo o autor, é colher informações a respeito do fato criminoso. O fato é que dificilmente tem-se conhecimento dos elementos subsidiadores da ação penal sem a atuação policial. Nesse sentido, o art. 20 do Código de Processo Penal traz a seguinte disposição: “A autoridade assegurará no inquérito o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da sociedade”. Logo, da análise do referido dispositivo, conclui-se que o sigilo, no que tange aos cadernos investigatórios, não é absoluto, mas restrito as hipóteses em que seja necessária a investigação não revelada, sob pena de restarem comprometidas as informações almejadas, ou ainda nos casos exigidos pelo interesse social. No mesmo sentido é o entendimento do autor Guilherme de Souza Nucci, quando coloca que o inquérito policial, por ser peça de natureza administrativa, inquisitiva e preliminar à ação penal, deve ser sigiloso, não submetido, pois, a publicidade que rege o processo, sendo certo que, inexistindo inconveniente à elucidação do fato ou ao interesse da sociedade, pode a autoridade policial,

¹ Acadêmicos do curso de bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

² Professor orientador.

que o preside, permitir o acesso de qualquer interessado na consulta dos autos do inquérito. A Constituição Brasileira, no que tange a matéria em comento, dispõe em seu artigo 133, que o advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei. A regulamentação do referido dispositivo constitucional encontra-se no Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, Lei nº. 8.906/94, que disciplina a atividade profissional do advogado. Sobre o tema, entende Aury Lopes Jr. que não existe sigilo para o advogado no inquérito policial e não lhe pode ser negado o acesso às suas peças nem ser negado o direito à extração de cópias ou fazer apontamentos. Nesse sentido a Lei nº 8.906/94 veio reforçar a crença no acerto da posição.

Referências

Constituição Federal Brasileira de 1988; Lei nº. 8.906/9 - Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil;

NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado. 9ª Ed. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2009;

LOPES JR., AURY. Direito Processual Penal e sua Conformidade Constitucional. 6ª ed. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2010;

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo Penal. 32ª ed. São Paulo, Saraiva, 2010.

O bebê e o Estádio do espelho

Maria Eunice Pereira¹
Suzi Carina Chaves¹
Helena Beatriz Bier²

O presente estudo centra-se na teoria do Estádio do Espelho, desenvolvida por Jaques Lacan entre 1936 e 1964, particularmente no esquema do modelo óptico formulado entre 1954 e 1964. O objetivo é investigar o reconhecimento da própria imagem pela criança, condição necessária à formação do Eu (moi). A assunção da própria imagem está associada a ideia de corpo enquanto unidade, ao estabelecimento da diferença entre eu/outro e a encarnação do eu ideal pelo infans. Para tanto observamos o comportamento de duas crianças com idade entre seis e dezoito meses e suas mães diante do espelho. Esses eventos foram filmados e, posteriormente, juntamente com a entrevista realizada com as mães, foram discutidos à luz da teoria lacaniana. A psicanálise em sua vertente francesa enfatiza a importância do espelho ou de uma superfície refletora na formação identificatória da criança. Este processo constitui-se de três momentos distintos: no primeiro a criança não percebe a imagem, o outro (imagem) não lhe interessa nem prende sua atenção nem seu interesse (ela não reconhece como sendo uma imagem e muito menos a sua); no segundo ela percebe a imagem como um outro real, nestas situações frequente o infans procura este outro atrás do espelho; no terceiro momento ela reconhece que se trata de uma imagem e que esta é sua. Este é um momento de júbilo, pois a criança reconhece-se como unidade corporal, própria e distinta da mãe. Para Lacan este momento é decisivo para estruturação do Eu (moi), pois a unidade corpórea é estruturante do sujeito. É necessário pontuar que o processo do Estádio só se constitui se o Outro (neste caso, aquele que ocupa a função materna), costurar com suas palavras o corpo do bebê. São as palavras da mãe que permitem que o corpo (simbólico) do filho possa instaurar-se e o eu ideal (por parte do infans vir a se constituir). Nos casos acompanhados percebeu-se que as crianças estavam estruturando este processo psíquico e que suas mães possibilitavam, com suas palavras, que seus filhos pudessem advir como sujeitos. Nossos achados empíricos estão de acordo com aqueles

¹ Acadêmicas do curso de bacharelado em Psicologia – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

sustentados pela teoria do Estádio do Espelho. Este estudo evidencia a necessidade e relevância do estudo de conceitos psicanalíticos para compreensão dos processos psíquicos de constituição do sujeito, base de intervenções terapêuticas individuais e coletivas.

Referências

BONI Jr., Jonas de Oliveira. O estágio do espelho de Jacques Lacan: gênese e teoria. Dissertação de mestrado: São Paulo, USP. 2010.

BOWLBY, John. Formação e rompimento de vínculo. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LACAN, J. O estágio do espelho como formador da função do eu (1949), Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

NASIO, Juan David. Meu corpo e suas imagens. Tradução André Telles, Rio de Janeiro- Zahar, 2009.

ROZA, Luiz Alfredo Garcia. Freud e o inconsciente, 24 edição, Rio de Janeiro. Jorge Zahar, ed. 2009.

O caso de Beth Thomas

Graziele Guatimusim da Silva¹
Charles Francisco Ferreira²

A presente reflexão, embasada no caso Elizabeth Thomas (Beth Thomas, BT), objetivou subsidiar características da magnitude atemporal dos danos ocasionados por crimes sexuais cometidos contra crianças. Neste contexto, BT, uma menina repleta de trágicas e profundas marcas de seu passado, era abusada sexualmente por seu pai e expectadora dos maus-tratos direcionados a seu irmão. Encaminhados para a adoção, a nova família adotiva - não informada destes abusos - suspeitaram de algum comprometimento ao observar os comportamentos de BT. Em 1989, BT apresentou diagnóstico confirmatório para o transtorno de apego reativo, um distúrbio psicológico grave que acomete indivíduos no início do desenvolvimento. As compilações de fitas com gravações da terapia que BT foi submetida com o Dr. Ken Magid, aos seis anos de idade, originaram o documentário *Child of Rage* (1992). Neste documentário, uma menina com 6 anos de idade, porte ingênuo e calmo, contrastava à sua astúcia e maldade. Além de maltratar animais e constantemente tentar matar seu irmão John, BT também o molestava ou agia ativamente, no intuito de lhe causar dor. Sua sexualidade se demonstrava aflorada precocemente, com retratos de sangramento dos órgãos sexuais gerado por masturbações diárias intensas. Além disso, o desejo constante por matar seus familiares e o relato de frequentes pesadelos de agressão por um homem desconhecido foram demonstrados nestas gravações. O transtorno de apego reativo, apresentado por BT, apresenta como característica essencial uma ligação social acentuadamente perturbada e inadequada, com início antes dos cinco anos de idade e relatado por inúmeros autores com forte associação ao recebimento de cuidados amplamente patológicos. O encanto superficial manipulador e a ausência de sentimentos afetuosos retratam a completa incapacidade de BT em se relacionar com qualquer indivíduo ou contexto, demonstrando apenas a sua completa falta de empatia. Neste documentário, o enriquecimento de detalhes, bem como a importância da capacitação de

¹ Acadêmica do curso de bacharelado em Psicologia – FACOS/CNEC.

² Professor orientador.

profissionais para lidar com os pacientes, foram ilustrados pelos relatos de cuidadoras e de funcionários da casa especializada em cuidados com crianças. Apesar de todos os argumentos induzirem à lógica contrária; após tratamento, monitoramento e acompanhamento adequado, BT se transformou em uma adulta mentalmente saudável. Tornou-se enfermeira na Unidade de Terapia Intensiva Neonatal, sendo seu trabalho dedicado ao cuidado de bebês. Com o auxílio de sua mãe adotiva, inaugurou uma clínica especializada no atendimento de crianças com graves distúrbios de comportamento. Considerando as informações supracitadas, observamos que a necessidade do aprimoramento multiprofissional, bem como a adoção de um olhar singular mais humanitário pelos profissionais vinculados aos cuidados humanos, são capazes de modificar a trajetória deletéria causal originada por traumas adquiridos na infância.

Referências

DAVOGLIO, Tércia Rita; GAUER Gabriel José Chittó; JAEGER, João Vitor Haeberle;

TOLOTTI, Marina Davoglio. Personalidade e psicopatia: implicações diagnósticas na infância e adolescência. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: Scielo, 2012.

O desenvolvimento agrícola no município de Caraá: uma abordagem histórica

Marco Antônio dos Santos Silva¹
Edson Luís Saturnino²

Ao longo dos últimos cinquenta anos ocorreram muitas mudanças na agricultura, que após uma forte crise entra em um visível processo de evolução. Buscaremos ao longo deste trabalho analisar as narrativas dos pequenos agricultores acerca do desenvolvimento da agricultura familiar na segunda metade do século XX e no início do século XXI. Esse desenvolvimento passa por uma série de fatores que foram fundamentais, como a vinda dos extencionistas da EMATER\RS para os municípios do interior, a aplicação de novas tecnologias e os maiores incentivos governamentais para os agricultores. Novas tecnologias, como os adubos químicos, foram criadas ainda na Segunda Revolução Industrial, mas só chegaram a Caraá no final da década de 1970. O mesmo ocorre com os agrotóxicos e maquinários, como tratores e implementos, que só passaram a ser utilizados no município a partir de 1980. Fatores como investimentos públicos na agricultura, representados pelos financiamentos bancários, possibilitaram aos agricultores melhor infraestrutura e acesso às tecnologias já mencionadas, aumentando a capacidade de produção e comercialização. Este processo possibilitou à agricultura de subsistência transformar-se em uma agricultura competitiva, que entra com força no mercado, passando a ser parte significativa na produção alimentícia do país. Com o começo da comercialização de produtos para a CEASA, esta prática ficou incomparável com as dos antigos agricultores, pois passou-se a ter uma produção em maior escala, aumentando a renda dos agricultores. Esta ampliação da renda, somada a políticas públicas, possibilitou uma maior mecanização da agricultura caraaense. O passo seguinte foi a diminuição dos comerciantes atravessadores, O aumento do poder aquisitivo, somado á acessibilidade de crédito, possibilitou aos agricultores comercializarem seus próprios produtos, transformando, em muitos casos, a pequena propriedade rural em uma pequena agroempresa. Todos os itens aqui ressaltados são muito importantes, mas a principal

¹ Acadêmico do curso de licenciatura em História – FACOS/CNEC.

² Professor orientador.

responsável pelo crescimento agrícola do município de Caraá talvez tenha sido a batata doce. Os agricultores de Caraá começaram a produzi-la no momento de uma crise de produção em outros municípios, como Guaíba e Mariana Pimentel, devido a problemas de fito sanidade. Beneficiado por um nicho de mercado, o município chega a dominar a produção deste tubérculo. No momento já existe combate às doenças da batata, mas devido à boa adaptação ao clima e solo da região Caraá segue competindo positivamente neste mercado. Em síntese, as narrativas dos pequenos agricultores apontam os principais fatores para o desenvolvimento da agricultura no município de Caraá: as novas tecnologias de preparo e correção de solo, a assistência técnica por parte da EMATER, a maior facilidade de comercialização, e o fortalecimento da cultura da batata doce que alavancaram e continuam contribuindo com a economia agrícola da região.

Referências

BARRACLOUGH, Geoffrey. Introdução à História Contemporânea. 1976 4ª edição.

MALUF, Renato Sergio. Comercialização Agrícola e desenvolvimento capitalista no Brasil. Revista de Economia Política, volume 12, nº 3 (47), Julho-Setembro/1992.

ESTRADA, Eduardo Moyano. Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil. Estudos sociedade e agricultura, 20 de abril 2013: 199-202.

O estudo da Saúde e Segurança do Trabalho em uma empresa do comércio varejista

Jéssica Peterson Bopsin¹
Jorge Vilson Pereira Coelho Brandalize¹
Rita de Cássia de Brito Medeiros¹
Ludinara do Nascimento Scheffel²

O Ministério do Trabalho e Emprego, de acordo com o capítulo V, título II da CLT (Consolidação das Leis de Trabalho) aprova as Normas Regulamentadoras (NRs) relativas à saúde e segurança no trabalho. Com base nestas normas, realizou-se este trabalho que se caracteriza como um estudo de caso em uma empresa de comércio varejista, especializada em móveis e eletrodomésticos, do município de Maquiné, RS. O principal objetivo foi identificar possíveis irregularidades com relação a algumas NRs e propor sugestões de melhorias. Os dados foram coletados através de observações à rotina de atividades dos colaboradores e instalações da empresa, assim como através de uma entrevista não estruturada com uma das colaboradoras. As NRs escolhidas para análise foram: 5, 6, 11, 17 e 23. Com relação à NR 5, CIPA, após a análise do Grau de Risco e nº de funcionários, percebeu-se que a empresa não necessita constituí-la. No que concerne à NR 11, que se refere à armazenagem e manuseio de materiais verificou-se que existem armazenamento e manuseio inapropriados de materiais no setor de estoque, podendo ocasionar riscos ergonômico e de acidente, pois os mesmos têm um peso considerável e estão “empilhados” a uma altura elevada. Já com relação à NR 17, Ergonomia, constatou-se que no setor de Caixa e no depósito, existem riscos ergonômicos, pois o colaborador trabalha continuamente de pé, no Caixa, e devido ao fato do teto ter altura excessivamente baixa no depósito, faz com que os colaboradores tenham que andar curvados e, muitas vezes, carregando mercadorias. Constatou-se ainda que este setor apresenta piso irregular e pouca iluminação, podendo vir a ocasionar acidentes. No que tange à NR 6, EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), observou-se que alguns colaboradores realizavam suas atividades sem a devida proteção, como nos trabalhos em altura e no manuseio de máquinas de corte de madeira. No

¹ Acadêmicos do curso de bacharelado em Administração – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

tocante à NR 23, Proteção contra Incêndio, notou-se que havia dificuldades no acesso a alguns extintores e também alguns materiais estavam dispostos de tal forma que inibiam a saída em uma eventual emergência. Após estes levantamentos, atendendo ao objetivo proposto neste estudo, apresentaram-se algumas sugestões de melhoria, como a designação de um responsável para o cumprimento dos objetivos da CIPA (elaboração do mapa de riscos, verificações periódicas do ambiente e condições de trabalho, realização anual de campanhas de Prevenção à AIDS, dentre outros); a colocação de assentos no Caixa; a elevação da estrutura do depósito e melhor iluminação do mesmo, visando a circulação segura dos colaboradores; aquisição de equipamento para melhor manusear os materiais em estoque; o fornecimento de EPI?s e a orientação de uso dos mesmos aos funcionários; e melhoria na colocação dos extintores e maior atenção às saídas de emergência. Desta forma, a empresa conseguiria oportunizar maior segurança aos colaboradores e zelar pela sua saúde no ambiente de trabalho.

Referências

<http://portal.mte.gov.br/legislacao/normas-regulamentadoras-1.htm>. Acesso em: 08.05.14

Manuais da Legislação Atlas. Segurança e Medicina do Trabalho. 71ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos 3. Ed Porto Alegre: Bookman, 2005.

O impacto do uso indiscriminado de antibióticos no contexto da saúde pública

Aline Monteiro da Silveira¹
Ana Paula Silva Gregis¹
Andréia Silva Gregis¹
Taciane Francieli da Silva Dias¹
Helena Meinhardt²

Os organismos vivos de modo geral, acentuadamente os animais, são extensamente colonizados por microrganismos diversos e que não os causam prejuízo. Os seres humanos contam com bactérias benéficas, distribuídas nos mais variados sítios corporais, que proveem nutrientes ou proteção contra patógenos e doenças, limitando a habilidade de colonização por bactérias ou outros organismos que sejam nocivos. Devido ao fato de terem um curto tempo de geração, as bactérias podem responder rapidamente às mudanças do ambiente, desse modo, quando os antibióticos são introduzidos no ambiente desses organismos, os mesmos podem responder tornando-se resistentes àquelas drogas. A resistência aos antibióticos ocorre como uma natural consequência da habilidade da população bacteriana de se adaptar. O uso indiscriminado de antibióticos aumenta a pressão seletiva e, também, a oportunidade da bactéria ser exposta a essa pressão, o que facilita a aquisição de mecanismos de resistência. O presente estudo, elaborado a partir de revisão bibliográfica, tem por objetivo entender o impacto do uso indiscriminado de antibióticos, no contexto da saúde pública, e sumarizar os problemas decorrentes desse uso indiscriminado de drogas antimicrobianas. De modo preliminar, se pode afirmar que o uso excessivo de antibióticos sem prescrição médica ou com prescrição errada faz com que as bactérias fiquem cada vez mais resistentes e novas drogas precisem ser desenvolvidas. Ainda, o uso intenso de antibióticos na medicina e na produção de alimentos (para animais e na agricultura) tem causado um aumento na resistência àquelas drogas em todo o mundo (SANTOS, 2004). A resistência antimicrobiana tornou-se um dos principais problemas de saúde pública no mundo, afetando todos os países, desenvolvidos ou não, e preocupando o meio científico. O impacto da

¹ Acadêmicos do curso técnico em Enfermagem do Instituto de Educação Cenequista Marquês de Herval.

² Professora orientadora.

resistência bacteriana aos antibióticos representa uma ameaça para continuidade da vida humana no planeta Terra. O uso abusivo, insuficiente ou inadequado de medicamentos lesa a população e desperdiça os recursos públicos (STEPHENS, 2014).

Referências

SANTOS, N.Q. A resistência bacteriana no contexto da infecção hospitalar. Texto & Contexto. Enfermagem, Florianópolis, v. 13, n. spe, p. 64 ? 70, 2004.

STEPHENS, P. Para OMS, resistência de bactérias a antibióticos é ameaça global ?. BBC Brasil. 2014.

O lado relevante do transtorno bipolar

Jordana Scheffer Rolim¹
Pâmela da Costa Silva¹
Vitória Vieira Rocha¹
Charles Francisco Ferreira²

O transtorno afetivo bipolar é caracterizado por alterações de humor repetidas, podendo o acometido apresentar uma ampla elevação do humor (e.g. Mania, Hipomania) ou redução do humor, com visível falta de energia (e.g. Depressão). Episódios maníacos estão relacionados a graus extremos de felicidade, exaltação ou irritabilidade, sendo a eles reportados distintos sintomas (e.g. falta de sono, verborragia, compras excessivas, apostas). Já os episódios de hipomania se assemelham aos de mania, de maneira mais amena, não comprometendo as atividades cotidianas e com ausência de sintomas psicóticos. Por outro lado, o episódio depressivo é caracterizado pela presença de humor deprimido, sensações de vazio, tristeza e anedonia, além de outros indícios fisiológicos (e.g. fadiga, alterações de apetite, pensamentos de suicídio). Alguns autores apontam que a ocorrência de episódios mistos (e.g. sintomas maníacos e depressivos, concomitantemente), por vezes, desestabilizam de maneira significativa o indivíduo. A relação causal do transtorno de humor bipolar é considerada multifatorial, podendo ser vinculada desde a fatores biológicos (e.g. genes, ambiente) quanto às condições não casuais (e.g. estresse), induzindo aumento de vulnerabilidade ao acometimento. Os primeiros sintomas deste transtorno são visíveis na transição temporal adolescência-idade adulta, necessitando a realização de um diagnóstico correto para uma maior eficácia do tratamento. Baseado nestas informações, a presente reflexão objetivou caracterizar o transtorno afetivo bipolar (e.g. causas, sintomas), utilizando comparações às cenas retratadas no filme “O lado bom da vida” (Silver LiningsPlaybook, 2012). Nesta obra, o personagem Pat Solitano (Bradley Cooper) é diagnosticado com este transtorno, estando ele frequentemente em busca de novas estratégias para lidar com os sintomas diários. No decorrer da trama, tornam-se visíveis os episódios oscilatórios entre depressão e hipomania. Mesmo com a descrição

¹ Acadêmicas do curso de bacharelado em Psicologia – FACOS/CNEC.

² Professor orientador.

destes quadros em manuais de extensa utilização clínica psicológica (Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento - CID-10; Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais IV - DSM-IV), a literatura ainda aponta os frequentes índices de diagnósticos e tratamentos equivocados, resultantes em quadros com sintomas mais agressivos. Neste sentido, ressaltamos a importância da capacitação por grupos multiprofissionais de saúde mental, visualizando a necessidade de diagnósticos mais específicos e melhorias para os indivíduos acometidos.

Referências

BERK, Lesley. Transtorno Bipolar. In: _____(org.). Guia para cuidadores de pessoas com transtorno bipolar. São Paulo: Segmento Farma, 2011, p. 3- 10.

DALGALARRONDO, Paulo. Síndromes maníacas. In: _____(org.). Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. Porto Alegre: Artmed, 2008, p. 314 - 318.

GAZALLE, Fernando Kratz; ANDREAZZA, Ana Cristina; SANT'ANNA, Márcia Kauer; SANTIN, Aida; KAPCZINSKI, Flávio. Diagnóstico precoce do Transtorno Bipolar. Revista Brasileira de Psiquiatria, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 83 - 84, 2005. Disponível em: . Acesso em: 09.05.2014.

O papel da ergonomia para a saúde do trabalhador: estudo de caso prático

Telma Marques de Lima¹
Cristian San Martin dos Santos¹
Mateus Francisco Staudt¹
Matheus Gubert Santana¹
Gabriele Wanzeniaki¹
Alcione Eich Almeida²
Jeferson Nobre²

O presente estudo tem por objetivo analisar as condições de trabalho que uma funcionária de uma empresa multinacional foi submetida durante o período em que laborou para aquela e a importância no desenvolvimento efetivo de programas de ergonomia nas empresas. O estudo baseou-se na análise do acórdão n.º 0000711-72.2011.5.04.0231 proferido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, onde a funcionaria postulou o reconhecimento de doença ocupacional adquirida no período em que prestou serviços a empresa, qual seja de 11/12/06 à 02/06/11. Após apresentar dor súbita e arroxamento do ombro, foi identificada uma tendinopatia e hemorragia local. Foi deslocada de função e após três meses de repouso, teve seu contrato de trabalho rescindido. Ficou constatada através de perícia que a mesma contraiu doenças devido às condições exaustivas e as jornadas intensas de trabalho a que foi submetida. A funcionaria teve o ritmo de trabalho determinado pela linha de montagem, obedecendo-se, em média, a taxa de 50 carros/hora. O perito judicial concluiu que a funcionaria perdeu a mobilidade do ombro e sua restrição funcional foi em grau médio, com deformação da estética do mesmo. Perdeu capacidade laborativa parcial e definitiva. Também teve perda de 10% da audição, havendo nexos da causalidade com as atividades desenvolvidas de acordo com a Portaria/MS n.º 1.339/99. Configurado o nexo entre trabalho e doença, a empresa foi condenada a pagar pensão mensal vitalícia; em danos morais; e, a restabelecer o vínculo de emprego. Através da análise da ação judicial foi observado que a empresa desprezou as condições ergonômicas, de saúde e de segurança, mesmo sabendo dos riscos no ambiente de trabalho e das lesões que ela estava exposta, agindo de forma negligente, posto que

¹ Acadêmicos do curso técnico em Segurança do Trabalho do Instituto de Educação Cenecista Marques de Herval.

² Professores orientadores.

mesmo doente a funcionaria era considerada apta ao trabalho pelos médicos da empresa. O movimento que a mesma executava consistia em risco postural e biomecânico, sendo que era necessária aplicação de força. Restou configurado que a funcionaria exercia tarefas repetitivas, sendo inclusive do conhecimento do perito da empresa que o programa oficial de ergonomia daquela favorecia o surgimento de lesão oriundo por esforços repetitivos, o que demonstra a importância de programa de qualidade ergonômica a ser desenvolvido nas empresas através dos profissionais de segurança do trabalho. A empresa não comprovou a adoção de medidas efetivas para evitar ou minimizar ao máximo a ocorrência de danos à saúde da funcionaria ou minimizar os efeitos prejudiciais decorrentes das atividades prestadas, o que provavelmente acometerá outros funcionários. Observou-se da análise do presente caso que o programa de ergonomia adotada pela empresa estimula o surgimento de lesões, quando determina que o trabalhador alterne atividades, mas sem alterar o conjunto muscular para a realização do movimento de braços, o que gerará funcionários incapacitados de exercer atividades laborais devido as lesões, como no caso em análise.

Referências

BRASIL. TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO. Acórdão do processo 0000711-72.2011.5.04.0231 (RO). Redator: ARAÚJO, Francisco Rossal de. Disponível em:

http://gsa3.trt4.jus.br/search?q=cache:Xi4QFxFcQIMJ:iframe.trt4.jus.br/gsa/gsa.jurisp_sdcpsp.baixar%3Fc%3D48829455+ergonomia+cognitiva+dano+ACIDE+NTE+DE+TRABALHO+inmeta:DATA_DOCUMENTO:2013-05-25..2014-05-25++&client=jurisp&site=jurisp_sp&output=xml_no_dtd&proxystylesheet=jurisp&ie=UTF-8&lr=lang_pt&proxyreload=1&access=p&oe=UTF-8. Acessado em: 25-04-2014;

SZABÓ JÚNIOR, Adalberto Mohai. Manual de segurança, higiene e medicina do trabalho. 2. ed. Sao Paulo: Rideel, 2014;

PINHEIRO, Ana Karla da Silva; FRANÇA, Maria Beatriz Araújo. Ergonomia aplicada à anatomia e à fisiologia do trabalhador. Goiânia: AB, 2008.

O papel do enfermeiro educador em relação ao uso de equipamentos de proteção individual

Ana Carolina Martins¹
Angela Valentim Claro¹
Renata Kingeski¹
Ana Cristina Wesner Viana²

O profissional enfermeiro possui um papel fundamental como orientador e educador sobre ações preventivas a fim de conscientizar a equipe de enfermagem sobre o uso de Equipamentos de Proteção Individuais (EPIs). A equipe de enfermagem, dentro de um estabelecimento de saúde, está muito exposta aos acidentes com material biológico contaminado, pois geralmente é quem os manipula, percebe-se então, que o enfermeiro é responsável no que diz respeito ao gerenciamento de riscos e na prevenção de acidentes. Os EPIs devem ser usados quando se prevê uma exposição à material biológico e produtos químicos tóxicos. Tem por objetivo a proteção do funcionário, podendo também ser usado na proteção do paciente ou de materiais que se esteja manipulando e se deseje garantir a não contaminação. A adequação do EPI está diretamente vinculada à atividade desenvolvida. Uma forma de minimizar acidentes é a adesão às normas de biossegurança, que tem assumido, a partir da lei n.8975, de cinco de janeiro de 1995, uma dimensão ampla. A disponibilidade de EPI é um dado importante no que se refere à prevenção de acidentes. Os EPIs devem estar disponíveis no local onde são necessários, e deve-se fornecer o treinamento para o uso adequado dos mesmos. O apoio gerencial tem um papel de adequação entre o treinamento e a adesão às recomendações, como supervisores na orientação e reforço das práticas adequadas. Educação permanente em saúde tornou-se o ponto de apoio para a realização de quaisquer atividades que objetivem a redução destes acidentes com vistas a uma prática profissional diária mais segura. Neste ponto, o papel do enfermeiro responsável pelo serviço de enfermagem o coloca como educador e direcionador na garantia da execução de práticas invasivas seguras, tanto para o paciente quanto para o profissional que a executa. A prevenção de acidentes é uma preocupação constante, e se

¹ Acadêmicas do curso de bacharelado em Enfermagem – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

dá pelo treinamento da equipe, fornecimento de EPIs adequados, checagem de compreensão das informações oferecidas e fiscalização da adesão às recomendações e ao uso correto dos equipamentos. O enfermeiro pode assumir a responsabilidade por essas atividades, como educador na sua equipe. Deve encontrar métodos que sejam adequados às necessidades dos profissionais e da instituição, favorecendo o comprometimento de ambos na busca de um objetivo comum. Algumas formas de incentivo podem promover maior participação, tais como cursos, congressos e simpósios. O treinamento inicial, na admissão do profissional, também vem sendo implantado nos serviços de saúde, mas sempre aliada à educação continuada e a fiscalização permanente. Com relação aos riscos biológicos, a simples orientação quanto às precauções-padrão e o fornecimento de EPIs não são suficientes para evitar a ocorrência de acidentes, devem estar aliados à educação continuada e fiscalização permanente.

Referências

NISHIMURA, K.Y.N; FERREIRA, M.M. Riscos de contaminação ocasionados por acidentes de trabalho com material perfuro-cortante entre trabalhadores de enfermagem. Revista Latino-Americana de Enfermagem.

O papel do fisioterapeuta enquanto profissional da saúde

Alessandra Fernandes Soares¹
Amanda Thaís de Oliveira¹
Bianca Beatriz Wust¹
Angelita Rocha de Oliveira Ferreira²

Com o aumento da expectativa de vida da população, cresceu significativamente o número de idosos. Mesmo que gozem de boa saúde, são recorrentes os problemas relacionados ao movimento do corpo na idade avançada. Outra questão que chama atenção está relacionada ao crescente número de acidentes de trânsito. Estes resultam em sequelas ao indivíduo quanto a sua mobilidade ou em invalidez permanente, passam a necessitar do auxílio para sua reabilitação. Temos ainda os problemas causados pela má postura associada ao sedentarismo e obesidade. A dor nas costas é líder absoluta em causas de afastamento no trabalho, responsável por quase 160 mil licenças anuais, segundo dados do Ministério da Previdência Social. O presente artigo, motivado pela questão: Qual o lugar do profissional Fisioterapeuta no contexto da saúde? Foi desenvolvido na disciplina de Comunicação e Expressão, e tem por objetivos explorar as possíveis áreas de atuação do fisioterapeuta, investigar a importância da fisioterapia na promoção da saúde e prevenção da doença e descrever as atividades do fisioterapeuta na reabilitação do indivíduo. Estudo de natureza qualitativa, contou com revisão bibliográfica sobre o curso de Fisioterapia, além de entrevistas realizadas com profissionais fisioterapeutas com atuação em diferentes áreas, nas quais os mesmos foram questionados sobre as motivações que os levaram à profissão e a relação do conhecimento acadêmico com a atuação prática dentre outros aspectos referentes a área de atuação. A análise dos dados nos permite afirmar que o contato ainda no Ensino Médio com profissionais em atuação é fator determinante na escolha profissional. Percebeu-se ainda que a especialização torna-se condição para que o profissional qualifique sua remuneração, pois atividades mais específicas como Pilates, por exemplo, possuem mercado em ascensão. Porém, a presença do profissional Fisioterapeuta em hospitais e clínicas vem crescendo, especialmente na área

¹ Acadêmicas do curso de bacharelado em Fisioterapia – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

de recuperação respiratória e cardiovascular. Percebemos ainda o viés educativo desse profissional na orientação de atividades e posturas como forma de prevenção a lesões. Concluindo, foi possível verificar ao término desse estudo que a área de atuação do fisioterapeuta é bastante vasta e por este motivo ser pouco conhecida em sua totalidade pelo aluno que ingressa na graduação.

Referências

Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres. Disponível em: <http://www.viverseguronotransito.com.br/tag/acidentes-2/>? Acesso em 08.04.2014.

O prejuízo no desenvolvimento da criança a partir da aprendizagem do controle esfinteriano: a criança com Encoprese ou Enurese

Carla da Silva Moraes¹
Jociane André de Borba¹
Maria Rafaela Torres¹
Solange de Oliveira Kappel¹
Zuleika Leonora Schmidt Costa²

O trabalho a seguir exposto refere-se aos estudos da disciplina de Tópicos Especiais de Psicopatologias da Infância e Adolescência do curso de Pós Graduação em Psicopedagogia Institucional e Clínica da CNEC - FACOS. O tema pesquisado é sobre a Encoprese e a Enurese em crianças. Após a criança não obter o controle dos esfínteres na idade desejada, surge o distúrbio e seus questionamentos. Os dados foram construídos com pesquisas bibliográficas sobre o tema de autores tais como PAPALIA e OLDS, PASQUINI LEWIS E WORKMAR, SOARES, MOREIRA, MONTEIRO, FONSECA, entre outros. Vários fatores como o treinamento para a aprendizagem, a maturação neurofisiológica e o desenvolvimento afetivo da criança, contribuem para essa aprendizagem no controle da urina e das fezes. O controle dos esfínteres que envolvem o ato de urinar ou evacuar é um processo que abrange a parte orgânica e psicológica do ser humano, ele é gradual e cada criança desperta no momento em que se sentir segura para este acontecimento e, segundo alguns autores dá área, inicia-se por volta dos dois ou três anos de idade. Inicialmente ocorre o controle das fezes para após compreender o controle da urina. É recomendado que o controle inicia-se por volta dos dois anos e finalize por volta dos seis anos de idade. Em cada fase do desenvolvimento a criança está adquirindo modelos de relacionamentos, por isso depende da cultura onde está inserida. A criança passa por processos para treinar o esfínter anal ou uretral, buscando de uma maneira saudável esta aprendizagem. Eliminando as doenças e qualquer má formação na constituição do corpo do ser humano, os controles dos esfínteres anal e uretral recebem o envolvimento de questões psicológicas. O êxito na transição da fase anal para fase fálica proporciona a

¹ Acadêmicos do curso de Pós Graduação em Psicopedagogia Institucional e Clínica – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

base para um desenvolvimento na autonomia pessoal, independência, capacidade de autodeterminação e de cooperação. Já o fracasso nesta fase de transição pode ocasionar neuroses obsessivo-compulsivas, tendências masoquistas, desordem, teimosias. A Enurese tem um percentual maior ligado às questões psicológicas e aparecem em momentos no qual a criança passa por situações de extremo estresse, desaparecendo após a resolução da questão em vigor. Segundo estes autores estudados a encoprese está relacionada a uma doença Psicofisiológica do trato gastrointestinal, no qual se constata a existência de uma importante interação entre eventos ambientais, hábitos comportamentais, experiência emocional e fisiologia anorretal. Ao final deste estudo compreendemos que cada criança é única e se desenvolve com influência do meio em que vive, buscando chegar ao seu processo de maturidade da melhor forma possível. Neste entendimento, aqueles que fazem parte do desenvolvimento da criança precisam está atentos para estes e tantos outros distúrbios que venham surgir na vida da criança, procurando orientações e profissionais preparados para ajudar neste processo.

Referências

LEWIS, M.; WOLKMAR, F. Aspectos clínicos do desenvolvimento na infância e adolescência. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

MOREIRA, L. V. de C. Controle do esfínter. On line em 28 de jun de 2012. Disponível em . Acesso em 30 mar 2014.

PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W. Desenvolvimento Humano. Porto Alegre: Artes Médicas, 7ª ed., 2000.

PASQUINI, S. B. Encoprese Infantil. Disponível em . Acesso em 05 abr 2014.

SOARES, A. H. R.; MOREIRA, M. C. N.; MONTEIRO, L. M. C; FONSECA, E. M. G. O. A. Enurese em crianças e seus significados para suas famílias:

abordagem qualitativa sobre uma intervenção profissional em saúde. Rev. Bras. Saúde Matern. Infantil, v. 5, n. 3, p. 301-311. 2005.

O princípio constitucional da Presunção de Inocência e a Lei da Ficha Limpa

Gabriela Antiqueira da Silva¹
Jeson Ricardo da Silva Brito¹
Raquel Terra Teixeira¹
Renan Quarti¹
Caroline D'Ávila²

Este trabalho tem como objetivo apresentar a Lei da Ficha Limpa, que tornou a Lei das Inelegibilidades mais severa, destacando uma das principais polêmicas, que junto com ela, surgiu no mundo jurídico, qual seja, a sua concordância ou não com a Constituição Federal de 1988. Ao longo desta pesquisa discutiremos o eventual conflito normativo existente entre a Presunção de Inocência, prevista no artigo 5, LVII, da Constituição Federal, que dispõe: “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”, e a Lei da Ficha Limpa. O debate na esfera da Lei Complementar 135/10 surge da discórdia entre juristas sobre a (in) constitucionalidade do seu artigo 15, que diz: “transitada em julgado ou publicada a decisão proferida por órgão colegiado que declarar a inelegibilidade do candidato, ser-lhe-á negado registro, ou cancelado, se já tiver sido feito, ou declarado nulo o diploma, se já expedido”, Será que o referido artigo viola o princípio constitucional da presunção de inocência, já que determina a inelegibilidade daqueles contra os quais não há, ainda, uma sentença judicial definitiva? Há juristas que entendem que sim, a lei viola o princípio constitucional da presunção de inocência, nesse sentido podemos citar o posicionamento de Túlio Belchior Mano da Silveira, que diz a partir de uma análise jurídica, é difícil entender a constitucionalidade da Lei Complementar nº 135/10, quando a pretensão é impedir de obter o registro de candidatura a cidadãos que tiveram a condenação criminal por órgão colegiado, ainda que caiba recurso, porque definidos como “inelegíveis”, porque afronta a presunção de inocência conforme aponta a Constituição Federal, onde só poderá ser considerado criminoso depois da sentença condenatória transitada em julgado. Contrário a esse posicionamento, encontramos juristas que defendem que a Lei da Ficha Limpa não infringe

¹ Acadêmicos do curso de bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

nenhum preceito constitucional, como defende Marlon Jacinto Reis, que afirma que o princípio da presunção de inocência tem aplicabilidade no processo penal, sem, contudo, afetar todos os âmbitos do direito. Sobre o que expomos neste trabalho, chegamos à conclusão de que a Lei da Ficha Limpa é um dos mais importantes acontecimentos políticos do Brasil nos últimos anos. Em relação à (in) constitucionalidade da lei, estamos de acordo com a corrente jurídica que acredita ser o princípio da presunção de inocência, de natureza penal, portanto, não vinculado às demais áreas do direito. Já no âmbito do direito eleitoral devem prevalecer, os princípios da proteção da moralidade e da probidade administrativa, e a Lei da Ficha Limpa aparece para dar reforçar esse aspecto. Portanto, finalizamos, sem a pretensão de esgotar o debate em torno deste tema reiterando a constitucionalidade da lei da ficha limpa, sendo ela uma importante ferramenta para equalizar os poderes democráticos, pois incentiva o voto consciente do eleitor, mostrando a importância de se conhecer o passado dos candidatos.

Referências

CASTRO, Edson Resende de e ROSENO, Marcelo de Oliveira (orgs). Ficha Limpa Interpretada por juristas e Responsáveis Pela Iniciativa Popular. p. 38

REIS, Marlon Jacinto. O Princípio Constitucional da Proteção e Definição Legal das Inelegibilidades. Em REIS, Márlon Jacinto ;

SILVEIRA, Tulio Belchior Mano da. Ficha Limpa: Constitucionalidade e Presunção de Inocência. Revista L&C. p.11.

O princípio da publicidade no âmbito da administração pública

Kananda Batista Lopes¹
Laura de Oliveira Nunes¹
Karine Silva Demoliner²

A partir da elaboração dessa atividade pleiteamos abranger nossos conhecimentos e proporcionar maior entendimento aos direitos da população em relação ao dever de transparência dos atos praticados pelos governantes e agentes públicos. Também visamos que esses possuem o direito ao sigilo, previsto em lei, e caso não seja necessário os atos devem ser públicos. Sabe-se que um Estado é conhecido pelos princípios dos quais se funda, pois refletem o que seu povo considera mais essencial. No caso do Brasil, nossa carta Magna elenca expressamente alguns princípios norteadores a todo o nosso ordenamento, dentre os quais se destaca o da Publicidade. Sua importância é “cristalina”, pois impõe a transparência como regra geral, obrigando a administração a prestar contas de suas atividades, de modo que a sociedade possa exercer suas vontades e a fiscalização. Para dar efetividade a esses princípios, evitando e coibindo os casos de impiedade administrativa, corrupção e prejuízos de toda ordem ao erário, nosso legislador editou o número 12.527/11 denominada a Lei de Acesso à Informação. No art. 37, caput, podemos dizer que nele está previsto os pronunciamentos do direito à informação que diz respeito aos assuntos públicos. Além disso, o art. 5º, no inciso LXXII, confirma a proteção do habeas data para certificar judicialmente o conhecimento de informações constam em bancos de dados governamentais ou de âmbito público. Enfim, esse recurso permite-nos editar informações relativas a si próprias que estejam sendo divulgadas de forma embaralhada. Em relação ao sigilo só admitido em teor do art. 5º, XXXIII, que aplica o status civitatis, pois este dá direito a todos de ganharem dos órgãos públicos conhecimentos de seu interesse particular, ou de interesse público, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança nacional. O inciso XXXIV, alínea "b", que concede o direito à certidões, assim sendo decisões secretas, editais ocultos, mesmo a publicidade restrita ao mínimo exigido por lei, não atendem, de forma alguma, aos princípios constitucionais e,

¹ Acadêmicas do curso de bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

sobretudo, à transparência da Administração. Portanto, os agentes públicos que tiverem informações sigilosas dos quais competem à eles, referem-se a respeito da intimidade de outrem, fica proibida a divulgação ou publicidade dessa informação. A quebra dessa conduta está explícito em nosso código penal, dizendo: “revelar alguém, sem justa causa, segredo e que tem ciência em razão ou função, ministério, ofício ou profissão, e cuja revelação possa produzir dano a outrem”. Este estudo também visou analisar a aplicação da mencionada norma, a fim de verificar se esta de fato vem sendo aplicada ou se é apenas letra em desuso em nosso ordenamento como resultado parcial, constatasse que grande parte dos estados da Federação, da mesma forma dos Municípios, já estão tomando as medidas necessárias para se adequar em a referida norma.

Referências

MEDAUAR, Odete. Direito administrativo moderno. ed. 22. São Paulo. 2008.

O princípio educativo do trabalho na Penitenciária Modulada Estadual de Osório

Ezequiel da Rosa Moura¹
Josiel da Rosa Moura¹
Leandro Forell²

A presente pesquisa tem como objetivo compreender como se constitui e como os presos representam a relação educação e trabalho na Penitenciária Modulada de Osório- RS (PMEO). Um estudo de caso que busca através das representações sociais compreender o princípio educativo materializado nos projetos de trabalho para os apenados na PMEO, caracterizando esta pesquisa como de natureza qualitativa. Especificamente pretendeu-se ao longo da pesquisa: trazer as representações sociais dos presos trabalhadores; compreender quais as aprendizagens desenvolvidas com o trabalho; desenvolver uma proposta de educação para a realidade estudada. Como ferramenta de produção e coleta de dados utilizou-se entrevistas semiestruturadas que foram gravadas e transcritas. O referencial bibliográfico, neste estudo, estará hegemonicamente ancorado no materialismo histórico, uma vez que tem o trabalho e as práticas sociais como categoria central. Assim busca-se analisar tanto nos aspectos homogêneos impregnados nas representações (discursos semelhantes), como também os aspectos heterogêneos (discursos diferentes) das representações. Esses dois aspectos podem demonstrar com mais clareza como vem se constituindo as relações de educação e trabalho a partir das representações dos informantes. Por isso, foram selecionados diferentes informantes com relação a tempo na cadeia e participações ou não nos programas propostos pela penitenciária. Com os dados obtidos foi possível evidenciar uma supervalorização, mesmo no trabalho precário, pois é uma atividade que dá ao preso reconhecimento, tanto dos funcionários do estado como de suas famílias. As significações sobre suas aprendizagens demonstram que a formação que vêm se realizando na PMEO, serve num todo para formar mão de obra para postos de trabalho marginalizados e para transmitir um quadro de valores que legitimam e estabelecem a hegemonia da exploração da classe-que-vive-do-trabalho.

¹ Acadêmicos do curso de Pedagogia – UFRGS.

² Professor orientador.

Nessa perspectiva, compreendemos a PMEIO como um espaço produtor de cultura no seu sentido mais amplo possível, ou seja, como a articulação entre o conjunto de representações e comportamentos e o processo dinâmico de socialização, constituindo o modo de vida de uma população determinada. A cultura é o processo de produção de símbolos, de representações, de significados e, ao mesmo tempo, prática constituinte e constituída do/pelo tecido social.

Referências

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a centralidade do mundo do Trabalho.-8.ed.- São Paulo: Cortez, 2002.

GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere. Os intelectuais. O princípio educativo. Volume 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

KUENZER, A. Z. in Frigotto, G. Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

MARX, K. O Capital: crítica da economia política, livro I, volume I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

PERONI, V.M. Mudanças na configuração do Estado e sua influência na política educacional. In: PERONI, V. M. V.; BAZZO, V. L.; PEGORARO, L. (Org.) Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização neoliberal: entre o público e o privado. Porto Alegre: EdUFRGS, 2006..

O que aprendemos com as crianças que tem dificuldades de aprendizagem

Bruna Nostrani¹
Josete Soledade da Silva¹
Lidiane Alves¹
Helena Beatriz Bier²

O projeto de pesquisa e intervenção “O que aprendemos com as crianças que tem dificuldade de aprendizagem” associada à disciplina de Seminário Integrador II: Alterações do Desenvolvimento Infantil, iniciado em 2013, tem como objetivo, a partir do questionamento da posição dialética de sujeito em relação ao saber, viabilizar a construção de um saber insabido que possibilite a instauração de um processo de narrativas que permita ler, escrever e contar a sua própria história, para si e para os outros. A população alvo do projeto são crianças entre seis e oito anos, com dificuldade de aprendizagem (particularmente matemática, leitura e escrita) e de relacionamento com outras crianças e professores, desde que interfira no processo de aprendizagem. A amostra é constituída por 15 crianças, aproximadamente, subdivididas em dois grupos: um com crianças com crianças que não estão conseguindo alfabetizar-se, o outro com crianças alfabetizadas mas com dificuldade de avançar em função dos problemas de relacionamento. Elas serão atendidas semanalmente, uma hora e quinze minutos cada grupo, por alunos que exercerão a função de terapeutas. O atendimento sustenta-se na teoria psicanalítica freudo-lacanianiana. Além do atendimento às criança, os pais poderão participar de um grupo operativo. O foco deste será os processos de aprendizagem na família e na escola. Os encontros serão a cada três semanas, com uma hora e meia de duração. Os professores (destas crianças) também poderão participar de uma reunião mensal, com a finalidade de discutir o lugar da escola e dos professores nas dificuldades de aprendizagem. Este projeto de pesquisa e intervenção conta com a participação de quatro acadêmicos (terapeutas) quatro acadêmicos como co-terapeutas, e doze alunos observadores (grupos de crianças) O projeto tem a duração quatro meses. Espera-se ao final do mesmo compreender melhor as relações do saber não sabido com o

¹ Acadêmicas do curso de bacharelado em Psicologia – FACOS/CNEC .

² Professora do curso de bacharelado em Psicologia – FACOS/CNEC.

inconsciente, além de um conhecimento mais amplo relativo à aprendizagem, considerando o ambiente e relações familiares, assim como os modelos educacionais propostos nas escolas e a formação desses profissionais.

Referências

FARIA, Michele Roman. Constituição do sujeito e estrutura familiar: o complexo de Édipo, de Freud e Lacan. Taubaté, São Paulo.

ROUDINESCO, Elisabeth. Dicionário da psicanálise. Zahar, Rio de Janeiro: 1998.

SANTOS, Manoel. A transferência na clínica psicanalítica: A abordagem freudiana

O reino de Aline: a relação do pai com o filho morto e a dificuldade da função paterna com o filho vivo

Alex Sandro Berzagui da Silva¹
Jenifer Nunes Simões¹
Jessica Segabinazzi Ramos¹
Helena Beatriz Bier²

O presente artigo tem como objetivo relatar algumas fases do desenvolvimento infantil, assim como a dificuldade de uma família em lidar com a morte de um de seus filhos. Primeiramente será relatado como foi à elaboração de um instrumento avaliativo do desenvolvimento infantil, que foi denominado Indicadores Clínicos de Risco para o Desenvolvimento Infantil, assim como a primeira fase Edípica por Lacan e Freud, vindo em seguida um breve entendimento sobre o luto, e para entendermos a história de Alan precisaremos contar sobre Aline. A finalidade deste trabalho é falar sobre a relação do pai com seu filho morto e a dificuldade da função paterna com o filho vivo, avaliando quais consequências terá para o futuro do bebê Alan. Utilizando indicadores de riscos que é capaz de mencionar processos de estruturação desse sujeito a não se dirigirem para um bom desenvolvimento. Para Lacan, pode ser pensado a partir do estágio do espelho. Buscando entender o luto poderemos compreender o caso do bebê Alan. A morte para as pessoas é uma separação, uma finitude da vida que vem arrebatando a pessoa querida do convívio de seus familiares, neste contexto contaremos a História de Aline e Alan, dois irmãos separados pela morte, onde o pai tem a dificuldade de desenvolver sua função paterna no desenvolvimento de seu filho vivo. Destacamos também a importância do estágio do espelho para a construção do sujeito, pois se a imagem da mãe (função materna) não descolar do bebê para a entrada do pai, ele poderá ter uma estrutura psíquica Psicótica, causando assim uma falha na entrada do Édipo. Nos relatos verificamos, uma amostra de como a função paterna é importante no desenvolvimento psíquico do sujeito quando está em seus primeiros meses de vida. No decorrer do desenvolvimento psíquico desta criança, as falhas cometidas nestes eixos podem acarretar em transtornos no decorrer dos anos deste bebê que está em

¹ Acadêmicos do curso de bacharelado em Psicologia – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

fase de elaboração do sujeito. Foram realizadas pesquisas bibliográficas e estudo de caso da família mencionada, para preservação dos mesmos, foram utilizados nomes fictícios. Diante dos fatos mencionados no caso do bebê e da pesquisa bibliográfica realizada sobre os indicadores de riscos, somos levados a crer que, a morte de Aline não foi elaborada pelo pai, fator principal para a não realização da sua função paterna com o filho que está vivo, podendo desencadear, uma serie de falhas no seu desenvolvimento psíquico.

Referências

CONTER, G; HASS, M; PASQUALIN, V.C;VILLWOCK, C.S. A Intervenção na Crise do Luto: Intervir para Elaborar, disponível no site:

<http://guaiba.ulbra.br/seminario/eventos/2012/artigos/psicologia/salao/949.pdf>, acesso em 05 de dez de 2013.

FARIA, M.R; Constituição do sujeito e estrutura familiar: O complexo de Édipo, de Freud a Lacan. 2.ed. Taubaté-SP: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2010, pg. 45, 46, 47, 83, 164, 167.

JERUSALINSKY, A., KUPPER,M.C., BERNARDINO, L. F., WANDERLEY, D., ROCHA,P., MOLINA, S., SALES, L., STELLIN, R., PESARO, M. F., LERNER, R., Valor Preditivo de Indicadores Clínicos de Risco Psíquico para o Desenvolvimento Infantil: Um Estudo a partir da Teoria Psicanalítica. Seminário Integrador II: Alterações do Desenvolvimento Infantil. FACOS, 2013/2, pg. 05, 09, 10, 11.

SILVA, A.S.B; Relatório de estágio, Projeto “mamãe eu quero...”, Seminário Integrador II: Alterações do Desenvolvimento Infantil. FACOS, 2013/2.

O silêncio uma pluralidade discursiva

Nicole de Cássia Mesquita Teixeira¹
Patricia Alves Ferreira¹
Cristina Maria de Oliveira²

Este estudo objetivou compreender como o discurso influencia na comunicação humana. Revisamos algumas concepções teóricas sobre a linguagem do discurso e percebemos que é fundamental reconhecer a importância do discurso e seus fatores de intencionalidade discursiva em diferentes ambientes socioculturais como pluralidade discursiva. Valemo-nos, como instrumento de análise do curta-metragem brasileiro: Ilha das Flores, do gênero documentário, escrito e dirigido pelo cineasta Jorge Furtado, em 1989, com produção da Casa de Cinema de Porto Alegre. O curta foi considerado o melhor curta-metragem do 17º Festival de Gramado. Foram analisadas imagens e argumentos apresentados pelo autor na intencionalidade ao abordar o assunto, causando impacto nos telespectadores. Buscou-se apoio em Menegolla (2003) e Fiorin (1990), para a análise descritiva; o discurso do silêncio possibilitou descobrir como ele influencia na comunicação presente: o silêncio propicia desenvolver conhecimento sobre o uso do idioma na concepção de interação social, permitindo fazer uma crítica do quanto o silêncio intervém na comunicação humana, que de fato, pode manifestar uma pluralidade discursiva. Tem-se observado que, em diferentes discursos em que o silêncio é capaz de intervir na compreensão, tanto positivamente como negativamente, a linguagem é universal no que se refere a não emissão de sons e, por isso, muitas vezes, a comunicabilidade fica comprometida. Então, como acadêmicos, questionamos: Por que o silêncio pode ser considerado um discurso se não há palavras nele? Observou-se em estudos, que a linguagem se dá por meio de uma manifestação discursiva de qualquer natureza, seja através de palavras, seja de gestos, seja das imagens, seja dos sons, e até mesmo do silêncio. Observemos também que o texto surge a partir de uma manifestação de um plano de conteúdo, vinculado a um plano de expressão, ou seja, a do texto, a linguagem do silêncio também pode ser de natureza escrita. Vimos também que o discurso torna-se comprometido quando o locutor não consegue passar

¹ Acadêmicas do curso de licenciatura em Letras – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

a mensagem ao receptor; a comunicação entre ambos é afetada, surgindo assim, diferentes interpretações. O silêncio nas diferentes manifestações deixa o receptor é excluído; igualmente quando o calar se dá a partir da intenção que o sujeito tinha de comunicar. Assim, pode-se afirmar que o silêncio tem uma intencionalidade, se comparado a um discurso, porque o calar-se substitui a palavra dita. Enfim, conseguimos compreender como o discurso influencia na comunicabilidade humana, sendo por meio do silêncio ou não.

Referências

ORLANDI, E. P. As formas do silêncio: no movimento dos sentidos. 4ª edição. São Paulo: UNICAMP, 1997.

FIORIN, J. L. Elementos de Análise do Discurso. 2ª edição. São Paulo: Contexto. 1990.

KOCH, INGEDORE, G.V. Argumentação e Linguagem. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 1996.

MENEGOLLA, IONE, MARISA. A linguagem do silêncio. 1ª edição. São Paulo: Hucitec, 2003.

O tribunal do júri e a constituição federal de 1988: uma investigação sobre os princípios contidos nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do inciso XXXVIII do artigo 5º

Filipe Wiceskoski dos Santos¹
Claudio Roberto de Mello¹
Isaque Josias Bernardino¹
Lucas Dadda de Lemos¹
Dieison Roberto Reêdel Alves¹
Fábio Luís Mariani de Souza²

O objetivo desta investigação é promover, através de pesquisa bibliográfica, uma elucidação acerca dos princípios contidos nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do inciso XXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal de 1988, ou seja, respectivamente, aclarar os princípios da plenitude de defesa, do sigilo das votações, da soberania dos veredictos e da competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida. De início cabe frisar que da análise da plenitude de defesa constatamos que esta não é entendida como ampla defesa, visto que se trata algo de maior abrangência. Fernando da Costa Tourinho Filho menciona que ampla defesa é uma defesa vasta, espaçosa. E como diz o inc. LV do art. 5º da Magna Carta são assegurados ao acusado o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes. Já a plenitude significa uma defesa, além de vasta, completa, plena. (TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo Penal. 32 ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010. V. 4. P. 145). No que tange ao sigilo das votações, vale destacar que Eugênio Pacelli de Oliveira anota que a escolha do modelo de júri adotado por nosso ordenamento e diferente do sistema anglo-americano, onde se permite que o convencimento judicial final seja construído através da participação, de maneira efetiva e atuante, de todos os jurados do Conselho de Sentença. Acrescenta o autor que ali é permitido que os jurados se manifestem livremente pela condenação ou pela absolvição. (OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Curso de Processo Penal. 13 ed. revista e atualizada: inclui as Leis nºs 12.015/09, 12.033/09 e 12.037/09. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010. P. 684-685.). Fernando da Costa Tourinho Filho que expõe que se 4 jurados responderem “sim” à questão formulada, melhor andar o Magistrado se não

¹ Acadêmicos do curso de bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

² Professor orientador.

continuar a contagem dos votos, mesmo porque, pela redação dada ao art. 596 do CPP com a reforma de 1973, é indiferente que a absolvição se dê por maioria ou à unanimidade. Desse modo, ao chegar à quarta cédula com o “sim”, ou com o “não”, a sigilação será perfeita. Ninguém saberá como votaram os outros 3 jurados. E o legislador assim o fez, como se constata pelos §§ 1º e 2º do art. 483. Ademais o que interessa é a “sigilação do voto” e não “do ato de votar”. (TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo Penal. 32 ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010. V. 4. P. 146). Traremos, ainda, considerações sobre a soberania dos veredictos e a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida. Esperamos, ao final, cumprir o objetivo traçado, ou seja, esclarecer os princípios contidos nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do inciso XXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal de 1988, de modo a contribuir para a compreensão destes.

Referências

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de processo penal e execução penal. 7. ed. rev., atual. e ampl.. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.;

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Curso de Processo Penal. 13 ed. revista e atualizada: inclui as Leis nºs 12.015/09, 12.033/09 e 12.037/09. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010.;

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo Penal. 32 ed. rev. e atual.. São Paulo: Saraiva, 2010.

O zoneamento ecológico-econômico e o desenvolvimento econômico, ambiental e social do município de Osório

Daiane de Fátima Machado Colares¹
Daiomar Antônio Barbosa machado¹
William Delmar Silva¹
Yan Felipe¹
Caroline Dimuro Bender D'avila²

A Política Nacional do Meio Ambiente define o Zoneamento Ecológico-Econômico como o instrumento básico de organização do território, objetivando organizar, de forma vinculada, as decisões dos agentes públicos e privado quanto a planos, programas, projetos e atividades que, direta ou indiretamente, utilizem recursos naturais, assegurando a plena manutenção do capital e dos serviços ambientais dos ecossistemas. O zoneamento ambiental incorporou o conceito de crescimento sustentável, conceito este crucial para o futuro do desenvolvimento econômico, ambiental e social do País. O Zoneamento Ecológico- Econômico é competência compartilhada das três esferas governamentais: a União, os Estados e os Municípios. A Lei Complementar nº140/2011, que fixa normas para a cooperação entre estes entes no exercício da competência comum relativa ao meio ambiente (artigo 23 da Constituição Federal), constitui ação administrativa da União a elaboração do ZEE de âmbito nacional e regional, dos Estados elaborar o ZEE de âmbito estadual, e dos Municípios a elaboração do plano diretor, observando os ZEES existentes nas demais esferas. O novo Código Florestal (Lei Federal nº 12.651/2012) estabelece um prazo de cinco anos (art.13, §2º) para que todos os Estados elaborem e aprovem seus ZEEs, segundo metodologia unificada estabelecida em norma federal. A Lei nº 3.902, de 06 de outubro de 2006 (alterado pelas Leis nº 4.213/2008, 4.874/2011 e 5.098/2013) institui o Plano Diretor do Município de Osório. Conforme o seu Art. 14 "O zoneamento proposto para todo o território do Município de Osório estimula a intensidade de ocupação do solo de acordo com as potencialidades e restrições ambientais, econômicas e de ocupação e uso existentes considerando as relações de complementaridade entre a zona urbana consolidada e a zona rural. Parágrafo Único - Constituem princípios básicos do zoneamento: I - a localização de atividades, através de

¹ Acadêmicos do curso de bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

uma política que considere a atividade econômica, aspectos ambientais e socioculturais, a provisão de serviços e infraestrutura; II - a miscigenação da ocupação do solo com vistas à diminuição de deslocamentos de pessoas e veículos e à qualificação do sistema urbano; III - a densificação controlada, associada à perspectiva de otimização e racionalização dos custos de produção da cidade, quanto a disponibilidade e implantação de equipamentos e serviços urbanos; IV - a regularização fundiária, através de uma política que contemple o interesse social". O Art. 15 dispõe "O zoneamento proposto para todo o território do Município teve como elementos estruturadores as potencialidades, fragilidades e restrições do Meio Ambiente, identificados a partir do Zoneamento Ecológico Econômico do Litoral Norte". Portanto, o zoneamento possui conceitos jurídicos e técnicos diferentes, mas um fim específica: delimitar geograficamente áreas territoriais com o objetivo de estabelecer regimes especiais de uso, gozo e fruição da propriedade.

Referências

Fepam,2000.Diretrizes Ambientais para o Desenvolvimento dos Municípios do Litoral Norte; <http://www.osorio.rs.gov.br>; <http://www.fepam.rs.gov.br>

ONU e as mulheres: eliminar a violência contra mulheres e meninas

Maria Cristine Antunes Prestes¹
Ellen Geisse Rickes Martins¹
Caroline Dimuro Bender D'Avila²

A eliminação de todas as formas de violência contra mulheres e meninas, a partir de uma análise crítica e reflexiva acerca de seus resultados práticos. A ONU e as mulheres é um projeto que está voltado para o auxílio de mulheres e todo o mundo. Mulheres estas, que são vítimas de desigualdade em razão de gênero, violência e exploração sexual em guerras e outras situações de vulnerabilidade ou simplesmente por serem mulheres; mulheres que são mutiladas por costumes bárbaros existentes em países no oriente, e até mesmo mulheres que pelo simples fato de exercer seu direito a educação são baleadas. Por mais cruel que possa parecer, isso ainda ocorre em pleno século XXI, tornando a participação da sociedade internacional indispensável na luta pela defesa dos direitos das mulheres. No ano de 1993, a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres da Assembléia Geral da ONU continha uma definição clara e compreensiva da violência contra as mulheres, juntamente com uma declaração sobre os direitos a serem aplicados para garantir a eliminação da violência contra as mulheres de todas as formas. Em 2007 o tema do Dia Internacional das Mulheres foi "acabar com a impunidade da violência contra Mulheres e Meninas". E em 25 de fevereiro de 2008, o secretario geral da ONU Ban Ki-moon lançou a campanha global "Unidos pelo Fim da Violência contra as Mulheres". Ao lançar a campanha global plurianual, ele considerou a violência contra as mulheres uma questão "que não pode esperar". A campanha UNA-SE tem por objetivo prevenir a eliminar a violência contra as mulheres e meninas em todas as partes do mundo. Até 2015 a campanha pretende atingir cinco objetivos em todos os países: Adotar e fazer cumprir leis nacionais para combater e punir todas as formas de violência contra mulheres e meninas; Adotar e programar planos de ação nacionais multisetoriais; Fortalecer a coleta de dados sobre a propagação da violência contra mulheres e meninas; Aumentar a consciência pública e a mobilização

¹ Acadêmicas do curso de bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

social e erradicar a violência em conflitos. A campanha reúne diversas agências e escritórios da ONU para impulsionar ações em todo o sistema ONU, a fim de prevenir e punir a violência contra as mulheres. No Brasil esse projeto entrou em vigor com a campanha O Valente não é violento, e tem como objetivo estimular a mudança de atitudes e comportamentos dos homens, enfatizando a responsabilidade que devem assumir na eliminação da violência contra as mulheres e meninas. A ONU juntamente com seus embaixadores, tem um papel crucial nessa luta levantando bandeiras em prol das mulheres, não importando sua origem, raça ou crença para fazer valer os direitos fundamentais à vida, a dignidade humana e principalmente a não violência. Embora esses esforços sejam relevantes, ainda é preciso fazer mais, os Estados tem que ser pressionados internacionalmente para efetivar as metas estabelecidas pela ONU.

Referências

CFEMEA, OS DIREITOS DAS MULHERES NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA PÓS-CONSTITUINTE; Brasília; Letras livres; 2006.

MULHERES, Conselho nacional dos direitos das, II PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES; Brasília; 2008;

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira; CURSO DE DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO; São Paulo; Editora Revista dos Tribunais; 2011.

Orientação aos profissionais da saúde sobre a Hepatite B

Gabriele Behrens da Silva¹
Tuani de Almeida Ramos¹
Gabriel Corteze Netto²
César Luis Silva dos Santos²

Orientação aos profissionais da saúde sobre a Hepatite B. A infecção pela hepatite B é causada por um vírus (HBV), sendo um grave problema de saúde pública não só no Brasil, mas em todo mundo. Por ser uma doença com alta porcentagem de infectados assintomáticos, estima-se que meio a um milhão de pessoas morrem anualmente de doenças relacionadas à agressão hepática induzida pelo HBV. Seu agente etiológico é um vírus DNA, fita dupla, da família hepadnaviridae que se liga ao hepatócito, célula mais eficiente para a sua replicação viral. É transmitido, principalmente, pelas vias parenteral e sexual. O período de incubação, intervalo entre a exposição do hospedeiro ao vírus e o início dos sinais e sintomas da doença, varia de 30 a 180 dias (média de 70 dias). A infecção do HBV pode ser aguda, com alto índice de cura (90 a 95%), e a cronificação da infecção é definida como persistência do vírus, ou seja, quando a reação inflamatória do fígado persiste por mais de seis meses. A HBV pode ser sintomática ou assintomática, por isso que algumas pessoas contaminadas não percebem que estão infectadas, mesmo se o fígado estiver sendo gradualmente danificado, como no caso da hepatite crônica. No entanto, ainda podem transmitir o vírus para outras pessoas. As principais doenças que causam agressão hepática são: descompensação hepática, cirrose e hepatocarcinoma. O diagnóstico laboratorial do HBV é feito através dos testes de detecção dos marcadores sorológicos, além de testes de função hepática, ao qual são indicadores sensíveis do dano do parênquima hepático, pois há uma elevação nos seus níveis séricos. O tratamento é indicado para reduzir o risco de progressão da doença hepática, e a indicação dos fármacos dar-se-á pela situação clínica e laboratorial de cada caso, a fim de prevenir, especificamente a cirrose, o hepatocarcinoma e, conseqüentemente, o óbito. O principal objetivo deste estudo foi realizar uma revisão bibliográfica a cerca da hepatite B, reunindo as principais informações da doença para orientação aos

¹ Acadêmicas do curso de bacharelado em Enfermagem – FACOS/CNEC.

² Professores orientadores.

profissionais da saúde. Em decorrência dessa revisão concluímos a magnitude da infecção pelo HBV. É de suma importância que os profissionais da saúde entendam acerca dos meios de transmissão, do reconhecimento dos sinais e sintomas, da detecção e interpretação dos testes sorológicos, além de diferenciar os casos agudos dos crônicos, auxiliar na assistência terapêutica e conhecer as medidas de prevenção, pois realizam atendimento frequente de pacientes portadores do HBV.

Referências

ARAÚJO, Evaldo S. A. de. aBc das hepatites virais: manual clínico para o manuseio, terapia e prevenção da hepatite b. São Paulo: Bristol Meyers Squibb, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria da Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Manual de aconselhamento em hepatites virais. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. 52p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas para o tratamento da hepatite viral crônica B e coinfeções. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 132p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

Os arbítrios do poder executivo na experiência constitucional brasileira

Rafael Alves Devos¹
Caroline Dimuro Bender d' Ávila²

O presente trabalho visa fazer uma análise de algumas medidas promovidas pelo poder executivo brasileiro ao longo de sua história constitucional. É nossa intenção efetuar o estudo do contexto e interpretar as razões e as consequências das ações praticadas. Atentaremos também para condições de avanços e retrocessos liberais e democráticos e em que polo se insere o atual constitucionalismo. A metodologia utilizada foi a de pesquisa bibliográfica, leitura e fichamento, confecção do texto base e posteriormente, do resumo e do pôster. A trajetória constitucional brasileira foi marcada por períodos completamente distintos em que liberdades e repressões se alternam. Como reflexo da história política do país as constituições depõem muito acerca da conjuntura que as produziu. Acreditamos que o presente estudo é válido por conseguir classificar o momento atual além de compreender as estruturas que foram incorporadas aos textos constitucionais. O trabalho não se encerra com este texto, acreditamos que o tema é capaz de promover análises mais aprofundadas. Como características notamos a semelhança entre as constituições de 1937 e 1967 em função de terem sido outorgadas (impostas) bem como entre as de 1934, 1946 e 1988 por serem promulgadas e apresentarem sempre avanços. É importante compreender que o constitucionalismo tornou-se requisito para manutenção e funcionamento dos sistemas políticos e governamentais. Assim, compreendemos a razão pela qual mesmo em sistemas autoritários e repressivos, foram formuladas constituições que serviram ao propósito de legitimar o status quo. A adaptação promovida pelo executivo que tornava constitucional seus arbítrios foi uma manobra de sucesso e bastante utilizada ao longo do tempo. É importante refletir sobre modelos que não vigoram hoje com a intenção de compreender claramente as vantagens do que vige e prevenir tendências autoritárias. Vivemos hoje o período de maior liberdade de nossa história constitucional, porém ainda compreendemos que a delimitação dos poderes de forma mais rígida é

¹ Acadêmico do curso de bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

benéfica à organização do Estado Brasileiro. A construção de um Direito mais justo parte da exata divisão entre os poderes, em função disso é imperativo que se compreenda e critique os arbítrios do poder executivo.

Referências

SARLET, Ingo Wolfgang.; MARINONI, Luiz Guilherme.; MITIDIERO, Daniel. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.

VILLA, Marco Antonio. A história das constituições brasileiras. São Paulo: Leya, 2011.

Os critérios para fixação da pensão alimentícia prestada pelo alimentante empresário

Camila Freitas Reis¹
Marcelo Terra Reis²

As normas referentes ao direito alimentar são de extrema importância, sobretudo por terem a finalidade de preservar a vida humana, além de manterem as condições de vida daquele que recebe os alimentos. Pretende-se verificar os critérios que vêm sendo adotados hodiernamente no ordenamento jurídico brasileiro para a fixação da pensão alimentícia prestada pelo alimentante empresário, tanto à prole quanto à ex-cônjuge. A questão fundamental a ser enfrentada é a dificuldade em se apurar os rendimentos daquele que exerce atividade empresarial, haja vista que a sua comprovação de rendimentos é diversa daquela dos que exercem outras atividades profissionais e que possuem registro na CTPS ou contracheque exarando valores mais apurados. Não se pode olvidar que os valores exarados no pró-labore do empresário podem ser dados insuficientes para verificar-se as condições de vida do devedor de alimentos, quando as condições sociais deste não forem condizentes com as informações declaradas e, portanto, não traduzirem a realidade dos fatos. Nesse sentido, o problema diz respeito à falta de critérios para estipular o valor da pensão alimentícia a ser paga, uma vez que o empresário não é assalariado e, portanto, os julgadores encontram certa dificuldade para definir o quantum necessário. A legislação pátria não determina expressamente o quantum a ser pago a título de pensão alimentícia, pois varia de acordo com a situação de cada caso, devendo a verba sempre atender ao trinômio possibilidade-necessidade-proporcionalidade. Assim, a pesquisa demonstra a ausência de critérios estabelecidos em lei para fixação dos alimentos nos casos em que o alimentante é empresário, que contribui para a inexistência de um consenso no ordenamento jurídico para tanto. Em decorrência dessa lacuna legal emerge a insegurança jurídica, haja vista a possibilidade de o juiz utilizar critérios discricionários para estabelecer a pensão alimentícia, gerando falta de unidade de julgamentos. Ou seja, casos semelhantes poderão ser julgados de formas distintas. O estudo propõe,

¹ Acadêmica do curso de bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

² Professor orientador.

destarte, uma discussão acerca do tema, à luz do trinômio necessidade do alimentado, possibilidade do alimentante e proporcionalidade, buscando soluções para a fixação de uma prestação alimentar justa tanto para quem irá auferi-la quanto para quem irá pagá-la. A pesquisa tem sua relevância no fato de verificar os critérios que vêm sendo adotados hodiernamente nos tribunais brasileiros para fixação de alimentos nos casos em que o alimentante é empresário e, dessa forma, não possui rendimentos exatos. Verifica-se que quando o pró-labore, por si só, não traduz a realidade dos fatos e quando tal prova for impugnada pelo credor, o julgador deverá utilizar subsídios como a teoria da aparência, a teoria da desconsideração da personalidade jurídica e os sinais exteriores de riqueza do devedor para fixar a verba alimentar de forma.

Referências

CAHALI, Yussef Said. Dos alimentos. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

GONÇALVES, Carlo Roberto. Direito Civil Brasileiro. V.6. Direito de Família. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

Os fármacos glicocorticóides e a sua utilização na reabilitação fisioterapêutica

Ana Carolina Fernandes¹
Claudia Souza da Silva¹
Gabriel Corteze Netto²

As informações aqui apresentadas são baseadas na revisão bibliográfica sobre os fármacos glicocorticóides e a sua utilização na reabilitação fisioterapêutica. Pertencem a uma classe de hormônios esteróides cuja síntese e liberação ocorrem naturalmente pelo organismo sob influencia do hormônio adrenocorticóide. Medicamentos contendo glicocorticoides sintéticos são utilizados como imunossuppressores e antiinflamatórios e seus efeitos são úteis nas doenças auto-imunes. Entre os glicocorticóides sintéticos temos a cortisona, a hidrocortisona, a predinisona, a dexametasona, a betametasona, a fucicasona e a mometasona. Influenciam a prática clínica dos fisioterapeutas pois muitos pacientes encaminhados à reabilitação já usaram ou fazem uso de glicocorticoides. São usados em pacientes com problemas ortopédicos que vão desde a síndrome do túnel do carpo à espondilite anquilosante afim de reduzir a dor, inflamação e aumentar a função durante a reabilitação. Apresentam efeitos adversos principalmente com uso sistêmico prolongado como a redução da captação e utilização da glicose; aumento da gliconeogênese; aumento do catabolismo e redução do anabolismo protéico; supressão da resposta à infecção; hipertensão e hipertensão craniana; redução da absorção de cálcio e aumento da excreção pelos rins; osteoporose. Alteraram o metabolismo e a redistribuição das gorduras (Síndrome de Cushing). Causam a supressão da síntese de glicocorticóides endógenos sendo que a interrupção abrupta do tratamento pode resultar em insuficiência supra-renal, a inibição do crescimento do esqueleto, perda de massa muscular e hipertensão devido a retenção crônica de sal e água. Podem interferir na reabilitação fisioterapêutica por causar maior risco de infecção e exacerbação da hiperglicemia induzida pelo exercício, menor resistência e aumentar o risco de disfunção cardiovascular, como angina de peito ou disritmias. O profissional fisioterapeuta deve monitorar os níveis de glicose no sangue em pacientes hiperglicêmicos;

¹ Acadêmicas dos cursos de bacharelado em Enfermagem e Fisioterapia – FACOS/CNEC.

² Professor orientador.

verificar a pressão sanguínea e frequência cardíaca em todos os pacientes; procurar manifestações de edema dependente e orientar o paciente sobre o maior risco de inflamação. A fim de reduzir os danos causados por estes fármacos faz-se uso da administração local; terapia em dias alternados; redução da dose assim que é alcançada a resposta terapêutica e redução gradual ao longo de meses). A partir das informações encontradas nesta revisão pode-se concluir que os glicocorticóides possuem grande importância no tratamento de várias doenças muitas delas relacionadas a fisioterapia. Porém ao serem administrados deve-se observar a relação entre os benefícios e efeitos adversos principalmente quanto ao seu uso prolongado.

Referências

KATZUNG, B. G. Farmacologia: básica & clínica. 9 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

PANUS, P. C. et al. Farmacologia para fisioterapeutas. Porto Alegre: AMG, 2011.

RANG, H. P. et al. Farmacologia. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

Os gastos públicos da Copa do Mundo FIFA 2014 e o direito administrativo - análise acerca dos institutos de licitações públicas constantes na lei 8.666/93 e no Regime Diferenciado de Contratações – RDC

Lucas Chollet Pinto¹
Karine Demoliner²

Desde que se anunciou o Brasil como país-sede da Copa do Mundo de futebol FIFA 2014, em 30 de outubro de 2007, muito se questionou sobre a capacidade do país como anfitrião de um evento de tal porte. Entre os questionamentos, pairavam dúvidas sobre aspectos concernentes, entre outros, à violência, segurança pública, infraestrutura, mobilidade urbana e aeroportuária de nosso país. Além disso, questão fundamental para tornar possível sua realização dizia respeito à construção e entrega, por parte do governo e das empresas responsáveis, de todas as obras relacionadas e necessárias ao evento, tais como arenas e suas respectivas obras de entorno, ampliação e modernização de aeroportos e demais obras de modalidade urbana, nas doze cidades-sede. Diante de tal quadro, nestes já seis anos em que se tem o Brasil como país sede, muito se evidenciou sobre sua capacidade da gestão de obras públicas e de seus custos, sendo tais resultados o cerne do trabalho em foco. Partindo de tal premissa, objetivamos trazer a público estudo sobre a questão da administração, fiscalização e gastos das obras públicas relativas à Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014, na qual se verificam inúmeros atrasos no cronograma de entrega das obras e gastos que superam os 25 bilhões, valor que supera em quase dez vezes o inicialmente estimado, quando da escolha do país em 2007, e sendo composto, em quase sua totalidade, por recursos públicos. Isto faz desta Copa a mais cara da história, cujo custo supera o das três últimas edições, somadas. Procedemos, pois, à análise de tais dados e do conjunto de fatores e motivações que contribuíram para sua ocorrência; subsidiariamente, faz-se necessária a análise da atual sistemática de licitações públicas, regidas pela lei 8.666/1993, e agora também disciplinadas pela lei 12.462/2011, que instituiu o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC, abordando, entre outros, os aspectos positivos,

¹ Acadêmico do curso de bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

negativos e a efetividade de ambas as normas, no atual cenário brasileiro, bem como a efetividade da própria Administração Pública, na utilização de tais institutos, com vistas à execução de obras e projetos por elas disciplinados. Tais objetivos tornaram-se possíveis através da análise de dados constantes em documentos, laudos e pareceres atinentes ao tema, dentre os quais se podem citar as sucessivas matrizes de responsabilidade e seus aditamentos, do Governo Federal, bem como pareceres dos Tribunais de Contas da União e Estados, relatórios da SINAENCO, além de gráficos e tabelas afins. Entre os resultados parciais verificados acerca dos atrasos e dos gastos muito superiores aos inicialmente previstos, podem ser apontadas, principalmente, questões já conhecidas de longa data pelo povo brasileiro, tais como falta de planejamento, burocracia e falta de fiscalização. Diante do exposto, questiona-se acerca do legado que a Copa do Mundo FIFA 2014 deixará para o país.

Referências

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito Administrativo Descomplicado. 22ª Edição. São Paulo: Editora Método, 2014.

DI PIETRO. Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 26ª Edição. São Paulo: Editora Atlas S. A., 2013.

ESAF-Escola de Administração Fazendária. Regime Diferenciado de Contratações Públicas RDC. Disponível em: Acesso em: 12 de maio de 2014.
PORTAL DA COPA. Matriz de Responsabilidades. Disponível em: Acesso em: 10 de maio de 2014.

SINAENCO - Sindicato da Arquitetura e da Engenharia. Panorama das Obras da Copa de 2014. Disponível em: . Acesso em: 18 de maio de 2014.

Os princípios éticos concernentes à publicidade dos advogados e/ou escritórios de advocacia regularmente inscritos nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil

Larson Gabriel Lubini Berner¹
Jordana Gomes da Silveira¹
Edison Luiz Saturnino²

O presente trabalho trata da conduta ética do advogado. Apresenta o advogado como um homem que exerce função pública e relaciona a sua atuação com os interesses da sociedade, além de comentar o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil e o Código de Ética e Disciplina. Conclui com o modelo de comportamento profissional ético que o advogado deve adotar. A advocacia é uma das profissões mais contundente dentro dos debates éticos. Não que seja a única das profissões a transitar sobre este solo, contudo, a temática ética integra a própria essência da profissão e é sobre ela que falaremos na presente investigação. O trabalho advocatício é um serviço consumível, de prestação pública, sendo indispensável ao funcionamento da Justiça e por isso, há de ser divulgado, exposto, mediante publicidade. No entanto, tal publicidade deverá ser realizada com discrição e moderação, não podendo exacerbar as normas expostas no estatuto da OAB, favorecendo os princípios de ampla concorrência, sem utilizar divulgações desleais com os demais profissionais. Como órgão regulador das funções dos Advogados e Escritórios, temos a OAB, que disciplina, orienta, fiscaliza e pune, os profissionais que infringem o CED dos Advogados, que é requisito básico para a atuação dos mesmos. A OAB, com suas sempre atuais lutas pela ordem democrática, nem sempre acompanha a evolução dos meios de comunicação e as normas atuais que regulam as atividades profissionais dos advogados. Parece-nos, à primeira vista, bastante ortodoxa, ou como se manifestou recentemente Andre Zanotto, Presidente da Seccional da OAB do SC "até parece que tem alguém dentro da OAB querendo impedir que os novos advogados se façam conhecidos". Extrai-se, das entrelinhas, que existe uma aparente intenção de "dificultar", ou criar e estabelecer uma reserva de mercado, situação esta que sequer temos autoridade para afirmar. Os novos meios de comunicação, disponíveis para

¹ Acadêmicos do curso de bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

² Professor orientador.

uma maioria nacional, formadora de opinião, fez com que tenha ficado infinitamente mais simples e rápido entrar em contato com os potenciais utentes. Na advocacia não é diferente. Na área jurídica, a publicidade precisa estar relacionada com a ética. Esta tem por objetivo fazer com que o advogado não se use da profissão como mero instrumento comercial e mercantil. Também, que não relegue os princípios contidos no CED. No entanto, não é restringido ou proibido aos Advogados exporem e divulgarem o seu trabalho, mas obviamente, estas publicidades devem seguir as regulamentações impostas pela OAB. Hodiernamente, muitos profissionais da área têm se utilizado de modos abusivos e ilícitos para fazer propaganda de seu trabalho. E a proposta desta pesquisa, é lançar um olhar problematizador sobre as relações que se estabelece entre advocacia e publicidade, pois o Direito é fonte inviolável de justiça.

Referências

LÔBO, Paulo Luiz Netto. Comentários ao Estatuto da advocacia e da OAB. São Paulo: Saraiva, 2007. Heinrich Luiz Pasold - Advogado, Professor Universitário e Membro do II Tribunal e Ética e Disciplina da OAB/SC.

Outubro Rosa: uma experiência para vida

Adriana Carvalho Ferreira¹
Angélica Rech Pessi¹
Daniele Cechin da Silva¹
Pedro Luis da Silva¹
Rita de Cassia Ramos¹
Joana Cíntria Pinto Leal²

O câncer de mama constitui-se na primeira causa de morte, por câncer, entre as mulheres, registrando-se uma variação percentual relativa de mais de 80 % em pouco mais de duas décadas: a taxa de mortalidade padronizada por idade, por 100.000 mulheres, aumentou de 5,77 em 1979, para 9,74 em 2000 (Ministério da Saúde, 2002), tendo em visto esse contexto o presente trabalho teve como objetivo sensibilizar a comunidade sobre esse tema a fim de promover a autoanálise correta da mama e das complexidades que os pacientes com tal patologia apresentam. Segundo tipo mais frequente no mundo, o câncer de mama é o mais comum entre as mulheres, respondendo por 22% dos casos novos a cada ano. Se diagnosticado e tratado oportunamente, o prognóstico é relativamente bom. No Brasil, as taxas de mortalidade por câncer de mama continuam elevadas, muito provavelmente porque a doença ainda é diagnosticada em estádios avançados. Na população mundial, a sobrevida média após cinco anos é de 61%(site do inca,2014). Dentro desse enfoque os alunos dos três módulos do Técnico em Enfermagem do Instituto de Educação Cenecista Marques de Herval no 2º semestre de 2013 desenvolveram diversas ações de cunho sensibilizador e informativo dentre elas: no primeiro módulo fez uma coleta de dados sobre a doença e demonstraram em vídeo para sensibilização, o segundo módulo elaborou e apresentou atividades lúdicas como jogos educativos, páginas em redes sociais de amplo acesso intitulando-a “Mama Rosa” com mais de 300 curtidas, abordando diversos temas de fácil acessibilidade e entendimento a população leiga; já o terceiro módulo realizou atividades sensibilização como: folders explicativos, pôsteres ilustrativos e palestras com profissionais atuantes na área da saúde. Por fim, houve uma culminância de integração entre os três

¹ Acadêmicos do curso técnico em Enfermagem do Instituto de Educação Cenecista Marquês de Herval.

² Professora orientadora.

módulos com o propósito de abordar diversas formas de comunicação que possam ser estabelecidas na sensibilização da sociedade e construir o conhecimento específico para o câncer de mama. Para isso contaram com os conhecimentos construídos ao longo de diferentes disciplinas caracterizando o conhecimento interdisciplinar apoiada pela Lei de Diretrizes e Bases número 9.394/96 e pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, trabalhos dessa magnitude demonstram a importância da contribuição interdisciplinar e da inserção dos acadêmicos na futura área de trabalho.

Referências

INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. Controle do Câncer de Mama-Documento de Consenso. Disponível em: <http://www1.inca.gov.br/publicacoes/Consensointegra.pdf>. Acesso 20 de Maio. 2014.

INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. TIPOS DE CÂNCER: MAMA. Disponível em: http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/tiposdecancer/site/home/mama/cancer_mama. Acesso em 20 de maio. 2014

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 20 Maio. 2014.

Paradoxo do aniversário: uma explicação através da Teoria Probabilística e da combinatória de contagem

Cainan Paulino Alves¹
Monaliza Strassburg¹
Natasha Roberta Aguiar Lopes¹
Tatiane Leites Da Rocha¹
Rossano Evaldt Steinmetz Ribeiro²

O estudo inicia com a apresentação do Paradoxo do Aniversário, problema recorrente na matemática e que tem como enunciado: “Dado um grupo de 23 pessoas, a probabilidade de que duas delas, escolhidas aleatoriamente, façam aniversário no mesmo dia é maior do que 50%”, em seguida, parte para uma interpretação sintática, que busca entender o que é informado, visando evitar conclusões precipitadas desta questão que desafia nossa noção intuitiva. Na continuidade, expomos a proposta de usar Probabilidade e Análise Combinatória como ferramentas que validem o paradoxo, para tanto, explicamos brevemente conceitos importantes como o Princípio Fundamental da Contagem ou Princípio Multiplicativo e a Probabilidade do Evento Complementar, trazendo inclusive exemplos para melhor compreensão. Posteriormente, temos a aplicação das técnicas mostradas sobre a situação-problema, começando por proposições simples e passando para tentativas de generalização, que resultam na descoberta da fórmula que nos garante que a Probabilidade de que ocorra coincidência de aniversários em um grupo composto de x pessoas é igual à 1 menos a razão de 365 fatorial, pelo fatorial de 365 menos x que multiplica 365 elevado à x . Tal fórmula nos permite comprovar que o enunciado é verdadeiro. Nas considerações finais destacamos a importância desse Paradoxo, não apenas como curiosidade, mas como instrumento usado por estudiosos da computação para explicar o algoritmo de Hash, que possui grande papel na segurança cibernética, e também no seu grande potencial motivador àqueles que estão iniciando nos estudos de probabilidade. O trabalho tem como objetivos uma explicação detalhada do Paradoxo, visando profissionais e estudiosos de diversas áreas, mas sobretudo oferecendo uma informação complementar à professores de Ensino Médio, que muitas vezes possuem dificuldades ao abordar os

¹ Acadêmicos do curso de licenciatura em Matemática – FACOS/CNEC.

² Professor orientador.

conteúdos de probabilidade e análise combinatória por não conseguirem associar a teoria à exemplos práticos, assim, o estudo pode vir a fornecer uma excelente aula introdutória, onde o professor poderá provocar reflexão nos alunos e envolvê-los com um problema que desafia o senso comum. A metodologia usada foi a investigativa, tendo como referência diferentes tipos de textos, e que usou de constantes tentativas para finalmente chegar-se à uma conclusão satisfatória e completa que atendesse não apenas especialistas na área, mas a qualquer indivíduo interessado na compreensão do paradoxo.

Referências

SÁ, Ilydio Pereira de. A Magia da Matemática. 3ª Ed., Ciência Moderna, 2010.

O que é o Paradoxo do Aniversário?. Disponível em:

< <http://pessoas.hsw.uol.com.br/questao261.htm>> Acesso em: 24 de Abril de 2014.

SILVA, José Eduardo Ferreira da; WODEWOTZKI, Maria Lúcia Lorenzetti. O Paradoxo da Coincidência de Aniversários. Série Mais Um: Jornal de Matemática. 2013. Disponível em:

http://www.projetozk.com/mais_um/22_aniversarios.htm>. Acesso em 24 de Abril de 2014.

Algoritmos de Hash Criptográficos. Blog de Segurança de Informação.2008.

Disponível em: <

<http://segurancainformacao.wordpress.com/2008/12/16/algoritmos-de-hash-criptograficos/>>. Acesso em 25 de Abril de 2014.

RIBEIRO, R. E. S. Uma Proposta De Ensino De Probabilidade No Ensino Médio. Porto Alegre, UFRGS, 2012. 117 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Matemática). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1983.

Perfil dos alunos discentes da FACOS

Ana Paula Nunes Moro¹
Kananda Monteiro¹
Silvana Vallardi¹
Cesar Luis Silva dos Santos²
Gabriel Netto Corteze²

Visando as aceleradas mudanças econômicas e sociais e ao acentuado avanço científico e tecnológico da atualidade, rápidas transformações ocorreram em todos os setores da sociedade. Neste sentido é preciso observar mais profundamente o processo de desenvolvimento de discentes do curso de enfermagem. Desde então questionar e redirecionar o marco referencial e conceitual dos currículos em construção tem constituído um desafio para os gestores de ensino, tendo em vista a relevância que algumas destas instituições ainda se encontram em processo de formação. Busca-se, portanto a formação de profissionais alunos capazes de discernimento para garantir assistência de qualidade. A partir daí é preciso questionar o que pensam os discentes de enfermagem a respeito da profissão esse entendimento vai ao encontro da preocupação constante em formar profissionais críticos e conscientes de seu papel social. A proposta de este trabalho investigar o perfil dos discentes do curso de enfermagem da Faculdade Cenecista de Osório ? Facos, identificar as variáveis de gênero, idade dos discentes do curso, avaliar a percepção dos discentes em relação a liderança. Busca-se, portanto a formação de profissionais capazes de discernimento para garantir assistência de qualidade; Berardinelli e Santos (2006) acrescentam que os leigos costumam associar a imagem de enfermeiro a qualquer pessoa de branco, essas imagens culturais arcaicas ainda afetam a enfermagem. Com isso é preciso busca saber o que pensam os discentes do curso de enfermagem a respeito da profissão, esse entendimento vai ao encontro da preocupação de formar profissionais mais críticos e cientes de seu papel social. Também visa sua percepção do curso se esta em suas perspectivas, se deseja seguir formação acadêmica em pós graduação, Doutorado e entre outros. Teremos também sua faixa etária, semestre, idade, sexo se já atuam na área da saúde, se já vieram de outras instituições, sua satisfação com o curso e

¹ Acadêmicas do curso de bacharelado em Enfermagem – FACOS/CNEC.

² Professores orientadores.

como se vem na liderança e gestão da enfermagem. Método utilizado Estudo dissertativo, descritivo, quantitativo e qualitativo com aplicação de questionário com perguntas fechadas e abertas, aos quais discentes do primeiro ao quarto semestre do curso de enfermagem da Facos tiveram que ser submetidos a responder. Resultados encontrados Foi realizado uma pesquisa sobre o Perfil dos Discentes do curso de Enfermagem Bacharelado, obtendo se uma amostra de 80 alunos.(44,4%). De nossa amostra encontramos 60% satisfeitos com o Curso de Enfermagem, 40% estão muito satisfeitos, com apenas 1% não satisfeito. Considerando que os alunos já vieram de outras instituições,UNISC Santa Cruz e Univale 20% e 80% ingressaram na Facos no curso de Enfermagem. Dos discentes 42,5% já possuem contato com a profissão de enfermagem, sendo como técnico em enfermagem, farmácia, resgate em ambulância e 57,5% não trabalham na área.

Referências

Giovanini, A enfermagem do Brasil. Historia da enfermagem: versões e interpretação. 2.ed.Rio de Janeiro, 2005, p.29 a 58.

Leopardi, M.T. Fundamentos gerais da produção científica. Pesquisa na saúde. Florianópolis. UFSC/2002, p.108 a 149.

Bernardinelli, Santos.Cultura, imagem e cuidado: Reflexos invisibilidade da Enfermeira. Revista paulista de enfermagem. São Paulo, v 25, n4, 2006, p 261 a 266.

Perigos da automedicação: cefaleia e analgésicos

Manuella Villarruel de Quadros¹

Mirella Villarruel de Quadros¹

Helana Meinhardt²

Este trabalho trata sobre o risco do uso abusivo de analgésicos, já que é uma prática que está se tornando comum. Entende-se como automedicação o uso de medicamentos sem nenhuma intervenção por parte de um médico, ou outro profissional habilitado, nem no diagnóstico, nem na prescrição, nem no acompanhamento do tratamento. No Brasil, de acordo com a Associação Brasileira das Indústrias Farmacêuticas (abifarma), cerca de 80 milhões de pessoas são adeptas da automedicação. Sobre os riscos de se automedicar, a Academia Brasileira de Neurologia alerta que a prática pode mascarar uma patologia mais grave, pois melhora temporariamente sintomas, que enquanto não for diagnosticada, pode se agravar. Em relação a cefaleia, o uso abusivo de analgésico pode tornar crônica - cefaleia crônica diária - uma dor que antes era apenas casual (Lemos,2013). O cérebro é capaz de produzir substâncias analgésicas, como a endorfina, que são responsáveis por promover sensação de bem estar e alívio à dor. Ao tomar analgésicos em quantidade, a produção de endorfina cai, e devido a isso, o indivíduo torna-se cada vez mais dependente do medicamento. O que causa muita preocupação entre os especialistas é que, no caso da cefaleia, os analgésicos podem ter efeito rebote, causada pelo uso regular de analgésicos (sales, 2012). Este estudo visa fazer uma análise crítica e objetiva sobre os riscos da utilização de analgésicos, especialmente relacionado a cefaleia. A lista de prejuízos provocados pela utilização excessiva de remédios contra dor de cabeça incluem: lesão renal, sangramento gastrointestinal, complicações hepáticas, aumento dos riscos de surdez (especialmente após os 60 anos), além de interferir no número de leucócitos. De maneira geral, esses danos são os mesmos causados por todos os outros tipos de analgésicos consumidos incorretamente (Tarantina Monica 2011). De acordo com dados da organização

¹ Acadêmicas do curso técnico em enfermagem - Instituto de Educação Cenequista Marquês de Herval.

² Professora orientadora.

mundial de saúde (OMS), o percentual de internações hospitalares provocado por reações adversas a medicamentos ultrapassa os 10%.

Referências

REVISTA VIDA E SAÚDE. SP-TATUI: ED.FRANCISCO LEMOS,2013-
MENSAL.ISSN 1413-0882

Perversão ou aberração?

Beatriz Cicília Decarli¹
Gisele Bauer¹
Luciana e Silva Furtado¹
Maria Helena Silva¹
Beatriz Kauri dos Reis²

O termo Perversão tornou-se um conceito para a psicanálise a partir de 1896, quando Sigmund Freud o colocou ao lado da psicose e da neurose. Historicamente a perversão situa-se em um campo bem amplo, pois engloba comportamentos, práticas e fantasias que desafiam às normas sociais, caracterizados por indiferença, insensibilidade pelos sentimentos alheios, incapacidade de experimentar culpa e de aprender com as experiências, particularmente a punição. Este trabalho tem por objetivo compreender através do filme. "A Pele que Habito", de Pedro Almodóvar (2011), a estrutura clínica da perversão, onde há uma fixação relativa a sexualidade infantil provocada pela constatação da diferença dos sexos, o sujeito permanece atormentado pela ausência do pênis na mãe e por conseguinte nas mulheres em sua totalidade. Nos referenciamos na teoria psicanalítica, a qual considera a renegação da diferença sexual, como o mecanismo de defesa central do funcionamento perverso. Sendo assim, todas as mulheres têm o falo, a castração não existe. O filme conta a história de Robert, um médico que foi criado pela mãe, a qual fazia o papel de governanta e era nessa condição que ela o criava, perante ele próprio e a sociedade era tido como filho dos patrões. Desta forma, não tinha identidade, a relação com a mãe era fria, ela cuidava da casa e da alimentação, mas não oferecia o alimento da alma, o afeto. Após dois eventos trágicos na vida de Robert, as mortes da filha e da esposa sucessivamente, Robert persegue compulsivamente o desejo de repor a figura de uma mulher, sua mãe? Robert opera uma castração real em Vicente, transformando-o em mulher, na tentativa de recuperar de maneira concreta, através de um corpo real construído e instrumentalizado para aceder à condição feminina, o amor que lhe faltou das mulheres que fizeram parte da sua vida, a mãe e a esposa. A pele é uma capa de proteção que aparenta

¹ Acadêmicas do curso de bacharelado em Psicologia – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

quem somos, assim como pode mascarar a falta de pênis aquela do corpo da mãe que causa tanta angústia ao sujeito. Nesse contexto, o médico não se sente habitado pela própria pele, que teria que estar marcada pelas primeiras experiências de prazer proporcionado pelos primeiros cuidados materno. Concluimos que na perversão, o sujeito com intuito de esconder a falta fálica da mãe, vive o seu próprio tormento lutando contra o horror da castração onde só há uma saída, mobilizar seu desejo em complexas estratégias de gozo relativas a diversos e transgressivos objetos sexuais. Embora essa estrutura clínica tenha se tornado tratável no campo psicanalítico, o perverso normalmente não busca tratamento, pois não há sofrimento e a perversão assegura-lhe o gozo, afinal, o perverso realiza as suas fantasias que nós neuróticos recalamos.

Referências

Dor, Joel - clínica psicanalítica, editora artes médicas sul limitada, POA, 1994.

Planejamento rural na cultura de arroz

Eder Assis da Silveira¹
Monalise Witte dos Santos¹
Graziela J. S. Santos da Silva¹
Geronimo Grando²

Segundo Crepaldi, com o desenvolvimento tecnológico, a agricultura vem se desenvolvendo e produzindo cada vez mais, reduzindo os custos, gerando renda e criando empregos, fornecendo, dessa forma, as bases para a implantação de indústrias. Nesse contexto, a contabilidade pode desempenhar um importante papel como ferramenta gerencial. Diante disso, este trabalho vem apresentar uma forma de planejamento de custos, utilizando-se de uma ferramenta simples e prática que auxilie o rizicultor, tanto em suas despesas como em suas receitas, ressaltando a importância de se ter um trabalho contábil neste meio. O arroz é um dos mais importantes grãos em termos de valor econômico. O Brasil está entre os dez principais produtores mundiais de arroz, com cerca de 11 milhões de toneladas para um consumo de 11,7 milhões de toneladas base casca. Essa produção é oriunda de dois sistemas de cultivo: irrigado e de sequeiro. O sistema de cultivo de arroz irrigado, tradicionalmente praticado na Região Sul do Brasil, vem contribuindo, em média, com 53% da produção nacional, sendo o RS o maior produtor brasileiro. A lavoura de arroz irrigado no RS, produz anualmente cerca de 5 milhões de toneladas, sendo considerado estabilizador da safra nacional, responsável por cerca de 50% da produção brasileira, a maior entre os Estados da Federação. Esta produção representa 3,1% do PIB (Produto Interno Bruto) e gera R\$ 175 milhões em ICMS (Imposto para Circulação de Mercadorias e Serviços) e 250 mil empregos no Estado. Santo Antônio da Patrulha é considerado ponto estratégico no desenvolvimento da rizicultura. Atualmente, Santo Antônio da Patrulha responde por 1,22% da produção de arroz irrigado, ocupando a 26ª posição do estado. É o município de maior produção entre os integrantes do NATE, com uma produção de 83.614 toneladas (IRGA, 2010). Com todos os dados e resultados apresentados, se demonstra cada vez mais como um planejamento, um controle e um gerenciamento é importante para o

¹ Acadêmicos do curso de bacharelado em Ciências Contábeis – FACOS/CNEC.

² Professor orientador.

bom funcionamento do negócio agrícola na cultura do arroz, tendo por base esses levantamentos, foi elaborada uma planilha de custos, onde o agricultor poderá analisar melhor seus gastos e ganhos, fazer uma estimativa de gastos futuros, melhorar o desempenho de sua lavoura, ou seja, fazer um gerenciamento do cultivo do arroz. A planilha é prática e simples, estruturada de forma que seja de fácil seu manuseio e entendimento por parte de todos. Segundo Vieira (2000), nos dias de hoje, o agronegócio tornou-se uma opção de desenvolvimento econômico para o agricultor, oportunizando uma melhor qualidade de vida na zona rural do RS, através da produção agrícola. Portanto podemos claramente verificar a vocação e o potencial futuro do Brasil e do Rio Grande do Sul no âmbito do agronegócio.

Referências

CREPALDI, Sílvio Aparecido. Contabilidade Rural: uma abordagem decisorial. São Paulo. Atlas, 2012.

MARION, José Carlos. Contabilidade Rural: contabilidade agrícola, contabilidade agropecuária, imposto de renda, pessoa jurídica. São Paulo. Atlas, 2012.

Plano de preparação e resposta a emergências: uma proposta de atuação preventiva e de contingência em caso de eventos indesejados

Gutierry Castilhos de Oliveira Mesquita¹
Alexandre dos Santos Machado¹
Vicente Colombo Junior²
Joyce Mara Serafim Kollet²

Tendo como base as marcantes tragédias ocorridas no estado do Rio Grande do Sul, como o incêndio da Boate Kiss (Santa Maria) e ainda, mais recentemente, o incêndio no Hospital de São Vicente de Paulo (Osório), que evidenciaram deficiência na preparação de respostas diante situações de emergências, surge a premente necessidade da elaboração e difusão de procedimentos, pautados em um plano, que estabeleçam ações de prevenção e estimulem a formação de uma consciência prevencionista na comunidade acadêmica e local. Visando a prevenção de perdas, o desenvolvimento de um Plano de Preparação e Resposta a Emergência (PPRE) na Instituição apresenta-se como prioridade à proteção do meio ambiente, seu patrimônio, bem como a saúde e integridade física de colaboradores, alunos e terceiros. Concretizar um Plano de Preparação e Resposta a Emergência a partir da estruturação dos recursos humanos, materiais e organizacionais necessários para a efetivação dos procedimentos de atuação em caso de emergências, garantindo a prevenção de perdas e promovendo ações voltadas para a formação de uma cultura de segurança. Por meio da pesquisa conduzida no presente trabalho: (1) desenvolver, com alunos, colaboradores e professores, projeto interdisciplinar de construção de um plano de preparação e respostas a emergências baseado em requisitos de normas de sistema de gestão; (2) identificar áreas de aplicação; (3) avaliar cenários de eventos que resultem em perdas; (4) aplicar ferramentas de avaliação preliminar de riscos e perigos nas instalações físicas e operações; (5) prever os aspectos e impactos ambientais; (6) definir responsabilidades dos envolvidos; (7) determinar os procedimentos a serem seguidos em casos de emergências médicas abrangendo o atendimento pré-hospitalar, gerenciamento de ações para os portadores de necessidades

¹ Acadêmicos do curso técnico em Segurança do Trabalho do Instituto de Educação Cenequista Marquês de Herval.

² Professores orientações.

especiais (PNE), princípios de incêndios, desastres naturais e contaminação ambiental; (8) planejar ações de manutenção dos sistemas instalados de sinalização e prevenção de incêndios; (9) sensibilizar pessoas e promover uma cultura de educação para segurança; (10) provocar um debate com a comunidade sobre questões de segurança; (11) obter aprendizado e capacitar na condução de ações de prevenção de riscos e perdas. O trabalho foi realizado a partir de uma Pesquisa de Campo, por meio de entrevistas com pessoas, visitas e inspeções nas instalações da CNEC/Osório, reconhecimento de documentos institucionais e revisão de bibliografia especializada e pertinente ao tema do estudo. O estudo conduziu à construção de um Plano de Preparação e Resposta a Emergência na instituição em conformidade com os requisitos estabelecidos nos itens 4.4.7 das normas ISO 14001 e OHSAS 18001, coerente com os cenários de eventos indesejáveis previstos.

Referências

Associação brasileira de normas técnicas. NBR ISO 14001. Sistema da Gestão Ambiental. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

Occupational health & safety advisory services. OHSAS 18001. (Occupational Health and Safety Assessment Services). Serviços de Avaliação de Saúde e Segurança Ocupacional. Dunfermline: OHSAS, 2007;

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Norma Regulamentadora 23. Proteção Contra Incêndios. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2011;

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Norma Regulamentadora 26. Sinalização de Segurança. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2011;

MALVESTIO, Marisa Amaro. Apostila Primeiros Socorros. São Paulo: SENAC, 2006.

Plantas Fitorremediadoras

Dalvana Vargas da Costa¹
Vera Lucia Caetano²

As plantas aquáticas apresentam grande potencial de uso como fitorremediadoras, cuja função é a absorção de impurezas para amenizar ou até mesmo despoluir áreas que estejam contaminadas. Contaminantes que podem ser alvos da fitorremediação compreendem compostos orgânicos, compostos inorgânicos, explosivos, metais pesados, radionuclídeos e lixiviados de aterro sanitário, e que se encontram até 20 metros de profundidade (Susarla, Medina & McCutcheon, 2002). Muitas plantas estão sendo usadas como fitorremediadoras, a *Salvinia agricultra* (orelhinha de onça), *Typhia angustifolia*, *Typha domingensis* (taboa), *Eichhornia crassipes* (aguapé), *Pistia stratiotes* (alface d'água), *Ludwigia octovalvis* (cruz de malta). Elas possuem uma grande capacidade de acumular em seus tecidos uma grande concentração de poluentes, acelerada taxa de crescimento e fácil colheita. Uma planta boa remediadora deve ser capaz de crescer na presença do contaminante e sobreviver sem diminuir sua taxa de crescimento. Este trabalho tem como objetivo enfatizar a importância da utilização de plantas, relatar as técnicas usuais. Dentre as vantagens da fitorremediação está o baixo custo de investimento e de operação, sua aplicabilidade in situ, e geração mínima de degradação e desestabilização (Chaves, Mesquita, Araujo & França, 2010). As técnicas de fitorremediação disponíveis para aplicação estão subdivididas, segundo a Agência de Proteção do Meio Ambiente (U.S. Environmental Protection Agency ? EPA, 2000), em: fitoextração, rizofiltração, fitoestabilização, rizodegradação, fitodegradação, fitovolatilização, fitomineração, controle hidráulico e cobertura vegetativa. Fitoextração é a captação dos contaminantes pelas raízes e são translocados dentro da planta, sendo muito aplicada em contaminantes metálicos. (Susarla, et al. 2002). Rizofiltração é uma técnica em que a adsorção ou precipitação ocorre nas raízes ou absorção de contaminantes que estão em solução aquosa, ao redor da zona de raízes, e a translocação na planta depende do contaminante. (EPA, 2000). Fitoestabilização implica na imobilização do

¹ Acadêmica do curso de licenciatura em Ciências Biológicas – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

contaminante no solo, basicamente metais, através da absorção e acumulação pelas raízes, e no uso de plantas e suas raízes para prevenir a migração do contaminante.(Branches,, Rodrigues,2012). Fitominação é a cultura de plantas hiperacumuladoras que são usadas para extrair metais dos minérios superficiais de baixa qualidade ou em solos mineralizados que são muito pobres em metal para mineração convencional.Cobertura vegetativa é um sistema de plantas em crescimento e/ou sobre materiais que apresentam risco ambiental.A presença de tal cobertura pode reduzir os riscos desses materiais para um nível aceitável e requer manutenções mínimas.

Referências

Susarla, S., Medina, V. F., & McCutcheon, S. C. (2002)Phytoremediation: An ecological solution to organic chemical contamination. Ecological Engineering, doi:10.1016/S0925-8574(02)00026-5.

Policial estressado, perigo dobrado

Evanice Terezinha Nunes¹
Mara Regina Christmann¹
Tatiana Guimarães Jacques²

Este é um projeto de pesquisa que busca verificar junto ao policial civil, como o estresse está presente na sua vida e como este indivíduo lida com ele. O estresse pode influenciar de maneira decisiva no comportamento do policial, dentro e fora de seu ambiente laboral. A atividade exercida por este profissional é de alto risco, pois são pessoas que lidam diariamente com a violência e a brutalidade. Segundo algumas literaturas, a profissão do policial é uma das que mais sofre estresse, pois este trabalhador esta normalmente sob forte tensão e muitas vezes em meio a situações que envolvem risco a sua vida e de outros. Alguns estudos apontam o estresse, além de outros problemas emocionais, como responsável por altos índices de suicídios, divórcios e alcoolismo no meio policial. Para tanto, a definição de estresse pode ser entendida como uma relação particular entre uma pessoa, seu ambiente e as circunstâncias às quais está submetida. Esta é uma visão biopsicossocial do estresse e considera os estímulos estressores provenientes tanto do meio externo (estímulos de ordem física ou social, como o trabalho), quanto do interno (pensamentos, emoções, fantasias e sentimentos, como angústia, medo, alegria e tristeza). No processo de avaliação dos estímulos estressores, há uma atividade mental que em parte é racional e em parte emocional, não necessariamente consciente. Isso vai determinar o tipo de enfrentamento, ou como o indivíduo responderá a esses estímulos, considerando seu repertório de experiências passadas. A exposição e atuação em ambiente desumano, complexo e hostil, bem como o contato com constante desgaste físico, mental e emocional são fatores que contribuem para o desenvolvimento do estresse, portanto seria de máxima valia um trabalho junto a estes policiais para promover a o saúde mental, visto que o estresse é um dos principais motivos do adoecimento do servidor da segurança pública. Para a realização deste projeto piloto serão realizadas reuniões de grupo com o objetivo de colher informações a respeito do problema levantado, bem como oferecer um espaço de escuta a este profissional. Para a

¹ Acadêmicas do curso de bacharelado em Psicologia – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

apresentação dos resultados será produzido um relatório com a análise dos dados e a indicação das possíveis estratégias que poderiam ser utilizadas para diminuir o dano e fomentar a saúde mental da população preterida.

Referências

Estatuto dos Servidores da Polícia Civil (4ª Edição) CORAG Assessoria de Publicações Técnicas Porto Alegre - 2000;

Mapeamento dos Programas de atenção à Saúde das Instituições Estaduais de Segurança Pública, MJ Brasília - DF 2009.

PORTELA, A.; BUGHAY FILHO, A. Nível de estresse de policiais militares: comparativo entre sedentários e praticantes de atividade física. Revista Digital, Buenos Aires, ano 11, n. 106, 2007. Lei n.º 7.366 de 29 de março de 1980

RODRIGUES, A. Stress, trabalho e doenças de adaptação. in: Franco, a.c.l. &Rodrigues, a.l. (1997). Stress e trabalho: guia prático com abordagem psicossomática. São Paulo: Atlas, cap. 2.

SELYE, Hans. Sofrimento, Barcelona, Madrid Valencia: Ciências Médicas de 1954.

Políticas de preservação do patrimônio histórico e cultural no município de Santo Antônio da Patrulha/RS

Deise Gimenes Reis¹
Nelize Bopsin¹
Patricia da Rosa¹
Edison Luiz Saturnino²

O trabalho direciona o olhar investigativo para as discussões sobre patrimônio histórico e cultural na contemporaneidade, particularmente sobre a preservação do patrimônio histórico no município de Santo Antônio da Patrulha, Rio Grande do Sul. No município, devido à colonização açoriana, foram construídas as casas que atualmente se encontram no chamado “Centro Histórico”. O conjunto arquitetônico conta também com outros monumentos erguidos ainda no período Imperial, por ordem de D Pedro I, por causa de sua visita ao município. Durante a nossa pesquisa formulamos uma questão que nos permitiu delimitar e problematizar o tema escolhido, a saber: que políticas públicas e privadas estão sendo implementadas para a preservação do patrimônio histórico no município de Santo Antônio da Patrulha, Rio Grande do Sul? Para responder a problemática lançada no âmbito da pesquisa, fizemos um levantamento de livros, documentos cedidos por entrevistados e fotografias dos monumentos, e a partir de então fizemos a análise para constituir nosso corpus documental. Os primeiros resultados da investigação demonstram a implementação de iniciativas públicas que buscam realizar projetos de conservação e trabalhos de educação patrimonial junto à comunidade do município. Com relação às iniciativas privadas foi possível observar um projeto de uma empresa de tinta que no ano de 2012 desenvolveu um trabalho que resultou na pintura de todas as fachadas das residências que se encontram no Centro Histórico do município de Santo Antônio da Patrulha. Como exemplo da integração das iniciativas públicas e privadas na preservação do patrimônio histórico pode ser citado o lento processo de restauração da Igreja Matriz. Tal igreja é o ponto turístico mais visitado do município, sua construção começou em 1847, no entanto suas obras foram paralisadas por 75 anos e foi inaugurada no dia 25 de novembro de 1928.

¹ Acadêmicos do curso de licenciatura em História – FACOS/CNEC.

² Professor orientador.

Segundo Zita Rosane Possamai “O patrimônio não é dado, é um construto social feito por determinados sujeitos em determinadas situações e, por sua vez, apropriado por sujeitos outros ainda diferenciados das originais”. Nesse sentido pode-se pensar o patrimônio histórico, seja ele material ou imaterial, como uma importante estratégia de produção identitária, estratégia essa que se transforma constantemente devido a interesses políticos, econômicos e sociais nos diferentes contextos históricos. A Cidade Alta, conhecida como Centro Histórico do município, é um bom exemplo para pensar que a preservação do patrimônio está conectada as relações de poder, num processo onde são definidos os bens a preservar. No caso de Santo Antônio da Patrulha optou-se por conservar o casario na busca de relacionar a História e a identidade da cidade com a História da colonização açoriana no Estado.

Referências

BEMFICA, Coralia Ramos. Santo Antônio da Patrulha Reconhecendo sua História. Porto Alegre: EST, 2000.

BARROSO, Vêra Lucia Maciel. Raízes de Santo da Patrulha e Tramandaí. Porto Alegre: EST, 1992.

COSTA, Marisa Vorraber. Uma Agenda Para Jovens Pesquisadores. In: COSTA, Marisa Vorraber. Caminhos Investigativos II: Outros Modos de Pensar e Fazer Pesquisa em Educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 143-156.

GASPAROTTO, Alessandra. Ensino de História no CONESUL: Patrimônio Cultural, Territórios e Fronteiras. Jaguarão: Evagraf, 2013.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, Materialidade e Subjetividade: As Culturas Como Patrimônios. Porto Alegre: Horizontes Antropológicos, n. 23, p.13-36, 2005.

THOMPSON, Paul. A Entrevista. In. A Voz do Passado: História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 254-278.

Poluição na Lagoa dos Barros

Maciel Gomes Augustinho¹
Crystian Mattos¹
Douglas Silva¹
Wilian Mayer¹
Lhana Cardoso¹
Fernanda Mallmann²

É cediço que o padrão de urbanização, baseado na combinação entre industrialização e baixos salários mostrou-se absolutamente excludente e adutor de altas taxas de informalidade. Nesse cenário a população mais pobre foi empurrada para as periferias da cidade e ocupou áreas de pouco interesse imobiliário, muitas vezes áreas ambientalmente sensíveis e de risco ambiental. Por outro lado, os desastres ambientais, ou riscos de sua ocorrência, ganham destaques em nas discussões jurídicas, especialmente porque esses eventos têm potencialidade de gerar acidentes que resultem em perdas e danos sociais ou econômicos. Diante desse cenário, encontra-se em curso um grande debate acerca das medidas efetivas para enfrentamento dos riscos ambientais que afetam o território e um novo marco legal sobre a questão (Lei 12.608/2012) se propõe a traçar diretrizes para equacionar a problemática das áreas de risco ocupadas com moradia. Assim é preciso um esforço para identificar como a gestão de risco é incorporada pelo direito urbanístico enquanto importante ferramenta de gestão urbana e delinear os contornos para aplicação desse instrumento em conformidade para o direito à moradia são a regularização fundiária, bem como a preocupação com redução de desigualdades e urbanização inclusiva, todos os princípios e diretrizes gerais da política urbana. Vale lembrar que as ocupações de áreas de risco constituem como uma das faces da desigualdade urbano-territorial, mas é necessário ter cuidado para gestão de risco não se tornar promotora dessa desigualdade, aprofundando ainda mais a exclusão. Nesse sentido a análise de como os Poderes Públicos de todas as esferas - Legislativo Executivo e Judiciário - estão fazendo uso de ferramenta para com que, em face do conflito entre enfrentamento de riscos ambientais e afirmação do direito de moradia, de fato a gestão de risco

¹ Acadêmicos do curso de bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

contribua para o desenvolvimento de uma cidade sustentável nos termos do artigo 2º, I, do Estatuto da Cidade.

Referências

ACOT, Pascal. História da Ecologia. RJ: Ed. Campus, 2a. ed., 1990.
ACSELRAD, Henry Sustentabilidade e Democracia. In Proposta, ano 25, n. 71, 11 - 16, 1997.

ALMEIDA, José Maria Desenvolvimento ecologicamente auto-sustentável: conceitos, princípios e implicações. In Humanidades, v. 10, n. 14, 284 - 299, 1995.

ANDREW, Jennifer & ROBOTOM, Ian (Eds.). Context and Commitments in Environmental Education. Victoria: Deakin University, 1998.

ANGEL, Augusto M. El Retorno a la Tierra. Bogotá: Ministerio de la Educación Nacional, 1996, 77p.

ANGEL, Augusto M. La Tierra Herida. Bogotá: Ministerio de la Educación Nacional, 1995, 71p.

ANGEL, Augusto M. La Trama de la Vida. Bogotá: Ministerio del Medio Ambiente & Ministerio de la Educación Nacional, 1998, 112p.

APARÍCIO, Maria J. Guia Básico de Ecologia. Lisboa: Estampa, 1999, 127p.

APASC Mulheres e Educação Ambiental em uma Área de Proteção. São Carlos (SP): APASC & FNMA, 1997.

ARANTES, A.A. O que é Cultura Popular. São Paulo (SP): Editora Brasiliense, 1995. ASTOLFI, J.

Portfólios artísticos: uma experiência do curso de pós-graduação em Pedagogia da Arte

Grazielle Vellar Marchese¹
Hilda Marcela Garcia¹
Janete Almeida Picolle¹
Maria Alice Amaral dos Santos¹
Valquiria Colombo Bombardi dos Santos¹
Leonice da Silva Cardoso Jacoby²

Este trabalho apresenta os resultados das experimentações artísticas produzidas durante as aulas de Desenvolvimento Cognitivo nas Artes: pictóricas, visuais, plásticas e gráficas, ministrada pela professora Leonice da Silva Cardoso Jacoby, no período de agosto/setembro de 2013, vinculada curso de Especialização em Pedagogia da Arte, da Faculdade Cenecista de Osório - FACOS. A partir das experiências estéticas vivenciadas nas diferentes linguagens da arte, a referida disciplina objetivou conhecer os objetos e as produções artísticas presentes nas culturas das diversas sociedades humanas. Para além dessa questão, buscou problematizar, provocar, ampliar e aprofundar o conhecimento da arte, assim como, nutrir esteticamente o olhar com diferentes imagens, provocando uma visão mais ampla da linguagem visual, a produção, a fruição e a reflexão. Essa disciplina ainda buscou criar estratégias artísticas para provocar sensibilidades, questionamentos e atitude e experimentações dos diferentes modos da linguagem visual (pintura, desenho, modelagem, colagem, escultura e instalação) bem como da percepção do corpo como veículo de expressão (improvisando movimento expressivo). A cada encontro da disciplina, foram conduzidas diferentes experimentações artísticas que deu origem, ao fim dos encontros, a um diário de bordo ou portfólio, no qual cada acadêmico teve a liberdade de organizar e apresentar seu processo criativo de maneira singular, significando e criando sua própria linguagem artística. Neste contexto as experiências proporcionaram vivências individuais e coletivas que ampliaram nossos conhecimentos e o olhar sensível sobre a arte, contribuindo para a ressignificação das nossas percepções de mundo. Esta também nos possibilitou o exercício do olhar complexo, do olhar germinador e de redescoberta. Entendemos que estas experiências artísticas

¹ Acadêmicas do curso de pós-graduação em Pedagogia da Arte – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

contribuíram de maneira significativa e positiva para ampliação da nossa percepção quanto as diferentes possibilidades de se pensar a educação, aproximando a arte as disciplinas do currículo escolar e as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos discentes do curso de pós-graduação. Por fim, apresentamos a comunidade acadêmica, nossas experimentações artísticas organizadas nos portfólios, que estarão em exposição durante a V Mostra Integrada de Iniciação Científica e III Seminário Integrado de Pós-Graduação da FACOS.

Referências

DERDIYK, Edith. Formas de pensar o desenho. São Paulo: Scipione, 1989.

DUARTE Jr, João Francisco. Os sentido do sentido. Curitiba: Ed. Criar, 2001.

FUSARI, Maria F. de Rezende e, FERRAZ, Maria Heloisa T. Arte na educação escolar. São Paulo: Cortez, 1992.

HERNANDEZ, Fernando. Cultura Visual,

Mudança Educativa e Projeto de Trabalho. Porto Alegre: ARTMED, 2000.

MARTINS, Miriam Celeste. Didática do ensino de arte: a língua do mundo: poetizar, fluir e conhecer arte. São Paulo: FTD, 1998.

Preto no branco: o racismo e a injúria racial no Brasil

Andreia da Silveira Prux¹
Karine Santos de Jesus¹
Mariana Oliveira dos Santos¹
Suelen de Bitencourt Bandas¹
Saulo Bueno Marimon²

Nos dias atuais, tem-se vivido com uma intensidade maior na mídia a questão de discriminação racial. Episódios como o que envolveu o jogador Daniel Alves, do Barcelona (ESP) e o ex-árbitro de futebol Márcio Chagas da Silva, trouxeram o debate sobre um tema perene na nossa sociedade: o que é racismo? E injúria racial? O presente estudo pretende aclarar as diferenciações conceituais acerca das duas expressões que, embora na sociedade possam ter uma compreensão similar, apresentam, conforme veremos, diferenciações significativas no campo jurídico. Comumente, o que se diz crime de racismo é, de fato, crime de injúria racial. Pretender-se-á neste projeto abordar as conceituações e diferenciações envolvendo o crime de Racismo previsto na Lei 7.716/89, em especial no que disciplina seu art. 20, e o crime de Injúria qualificada pelo preconceito, também conhecido doutrinariamente como injúria racial/ injúria preconceito, previsto no art. 140, § 3º do Código Penal. Racismo consiste na ideia de exclusão social da vítima em razão de sua raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, de modo a segregá-la, violando seriamente o princípio da dignidade da pessoa humana. Já injúria racial, afeta a honra subjetiva do sujeito, onde lhe são imputadas qualidades negativas em razão de sua raça, cor, etnia, religião, origem e ainda por tratar-se de pessoa idosa ou portadora de necessidades especiais. A ação penal nos crimes de racismo será sempre pública incondicionada, onde o titular da ação é o Ministério Público, que ao tomar ciência do fato, deverá manifestar-se ainda que a vítima se oponha, diferentemente do que ocorre no crime de injúria racial, visto que, a ação é pública condicionada a representação, e se não oferecida ao Ministério Público pela vítima no prazo de 06 meses ocorre a decadência da ação, resultando em posterior extinção da punibilidade. Os objetivos centrais desse estudo consistem no esclarecimento à comunidade acadêmica acerca das

¹ Acadêmicos do curso de bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

² Professor orientador.

diferenças e peculiaridades que envolvem cada um dos delitos em questão, de modo a questionar a efetividade dos mesmos, levando em conta os bens jurídicos tutelados e as incoerências que se observam, fomentando uma modernização na legislação no que diz respeito a esses crimes, quem sabe até de modo a unificá-los. A metodologia utilizada consiste na revisão bibliográfica sobre o tema, utilizando-se para uma melhor exposição, de forma didática, a observação de casos práticos que se encontram em evidência na sociedade atual, como as recentes polêmicas no âmbito esportivo. A partir de tal análise, espera-se esclarecer e evidenciar as inconsistências sobre a vulgarização de conceitos que são tecnicamente diferentes, em especial em relação ao racismo e o que de fato o caracteriza. O tema, para ser enfrentado em nossa sociedade, necessita de uma conscientização maior sobre o respeito ao próximo e à aceitação do outro como alguém que, diferente, merece o mesmo respeito que você, que cada um de nós.

Referências

GOMES, Luiz Flávio; DONATI, Patricia. Injúria qualificada por discriminação: ação penal pública condicionada. Disponível em: <http://www.lfg.com.br> Visto em: 11/05/2014.

NUCCI, Guilherme de Souza. Leis Penais e Processuais Penais Comentadas. 5 ed. rev. Atual e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

NUCCI, Guilherme de Souza. Racismo: uma interpretação a luz da constituição federal. Disponível em: <http://www.guilhermenucci.com.br/artigos/guilherme-nucci/penal/racismo-uma-interpretacao-luz-da-constituicao-federal> Visto em: 14/04/2014

Problemática do processo de instalação da estação de tratamento de esgoto (ETE) na Lagoa dos Barros/RS

Analice Costa dos Santos¹
Andressa Beschorner Gonsalves¹
Raira Taiane da Silva¹
Fernanda Mallmann²

O presente trabalho tem como escopo a análise da problemática da instalação da Estação de Tratamento de Esgoto - ETE, na Lagoa dos Barros, situada no âmbito territorial dos Municípios de Santo Antônio da Patrulha e Osório. A referida Estação, cuja iniciativa é da Prefeitura Municipal de Osório e da CORSAN - Companhia Riograndense de Saneamento, utilizando-se de recursos públicos federais na ordem de US\$ 10.000.000,00, (dez milhões de dólares) com o financiamento da CEF - Caixa Econômica Federal e Ministério das Cidades, e está localizada às margens da Lagoa dos Barros, objetivando atender uma população de 57.885 habitantes, quando de sua conclusão. Ocorre que o Município de Santo Antônio da Patrulha não foi consultado e nem notificado da instalação do ETE, sendo que a Lagoa dos Barros também faz parte de seu território, ou seja, o município seria afetado diretamente pelo lançamento dos efluentes. Foi constatada, também, a ausência do EIA/RIMA, tendo somente as licenças prévia e de instalação concedidas pela FEPAM - Fundação Estadual de Proteção Ambiental. O Ministério Público de Santo Antônio da Patrulha propôs AÇÃO CIVIL PÚBLICA, com pedido liminar, visando evitar dano ambiental a ser causado pela emissão de efluentes líquidos de Estação de Tratamento de Esgoto na Lagoa dos Barros, alegando justamente a falta de estudos sobre o impacto ambiental futuro. Na ação, o MP alega que a CORSAN e a FEPAM são responsáveis pelos futuros danos causados ao meio ambiente. Também alega a inconstitucionalidade e ilegalidade na expedição indiscriminada da LP (Licença Prévia) e da LI (Licença de Instalação) em favor da CORSAN sem a prévia elaboração de EIA/RIMA, com violação direta do art. 225, §1º, IV, e §4º, da Constituição Federal de 1988, art. 6º, §2º, da Lei Federal n.º 7.661/88, art. 2º, V, da Res. 1/86/CONAMA, e sem a oitiva do Conselho Gestor da Unidade de

¹ Acadêmicas do curso de bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

Conservação de Proteção Integral, com afronta ao art. 46 da Lei Federal n.º 9.985/2000. Os estudos apresentados na LP e LI não atendem a exigência da Resolução do CONAMA 13/90, art. 2º e a CF art. 225 “Inciso 3º, pois a ETE” situa-se na área de entorno (menos de 10km) de Unidade de Conservação Parque Municipal Manoel de Barros Pereira - Lagoa dos Barros. Há pedido de liminar pelo MP para que parem as obras da ETE, que estão 30% concluídas, baseiam-se nos princípios da prevenção e da precaução. Nesse aspecto, o presente trabalho vislumbra a análise do então estudo de impacto ambiental, de forma a valorar quais serão as consequências e quais as possibilidades jurídicas diante do caso, visto que a Lagoa dos Barros seria a segunda fonte de água potável do município de Santo Antônio da Patrulha.

Referências

Dados do Relatório final do processo de instalação da Estação de Tratamento de Esgoto da cidade de Osório. Resoluções do CONAMA e Lei 6.938/81.

Projeto calçada legal de Osório - uma cidade para todos

Gabriela Machado Pereira¹
Germano Silveira Carniel¹
Michele Ferri¹
Marcelo Terra Reis²

O Município de Osório através do Decreto nº 124 de 27 de maio de 2011, elaborou um projeto de melhoramento das calçadas urbanas, onde visa padroniza-las para garantir a acessibilidade. Em consonância com o art. 2º do Estatuto da Cidade, lei 10257/01, em seu inciso V, in verbis, oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais. Busca garantir a democratização do espaço urbano. No mesmo sentido, a Constituição Federal no seu Capítulo que trata sobre Política Urbana, em seu art. 182, dá competência ao Poder Executivo municipal, garantir o bem-estar de seus habitantes. A lei orgânica de Osório em seu art. 83, descreve os objetivos gerais dos instrumentos básicos do processo de produção, reprodução e uso do espaço urbano, entre outros: II ? organização das funções da cidade, abrangendo habitação, trabalho, circulação, recreação, democratização da convivência social e realização de vida urbana digna. Em harmonia com a Lei Orgânica, o Plano diretor do Município de Osório, lei municipal 3902/006, em seu art. 6, tem como princípio garantir a inclusão social, compreendida como garantia de acesso a bens, serviços e políticas sociais a todos os munícipes. Em seu art. 121, descreve o objetivo de garantir a acessibilidade universal, a segurança, conforto e beleza e durabilidade aos logradouros, incluindo vias e passeio públicos. Decreto nº125 de 27 de maio de 2011 que regulamenta o projeto calçado legal, que tem como finalidade melhorar a paisagem urbana, a acessibilidade, o resgate do passeio público pela calçada. Se um passeio ou praça pública é acessível a uma pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida, podemos afirmar que aquele espaço público se torna democrático ao poder ser usufruído por todos. Uma ponto importante a salientar é a importância das definições par a lei. Acessibilidade é a possibilidade e condições de alcance, percepção e entendimento para a utilização com

¹ Acadêmica do curso de bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

² Professor orientador.

segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamentos urbano e elementos. Onde pessoa com a mobilidade reduzida é aquela que, temporariamente ou permanentemente, tem limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo. Entende-se por pessoa com mobilidade reduzida a pessoa com deficiência, idosa, obesa, gestante entre outras. Para a padronização, a prefeitura municipal estabelece procedimentos para orientar na construção. Os pisos especiais de orientação ao pedestre com deficiência visual, consegue se locomover através do sentido do tátil, podendo ser percebidas pela bengala ou pelos pés no contato com o piso tátil. Piso que deve seguir as regulamentações da ABNT NBR 9050/2004. Os pisos são divididos em duas categorias diferentes, um piso tátil de alerta e outro piso direcional, onde ambos devem ter um contraste com a calçada, para facilitar a localização para deficientes com baixa capacidade de visão.

Referências

VASCONCELOS, E. A. Transporte Urbano, Transporte e Equidade: análise das políticas públicas. Ed. Ana Blume, São Paulo, 2001. Site da Prefeitura Municipal de Osório.

Projeto prancha ecológica do Polivalente

Jonatas Fernando da Silva Dias¹
Marcio Fenili Antunes²

O presente trabalho foi desenvolvido como requisito da disciplina Pesquisa em Geografia do curso de Geografia da FACOS. Trata-se de um estudo de caso, cujo recorte espacial consistiu na Lagoa do Peixoto no município de Osório e áreas adjacentes. A Lagoa do Peixoto é um lugar muito importante para o município de Osório, pelo abastecimento de água e também pela função de oportunizar lazer e integração da sociedade com o ambiente natural. A partir deste contexto, a questão central focou-se na investigação das características das lagoas de Osório, em particular da Lagoa do Peixoto, e de suas potencialidades para o desenvolvimento de práticas de educação ambiental. A partir deste objetivo geral, foram elaborados os seguintes objetivos específicos: desenvolver em crianças em idade escolar habilidades necessárias para analisar as condições geoecológicas das Lagoas do Município de Osório, tendo em vista de suas possibilidades para a prática de atividades esportivas e educacionais; revelar as fragilidades do ambiente lagunar frente às interferências antrópicas; compreender a importância do espaço lagunar de Osório a partir dos conceitos de lugar e território; valorizar o ambiente lagunar de Osório através da prática do esporte de Stand up Paddle construído através da coleta de garrafas pet. A metodologia envolveu a escolha de uma turma do 7º ano do Colégio Polivalente de Osório, com a qual foram realizadas reuniões de preparação e aprendizagem relacionadas à questões socioambientais do município de Osório, em especial as potencialidades de suas Lagoas para a prática de esportes, integração e lazer. As crianças coletaram garrafas pet, canos PVC e outros materiais e a partir deste material foram realizadas oficinas para produção de uma prancha para prática de Stand up Paddle. A prancha foi produzida a partir do material coletado, utilizando-se ainda uma cola especial à base de poliuretano para colar e gelo seco para inflar as garrafas. Além da oficina, foi solicitada aos alunos uma pesquisa sobre a Lagoa do Peixoto, a qual resultou em relatórios que possibilitaram discussões sobre a importância e

¹ Acadêmico do curso de licenciatura em Geografia – FACOS/CNEC.

² Professor do curso de licenciatura em Geografia – FACOS/CNEC.

necessidade de preservação deste lugar. O desenvolvimento destas atividades foi parte importante de nossa proposta metodológica e acabou possibilitando aos alunos o desenvolvimento de senso crítico e responsabilidade ambiental. Também permitiu desenvolver melhor percepção do espaço geográfico no qual se encontra Osório através da construção coletiva de conceitos como espaço, paisagem, tempo, lugar e território. O desejo dos alunos em participar do projeto possibilitou uma completa interação do aluno com o lugar Lagoa do Peixoto, levando-o a compreender a importância deste ambiente para seu cotidiano.

Referências

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Em direção ao mundo da vida: interdisciplinaridade e Educação Ambiental. Brasília: IPE, 1998. (Cadernos de Educação Ambiental);

CARVALHO, Isabel. C. M. (1991) Territorialidades em luta: uma análise dos discursos ecológicos. São Paulo: Instituto Florestal de São Paulo, Série registros, 1991.

_____(2004) Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez. 65-68

_____, Isabel Cristina de Moura. Educação Ambiental: a formação de um sujeito ecológico/ Isabel Cristina de Moura Carvalho. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GUERRA, A. T. Novo dicionário geológico-geomorfológico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 652p.

IBAMA, Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas. Brasília: IBAMA: Unesco, 1999.

LEFF, Enrique (coord.) A complexidade Ambiental. São Paulo, Cortez; Blumenau, Edifurb, 2003. LENCIONI, S. Região e geografia. São Paulo: Edusp,

1999. TOMAZELLI, L.J.; VILLWOCK, J.A. Geologia do sistema lagunar holocênico do Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Pesquisas (18). Porto Alegre: UFRGS.1991. p.13-24.

SANTOS,M. Por uma Geografia nova. São Paulo: Hucitec, 1978.

Projeto-Político-Pedagógico (PPP): a função da Supervisão na implementação desta ferramenta

Maria Cristina Camargo¹
Lilian Zieger²

O referido tema que gerou a monografia na conclusão do Curso de Supervisão Educacional, na Faculdade Cenecista de Osório - FACOS, teve como objetivo realizar um estudo em torno de como está sendo otimizado o Projeto-Político-Pedagógico junto às práticas pedagógicas em sala de aula e de como a Supervisão pode atuar para que as falas realizadas na construção do PPP e nas práticas pedagógicas seja uma só voz. Para entender o processo histórico do tema, foram realizados estudos bibliográficos que tratam do referido assunto (que constam na bibliografia a seguir), bem como entrevistas com professores e supervisoras de três escolas estaduais do litoral norte do RS, sendo uma de Ensino Fundamental - Séries Iniciais, outra de Ensino Fundamental - Séries Finais e a última de Ensino Médio. Uma das propostas encontrada nos estudos bibliográficos é em torno da importância da construção do PPP ser feita de forma coletiva (pais, alunos, professores, funcionários, equipe diretiva), buscando aproximar as práticas vivenciadas na escola à realidade da comunidade onde a mesma está inserida. Através das entrevistas realizadas com os professores e supervisores, foi observado que o PPP ainda não é um documento valorizado junto às práticas da escola, visto que não se revisado com frequência, há participação parcial dos envolvidos e, em alguns casos, assumem que as práticas pedagógicas não são compartilhadas (professores resistentes às mudanças), mas que há exceções. Se reforça, desta forma, a necessidade do Supervisor ter uma postura de um ser resiliente, dialógico, observador (no sentido de captar o que precisa de mudança, aproximando-se dos envolvidos e apoiando-os para que sintam que não estão sozinhos nesta reconstrução. Outro fator importante é o fato do Supervisor ter um olhar mais humano para com o corpo docente, apoiando, cooperando, refletindo junto a estes, gerando confiança entre ambos, já que este sente-se tão cansado, desmotivado diante das pressões que enfrentam no cotidiano escolar

¹Acadêmica do curso de Pós-graduação em Orientação e Supervisão Educacional – FACOS/CNEC.

²Professora orientadora.

atualmente: grande número de alunos por turma, alunos com dificuldades de aprendizagem dentro de uma turma superlotada, violência, sobrecarga de trabalho: várias escolas para anteder, carga horária máxima, baixo salário, entre outros. Deste modo, vai surgindo uma nova percepção do professor com relação ao supervisor, eliminando aquela imagem de que o supervisor é um profissional controlador, ditador, um inimigo. Havendo uma relação de confiança, tem como realizar reflexões das ações vivenciadas e buscar as melhores soluções para estabelecer as metas e objetivos construídos no PPP com o que se vivencia no dia-a-dia da escola. É a concretização do fazer coletivo que trará a tão sonhada qualidade de ensino.

Referências

DEMO, Pedro. Avaliação qualitativa: Polêmicas do nosso tempo. 7 ed. São Paulo: Autores Associados, 2002;

FREIRE, Paulo. Cartas à Cristina: reflexões sobre minha vida e minha práxis. 2. ed. rev. São Paulo: UNESP, 200;

RANGEL, Mary (Org.). Supervisão e Gestão na Escola: conceitos e práticas de mediação. São Paulo: Papirus, 2013.

VASCONCELLOS, Celso dos S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 14.ed. São Paulo: Libertad, 2005.;

ZIEGER, Lilian et al. Supervisão Educacional: uma visão caleidoscópica. Porto Alegre: Alcance, 2010. .;

Prospectando mudanças sobre currículo, planejamento e avaliação no espaço das reuniões pedagógicas

Aline de P. Neves Malta¹
Daiane Silva¹
Diego Mendes¹
Mariane dos Santos¹
Eliane Cristina Araújo Schneider²

Currículo, planejamento e avaliação são questões centrais no universo da escola. Temas de grande debate e que geram constante reflexão entre professores e demais profissionais que fazem parte do cotidiano escolar. Estudos realizados na disciplina Ferramentas didático-metodológicas: currículo, planejamento e avaliação, do curso de Especialização em Supervisão e Orientação Escolar da FACOS/CNEC Osório, apontaram para discussões importantes sobre esses temas através de leituras teóricas dos seguintes autores: Adrian (2013), Antunes (2007), Libâneo (1994) e Vasconcellos (1995; 2002). O estudo em questão, de cunho bibliográfico, teve como objetivo analisar, teoricamente, os conceitos, relacionando-os ao contexto das escolas, assim como prospectar de que forma o espaço das reuniões pedagógicas pode ser constituinte dessa discussão. No que se trata da temática do currículo foram analisadas as concepções de currículo, a reestruturação do currículo e a discussão sobre de onde partir: da realidade do aluno ou apenas contemplar os conteúdos obrigatórios? Afinal, quem define o que a escola deve ensinar? Os Parâmetros Curriculares Nacionais indicam que os modelos dominantes na escola brasileira são marcados por uma fragmentação, e que estes devem ser substituídos, na medida do possível, por uma perspectiva interdisciplinar e transdisciplinar. Em relação ao planejamento, entende-se que essa é uma atividade de reflexão acerca das ações e deve ser constantemente atualizado quanto aos conteúdos do plano de trabalho, aperfeiçoando-o em relação aos progressos feitos no campo dos conhecimentos, adequando-os às condições de aprendizagens dos alunos, aos métodos, técnicas e recursos de ensino que vão sendo incorporados nas experiências do cotidiano. Já a avaliação deve ser pensada de forma a valorizar de fato a aprendizagem sendo contínua,

¹ Acadêmicos do curso pós-graduação em Supervisão e Orientação educacional – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

diagnóstica, por meio de observação e interferência, possibilitando uma reavaliação do educador ou educadora e progressos dos alunos e alunas, respeitando suas possibilidades e limitações. Portanto, debater currículo, planejamento e avaliação no espaço das reuniões pedagógicas permite com que estes sejam pensados e alterados de acordo com a realidade da escola, visando sempre a aprendizagem do aluno. Assim, no processo de elaboração da proposta pedagógica é que a equipe diretiva e professores, podem definir: o que, para que e como ensinar. A proposta, neste âmbito é estudar a legislação educacional, a documentação oficial da mantenedora e os estudos teóricos, além da análise da realidade buscando identificar que ações precisam ser planejadas e realizadas pela escola para colocar em prática um currículo que contemple os objetivos da educação básica e que garanta a aprendizagem dos alunos.

Referências

ANTUNES, C. Professores e Professores: Reflexões sobre a aula e práticas pedagógicas diversas. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. A Avaliação da aprendizagem escolar. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1994. VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Avaliação: Concepção Dialética-Libertadora do Processo de Avaliação Escolar. São Paulo: Libertad, 1995.

_____. Trabalho coletivo: a reunião pedagógica semanal como espaço de gestão do projeto e da formação contínua do professor. In. Coordenação do trabalho pedagógico. Do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2002.

Pulsão de morte e violência: uma discussão teórica ilustrada por um personagem de quadrinhos

Adriano da Silva Andrade¹
Helena Beatriz Bier²

Este é um estudo com viés psicanalítico, vinculado à disciplina de Teorias da Personalidade do curso de Psicologia da FACOS, que recorre a um produto da cultura, especificamente, um personagem de histórias em quadrinhos, para abordar a questão da pulsão de morte e da violência. O objetivo geral consiste em refletir sobre a pulsão de morte e sua dinâmica no psiquismo, por isso tendo influência direta na sociedade com a expressão de comportamentos violentos; sendo que os objetivos específicos são destacar a importância da elaboração dos afetos e ideias ligados às pulsões, e evidenciar a função da psicanálise nesse processo. A metodologia consistiu em uma revisão bibliográfica e supervisão com a professora Helena Bier. Freud muitas vezes recorreu às artes para desenvolver o seu construto teórico, já que estas sempre retrataram os mais diferentes aspectos da vida humana. As histórias em quadrinhos, consideradas uma manifestação cultural e artística, segundo a definição de Scott McCloud (2005) são “imagens pictóricas e outras justapostas em sequência deliberada destinadas a transmitir informações e/ou reproduzir uma resposta no espectador”. O personagem escolhido para o desenvolvimento deste trabalho foi o Hulk, criado por Jack Kirby e Stan Lee em 1962. Nas histórias, Hulk surge quando Robert Bruce Banner se encontra sob situações de estresse, manifestando-se como o seu alter ego violento e poderoso, que fica tomado por uma raiva incontrolável e espalha destruição por onde passa. Freud (1930/2010) diz que, assim como a pulsão de vida (Eros), o homem possui uma tendência ao retorno ao inorgânico, uma pulsão de morte (Thanatos), por isso a agressividade lhe é intrínseca e seu convívio em sociedade somente é possível devido a repressão desta pulsão. A repressão consiste no processo de desinvestimento libidinal, neste caso, da pulsão de morte, impedindo que se manifeste na consciência. Contudo, o conteúdo reprimido permanece atuando no inconsciente, desenvolvendo formações afetivas que podem vir a ser percebidas no consciente (FREUD, 1915/2010).

¹ Acadêmico do curso de bacharelado em Psicologia – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

Os afetos e sentimentos correspondem a processos de descarga da libido ligada ao que foi reprimido, sendo a violência entendida como ato, individual ou coletivo, gerado pela descarga pulsional não mediatizada pela palavra (HAUSEN, 2012). Nesse sentido, o Hulk e seu comportamento violento servem como uma metáfora para falar da agressividade de Bruce Banner reprimida durante toda sua vida, que em determinado momento se manifesta em descarga motora, pulsional. Na sociedade atual em que se observa manifestações de violência cada vez mais frequentes e intensas, as artes e a psicanálise se mostram recursos fundamentais para compreender tais fenômenos, assim como para realizar a elaboração da pulsão de morte e encontrar outra via para a sua expressão que não a do ato.

Referências

FREUD, Sigmund. Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos. Obras completas volume 12. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FREUD, Sigmund. O mal-estar na cultura. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2010.

HAUSEN, Denise Costa. Cinema e Psicanálise: o conceito de castração em transversal. Porto Alegre: Movimento, 2012.

MCCLOUD, Scott. Desvendando os quadrinhos. São Paulo: M. Books, 2005.

Hulk (Bruce Banner). Marvel.com. Disponível em:.. Data de acesso: 20/05/2014.

Quando a vida começa diferente

Aline Meggiolaro¹
Cátula Pelisoli²

A psicologia hospitalar teve início na década de 50, limitando-se, inicialmente, ao atendimento de pacientes pré-operatórios. Com seu aprofundamento teórico e avanço técnico, a psicologia hospitalar aderiu a funções secundárias e terciárias de atendimento, como o atendimento de pacientes com doenças já instaladas e o auxílio na adaptação do paciente com a família e a sociedade (SANTOS, VILELA, 2009). Nesse contexto, o psicólogo deve adaptar sua prática para características específicas da instituição hospitalar, alterando a lógica da clínica, tendo em vista que muitas vezes sigilo, privacidade e o atendimento de longo prazo podem não ser possíveis (BORNHOLDT, CASTRO, 2004). Este trabalho visa conhecer a atuação do psicólogo nesse contexto. Para isso foram realizadas observações, entrevistas com profissionais, participações nos encontros do grupo de apoio aos pais e acompanhamento do trabalho realizado por uma profissional de psicologia dentro do setor de Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTI neonatal) de um hospital do litoral norte do Estado do Rio Grande do Sul. Esse setor é voltado para o atendimento de recém-nascidos prematuros, com problemas durante a gestação ou com algum diagnóstico cardíaco, respiratório e/ou infeccioso. Os resultados desse trabalho indicaram que nesta realidade, a mãe assume um sentimento de culpa, incapacidade e ansiedade. Durante a gestação, idealiza-se um bebê com saúde e aspectos físicos perfeitos, porém, ao nascer, a mãe se depara com uma situação diferente, levando-a passar por diversas fases da negação à aceitação, o que pode prejudicar o vínculo entre ela e seu bebê. O psicólogo possui nestes casos a função de amparar a família e ressaltar a importância de uma presença afetiva e tranquila dos pais neste período da vida do recém-nascido. Acompanhar a rotina de um profissional da psicologia hospitalar mostrou o empenho e preocupação em amenizar o sofrimento e as angústias vindas com a realidade de uma doença concretizada, e o auxílio às famílias no que diz respeito ao convívio com o doente. Conclui-se

¹ Acadêmica do curso de bacharelado em Psicologia – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

sobre a importância do conhecimento, pelo psicólogo, do contexto psicossocial da instituição e a importância da busca pela conscientização na prevenção da saúde na comunidade em que o psicólogo está inserido. O psicólogo tem um papel fundamental no amparo a mães e famílias de recém nascidos internados em unidades de terapia intensiva, bem como apresenta um papel relevante ao integrar uma equipe interdisciplinar de saúde.

Referências

CASTRO, E. K., BORNHOLDT, E. (2004) Psicologia da Saúde X Psicologia Hospitalar: Definições e Possibilidades de Inserção Profissional. *Psicologia Ciência e Profissão*, v.24, n. 23, p.48-57.

SANTOS, F. M. S., VILELA A. M. J. (2009) O psicólogo no hospital geral: estilos e coletivos de pensamento. *Revista Paideia*, v. 19, n. 43, p. 189-197.

Quantificando o “socialmente”

Jacson da Rosa Santos¹
Marcia Helena Silva Cortinaz¹
Angela Kunzler Moreira¹
Charles Francisco Ferreira²

A evidência confirmatória relacionada ao relato “apenas socialmente” é comumente narrado por muitos indivíduos, com índices de elevadas incidências, em resposta a considerações de seus padrões de consumo alcoólico. Contudo, o abuso, o uso excessivo ou padrões de dependência (fisiológica, psicológica) são características comumente vinculadas aos transtornos relacionados ao consumo de álcool. Relatos epidemiológicos enfatizavam as altas prevalências destes abusos em países desenvolvidos, sendo de maior acometimento em indivíduos do sexo masculino. Atualmente, os transtornos vinculados ao consumo excessivo de álcool têm sido referenciados como uma situação de prevalência progressivamente crescente, também nos países ainda em desenvolvimento. Inúmeros sintomas e reações adversas são ocasionadas pela ingestão alcoólica em períodos prolongados ou em doses/concentrações excedentes (e.g. abstinência, dependência, abuso, intoxicação, síndrome amnésica, demência alucinatória de humor, distúrbios sexuais, alterações de sono). Embasada nestas informações, a presente reflexão objetivou enumerar e caracterizar os componentes envolvidos nos transtornos relacionados ao consumo de álcool, relacionando-os às cenas do filme “O diário de um jornalista bêbado” (The rum diary, 2012), com o intuito de facilitar didaticamente a identificação das principais características deste acometimento. A aplicação de critérios de identificação, sumarizados em manuais amplamente utilizados na prática psicológica (Manual Estatístico e Mental de Transtornos Mentais 4ª Edição, DSM-IV; Classificação Internacional de Doenças 10ª Edição, CID-10), facilitam o diagnóstico inicial destes transtornos. Muitos autores também relatam que a aplicação de distintos questionários de autopreenchimento (e.g. CAGE, MAST, AUDIT) com sensibilidades e especificidades sociodemográficas características ou as análises de marcadores biológicos sanguíneos podem agir como agentes

¹ Acadêmicos do curso de bacharelado em Psicologia – FACOS/CNEC.

² Professores orientadores.

confirmatórios secundários e complementares para este diagnóstico. Entretanto, dados reforçam a importância da entrevista clínica como método de diagnóstico primário, não sendo indicado apenas o uso de técnicas secundárias para o diagnóstico confirmatório deste quadro. O curso clínico deste transtorno é dito como previsível: devido ao fácil acesso ou por situações sociais facilitadoras do consumo de álcool, sendo todos os grupos etários passíveis de serem enquadrados nestas condições, facilitaria a exposição repetitiva ao contexto, sendo o maior consumo sugerido entre 18 e 22 anos. Portanto, a identificação contextual precoce e a conscientização dos pacientes, juntamente com sugestões propondo modificações, são os componentes básicos da reabilitação motivacional visando evitar ou diminuir as recaídas de consumo de álcool, subsidiando melhorias significativas na qualidade de vida destes indivíduo.

Referências

ASSOCIAÇÃO Psiquiátrica Americana (APA). Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. 4. ed. Revista (DSM-IV-TR). Porto Alegre: Artmed, [2000] 2002.

JAEGER, Antonio; OLIVEIRA, Margareth da Silva; FREIRE, Suzana Dias. Entrevista Motivacional em grupo com alcoolistas. Temas em Psicologia, Porto Alegre, Vol. 16, nº 1, 97, 106, 2008.

Organização Mundial da Saúde. Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Porto Alegre: Editora Artes Médicas; 1993.

R3D3S SOC1415: nossa língua mal dita?

Augusto Cesar Rabello¹
Helena Ribeiro Mesquita¹
Patricia da Silva Flôr¹
Andrio dos Santos Pinto²
Sérgio Ferreira²

O presente estudo tem por objetivo unir o uso de gírias e neologismos empregados constantemente na internet com a forma de aprendizagem do contexto escolar. A invasão desta nova linguagem criada por jovens geralmente em fase escolar causa receio entre pais e educadores. Pode-se considerar que o papel da escola na alfabetização é o de não apenas ensinar o aluno a escrever e ler, mas sim de interpretar o que está escrito, através de condições cotidianas para que este se adapte e reconheça que a escrita está presente na sua vida, inclusive nas telas dos computadores. O estímulo necessário para o aluno produzir seus próprios textos e ler com prazer pode estar justamente nas redes sociais. Querendo ou não, os jovens lêem e escrevem mais por causa da internet e não há problema algum em escrever de forma abreviada, até porque esta linguagem é muito útil em seu campo de atuação, por ser rápida e eficiente, porém é necessário saber diferenciar o que se está escrevendo entre amigos e o que vai se escrever na escola. O professor deve usar a criatividade dos alunos para inspirá-los a produzir material que possa agregar conhecimento, vontade e tirar esse foco de materiais didáticos prontos e com conteúdo padrão, afinal cada região tem suas particularidades e costumes, o que favorece a absorção do conhecimento quando é falada a língua de cada aluno. O processo de alfabetização pode acontecer em todo o espaço que convivemos, estimulando o educando e colocando-o em contato com os textos que circulam diariamente em sua vida, inclusive nos “chats” ou bate papos online. Apesar dos alunos usarem um modo de escrever abreviado, codificado e com símbolos, este pode ser utilizado como forma de ensino efetiva e eficaz, abrindo uma nova perspectiva da escrita e principalmente o seu entendimento e motivação no cotidiano. A partir de alguns pontos de referência o cérebro completa ou reorganiza as

¹ Acadêmicos do curso de licenciatura em Informática – FACOS/CNEC.

² Professores orientadores.

palavras, as fazendo terem sentidos, usando de modo mais apropriado, conforme outras vivências, o que nos leva a 4CR3D174R QU3 0 C3R3BR0 71R4 ESASS CONCLU5Õ35 PR3C1P174D45, TNATEADNO 4D1V1NH4R 0 QU3 V3M A 53GU1R, OU O COEXTNTO 0ND3 ETSA 1N53R1D0, fazendo com que esse tipo de escrita complete o que pode faltar na educação tradicional. Desse modo, com a adesão desses novos métodos no ambiente escolar, talvez seja possível ao menos minimizar as deficiências do ensino contemporâneo, estimulando e desafiando tanto professores como alunos a adotarem procedimentos e instrumentos que resultem em mudanças e instiguem a todos, promovendo uma educação de qualidade.

Referências

KUTAS, Marta; HILLYARD, Steven A. Reading Senseless Sentences: Brain Potentials Reflect Semantic Incongruity. 1980. Acesso em: 13 maio 2014.

SILVEIRA, Evanildo da. Troca-letras tem fundamento científico, O Estado de São Paulo. 2003. Acesso em: 12 maio 2014.

RAMAL, Andrea Cecilia. Ler e escrever na cultura digital. Porto Alegre: Revista Pátio, ano 4, no. 14. 2000.

Reconhecimento da união homoafetiva e sua constitucionalidade

Charles Nunes de Lima¹
Laone Júnior Rech¹
Caroline Dimuro Bender D'Avila²

Esse artigo destoa sobre a ampla discussão ao tema relativo da (in)constitucionalidade do reconhecimento da homoafetividade no âmbito da união estável no nosso ordenamento jurídico. Procura-se solucionar se a Constituição Federal de 1988 restou-se proibitiva quanto a esse direito, ou simplesmente foi omissa em relação a esse tema, deixando aberta sua adequação com o tempo, adequando-se aos costumes de cada geração. Nesse artigo verificaremos que as relações familiares situam-se mais na esfera privativa do que na pública, sendo claro que cabe a sociedade sua normatização, retornando ao entendimento de que cabe sua aceitação pelos padrões preconceituosos de cada época, fundada em valores culturais de cada geração. Falaremos com base ao artigo do excelentíssimo Doutor Luís Barroso que funda seu estudo com base nas visões que a homossexualidade é um fato da vida e que o papel do Estado e do Direito é o de acolher e não o de rejeitar aqueles que são vítimas de preconceito e intolerância. Dessa forma, a ordem jurídica em um Estado Democrático não deve ser capturada com concepções particulares, e sim em um sentido social, ao qual se inspira na razão pública. Assim, influenciado pelas proteções que a Constituição nos trás, sendo sabido que o direito constitucional contemporâneo classifica-se pelo pós-positivismo, tendo como cunho a reaproximação entre Direito e a Ética, esse tema deverá ser analisado primeiramente relacionado com os princípios que regem nosso ordenamento, entre os principais o da igualdade, da liberdade, o da legalidade, o da dignidade da pessoa humana e por fim o da segurança jurídica. Destaca-se que a afetividade ganhou maior importância em nosso ordenamento, superando aquela concepção familiar arcaica de entidade familiar com objetivo de procriação, passando assim a afetividade como elemento substituindo a consanguinidade. Por fim, salientamos que os princípios deixaram de serem fontes secundárias do Direito para ser alcançado

¹ Acadêmicos do curso de bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

ao centro do sistema jurídico, isto posto, irradiam-se por todo o ordenamento. Sendo assim, considerando-se que exista de fato omissão normativa nessa matéria, possibilitando à aplicação dos princípios para saná-la. Ainda vemos que na omissão ou na lacuna da lei, o Juiz pode recorrer à analogia e aos costumes, ao qual consiste em uma aplicação de uma norma jurídica concebida para uma determinada situação de fato a uma outra semelhante, restando claro que tanto na união entre homem e mulher, quanto na união entre pessoas do mesmo sexo equiparando-se por suas características essenciais de afetividade e projeto de vida comum.

Referências

Barroso, Luís Roberto. Supremo tribunal Federal, Direitos Fundamentais e Casos Difíceis. Site do Ensino Superior de Direito Constitucional - ESDC. 2012.

Barroso, Luís Roberto. Diferentes, mas iguais: O Reconhecimento Jurídico das Relações Homoafetivas no Brasil. Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito. n° 14. Universidade Federal da Bahia. Salvador/BH. 2008.

MARTINS, Paulo Cesar Ribeiro, WERKHAUSER, stefan e MACCARINI, Lucas. A União Homossexual do Ponto de Vista da Constituição Federal de 1988.

Revista do Direito. n° 25. Editora Unisc. Santa Cruz do Sul. 2006. LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 9ª edição. Editora Método. São Paulo. 2006.

Recurso especial e recurso extraordinário no processo penal

Angela Rebes¹

Diego Capra¹

Mateus Silveira¹

Vanessa Souza de Araujo¹

Fábio Mariani²

Recurso é o ato por meio do qual a parte pode pedir ao órgão jurisdicional o reexame da matéria decidida, pode ser considerado como uma extensão do direito de ação, em que, para ser aceito deve preencher requisitos prévios objetivos e subjetivos, posteriormente passa pela análise do conteúdo de sua postulação pelo juízo a quo. Em nosso ordenamento jurídico, verificamos a existência dos Recursos: Especial - RES, Extraordinário - REX e Ordinário, onde, neste último, apresentaremos a espécie de Recurso Ordinário Constitucional - ROC. Um dos principais objetivos seria o da uniformização da interpretação das leis. O Recurso Especial foi criado para que substituísse o recurso extraordinário, destinando-se a devolver ao STJ a competência sobre questão federal, que tenha sido suscitada e decidida no TRF ou TJ do Estado ou do Distrito Federal e territórios. Seu cabimento e adequação está no artigo 105, inciso III alíneas “a”, “b” e “c” da CF. Se no mesmo tribunal houverem divergências ao aplicar lei federal não cabe RES. Para interpor RES, o prazo é de até 15 dias da publicação do acórdão, a apreciação inicial cabe ao tribunal a quo. O Recurso Extraordinário deve ser apreciado pelo STF, visa levar ao [...] órgão de cúpula do nosso Poder Judiciário, o conhecimento de uma questão federal de natureza constitucional. Seu cabimento e adequação está no artigo 102, inciso III, alíneas “a”, “b”, “c” e “d” da CF. “a” contrário de dispositivo ou princípio constitucional o REX tutela e controla a aplicação da Constituição, para que não haja discordância ou interpretação diversa. Cabe REX, quando houver violação de direitos constitucionais no Juizado Especial Criminal. Em suma, o Recurso é o ato o qual a parte, inconformada com a decisão prolatada, tem que interpor para obter o reexame da matéria decidida, desde que fundado nas hipóteses previstas na lei. No processo penal, há, entre outros, o Recurso Especial- RES, Recurso Extraordinário- REX, expostos no presente trabalho.

¹ Acadêmicos do curso de bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

É uma peça bipartida, como todos os recursos, devendo a petição de interposição ser endereçada ao Tribunal que proferiu a sentença atacada, com fundamento legal do recurso e petição anexa a ele, e as razões recursais direcionadas ao STJ, com a exposição do fato e direito, demonstração do cabimento e razões do pedido de reforma, nos preceitos do art. 541 do CPC.

Referências

LOPES JÚNIOR, Aury. DIREITO PROCESSUAL PENAL e sua Conformidade Constitucional. 4. ed. Vol. II. Rio Janeiro: Lumen Juris, 2010.

NUCCI, Guilherme de Souza. CÓDIGO DE PROCESSO PENAL COMENTADO. 9. ed. rev. Atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

Recursos em espécie: carta testemunhável, embargos infringentes e de nulidade e agravo de instrumento, regimental e de execução

Douglas Nunes¹
Juliano Silva de Lima¹
Julio Soares¹
Priscila Defendi Casane¹
Fábio Mariani²

Recursos são a forma através da qual a parte provoca o reexame das decisões judiciais, de modo que sejam elas reformadas. Algumas vezes, esse reexame é feito pelo próprio Julgador que decidiu, em outras, é analisado por órgão de jurisdição superior. A carta testemunhável, os embargos infringentes e de nulidade e os agravos de instrumento, regimental e de execução, são algumas das muitas hipóteses das quais as partes podem requerer uma reanálise do que foi anteriormente determinado. A carta testemunhável, primeiramente começou a ser utilizada ainda no tempo do império, tratando-se de instrumento útil para os casos em que os Juízes que não recebiam os recursos, ainda que tempestivos. Previsto no artigo 639 do Código de Processo Penal, hoje pode ser considerado um recurso para alguns doutrinadores e possui o prazo de 48 horas para sua interposição, a contar da ciência do despacho que denegou o recurso. Já em relação aos embargos infringentes e de nulidade, ambos possuem os mesmos prazos e mesma forma, no entanto, o que os diferenciam é a matéria as quais se referem: Enquanto os embargos infringentes versarão sobre divergência quanto ao fato, os embargos de nulidade serão referentes ao direito. Frisa-se que esses embargos só serão cabíveis quando tratar-se de decisão por colegiado, pois os embargos versarão justamente pelo voto dissonante. O agravo de instrumento por sua vez, é oponível em face de decisão que denegar recurso extraordinário ou especial, no prazo de cinco dias, e deverá ser dirigido à Presidência do Juiz a quo, a partir da intimação do despacho denegatório. Além disso, os regimentos internos dos tribunais, preveem o recurso de agravo contra o despacho do respectivo Presidente, Turma ou Relator, e como possui origem no Regimento, recebeu o nome de Agravo regimental. Por fim, o agravo em execução, previsto no artigo 197 da

¹ Acadêmicos do curso de bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

² Professor orientador.

Lei de Execuções Penais, disciplina que das decisões proferidas pelo Juiz de execução caberá recurso de agravo, sem efeito suspensivo. Assim, embora cada um tenha suas características tais como prazo, legitimado, quem ira analisar, forma escrita, detre outras, ao final servem como garantia constitucional do duplo de grau de jurisdição na busca de evitar possíveis injustiças.

Referências

Ada Pellegrini Grinoe, RECURSOS NO PROCESSO PENAL, Teoria Geral dos Recursos. Fernando da Costa Tourinho Filho, CÓDIGO DE PROCESSO PENAL COMENTADO, 13 edição, volume 2.

David André Costa da Silva, MANUAL DE PRÁTICA PENAL, TEORIA E PRATICA, editora verbo jurídico, Fernando da Costa Tourinho Filho, Processo Penal, 33 edição, volume 4.

Recursos em espécie: em Sentido Estrito, Apelação e Embargos de Declaração

Giovani Lima de Souza¹
Jussinara de Souza Lima¹
Maria Gorete Ferreira de Oliveira¹
Nityanne Vieira Soares¹
Pedro Renato Peres Maciel¹
Fábio Luís Mariani de Souza²

O presente trabalho irá tratar dos Recursos em Espécie no Processo Penal, onde serão apresentados os recursos em sentido estrito, à apelação e os embargos de declaração. Os recursos em geral giram em torno da ideia de que o ser humano é falível e da inconformidade da parte prejudicada. Logo diante da possibilidade de que um magistrado possa ter errado na aplicação da lei, o prejudicado através dos recursos busca uma revisão da decisão ou pede que esta seja revista por alguém mais experiente. Recurso em Sentido Estrito: é o recurso utilizado para impugnar decisões interlocutórias que estão previstas nos incisos (I ao XXIV) do artigo 581 do CPP. Permite a retratação do juiz prolator da decisão recorrida, não ocorrendo, será remetido ao respectivo Tribunal no sentido de proceder uma nova análise da matéria de fato ou de direito objeto do recurso, possibilitando confirmação ou modificação de forma parcial ou total. O prazo para interposição do recurso em sentido estrito é de 05 dias, contado da intimação da decisão, conforme artigo 586 CPP. Apelação segundo Lopes Jr (2010) é um recurso ordinário, total ou parcial, conforme o caso, de fundamentação livre, vertical e voluntário, que se destina a impugnar uma decisão de primeiro grau, devolvendo ao tribunal ad quem o poder de revisar integralmente o julgamento (em sentido amplo, e não apenas de decisão) feito pelo juiz a quo. O prazo para interposição do recurso de apelação é de 05 dias, contados normalmente da intimação da decisão - defensor ou réu. O assistente da acusação habilitado terá o prazo de 05 dias para interpor recurso em sentido estrito. Se não tiver habilitado, terá o prazo de 15 dias, a contar do término do prazo do MP (artigo 598 CPP). Embargos de Declaração: É o recurso interposto para o mesmo órgão prolator da decisão,

¹ Acadêmico do curso de bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

² Professor orientador.

em regra geral, dentro do prazo de 02 dias, em razão da ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão da sentença ou acórdão (art. 382-CPP).

Referências

AURY, Lopes Jr. Direito Processual Penal e sua conformidade constitucional;

EBERHARDT, Marcos e GIULIANI, Ricardo Henrique Alves. Manual de prática penal teoria e prática.

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de processo penal e execução penal;

RANGEL, Paulo. Direito processual penal. SILVA, Davi André Costa Silva;

Regularização fundiária do bairro Agual

Fernanda Panitz Ramalho¹
Francielle Monteiro Bettioli¹
Leandro dos Santos Espindula¹
Letícia Rambor Comparsi¹
Ritiela da Silva Agliardi¹
Patrícia Portella Quartiero²

O estudo centra-se na regularização fundiária do Bairro Parque dos Presidentes, popularmente conhecido como “Agual”. Após intimação de despejo recebida pelos moradores, o Poder Público começou a obrar na causa com o intento de regularizar as questões fundiárias dos moradores. Geograficamente, esta área de terra situa-se em Tramandaí. No entanto, pertence ao município de Osório. Através de negociações entre tais municípios, Osório, após editar a lei nº 5067/2012, realizou uma doação com encargo de toda a extensão de terras referente ao Bairro Agual, para Tramandaí. No caso em estudo, trata-se de uma doação com encargo, que consiste em uma condição para realizar algo. Osório doou à Tramandaí uma extensão de terra sob o encargo de se regularizar a situação fundiária desta, no prazo de cinco anos, sob pena de reversão desta área ao município de Osório. A regularização fundiária visa ajustar assentamentos irregulares bem como a titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e efetivar o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, como bem dispõe o artigo 46 da lei nº 11977/2009. Seria o Poder Público atuando através da norma jurídica, para disciplinar as irregularidades e garantir os direitos sociais e fundamentais de cada cidadão. O direito à moradia está previsto em nossa Norma Constitucional de 1988, como sendo um direito social. Porquanto, é dever do Estado garantir a todo cidadão o direito à moradia, e os demais direitos sociais imprescindíveis a cada indivíduo. O estudo foi realizado tendo como base pesquisas doutrinárias, entrevistas com autoridades locais, saídas de campo, e análise do processo de regularização. Através deste estudo de caso, percebemos que o Bairro Agual possui condições ínfimas de vida e convivência para a população. Tendo em vista as questões sociais, o alto

¹ Acadêmicos do curso de bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

índice de criminalidade e as condições sub-humanas a que os moradores são submetidos. Ademais, de acordo com a pesquisa realizada, está sendo efetivado um levantamento topográfico cadastral e o cadastramento socioeconômico dos lotes das quase 1100 famílias. Foram identificadas 1320 unidades prediais e territoriais, e preenchidos 917 formulários. Muitos dos assentamentos são oriundos de invasões e outros ainda pertencem ao município de Osório. Diante desta problemática, o Poder Público de Tramandaí está executando o auto de demarcação urbanística, onde este, posteriormente, será encaminhado ao Registro de Imóveis, que notificará os titulares dos direitos sobre os lotes. Em seguida, será publicado um edital para eventuais interessados. Após, o auto de demarcação urbanística será averbado nas matrículas, elaborando assim, o registro dos lotes a serem autenticados, regularizando os ocupantes cadastrados à posse legítima dos lotes.

Referências

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. Curso de Direito Constitucional. 1ª ed. 2ª tiragem. Revista dos Tribunais. 2012.

BRAZ, Petrônio. Direito Municipal na Constituição. Doutrina, Prática, Legislação. 7ª ed. Revista e atualizada. São Paulo: JH Mizuno, 2010. P. 144-146. http://www.tramandai.rs.gov.br/index.php?acao=noticias=icias_id=8082 Acesso em 06/04/2014, às 23:35;

<http://www.litoralmania.com.br/noticias.php?id=44847> acesso em 06/04/2014, às 23:37;

Relação cintura-quadril de adultos de uma instituição de ensino superior privada de Osório, RS

Adriana Fantinel¹
Diulia de Souza Moura¹
Josiane Silveira Colombo¹
Natiéli Bueno Quintanilha Fél¹
Rosangela F. Bueno¹
Karine Rabaoli²
Flavia da Costa Carneiro Ohlweiler²

A antropometria tem sido usada em todas as faixas etárias nos distintos ciclos da vida, da infância à senelidade e quando comparadas a outros métodos de diagnóstico nutricional, mostra uma série de vantagens, como por exemplo, a simplicidade dos equipamentos, boa aceitabilidade, baixo custo e maior cobertura populacional, por outro lado, também sofre das limitações inerentes a qualquer método diagnóstico. Nos últimos anos a relação cintura-quadril (RCQ) passou a ser utilizada no diagnóstico nutricional. Estas medidas (cintura e quadril) possibilitam estimativas do acúmulo de gordura abdominal a qual está relacionada a quantidade de tecido adiposo visceral e intra-abdominal. Neste sentido tem sido associadas ao aumento do risco de doenças relacionadas à obesidade. A associação entre RCQ e o risco de cardiopatias e diabetes mellitus tipo II, tem sido apontada desde os anos 1970. Além disso, a partir da RCQ é possível estabelecer o tipo de gordura corporal de acordo com o sexo. Indivíduos do sexo masculino tendem a apresentar uma gordura do tipo central, enquanto o sexo feminino tende a apresentar o tipo periférico e/ou inferior. Em relação aos critérios de diagnóstico nutricional baseados em valores de RCQ para adultos, a Organização Mundial da Saúde (OMS), recomenda o uso de RCQ como indicador de obesidade abdominal e, conseqüentemente, risco para doenças cardiovasculares (DCV). O ponto de corte recomendado para adultos do sexo masculino é $RCQ > 1$, enquanto que para adultos do sexo feminino é $RCQ > 0,85$. O objetivo deste estudo é avaliar e classificar a RCQ dos alunos, professores e visitantes que estarão na V Mostra de Iniciação Científica promovida por uma instituição de ensino privada. Os alunos do curso técnico de enfermagem participarão, na forma de experimento, coletando

¹ Acadêmicas do curso técnico de Enfermagem Instituto Cenecista Marques de Herval.

² Professores orientadores.

aleatoriamente os dados de circunferência da cintura e do quadril dos indivíduos adultos que estiverem no evento que a instituição promove regularmente. No mesmo momento, será entregue uma tabelinha com os dados coletados e a classificação, onde o indivíduo poderá se auto avaliar quanto ao risco para doenças cardiovasculares.

Referências

MOREIRA, Emilia A. M, CHIARELLO, Paula G. Atenção Nutricional: abordagem dietoterápica em adultos. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2011.

Relação dor X sedentarismo dos colaboradores de uma instituição de Ensino Superior

Jéssica Nunes Silveira¹
Kyara Cristina Wolf¹
Lucas Souza Santos¹
Rogerio do Amaral Borba¹
Fabio da Silva Cunha²

A busca de uma solução que traga aos colaboradores condições favoráveis, que o leve a uma melhor qualidade de vida e bem-estar, poderá ser alcançada através da atividade física regular, principalmente com exercícios laborais para a compensação dos esforços e sobrecargas musculares diárias, obtidos com alongamento e relaxamento. Objetivo geral: Avaliar os possíveis desconfortos musculares sofridos durante o período de trabalho e relacioná-los a atitudes benéficas ou vantagens há quem pratica atividade física. Métodos: A pesquisa foi realizada através de questionário quantitativo, onde cada participante respondeu anonimamente perguntas relacionadas ao tema: Relação Dor X Sedentarismo dos colaboradores da Instituição de Ensino Superior. Portanto, pretende-se com essa pesquisa, demonstrar o perfil dos trabalhadores dessa instituição citada, buscando apontar suas prováveis lesões, más posturas, repetitividade de movimentos, entre outros fatores que influenciem no desenvolvimento desses males. Resultados e Conclusão: O número total de participantes foi de 32 pessoas (sexo masculino 81,25% e feminino 18,75%), suas posições de trabalho são 56,25% sentados, 9,38% em pé e ambas posições 31,25%. Setenta e cinco por cento (75%) dos participantes responderam sentir dor, sendo os maiores índices dessa dor constatados nas costas com 32,50%, nas pernas 15%, região lombar 12,50% e nos ombros 10%; com nível de dor 48,39% moderado, 19,35%, leve e 9,68% intenso. O que nos chama atenção, é que os outros 25% dos participantes não sentem dor. Estes são praticantes de atividades físicas regulares, com exercícios físicos que variam entre 15 e 30 minutos, de 2 à 5 vezes por semana. Conclui-se então, nesta população de funcionário da Instituição de Ensino Superior, que realizar exercícios físicos tem valor alto na prevenção das Lesões por Esforço Repetitivo (LER) e/ou nos Distúrbios Osteomusculares Relacionados

¹ Acadêmicos do curso de Educação Física – FACOS/CNEC.

² Professor orientador.

ao Trabalho (DORT). Se prevenir é eliminar ou neutralizar as causas do problema. Começa então, a entrar em ação a ginástica laboral, auxiliando no alívio das dores corporais, na redução dos quadros de LER/DORT, no desenvolvimento da produtividade e no aumento de produtividade das empresas.

Referências

PICOLI, E. B., GUASTELLI, C. R. Ginástica Laboral para Cirurgiões-Dentistas Longen WC. Ginastica laboral na prevenção de LER/DORT: Um estudo reflexivo em uma linha de produção. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção Florianópolis (SC): Universidade Federal de Santa Catarina; 2003.

Lima V. Ginastica Laboral: atividade física no ambiente de trabalho. São Paulo: Phorte, 2003. Moreira, P. H. C.; Cirelli, G.; Santos, P. R. B. A importância da ginástica laboral na diminuição das algias e melhora da qualidade de vida do trabalhador. Revista Fisioterapia Brasil, v. 6, n. 5, p.349-353, 2005.

Barreto, S. J.;Grando, K. Estudo sobre a importância da ergonomia na prevenção de doenças ocupacionais em servidores da Universidade Regional de Blumenau. Disponível em:
www.iacat.com/revista/recreate/recreate/relatoriofinaldeergomotricidade.pdf.
Rio Grande do Sul, 2005. Acessado em: 11/05/2014.

Relativização de papéis no direito de família: pai, paternidade; genitor; mãe, maternidade, genitora; filho e filiação

Maristela Barcelos Castro¹
Patrícia Outeiral de Oliveira Sampaio²

Com as novas configurações e concepções familiares os papéis do núcleo familiar acabaram por se relativizar. Até o conceito de mãe, que para o direito era certo, tornou-se tormentoso. Nos dias de hoje nem sempre mãe é quem engravida ou doa material genético, inclusive podem vir separadamente. Nos casos de gestação por substituição o material genético poderá ser de uma pessoa e a gestação, de outra. Nesse caso, quem é a mãe? Falamos ainda na mãe por adoção ou ainda reprodução heteróloga, onde pelos vínculos jurídicos, psicológicos e afetivos, se cria uma realidade de filiação, maternidade/paternidade, independente de origem biológica. O mesmo caso se apresenta para a paternidade, nem sempre é pai o dono do material genético, sendo que ele poderá ou não vir a exercer uma função paterna sobre aquele que terá seu material genético. Em muitos casos será apenas o doador desse material, não apresentando vínculos afetivos por motivos vários de afastamento. O rompimento com a mãe antes do nascimento da criança ou mesmo o desconhecimento da mãe sobre a identidade do dessa pessoa é um dos fatores na atualidade que não permitem que o genitor se torne pai. Para os casos de filho, a respeito do instituto da filiação, acontece a relativização também. Quem tem mais direito e acesso à herança do genitor: o filho no contexto socioafetivo, o biológico ou o adotivo? O direito hoje se conflita com as flexibilizações e arranjos nas e das conjunturas familiares e não tem claro os novos conceitos que, traduzem os novos anseios dessas famílias. Apesar de ainda hoje se usar conceitos como a presunção de paternidade e filiação legítima, por exemplo, não consegue abarcar, com esses institutos, todas as possibilidades e complexidades que o mundo contemporâneo traz. Praticamente todos os institutos do direito de família vêm sendo alterados e relativizados nesses últimos anos, ao ponto de ser necessária uma revisão axiológica a respeito deles. A proposta do pôster é trazer reflexões e questionamentos sobre essas situações e possíveis e

¹ Acadêmica do curso de bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

melhores caminhos para a sua resolução. Pensar sobre a relativização de papéis familiares e todos os elementos jurídicos que a partir daí vem sobre os sujeitos é a ideia dessa apresentação.

Referências

VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil - Direito de Família. Vol. VI, 14ª Ed. 2014, ATLAS.

VARGAS, Maricurz Gómez de La Torre. La Fecundacion em vitro y la Filiacion. Editorial Jurídica de Chile, 1993.

DIAS, Maria Berenice. Diversidade Sexual e Direito Homoafetivo. Revista dos Tribunais, 2011.

Relatório de campo - Parque Estadual de Itapeva

Ananda Baptista Furtado¹
Guilherme Azambuja Neto¹
Joicimara Schmitt da Rocha¹
Thais Castro de Souza²

A Mata Atlântica, hoje, com seus 12% de remanescentes florestais, se tornou um hotspot mundial, ou seja, umas das áreas mais ricas em biodiversidade e mais ameaçadas do planeta. A conservação deste ambiente é essencial para a regulação do fluxo de mananciais hídricos e controle do clima, pois detém sete das bacias hidrográficas do Brasil. O PEVA (Parque Estadual de Itapeva) Possui uma área aproximada de 1000ha e uma zona de amortecimento que ultrapassa 10km. No PEVA encontram-se diversos ambientes bem distintos e que abrigam uma fauna e flora adaptada as condições ambientais locais. Sustentação e perda de água são os principais problemas enfrentados pelos animais que vivem ali. Entretanto tais dificuldades não impediram que este ambiente fosse colonizado por uma variedade de espécies de plantas e animais. Para se ter uma ideia de diversidade de animais neste ecossistema do litoral norte do RS, realizou-se um levantamento desta diversidade no PEVA. Como objetivos mais específicos foram feitas coletas para descrever a fauna nos diferentes ambientes de praia, trilhas no morro, substrato rochoso, dunas frontais, lago temporário, capões de mata arenosa, dunas interiores móveis e mata paludosa. Foram realizadas as triagens dos materiais no laboratório identificando a nível de classe e ordem, possível pelo desenvolvimento e aplicação de técnicas de coleta e preservação de exemplares. O Parque Estadual de Itapeva possui uma área de 1.000 hectares e uma zona de amortecimento que ultrapassa os 10 km. Dentro do parque foram selecionados três ambientes para estudo: a linha de praia, as dunas móveis interiores e o banhado da Mata Paludosa. O trabalho foi iniciado no dia 5 de abril de 2014, tendo como ambiente escolhido para análise a linha de praia, local facilmente identificado tanto pela sua forma longilínea em relação ao Oceano Atlântico como pela escassez de cobertura vegetal e de escoamento hídrico superficial permanente. Este ambiente é formado essencialmente e pelas dunas

¹ Acadêmicos do curso de licenciatura em Biologia – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

embrionárias que se estabelecem junto à praia e pelas dunas frontais que se desenvolvem paralelas à linha de praia. As coletas foram realizadas na zona entre-marés, e infralitoral, na areia e nas rochas. O trabalho continuou nas dunas interiores e mata arenosa, em ambientes compostos por diversos tipos de dunas, tais como barcanas, cadeias barcanóides e transversais, que podem sofrer alterações sazonais de conformação principalmente em decorrência da ação dos ventos. Essa saída nos aproximou do campo, nos tornando capaz de montar armadilhas, observar pegadas, fazer coletas e observar de uma maneira interrogativa.

Referências

BRUSCA, R.C. & BRUSCA, G.J. 2007. Invertebrados. 2ª Ed., Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 1092 p. CASA DA CIÊNCIA. 2014 : Principais grupos de insetos. Disponível em Acessado em 04/04/2014

CONAMA Conselho Nacional do Meio Ambiente. 2014. Disponível em: Acessado em: 04/04/2014.

CONAMA. 1992. Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente, de 1984-1991. IBAMA/CONAMA/SEMAM, Brasília, Distrito Federal, 245p. IBAMA. 2014.

Mata Atlântica. Disponível em: Acessado em: 03/04/2014 IBF. Bioma Mata Atlântica. Disponível em: Acessado em: 09/04/2014.

PEREIRA, A. P. S.; VASCO, A. N. do; BRITTO, F. B.; MÉLLO JÚNIOR, A. V.; NOGUEIRA, E. M. de S. Biodiversidade e estrutura da comunidade zooplanctônica 17 na Sub-bacia Hidrográfica do Rio Poxim, Sergipe, Brasil. Revista Ambi-Agua, Taubaté, v. 6, n. 2, p. 191-205, 2011.

RBMA - Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. 2014. Disponível em: Acessado em: 04/04/2014. RUPPERT, E. & BARNES, R.D. 1996. Zoologia dos

Invertebrados. 6ª ed., Roca Ed., São Paulo. 1029 p. WWF Brasil. 2014. Novo Código Florestal ameaça a biodiversidade. Disponível em: Acessado em: 02/04/2014.

Remissão de dívidas

Joziane Machado Soares¹
Matheus Miranda Schneider¹
Kamilla Ritter¹
Ed Moraes²

Remissão é ato de liberalidade por parte do credor, consistindo em liberar o devedor do cumprimento da obrigação, é o perdão da dívida, mas no entanto, conforme preceitua o art. 385 CC/2002, necessita como requisitos, condições para que possa produzir seus efeitos naturais, da anuência do próprio devedor, e não pode prejudicar à terceiros. A remissão é uma espécie do gênero renúncia, não se confundindo com essa, mas equivalendo-se em efeitos. Renúncia é ato unilateral, remissão tem caráter convencional, pois depende de aceitação por parte do devedor, a renúncia é também mais ampla, incide em alguns direitos pessoais, não patrimoniais, a remissão, no entanto, é peculiar aos direitos creditórios. São passíveis de remissão, todos créditos, quaisquer que sejam sua natureza, desde que não prejudicando terceiros, conforme mencionado anteriormente e que não seja contrário ao interesse público. quando falamos em remissão, temos modalidades por assim dizer: quanto ao objeto, existe TOTAL ou PARCIAL. Total: é o perdão da dívida por inteiro, como quando A deve a B R\$: 1.000,00 e B remite-o na totalidade de sua dívida. PARCIAL: perdoa-se apenas parte da dívida, é como no exemplo anterior, porém ao invés de perdoar a totalidade da dívida, o faz apenas em parte, restando ainda um saldo a pagar. Quanto a forma, temos a EXPRESSA, TÁCITA ou PRESUMIDA: EXPRESSA - é aquela resultante da declaração do credor, em instrumento público ou privado, por ato inter vivos ou mortis causa, de que perdoa a dívida. TÁCITA - é decorrente do comportamento do credor, incompatível com sua qualidade de tal, por se traduzir em intenção liberatória, como quando se contenta com quantia inferior a totalidade do crédito, quando destrói na presença do devedor o título, ou faz chegar à ele tal informação. aqui há de se ter o cuidado de não deduzir remissão tácita, por mera inércia ou tolerância do credor, salvo quando em casos excepcionais, da aplicação da supressio, como decorrência da boa-fé. Assim, por exemplo, se uma prestação

¹ Acadêmicos do curso de bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

² Professor orientador.

for incumprida por largo tempo, e o crédito, por sua própria natureza, exige cumprimento rápido. PRESUMIDA - deriva de expressa previsão legal, ex: arts 386, 387 CC/2002. Ocorre em dois casos: entrega voluntária do título da obrigação por escrito particular e pela entrega voluntária do objeto empenhado, em ambos os casos, realizada pelo credor, ou representante com poderes para remitir. E para finalizar, pode ainda ser a remissão ser concedida sob condição (suspensiva) ou a termo inicial. SOB CONDIÇÃO: é a que depende de evento futuro e incerto para acontecer, mas tão logo acontece, a dívida está remitida: se fulano passar em tal concurso, estará encerrada a dívida... A TERMO: está subordinada a evento futuro e certo: se fulano até o dia X passar no concurso tal, está perdoada a dívida.

Referências

LENZA, pedro. Direito Civil Esquematizado. 1ª. ed. Saraiva. São Paulo: 2011. 634 à 636p. / <http://cadorim.blogspot.com.br/2012/07/direito-das-obrigacoes-remissao-de.html>

Representatividade política e cidadania

Jéssica Vargas Bonilla¹
José Roberto Prestes Madruga¹
Mario Renato Alves Pinheiro¹
Melissa Negruni da Silva¹
Everton Ricardo Bootz²

Conforme demonstram os historiadores, a representação política aparece somente depois das revoluções havidas em sistemas que não contemplavam alguma forma de participação política, ou seja, onde o poder se encontrava nas mãos de um ou de poucos e a maioria do povo não tinha direito à participação nas decisões de governo. Assim, somente quando o povo se insurgiu para se fazer ouvir por seus governantes e, por conseguinte, quando o poder se deslocou das mãos de um ou de poucos para a nação, a representação aparece como instrumento político das massas. Logo, o objetivo material do presente trabalho para a Mostra de Iniciação Científica 2014, oportunizada pela FACOS, pretenderá uma breve explanação histórica sobre a representação política no Brasil, considerando os seus principais momentos históricos até chegar a atualidade. Vivemos um momento de grande questionamento do povo em relação aos seus representantes. Como em toda a história relativa à representação política, o povo quando revoltado com o modo de seus governantes o representarem impõe sua vontade de forma tal que seus representantes não podem ignorar trazendo assim mudanças e benefícios. Entretanto os representantes são o reflexo de uma cultura acostumada a resolver seus problemas a partir do “jeitinho brasileiro”. O povo brasileiro é um povo ordeiro e acostumado com as manobras políticas. Lamentavelmente muito do que nós vivenciamos se convencionou ser algo “naturalizado”. Como já dizia Zé Ramalho “[...] povo marcado, hê, povo feliz”, buscamos uma sociedade mais justa, mais honesta e igualitária, porém temos recebido como resposta daqueles que deveriam nos bem-representar o descaso com relação às necessidades mais básicas e que poderiam elevar a sociedade como um todo a um patamar mais digno de sua condição. Este trabalho, basicamente, debruçar-se-á sobre os quatro elementos fundamentais da representação

¹ Acadêmico do curso de bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

política: o representante, o representado, a substância da representação e o processo representativo, sob a perspectiva da exigência democrático-constitucional, tendo como base principal de ordenamento jurídico, a Constituição Federal do Brasil de 1988.

Referências

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário Aurélio. 5ª edição, Editora Positivo, 2010.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de teoria geral do Estado. 29ª edição, SP: Saraiva 2010.

Constituição Federal do Brasil, 1988, Artigo 1º, Parágrafo único. Constituição Federal do Brasil, 1988, Artigo 14º, incisos I, II e III.

Constituição Federal do Brasil, 1988, Artigo 14, §3º. Constituição Federal do Brasil, 1988, Preâmbulo.

Disponível em . Acesso em 09/05/2014. Disponível em. Acesso em 09/05/2014. Disponível em Acesso em 11/05/2014. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm. Acesso em 15/05/2014. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm. Acesso em 15/05/2014. Disponível em < <http://www.suapesquisa.com/vargas/>>. Acesso em 13/05/2014. Disponível em . Acesso em 11/05/2014. Disponível em . Acesso em 11/05/2014. Disponível em . Acesso em 11/05/2014. Disponível em . Acessado em: 11/05/2014. Disponível em . Acesso em: 11/05/2014. Disponível em . Acesso em 09/05/2014. Disponível em . Acesso em 13/05/2014.

Responsabilidade civil dos profissionais da saúde

Caroline Souza Pereira¹
Marcelo Terra Reis²

A responsabilidade contratual entre médico e cliente deriva de uma obrigação de “meio”, pois o profissional não se compromete à cura de uma doença, e sim com a prestação de cuidados conscientes e atentos, de acordo com as regras e os métodos que a profissão e a ciência lhe proporcionam. Tendo por obrigação principal o atendimento adequado e observância de deveres específicos, além do dever geral de cautela e conhecimento profissional próprio para um bom atendimento. O dever específico de informar, previsto no art. 6, III do CDC, refere-se ao princípio da transparência. No entanto, negar socorro ou emitir atestados falsos pode gerar ao profissional a denominada responsabilidade delitual. Como também, a demora nos cuidados, ocasiona responsabilidade pela perda de uma chance. Em regra, nos casos mais graves, necessita o profissional de prévia autorização do paciente ou dos seus familiares para proceder com tratamentos médicos. Porém se não houver tempo hábil para ouvi-los por se tratar de emergência, terá ele a obrigação de realizar o procedimento. O erro médico atribui responsabilidade civil ao profissional por violação consciente de um dever de cuidado, impondo-lhe obrigação de restituir o dano. Neste mesmo sentido, o erro de diagnóstico quando não determina as reais causas da doença do paciente, ocasionando a ele tratamento indevido e agravamento de situação, deverá tornar o profissional responsável. Em contrapartida, os cirurgiões plásticos assumem uma responsabilidade de “resultado”, pois seus pacientes não estão doentes, apenas pretendem corrigir um aspecto estético embelezador que os desagrada. No caso das cirurgias malsucedidas surge a pretensão de indenização pela parte autora. A indenização das cirurgias plásticas embelezadoras, oriundas de resultados não alcançados, abrange geralmente danos materiais, danos morais, entre outros valores. Porém, nos casos em que o cirurgião aplicou as técnicas de absoluto e contínuo sucesso, e não obteve o resultado esperado, total ou parcial, em

¹ Acadêmicos do curso de bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

² Professor orientador.

razão de característica peculiar inerente ao próprio paciente, que não pode ser detectada antes do procedimento, configura-se a verdadeira causa de excludente de responsabilidade, pois não houve possibilidade de previsão. Assim, provada qualquer modalidade de culpa, grave ou não, do profissional, será ele responsabilizado civilmente pela falta de cuidado, cabendo ao cliente prejudicado a produção da prova, conforme o art. 14, § 4º do CDC. Os hospitais e laboratórios respondem objetivamente pelos médicos que tem vínculo empregatício, integrando sua equipe médica, no caso de responsabilização. Adverso, o profissional que apenas utiliza dos hospitais para internar seus pacientes particulares, responde exclusivamente pelos seus erros, isentando o estabelecimento. Outro aspecto relevante são as mortes por infecção hospitalar, as quais devem responsabilizar a instituição, independente de culpa, onde se internou a vítima e não os médicos.

Referências

Cavaliere Filho, Sergio. Programa de responsabilidade civil. 10º ed. São Paulo: Atlas, 2012. Gagliano, Pablo Solze. Novo curso de direito civil, vol 3, responsabilidade civil. 10º ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

Gonçalves, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro, vol 4, responsabilidade civil. 5º ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

Responsabilidade do estado decorrente de omissão legislativa que inviabiliza os exercícios de direitos e liberdades constitucionais

Sara Lumertz Nunes¹
Maria Cristina de Faria Brasil²

A evolução da responsabilidade civil do Estado cede espaço à constatação de que a discricionariedade legislativa não tem caráter absoluto, devendo ser exercida nos limites outorgados pela Constituição, pois a soberania do Estado é traduzida por todos os atos providos de autoridade pública, sendo a lei um desses. O desenvolvimento deste trabalho contou com pesquisa bibliográfica e jurisprudencial, para verificar a hipótese formulada. Utilizou-se o método hipotético-dedutivo para alcançar os objetivos do estudo, investigando a relação da responsabilidade civil do Estado, dentro da dogmática do Direito Administrativo, com a omissão do Poder Legislativo, fundamentada pelo mandado de injunção, caso a inatividade do legislador venha a impedir o exercício de direitos, depois de constituída a omissão pelo tribunal competente. O estudo aborda a discussão acerca da possibilidade de reparação dos danos causados em decorrência da inércia legislativa, partindo do princípio de que a omissão de norma que torna inviável o exercício de direitos, resulta em prejuízos passíveis de reparação, sendo considerada a omissão legislativa que gera efeitos à terceiros. Isso fica evidenciado quando estamos diante de direitos fundamentais, devido à importância de suas normas atribuidoras, que representam garantias à sociedade. Se a própria Constituição garante aos cidadãos direitos fundamentais, impondo deveres aos sujeitos privados, especialmente ao Estado, não pode conviver com a falta de atuação do legislador, que tem o dever de tutelar e concretizar os direitos fundamentais. Quando o dever constitucional de legislar não é cumprido pelo legislador, a Constituição traz as ações voltadas ao controle da omissão inconstitucional: a ação direta de inconstitucionalidade por omissão e o mandado de injunção, ações ainda pendentes de regulamentação própria, ocasionando controvérsia entre a doutrina e a jurisprudência que acabam tratando-as como idênticas. Entretanto, ao estudar suas diferenças, traz-se o mandado de injunção como

¹ Acadêmica do curso de bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

pressuposto da responsabilização por omissão legislativa, pois opera na garantia de individual, enquanto a ação direta de inconstitucionalidade por omissão é ação que visa a garantia de toda a Constituição. E é na sentença proferida em sede de mandado de injunção que a omissão legislativa é caracterizada, constituindo, caso essa omissão gere danos indenizáveis, direito para exigir reparação em uma nova relação jurídica, uma vez que o writ não tem a finalidade de recompor danos materiais ou morais causados pela falta de regulamentação de norma constitucional. Assim, confiar ao Poder Judiciário a decisão sobre o ressarcimento de danos causados pela omissão de regulamentação de Direito Constitucional é a maneira mais adequada de enfrentar o problema, uma vez que este pode corrigir os efeitos da falta de atuação legislativa e promover a Justiça.

Referências

ESTEVES. Júlio Cesar dos Santos. Responsabilidade Civil do estado por ato legislativo. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

PIOVESAN, Flávia. Proteção Judicial contra Omissões Legislativas. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

PUCCINELLI JÚNIOR, André. A Omissão Legislativa Inconstitucional e a Responsabilidade do Estado Legislador. São Paulo: Saraiva, 2007.

RIZZARDO, Arnaldo. Responsabilidade Civil. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. Curso de Direito Constitucional. 1. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

Reutilização e inclusão social: confecção de uma prancha de Stand Up Paddle com material reciclável adaptada a pessoas com deficiência

Anderson Valter Godinho¹
Tainara Oliveira Azambuja¹
Fábio da Silva Cunha²

A possibilidade de reutilização de materiais descartáveis como promoção de saúde e inclusão social parece uma alternativa viável nas aulas de educação física. Uma vida ativa voltada ao esporte é resultante de uma extensa rede de atitudes nos âmbitos político, profissional, social e pessoal. O desenvolvimento das habilidades motoras proporcionará meios para aquisição da cultura de vida ativa, fatores essenciais para que se possam realizar atividades físicas em diferentes meios, não restringindo o indivíduo a grupos específicos. Objetivo: Confeccionar uma prancha de Stand Up Paddle com reaproveitamento de material reciclável para uso de Pessoas com Deficiência. Métodos: Por meio de uma iniciativa dos alunos da disciplina de Atividades Aquáticas do Curso de Educação Física da FACOS, foram coletadas garrafas plásticas de 2 e 3 litros, durante um período de 30 dias, com intuito de confeccionar uma prancha de Stand Up Paddle adaptada para cadeirantes. Foram também reaproveitados canos de PVC e pedaços de plástico tipo EVA e CDs sem utilidade. Para a confecção da prancha foram utilizadas 154 garrafas, sendo 81 inteiras e 73 cortadas, estas servindo como encaixe. Dentro de cada garrafa foi colocado um pedaço de gelo seco. As garrafas foram coladas com cola especial de poliuretano, formando colunas com sete garrafas inteiras e seis de encaixe. Os canos foram colados para unir as colunas de garrafas. Foi feito um apoio para as costas, também com garrafas plásticas, para que o praticante ficasse em posição própria para utilizar o remo. O EVA foi colado na parte superior central da prancha, para aumentar a aderência, e os CDs foram coladas na parte inferior traseira, para que pudessem direcionar a prancha durante o deslocamento. Resultados e conclusões: A prancha será testada para utilização, durante as aulas de Atividades Aquáticas possibilitando uma alternativa metodológica para inclusão de Pessoas com Deficiência. Os alunos

¹ Acadêmicos do curso de Educação Física – FACOS/CNEC.

² Professor orientador.

poderão participar de todos os processos, desde a coleta do material até a sua aplicação prática. Formando assim, cidadãos conscientes com o meio ambiente, e evitando por meio da atividade física, possíveis síndromes metabólicas. Assim diminuindo a distância entre as diferenças físicas, e a cada dia tornando a atividade física verdadeiramente inclusiva.

Referências

DIEHL, Rosilene Moraes. Jogando com as diferenças: jogos para crianças e jovens com deficiência em situação de inclusão e em grupos específicos. 2 ed. Phorte: São Paulo, 2008.

Revisão crítica da utilização clínica dos fármacos antitireoidianos na enfermagem

Amanda Daitx Justo¹
Marilei de Fátima Ribeiro de Mello¹
Sandra Maria Calabresi Ribeiro¹
Gabriel Corteze Netto²
César Luis Silva Santos²

Os antitireoidianos são medicamentos utilizados para a regulação de disfunções tireoidianas. Seu uso está diretamente relacionado com as produções de T3 (triiodotironina), T4 (tiroxina), e de calcitonina, que são hormônios secretados pela tireoide, que constitui uma das maiores glândulas endócrinas do corpo humano, que está localizada na região anterior do pescoço. Tem como função a regulação de taxas metabólicas, produzindo aumento no metabolismo de carboidratos, gorduras e proteínas. Sua produção quando alterada pode ser diagnosticada e tratada. Das atividades irregulares clássicas se encontram o hipertireoidismo e o hipotireoidismo. O primeiro é caracterizado pelo excesso na produção de hormônios, que ocorre por doenças como a doença de Graves, doença automine da tireoide, e o aumento da glândula causado por uso incorreto de alguns fármacos. Já o hipotireoidismo é caracterizado pela insuficiência na produção de hormônios, que reduz o metabolismo. Estas são patologias antagônicas, mas que mesmo assim podem influenciar entre si. Um dos meios de influência é a partir do uso incorreto de fármacos, que em doses alteradas podem desenvolver um quadro oposto, sendo assim de um hipotireoismo pode virar um hipertireoidismo e vice versa. Dos medicamentos utilizados mais comuns estão o Iodo-131, Propiltiouracil e Metimazol, indicados em caso de hipertireoidismo. Já para hipotireoidismo os fármacos mais comuns utilizados são a Levotiroxina, Liotironina e o Liotrix. As alterações são indicadas a partir de exames e diagnósticos realizados pela equipe de saúde. O cuidado de enfermagem na manutenção de pacientes que fazem uso de antitireoidianos é de grande importância. Fatores cardíacos, neurológicos, hepáticos e renais podem ser comprometidos com seu mau funcionamento. O profissional deve estar atento ao histórico do paciente, quais medicamentos ele faz ou fez uso, além da descrição de sinais e sintomas, e

¹ Acadêmicas do curso de bacharelado em Enfermagem – FACOS/CNEC.

² Professores orientadores.

uma avaliação mais dirigida, focando em sintomas cardiovasculares, respiratórios, gastrointestinais, tegumentares, musculoesquelético, neurológico sensitivo, reprodutor e imunológico. Sendo assim, concluímos a partir da revisão bibliográfica desses autores a importância do conhecimento dos fármacos antitireoidianos pela equipe de enfermagem para orientações e cuidados aos pacientes.

Referências

CLAYTON, Bruce. Farmacologia na Prática de Enfermagem, 2006. 2-Rang & Dale. Farmacologia (2007).3-Katzung, Bertram. Farmacologia Básica e Clínica (1998).

Rubéola: doença infecciosa aguda benigna

Juliano de Jesus Silveira¹
Pamella Carvalho de Farias Moraes¹
Patricia Moraes Dornelles¹
Gabriel Corteze Netto²

O presente trabalho trata-se de uma revisão bibliográfica sobre a rubéola e a rubéola congênita. A rubéola é causada por um vírus presente no sangue e nas secreções nasofaríngeas dos pacientes. O vírus pertence à família dos *Togavirus* e ao gênero *Rubivirus* e está presente no sangue e nas secreções nasofaríngeas dos pacientes. É uma doença contagiosa, um de seus sintomas mais conhecidos são as manchas vermelhas (exantemas), que surgem na primeira semana atrás das orelhas e se espalham pelo corpo do infectado, além de outros sinais como febre, coriza, dor nas articulações, dores musculares, dor de cabeça, dentre outros. O período de incubação da rubéola é cerca de 15 dias. O contágio ocorre através do contato com pessoas infectadas, pela aspiração de gotículas de saliva ou secreção nasal. A rubéola congênita é transmitida da mãe para o feto durante a gestação. Desenvolve somente quando a mulher contrai o vírus na fase ativa. A infecção completa ocorre nos primeiros dois meses de gestação, podendo afetar o crescimento e ocasionar microcefalia, encefalite, alterações nos pulmões, fígado, ossos, diminuição das plaquetas além de outras anormalidades como, por exemplo, catarata, surdez, defeitos cardíacos no feto. O diagnóstico laboratorial é feito pela identificação dos anticorpos específicos no soro (Rubéola-IgM e Rubéola-IgG) e isolamento viral. A imunização e a prevenção da rubéola são feitas por meio da vacinação, onde contém vírus vivos atenuados. A criança é vacinada aos 12 meses de vida por meio da tríplice viral (sarampo, rubéola e caxumba), com reforço aos 15 meses da tetra viral (caxumba, rubéola, sarampo e varicela). As mulheres em idade fértil são vacinadas para prevenção. Não existe nenhum tratamento específico. Fármacos são utilizados para sanar os sintomas apresentados. Dado o exposto pela revisão destes autores consultados entende-se que a rubéola é considerada uma doença de maior

¹ Acadêmicas do curso de licenciatura em Ciências Biológicas – FACOS/CNEC.

² Professor orientador.

gravidade quando relacionada à gravidez e que as medidas de prevenção como a vacinação são fundamentais para erradicar a doença.

Referência

BRASIL, Ministério da Saúde. Guia de vigilância epidemiológica. -6ªed. ? Brasília: Ministério da Saúde, 2005. Pág. 633 a 651.

COURA, José Rodrigues. Dinâmica das doenças infecciosas e parasitárias. Vol II. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. Pág. 1807 a 1814.

HINRICHSEN, Sylvia Lemos. DIP, doenças infecciosas e parasitárias. Rio de Janeiro: Guanabara koogan, 2009. Pag. 115 a 118.

LEVINSON, Warren. Microbiologia médica e imunologia. Tradução: Martha Maria Macedo Kyaw- 10ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. Pág. 505 e 506.

SILVA, Ana Karla da. Manual de vigilância epidemiológica e sanitária - Goiânia: AB, 2010. Pág. 203 a 205.

Rubéola e a importância da assistência de enfermagem

Rosy Cristiane Cardoso¹
Gizelle de Souza Arboite¹
Gabriel Corteze Netto²

As mulheres em idade reprodutiva fazem parte da maior população brasileira, com interesse na prevenção da síndrome da rubéola congênita. Contudo este trabalho tem como objetivo realizar uma revisão bibliográfica, sobre esta doença infecto-contagiosa que acomete mulheres e crianças em diversas faixa etária e sobre a importância da prevenção através da vacinação adequada. A rubéola é uma doença viral contagiosa, transmitida pelo vírus *L. rubellus* e conhecida também como sarampo alemão. Caracterizada por exantemas, manchas avermelhadas que se espalham pela face, couro cabeludo e pescoço, com duração de três dias, os demais sintomas são iguais a de uma influenza como: febre, cefaléia, artralgia, mialgia, aparecimento de gânglios, pele ressecada e com prurido. Quando a mulher entra em contato com o vírus nas primeiras semanas de gestação, passa a desenvolver a síndrome da rubéola congênita, uma condição clínica grave, que traz diversas consequências intrauterinas, desde o nascimento de crianças normais até abortamento espontâneo, mortalidade e nascimento de crianças com más formações congênitas. A rubéola tem outras complicações além da síndrome da rubéola congênita, como: Meningoencefalite (processo inflamatório que acomete o cérebro e meninges), Poliartrite (doença sistêmica crônica das articulações), Púrpura Trombocitopênica (doença autoimune caracterizada pela destruição das plaquetas) e broncopneumonia (inflamação dos brônquios, bronquíolos e alvéolos). A rubéola é transmitida por vias respiratórias, com período de incubação do vírus no organismo de 14 a 21 dias após o contato e período de transmissão 7 dias antes do aparecimento dos sintomas, até 5 a 7 dias após. O tratamento da rubéola consiste em repouso, administração de antitérmicos e analgésicos, higiene corporal com água e antissépticos. A prevenção se dá por seguimento adequado do calendário vacinal, através da vacina Tríplice viral, administrado aos 12 meses e com reforço dos 4 ou 6 anos de idade, sendo contra indicado á gestantes. Concluímos que rubéola é uma doença que

¹ Acadêmicas do curso de bacharelado em Enfermagem – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

necessita de acompanhamento epidemiológico, para evitar a disseminação do vírus por toda a população. O papel principal do enfermeiro é atuar na orientação e educação referente a esta doença, destacando sempre a importância da imunização exigindo empatia e responsabilidade de toda a equipe da saúde, referente à educação da população, promovendo a prevenção e a compreensão da doença pelo público alvo.

Referências

FONSECA, SMD; DANTAS, VCR; [ET AL...], Avaliação do Estado Imune de Mulheres em Idade Reprodutiva em Relação ao Vírus da Rubéola; Evaluation of the Immune Status of Women in Reproductive Age Regarding Rubella Virus; Departamento de Microbiologia e Parasitologia; Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Centro de Patologia Clínica de Natal ?RN.

SANTOS, RS; DIAS, IMV; Refletindo sobre a malformação congênita, Reflecting about congenital malformation; Revista Brasileira de Enfermagem 2005set-out; 58(5): 592-6.

COSTA, FAS; QUADRADO, AVM ; [et al...]; Síndrome da Rubéola Congênita: revisão de literatura; Congenital Rubella Syndrome (CRS): a literature review; Revista de Medicina e Saúde da Família.

Saberes que brotam da terra: um estudo de caso no assentamento Filhos de Sepé, no município de Viamão-RS

Josiel da Rosa Moura¹
Leandro Forell²
Sita Mara Sant'Ana²

No Brasil, inúmeros Movimentos Sociais destacam-se tanto no plano político como também na sua forma relação com a natureza, em especial o caso do Movimento SemTerra (MST) se comprometem em defender a justiça social e o acesso a terra sem reproduzir as práticas destrutivas pela agricultura capitalista. Este trabalho de pesquisa é uma iniciativa de captar experiências de outra ordem, que se colocam como alternativa para o ser humano, produzidas de forma particular, com outros afetos e sensibilidades, produzidos entre nós, na perspectiva dos Movimentos Sociais em luta. É com essa esperança, que direcionamos este estudo para o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), no assentamento Filhos de Sepé, no município de Viamão-RS e para sua organização de produção coletiva, na organização popular, no fortalecimento dos movimentos sociais e da democracia substantiva e direta, buscando compreender como os integrantes do MST, representam a sustentabilidade no assentamento Filhos de Sepé. A partir do conceito teórico de “representações sociais” (Magnani, 1986) e com a contribuição do aporte filosófico do método materialista histórico dialético para a interpretação dos dados. Com objetivo específico, pretendeu-se: Trazer as representações sociais de sustentabilidade produzidas pelos assentados do Filhos de Sepé, na Cidade de Viamão-RS; Identificar os espaços, momentos e as aprendizagens com relação a vida sustentável no assentamento Filhos de Sepé; compreender como estas representações influem no conjunto da sociedade sociedade e quais as possíveis contribuições para a educação. O enfoque adotado nesta pesquisa caracteriza-se pela abordagem qualitativa por utilizar instrumentos que se caracterizam pela sua flexibilidade e capacidade sistemática de obter informações que possibilite captar o fenômeno material em sua essência, relações e ligações (TRIVIÑOS, 1987). Entre os diversos tipos de estudos qualitativos, este trabalho caracteriza-se pelo estudo de caso, que

¹ Acadêmico do curso de pós-graduação em educação para sustentabilidade - UFRGS

² Professores orientadores.

segundo André (2005), não é um método específico de pesquisa nem uma escolha metodológica, mas sim, "uma forma particular de estudo bem como uma escolha do objeto a ser estudado?". Para a realização da pesquisa, primeiramente, procurou-se obter dados e informações sobre a realidade sensível no aporte bibliográfico que tratam do tema e do local pesquisado, para logo após, partir para o trabalho de campo, o qual contou com observações livres, diário de campo e entrevista semi-estruturada, talizaram 12 entrevistas, as quais foram gravadas com equipamento de audio e posteriormente transcritas. Para a apresentação dessa pesquisa, inicialmente, este texto trará conceito teórico sobre representações sociais; balizantes metodológicos do estudo e os sujeitos da pesquisa; para a seguir apresentar as representações sociais dos assentados, e, por fim, algumas considerações acerca da educação para sustentabilidade no MST.

Referências

BONAMIGO, Carlos Antonio. O trabalho cooperativo como princípio educativo: A trajetória de uma Cooperativa de Produção Agropecuária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Dissertação (Mestrado) FAGED, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

ANDRÉ, M. E. D. A. Estudo de Caso em Pesquisa e avaliação educacional. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. O MST e as reformas agrárias do Brasil. Buenos Aires: CLASCO, 2008.

GADOTTI, Moacir. Educar para a sustentabilidade. *Inclusão Social*, Brasília, v. 3, n. 1, p. 75-78, out. 2007/mar. 2008.

LOUREIRO, C. F. B. Problematizando conceitos: contribuição à práxis em educação ambiental. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P. L.; CASTRO, R. S. de. (Org.). *Pensamento complexo, dialética e educação ambiental*. São Paulo: Cortez, 2006.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Coordenação e revisão de Paul Singer. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os Pensadores, livro 1, tomo 1).

THOMPSON, E. P. A miséria da teoria ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

Saúde Mental e Reforma Psiquiátrica - Documentário "Dos loucos das Rosas"

Felipe Balardin¹
Mariana Schveeidt Velho¹
Cristina Maria de Oliveira²

Inicialmente, os hospícios eram vistos como depósitos de pessoas, era o local onde ficavam além de doentes mentais, mendigos, criminosos, inválidos. O tratamento que recebiam era desumano e, muitas vezes eram castigados. Os pacientes não tinham direito a alimentação saudável e regular, eram torturados, e aprisionados a fim de que houvesse controle destes. Somente no século XVIII os asilos passaram a ser manicômios, onde ficavam somente doentes mentais. Nossa proposta de trabalho é a apresentação do documentário "Dos Loucos, das Rosas". Neste documentário mostra o cotidiano das pessoas portadoras de doença mental do Hospital Psiquiátrico na cidade de Barbacena/MG. Em meados dos anos 40 e 50, existia antes da Reforma Psiquiátrica, na qual tinha o nome de "Hospital Colônia", o maior hospício do Brasil, onde as pessoas ficavam internadas, e eram tratadas por psiquiatras. Cerca de 5 mil pessoas eram internadas, na qual chegou a ser comparado a um Campo de Concentração, e com o tempo se tornando superpopuloso de doentes mentais. Atualmente, o Hospital Colônia em Barbacena é usado como museu, onde possui as fotos da época em que as pessoas eram internadas, e o quanto era triste o dia a dia dos pacientes, pois as pessoas eram tratadas nas piores condições, maltratadas e torturadas. A ideia inicial no Hospital Colônia era fazer com que aqueles pacientes trabalhassem na produção agrícola. A partir dos anos 40, já possuía um excesso de ocupação de pacientes. O tratamento era totalmente desumano. Com a chegada do professor italiano Franco Basaglia, um dos percussores da Reforma Psiquiátrica, veio para desinstitucionalizar esses manicômios. Após o movimento da Reforma Psiquiátrica, os pacientes começaram a se socializar, podendo então ter uma vida ativa mesmo tendo algum sofrimento psíquico. O desafio é não nos afastarmos de enfrentar a questão da loucura, da doença do outro e com isso, tentamos começar a ter outra ótica sobre a loucura. O louco

¹ Acadêmicos do curso de bacharelado em Psicologia – FACOS/CNEC.

² Professora orientação.

não é monstro nem é não humano, mas a doença mental é constituída ao longo da história, pois segundo Foucault, “a doença só tem realidade e valor de doença no interior de uma cultura que a reconhece como tal”. (FOUCAULT, Michel. Doença mental e Psicologia. Tempo Brasileiro, 2000-) (BOCK, Ana, Psicologias, 2008, pg 344).

Referências

FOUCAULT, Michel, história da loucura, Ed. Perspectiva, pg. 3-78. São Paulo. 2010.

BOCK, Ana, psicologias, 18ª ed. Ed. Saraiva, cap.23. São Paulo. 2008.

Ser professor: pesquisa de opinião no ensino fundamental e médio

Ianaira Andrade Reis¹
Daiani Souza dos Santos¹
Juliana Guimarães Dariva¹
Adriana Soares²

O presente registro relata uma pesquisa de campo direcionada a alunos de escolas públicas municipais e/ou estaduais de 8ª série/9º ano do Ensino Fundamental e de 3º ano do Ensino Médio e/ou Curso Normal sobre questões referentes ao tema “Ser Professor”. A escolha do tema partiu da curiosidade entre os acadêmicos e a professora da disciplina de Didática em levantar opiniões que os alunos têm sobre a profissão professor, suas metodologias, suas dificuldades e que (des)motivações existem quanto à escolha dessa carreira. A pesquisa também buscou socializar, em sala de aula, os resultados obtidos, visto que todos os alunos-pesquisadores eram estudantes de Licenciaturas. O questionário com 14 perguntas objetivas teve como finalidade investigar, inicialmente, informações sobre a presença ou não de familiares professores, o professor que mais marcou a trajetória estudantil dos alunos, o entendimento sobre o papel do professor na sociedade, a intenção em ser professor e a provável disciplina/área de atuação bem como questões voltadas ao uso da tecnologia em sala de aula e as maiores dificuldades que os professores enfrentam em sala de aula e os desafios quanto à escolha da profissão professor. A amostra constituiu-se de 80 alunos dos municípios de Capão da Canoa (I.E.E. Riachuelo/ 8ª série), Capão Novo (E.E.EM. Capão da Canoa/ 3º ano), Mostardas (E.M.E.F. Nossa Senhora Aparecida/ 8ª série) e Tramandaí (I.E.E. Barão de Tramandaí/ 3º ano). Para embasar a pesquisa, foram utilizados, como suporte teórico, artigos do livro “Ser Professor” (ENRICONE, 2001). Ao realizar a pesquisa, percebemos que os alunos estão cientes de algumas situações recorrentes da educação como, por exemplo, o desrespeito do aluno com o professor e a falta de valorização desta profissão na sociedade. Por isso, os próprios alunos não querem exercer a docência. Ao mesmo tempo em que os aspectos negativos são citados, há o reconhecimento

¹ Acadêmicas do curso de licenciatura em Letras – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

da importância do professor na construção do conhecimento e na formação do indivíduo. Desta forma, concluímos que o professor precisa não só saber o conteúdo, mas ser criativo para provocar no aluno a paixão pelo conhecimento. Para a disciplina de Didática, após a socialização das informações levantadas e considerações expostas, fica evidente que “ser professor”, do ponto de vista dos alunos de algumas escolas do Litoral Norte, continua tendo um papel de grande responsabilidade, mas que necessita urgentemente de novas adaptações e incentivos de todas as esferas da sociedade, não apenas de ordem financeira, mas, principalmente, social, cultural e educacional. Além disso, a profissão exige, cada vez mais, a formação de indivíduos pensantes e motivados para atuarem nas escolas e em todas as modalidades de ensino. Assim, é inconcebível pensar que muitos jovens e adultos não optam pela educação porque simplesmente a profissão de professor não é valorizada pela sociedade e governantes.

Referências

ENRICONE, Délcia (org.). Ser professor. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

Sorologia para toxoplasmose em gestantes e recém-nascidos em Santo Antônio da Patrulha/RS

Luciano Consul da Rocha¹
Márcia de Vargas Kober²

A toxoplasmose é uma zoonose de distribuição mundial causada pelo *Toxoplasma gondii* (T. gondii). Mundialmente sua prevalência em humanos varia de 10 a 90%, com diferenças atribuídas a aspectos geográficos, hábitos alimentares e fatores de exposição ambiental, sendo aproximadamente 90% dos casos assintomáticos. A transmissão da toxoplasmose pode ocorrer da gestante para o feto, assim chamada de transmissão congênita, que pode trazer graves manifestações clínicas para o feto ou até mesmo morte. Em gestantes imunocompetentes que sofreram soroconversão antes da gestação, o risco de transmissão para o feto é mínima, entretanto gestantes imunocomprometidas correm o risco de transmitir o parasito ao feto mesmo tendo soroconversão prévia. O presente estudo objetivou avaliar o perfil sorológico para toxoplasmose em gestantes e recém-nascidos e correlacionar a faixa etária das gestantes com soroprevalência. Trata-se de um estudo transversal prospectivo sobre o perfil sorológico IgM e IgG anti-*Toxoplasma gondii* em 197 gestantes e seus respectivos recém-nascidos no Hospital Santo Antônio, localizado em Santo Antônio da Patrulha ? RS, entre fevereiro e outubro de 2011, através do método de imunofluorescência indireta. Foi realizado cálculo da taxa de prevalência e respectivos intervalos de 95% de confiança. A idade média das gestantes estudadas foi de 25,9 anos. Soropositividade para toxoplasmose foi encontrada em 105 (53,3%) das 197 amostras. Nenhum caso de IgM reagente foi encontrado no presente estudo. Não se identificou associação estatisticamente significativa entre soropositividade e faixa etária das mulheres ($p=0,085$). A soroprevalência encontrada neste estudo está de acordo com outros estudos brasileiros, que estimaram a prevalência de 59% em gestantes no Paraná e 49,5% em gestantes de Minas Gerais. Quanto ao fato de não termos encontrado nenhuma infecção ativa, podemos atribuir a uma possível infecção no início da gestação, já que há um declínio ou até mesmo desaparecimento de IgM

¹ Acadêmicos do curso de Farmácia – ULBRA/Canoas.

² Professora orientadora.

específica com o decorrer do tempo, pois aproximadamente 25% dos neonatos infectados apresentam resultados negativos para este anticorpo no momento do nascimento. Diversos estudos reforçam a teoria de que há maior número de indivíduos infectados proporcionalmente com o aumento da faixa etária, atribuindo a elevação da soroprevalência ao maior período de exposição à doença. Entretanto no presente estudo não foi encontrada diferença significativa na soroprevalência para toxoplasmose em gestantes com diferentes faixas etárias. O grande número de gestantes suscetíveis a toxoplasmose na população estudada (46,7%) requer medidas educativas desde o primeiro pré-natal, visando medidas de orientação quanto ao risco de infecção, dessa forma diminuindo o risco de soroconversão durante a gravidez.

Referências

Amendoeira MRR, Camillo-Coura LF. Uma breve revisão sobre toxoplasmose na gestação. *Sci Med*. 2010; 20(1):313-19.

Ferezin RI, Bertolini DA, Demarchi IG. Prevalência de sorologia positiva para HIV, hepatite B, toxoplasmose e rubéola em gestantes do noroeste paranaense. *Rev. Bras. Ginecol. Obstet*. 2013; 35(2):66-70.

Fonseca AL, Silva RA, Fux B, Madureira AP, Sousa FF, Margonari C. Epidemiologic aspects of toxoplasmosis and evaluation of its seroprevalence in pregnant women. *Rev Soc bras Med Trop*. 2012;45(3):357-64.

Schmidt DR, Hogh B, Andersen O, Fuchs J, Fledelius H, Petersen E. The national neonatal screening programme for congenital toxoplasmosis in Denmark: results from the initial four years, 1999 - 2002. *Arch Dis Child*. 2006;91:661-65.

Torgerson PR, Mastroiacovo P. The global burden of congenital toxoplasmosis: a systematic review. *Bull World Health Organ*. 2013;91(7):501-8.

Testamento vital: declaração prévia de vontade de pacientes terminais á luz da autonomia da vontade e sua aplicabilidade no sistema jurídico brasileiro

Ana Paula Souza de Albuquerque¹
Patrícia Outeiral de Oliveira Sampaio²

O presente trabalho de pesquisa tem como principal intuito a abordagem do testamento vital á luz da autonomia da vontade e sua aplicabilidade no sistema jurídico brasileiro. Tal pesquisa versa sobre a declaração prévia de vontade, mais conhecida como Testamento Vital, tendo como principal enfoque a verificação da autonomia da vontade do testador e sua eficácia no ordenamento jurídico brasileiro. Atualmente tal temática não se encontra tipificada no ordenamento jurídico há tão somente a resolução do Conselho Federal de Medicina (1.995/2012), no entanto mesmo não positivado o Testamento Vital é instituto válido no Brasil, pois é um instrumento garantidor da autonomia da vontade dos pacientes terminais nas questões das decisões em relação às intervenções médicas. O desenvolvimento da humanidade no mundo de hoje vem representando ao longo dos anos, grandes avanços significativos no que tange o aspecto da área da medicina e do direito, sendo notório o progresso nas questões inerentes a saúde e vida humanas, na medicina houve um aperfeiçoando evidente nos mecanismo de tratamento nos quais visam o prolongamento da vida, assim retardando, de certo modo, o curso natural da vida. Por consequência, há calorosas discussões nesse sentido pelos quais defendem a autodeterminação de pacientes em estágio terminal em usufruir seu direito de escolha da sua própria morte ou até mesmo sobre quais os tratamentos querem ou rejeitam a se submeter caso venha sofrer de uma enfermidade de cunho generativa. É nesse sentido que apresentam-se as diretivas antecipadas de vontade, que ramificam-se em dois núcleos principais: a declaração prévia de vontade (Testamento Vital) e o mandato duradouro. A presente pesquisa ira se concentrar tão somente na declaração prévia de vontade que, exerce um papel fundamental nas questões de pacientes que estão sofrendo por alguma enfermidade grave que dessa resulte sua morte ou sua incapacidade da autonomia da vontade. Para tanto o

¹ Acadêmica do curso de bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

paciente detentor de enfermidade terminal deverá previamente manifestar, em documento escrito, declarando sua vontade em relação aos tratamentos ou intervenções médicas que assim deseja ou não realizar no decurso de sua doença. Não obstante aos conflitos gerados por esse assunto há também de ressaltar que a declaração prévia de vontade de pacientes terminais não representa o papel de uma eutanásia, distanásia ou orthonatásia, mas assume um papel garantidor do princípio da autonomia da vontade do paciente em questões de alguns procedimentos. A eutanásia é reconhecida como a realização do óbito por outra pessoa, já a distanásia é o prolongamento artificial da vida e em contra ponto, a orthonatásia atua no processo natural da morte entretanto evita o sofrimento exacerbado do paciente.

Referências

DADALTO, Luciana. Testamento vital. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

Toxicidade dos agrotóxicos utilizados na cidade de Palmeira das Missões-RS

Francine Luciano Rahmeier¹
Rafael Linden²

Segundo a ONU, até 2024, podemos chegar aos 8 bilhões de pessoas no mundo. Diante do aumento populacional, a necessidade da demanda de alimentos torna-se cada vez maior. Neste contexto que se insere o uso de agrotóxicos na agricultura, de onde provém a base da alimentação humana. O uso exacerbado e irregular destes produtos, leva, anualmente, a cerca de 3 milhões de intoxicações no mundo e 220 mil mortes, e é capaz de causar danos graves e até irreversíveis à saúde humana, além de levarem à contaminação e degradação ambiental. Objetivos: Realizar um levantamento sobre os principais agrotóxicos vendidos na cidade de Palmeira das Missões-RS no ano de 2010 e uma revisão sistemática sobre a toxicidade e periculosidade destes produtos, avaliando os possíveis danos que estas substâncias possam trazer ao meio ambiente e à população. Metodologia: O trabalho foi realizado a partir de uma pesquisa feita em locais autorizados para a venda de agrotóxicos, onde pode-se encontrar os mais consumidos. Em cima destes dados obtidos, foi feita uma pesquisa em artigos científicos, procurando reunir informações que demonstrassem todos os efeitos tóxicos de cada substância encontrada e correlacionar a toxicidade destes produtos químicos e seus possíveis efeitos negativos. Resultados: Foram encontrados em uso na cidade 33 agrotóxicos e formulações, dentre estes 8 agrotóxicos da classe toxicológica I (extremamente tóxico) e apenas 4 de classe toxicológica IV(pouco tóxico), sendo o restante das classe II e III. Dentre estes, alguns são capazes de desenvolver câncer, problemas neurológicos ou reprodutivos, além possuírem grande potencial de persistência e/ou mobilidade ambiental. Conclusões: Diante dos resultados e de estudos feitos na literatura, podemos notar que na cidade em questão, faz uso de agrotóxicos de alta toxicidade e periculosidade, expondo a saúde da população à graves problemas, e que isto tende a aumentar com o decorrer dos anos, devido a agricultura ser a base da sua economia. Nota-se que o meio ambiente já se mostra em evidente

¹ Acadêmica do curso de Pós-graduação em Toxicologia Forense - Universidade Feevale.

² Professor orientador.

contaminação em estudo feito pela Emater, fato este que expõe sua população ao contato inevitável com estes produtos, de maneira direta e indireta. Frente a isso, vê-se a importância da melhoria dos sistemas de fiscalização de venda de agrotóxicos e a implantação de treinamentos para a utilização correta destes.

Referências

ANVISA. Programa de análise de resíduos de Agrotóxicos em alimentos (PARA), Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Brasília, 22 de junho de 2010ab.

FARIA, N. M. X., FASSA, A. G., FACCHINI, L. A. Intoxicação por agrotóxicos no Brasil: os sistemas oficiais de informação e desafios para realização de estudos epidemiológicos. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 12, n.1, p. 25-38, Rio Grande do Sul, 2007.

KRÜGER, R. A. Análise da toxicidade e da Genotoxicidade de agrotóxicos utilizados na agricultura utilizando bioensaios com *allium cepa*, 2009, 58 f. Dissertação (Mestrado em Qualidade Ambiental), Universidade Feevale, Novo Hamburgo, 2009.

Toxoplasmose

Thaíse Moraes Dutra¹
Rafael Ortiz da Silva¹
Leonardo Severo¹
Lisiane Smiderle²

Toxoplasmose é uma doença infecciosa, congênita ou adquirida, causada por um protozoário chamado *Toxoplasma gondii*, encontrado nas fezes dos gatos e outros felinos. Adquiri-se esta doença através da ingestão de carne mal cozida contendo cistos de toxoplasma, transmissão transplacentária, ingestão de oocistos infectantes na água ou alimento contaminado com fezes de gato, etc.. A maioria das infecções primárias não produz sintomas. A doença pode afetar o cérebro, pulmões, coração, olhos ou fígado. Alguns sintomas são: Linfónodos aumentados na cabeça e no pescoço; Dor de cabeça; Dor muscular; Dor de garganta. Se a infecção se der durante a gravidez (o que ocorre em 0,5% das gestações), os parasitas podem atravessar a placenta e infectar o feto, o que pode levar a abortos e a má formações em um terço dos casos, má formações como hidrocefalia podendo também ocorrer neuropatias e oftalmopatias na criança como déficits neurológicos e cegueira, mas se a infecção tiver sido antes do início da gravidez não há qualquer perigo para o feto durante a gestação. Geralmente assintomática, nos quadros agudos, pode apresentar febre, dores musculares, que persistem durante dias a semanas. Na transmissão transplacentária, o feto apresentará lesão cerebral, deformidades físicas e convulsões desde o nascimento até um pouco depois. Na forma crônica pode levar ao desenvolvimento de lesões oculares. O diagnóstico é feito pela sorologia, ou seja, detecção dos anticorpos específicos contra o parasita, como as imunoglobulinas, que só existem nas fases agudas, e IgG que está aumentada na fase crônica da doença. Na maioria dos casos não é necessário tratamento já que o sistema imunitário geralmente resolve o problema. Na gravidez ou em imunodeprimidos usa-se espiramicina, pirimetamina e sulfadiazina, para controlar a multiplicação do *Toxoplasma gondii*. Clinicamente é difícil fazer o diagnóstico dos casos agudos, que dessa forma podem evoluir para a forma crônica. Na forma crônica é muito frequente

¹ Acadêmicos do curso de bacharelado em Enfermagem – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

o comprometimento da visão devido ao tropismo do *Toxoplasma gondii* pelos olhos. As gestantes devem evitar o contato com fezes de gatos, pois estas podem conter oocistos, não ingerir água de origem desconhecida e sem estar fervida, nem carne crua ou mal cozida durante a gravidez. No caso dos gatos, lavar as caixas com água e sabão, e trocar a areia das caixas com frequência, pois as fezes deixadas muito tempo na caixa tem um poder contaminante maior. Deve-se sempre usar luvas ou lavar bem as mãos e passar álcool 70% após manipular a areia. Alimentar os gatos com ração, água fervida ou filtrada, não lhes permitir caçar animais também reduz o risco e nunca alimentá-los com carne crua ou mal passada. Ainda não existe um medicamento eficaz contra a toxoplasmose, na fase crônica da infecção.

Referências

NEVES, D. P. Parasitologia Humana. 8 edição. Rio de Janeiro e São Paulo: Livraria Atheneu.

Tuberculose: patologia que merece atenção

Indianara Pereira Toledo¹
Tanize Pereira Dias¹
Gabriel Corteze Netto²
Nina Paula Magagnin Pereira²

O presente trabalho é uma revisão bibliográfica sobre a tuberculose. É causada pela bactéria *Mycobacterium tuberculosis*, sendo uma das doenças infectocontagiosa que mais mortes ocasiona, quando não tratada corretamente, entre os problemas mais registrados na área da saúde. A bactéria que afeta principalmente os pulmões, mas também pode ocorrer em outros órgãos do corpo, como ossos, rins e meninges (membranas que envolvem o cérebro). Ao nascer deve-se tomar a primeira dose da vacina BCG, elaborada a partir de uma bactéria viva de origem bovina, semelhante à bactéria que provoca a doença nos humanos. Esta não impede a infecção nem o desenvolvimento da doença, mas impede as formas mais graves. A transmissão é direta de pessoa a pessoa, pelas gotículas eliminadas na respiração, por espirros, tosse e na saliva, sendo o principal fator a aglomeração e falta de higienização. Mas somente é contraída, quando a bactéria chega aos alvéolos pulmonares, ao contrário nada ocorre, pois é a partir dos alvéolos que os bacilos de Koch podem invadir a corrente linfática e alcançar os gânglios (linfonodos), órgãos de defesa do organismo. Quando o bacilo não for bloqueado, a doença evolui e se divide, rompendo a célula em que está fagocitado e provoca uma reação inflamatória muito intensa em vários tecidos a sua volta. O pulmão reage a essa inflamação produzindo muco e surge tosse produtiva. Como o bacilo destrói a estrutura alveolar, formam-se cavernas no tecido pulmonar e vasos sanguíneos podem romper-se. Por isso, na tuberculose pulmonar, é frequente a presença de tosse com eliminação de catarro, muco e sangue. Os sintomas mais frequentes são tosse por mais de duas semanas, produção de catarro, febre, sudorese, cansaço, dor no peito, falta de apetite e emagrecimento. Nos casos mais avançados, pode aparecer escarro com sangue. O diagnóstico é realizado através do relato dos sintomas, mas confirmado pelos exames de radiografia do pulmão e análise do catarro. O tratamento deve ser realizado

¹ Acadêmicas do curso de licenciatura em Ciências Biológicas – FACOS/CNEC.

² Professores orientadores.

com o uso de três drogas diferentes pirazinamida, isoniazida e rifamicina. Durante dois meses, o paciente toma os três medicamentos e, a partir do terceiro mês, somente isoniazida e rifampicina, A bactéria cresce fora e dentro da célula de defesa, sendo necessária a utilização desses medicamentos para combater as diferentes fases do bacilo. Estes são distribuídos pela rede pública de saúde, pois o governo brasileiro definiu a doença como prioridade entre as políticas públicas de saúde. Dado o exposto pelos autores consultados entende-se que utilizando os fármacos prescritos pelo médico a tuberculose tem cura, mas para isso deve-se seguir corretamente as recomendações.

Referências

Brasil, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância Sanitária em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Coordenação Geral de Doenças Endêmicas. Programa Nacional de Controle da Tuberculose.

Departamento de Vigilância Epidemiológica. Manual de Recomendações para o Controle de Tuberculose no Brasil. - Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Brasil, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância Sanitária em Saúde.

Departamento de Vigilância Epidemiológica. Tratamento Observado (TDO) da tuberculose na Atenção Básica: Protocolo de Enfermagem. -Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Brasil.

Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Vigilância em Saúde: Dengue, Esquistossomose, Hanseníase, Malária, Tracoma e Tuberculose. - Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

Plano Estratégico para o Controle da Tuberculose, Brasil 2007-2015. Brasília, 2006. Brasil, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância Sanitária em Saúde.

Um exame essencial o pré-natal

Élida Lima da Silveira¹
Tháise Moraes Dutra¹
Cristina Wesner²

O pôster fala sobre, a importância do pré-natal desde o início da gravidez até o nascimento do bebê, e assim possa estar contribuindo para a prevenção de complicações materna e fetal, para que a mãe possa levar uma gestação tranquila e que o bebê possa nascer saudável, então se faz necessário o pré-natal. Fala das etapas do pré-natal e o que ocorre em cada uma dessas etapas, menciona quais os exames necessários que a mãe deve fazer durante o período da gravidez. Relata também qual a importância do enfermeiro na orientação da gestante e seus familiares, qual exame o enfermeiro(a) pode estar coletando, que é o exame citopatológico também chamado de (papanicolau), esse pôster é uma revisão bibliográfica sobre as etapas do pré-natal e as atribuições do enfermeiro. Fala também da periodicidade das consultas, de quanto em quanto tempo a mãe deve estar comparecendo as consultas, fala dos exames laboratoriais solicitados, que tem importante papel na assistência no pré-natal pois tem a função de rastrear possíveis patologias e assim podendo ser prevenidas. Relata o que o enfermeiro pode estar fazendo para ajudar aquela futura mãe, sendo somente para tirar uma dúvida de como amamentar seu filho, até auxiliar essa mãezinha em alguma patologia que seu bebê possa vir a ter futuramente. Pode também realizar consultas de pré-natal de baixo risco. E as gestantes que são de alto risco são encaminhadas a o médico, também a função da enfermagem é realizar palestras para que todas dúvidas da mãe sejam sanadas, fazer com que as carteirinhas das gestantes estejam em dia, nesse pôster a metodologia utilizada foi a revisão de literatura especializada na área desse estudo. E o pôster nos traz a conclusão de que o pré-natal é essencial a vida não somente do bebê, mas também da gestante que pode ter intercorrências durante a gestação, trazendo graves consequências a o feto e a gestante, sem os cuidados básicos, como os exames laboratoriais e a ajuda da enfermagem para tirar dúvidas básicas do dia a dia, pode ser de grave consequência futuramente.

¹ Acadêmicas do curso de bacharelado em Enfermagem – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

Referências

Livro: Zugaib Obstetrícia, Marcelo Zugaibç Assistência pré-natal. Manual técnico: Ministério da Saúde Brasileira 2000

Uso de bens apreendidos para repressão ao tráfico ilícito de drogas

Camila da Silva Silveira¹
Felipe de Souza¹
Ivan Antonio Wilborn¹
Thuany dos Santos Nunes¹
Saulo Bueno Marimon²
Vinicius Gil Braga²

Cuida-se de um trabalho cuja proposta é investigar a (in) constitucionalidade do uso de bens apreendidos para a repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas, suas previsões legais, quem pode usar os bens apreendidos, bem como os motivos que justificam esse sequestro. Essa medida é vista por muitos como inconstitucional, eis que tal sequestro contraria o princípio da presunção da inocência ou estado de inocência (art. 5º, LVII da CF), bem como o princípio do devido processo penal (art. 5º, LIV da CF). Por outro lado, o uso imediato dos bens por órgãos de repressão ao narcotráfico previsto nos arts. 61 à 64 da Lei nº 11.343/2006, que evitará que os automóveis e os eletrônicos apreendidos permaneçam sem uso e expostos a condições adversas, impedindo que deteriorem e sofram acentuada desvalorização até o trânsito em julgado da decisão que decretar seu perdimento em favor da União. Sendo que para ser concedido o uso desses bens aos órgãos repressivos que constituem proveitos do crime de tráfico de drogas e/ou foram utilizados na prática desse delito. A repressão ao tráfico de drogas exige intensa e permanente atuação investigativa, em caráter sigiloso, com inteligência, estratégia e utilização de técnicas modernas de produção probatória. Essas funções demandam o uso de veículos discretos, câmeras fotográficas e computadores. E os bens apreendidos se encaixam perfeitamente nessas descrições. Ademais, só será autorizada a utilização desses bens, quando não havendo prejuízo para a produção da prova dos fatos e comprovado o interesse público ou social, ressalvado o disposto no art. 62 da Lei nº 11.343/2006, mediante autorização do juízo competente, ouvido o Ministério Público e cientificada a Senad (Secretaria Nacional de Política sobre Drogas). Comprovado o interesse público na utilização de bens apreendidos, a autoridade de polícia judiciária

¹ Acadêmicos do curso de bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

² Professores orientadores

poderá deles fazer uso, sob sua responsabilidade e com o objetivo de sua conservação. O uso imediato dos bens apreendidos por aqueles que exercem atividades voltadas à prevenção e repressão relacionadas com drogas. A referida lei foi um importante passo no sentido do uso imediato dos bens apreendidos por aqueles que exercem atividades voltadas à prevenção e repressão relacionadas com drogas até o momento não prevista. A metodologia utilizada para a realização do presente trabalho foi através de pesquisa doutrinária, entrevistas com membros da Polícia Civil de Osório, de servidores do judiciário e do Ministério Público.

Referências

Tourinho Filho, Fernando da Costa. Processo Penal. 33ª edição. Editora Saraiva; De Freitas, Vladimir Passos. Manual dos Bens Apreendidos, 2011, CNJ; Diário Oficial da União, Lei 11.343/2006.

Vitamina A: complemento necessário para o crescimento e para o desenvolvimento do ser humano

Caroline Cardoso Florêncio¹

Douglas Bueno¹

Fabielle da Silva Pereira¹

Tâmara Rodrigues¹

Gabriel Corteze Netto²

A vitamina A é fundamental para o crescimento saudável das crianças, quando é ingerida de forma adequada na suplementação da dieta, reduz infecções respiratórias e mantém a saúde dos olhos. Este trabalho tem como objetivo realizar uma revisão bibliográfica, orientando a população sobre a importância da ingestão de alimentos ricos em vitamina A que estão ligados à manutenção dos processos vitais no nosso organismo, pois atua através em diversas maneiras no corpo humano. A vitamina A é um micronutriente que pode ser encontrada em alimentos de origem animal: leite materno, leites integrais e derivados, gema de ovo e fígado de boi e em alimentos de origem vegetal como: cenoura, mamão, moranga, couve, abóbora, agrião, almeirão, óleo de dendê ou de buriti. O teor da vitamina A varia de um alimento para o outro dependendo da maneira em que foi processado. A vitamina A é estável ao calor e sensível ao oxigênio e a luz solar. Os alimentos de origem vegetal são termo estáveis, pois perdem sua disponibilidade pelo ar e pelo processamento culinário. A vitamina A necessita de componentes lipídicos e estímulo das secreções pancreáticas e biliares promovidas pelo processo digestivo para assim ter uma absorção efetiva no organismo. A falta da vitamina A provoca uma disfunção sistêmica, prejudica o desenvolvimento embrionário, sistema imunológico e o crescimento, provocando aborto espontâneo e anemias. Em doses acima das necessidades diárias provoca um aumento da capacidade do fígado em armazenar o micronutriente, resultando em intoxicações e hepatopatias como: distúrbios gastrointestinais, mialgia, artralgia, aumento do baço, dor abdominal e entre outros. Doenças maternas, alimentação inadequada, condições econômicas desfavoráveis e infecções levam a uma desnutrição proteico-calórica do micronutriente. Portanto concluímos neste trabalho que a vitamina A é de suma importância em todos os processos vitais

¹ Acadêmicos do curso de bacharelado em Enfermagem – FACOS/CNEC.

² Professor orientador.

do corpo humano, essencial na função dos olhos, crescimento e desenvolvimento de crianças e principalmente do feto e participa no combate contra infecções gastrointestinais e respiratórias, por isso uma alimentação saudável e equilibrada é determinante para suprir todas as necessidades do nosso corpo e com a ingestão de doses diárias recomendada de vitamina A, o indivíduo terá um desenvolvimento adequado e saudável.

Referências

Krause: Alimentos, nutrição e dietoterapia/ L. Katheleen Mahan; Sylvia Escott-Stump. Janice L. Raymond: [tradução Claudia Coana... et al],-Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

Dutra- de Oliveira, José Eduardo, 1927- ciências nutricionais/ J.E Dutra de Oliveira, J.Sérgio Marchini. São Paulo: SARVIER, 1998.

MOURÃO, DM; SALES, NS; COELHO, SB; PINHEIRO-SANTANA, HM: Biodisponibilidade de vitaminas lipossolúveis; revista nutrição, Campinas, jul/ago. 2005.

Viver, conviver, cuidar: uma análise das narrativas de cuidadores de idosos em uma instituição de longa permanência no Litoral Norte do Rio Grande do Sul

Paula Justo Rocha¹
Edison Luíz Saturnino²

A presente pesquisa aborda o trabalho dos cuidadores de idosos em uma instituição de longa permanência no litoral norte do Rio Grande do Sul. Procura-se demonstrar as peculiaridades da rotina de serviços diante das limitações dos idosos institucionalizados e a relevância desta atividade na subjetividade dos cuidadores. Dados do Censo Demográfico 2010, realizado pelo IBGE, revelaram um aumento da população com 65 anos ou mais, que era de 4,8% em 1991, passando a 5,9% em 2000 e chegando a 7,4% em 2010. As regiões Sudeste e Sul são as que apresentam as maiores proporções de idosos na população total, mantendo-se como as duas regiões mais envelhecidas do País. Ambas tinham em 2010, 8,1% da população formada por idosos com 65 anos ou mais. Associando esses números ao processo de envelhecimento, evidencia-se a incidência do aumento de doenças crônicas não transmissíveis, de perdas de funções cognitivas, de declínio sensorial, do aumento de acidentes domésticos e o isolamento social, que causam a dependência do idoso à companhia e ao cuidado de outras pessoas. Quando ocorre tal situação, é a família que assume a tarefa do cuidado diário ao idoso, quase sempre sem preparação nem conhecimento adequado para exercer tal papel. Porém, nos últimos anos, os familiares têm cada vez menos tempo para se dedicarem ao cuidado dos parentes mais velhos. Com a decisão da internação do idoso em uma instituição de longa permanência, algumas crises identitárias podem ocorrer com o velho, principalmente pela falta de convívio social e pela percepção da perda de funções sociais. Geralmente, na instituição os velhos criam laços afetivos com as pessoas com as quais convive cotidianamente, seja pela rejeição da família ou por não terem parentes vivos. Desse modo, se desenvolvem consistentes vínculos com os companheiros de quarto, com os demais componentes do lar e, principalmente, com os cuidadores, pois são as pessoas fisicamente mais próximas, pelas quais existe

¹ Acadêmica do curso de bacharelado em Psicologia – FACOS/CNEC.

² Professor orientador.

sentimento de amizade e confiança. O corpus empírico da investigação inscrita no âmbito da metodologia qualitativa de pesquisa foi constituído pelas narrativas de cuidadores, colhida através de entrevistas semi-estruturadas, onde o cuidador retratou suas vivências na instituição focando na rotina diária e repetitiva, e na preparação física e psicológica para tais funções. Além disso, pode-se confrontar as narrativas através de observações realizadas dentro da própria instituição. O resultado provisório de pesquisa demonstrou a precária formação profissional por parte dos cuidadores para exercerem tal função o que contrasta com a satisfação e alegria pelo trabalho realizado. Este dado se reflete na qualidade de vida dos idosos, que poderiam receber um tratamento mais qualificado dentro da instituição. Em consequência disso, os cuidadores narraram às dificuldades que enfrentam em separar a vida pessoal do trabalho realizado com os velhos, o que lhes acarreta uma carga emocional muitas vezes difícil de suportar.

Referências

Kalache, Alexandre; Veras Renato P.; Ramos, Luiz Roberto. Envelhecimento Populacional: Uma realidade Brasileira. Revista de Saúde Pública, Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS-UERJ), São Paulo, 1987. Dias, Maria Luiza M. S. M (Coord). Instituição de Longa permanência para idosos: Caracterização e condições de atendimento. Governo do Paraná. Curitiba, 2008. Disponível em:

http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/inst_longa_perm_idosos.pdf.

Acessado em: 10/09/2013.

Gorini, Maria I. P. C.; Souza, M. Luccas; William Wegner. Educação em saúde: Uma estratégia de cuidado ao cuidador leigo. In: Dissertação de mestrado. Rev. Latino Am Enfermagem, 2007. Disponível em:

http://www.scielo.br/pdf/rlae/v15n2/pt_v15n2a22.pdf. Acessado em :

23/10/2013.

Xenotransplantes e dignidade animal no direito penal

Maiara Bertolli¹
Jordana Groth Mingurre¹
Janaina Serpa Groth¹
Cristina Maria de Oliveira²

Xenotransplante é o uso de células, tecidos e órgãos de animais não humanos para seres humanos. Esse trabalho objetiva uma análise ético-jurídica sobre o uso de xenotransplante como alternativa no tratamento de doenças em seres humanos, o uso de animais no estudo e no transplante, observando a dignidade animal e um olhar crítico do direito penal. O transplante de órgãos representou um importante avanço na medicina e passou a permitir o prolongamento da vida humana, mas a grande preocupação dos médicos é que não há doadores suficientes para a demanda exigida. Diante dessa escassez de órgãos humanos, cientistas vem buscando métodos alternativos para suprir a demanda, passando a adotar a técnica de introduzir genes humanos em porcos, modificando-os geneticamente, a fim de minimizar o risco de rejeição. Com esses estudos e experimentos com animais, acarretou um grande debate ético sobre o sacrifício de animais saudáveis para experimento cujo o insucesso já era previsto, vindo assim a surgir situações novas aptas a lesar o bem jurídico da dignidade animal. O Brasil não conta com nenhuma legislação específica permanente a xenotransplantes, devendo-se analisar os riscos e problemas que podem se traduzir em crimes contra o homem e o meio ambiente. Os porcos já são animais geneticamente modificados, neste caso, a morte de um único animal não consistiria em ofensa ao bem jurídico, por que não havia, se ausentes exceções do caso concreto, como por exemplo, tratar-se de espécie em extinção, a possibilidade é insignificante de dano a espécie animal. Em suma, a experimentação animal deve cumprir e reger-se pelas leis aplicáveis e deve ter por base uma utilidade estabelecida e justificada para a humanidade ou para a próprio vida animal. No campo da xenotransplantação, tudo isto ganha ainda mais fundamento: é essencial realizar transplantação entre animais previamente à experimentação humana; todos os animais devem ser tratados com o máximo cuidado e higiene, para evitar o desenvolvimento e

¹ Acadêmicas do curso de bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

² Professora orientadora.

transmissão de infecções e devem ser seguidos com rigor todos os protocolos ético-legais vigentes.

Referências

COELHO, Mário Marcelo. Xenotransplantes. Editora Saraiva. D'AVILA, Fábio Roberto. Ofensividade em Direito Penal: Escritos sobre a teoria do crime como ofensa a bens jurídicos. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009, p. 125. <http://www.portaleducacao.com.br/educacao/artigos/34438/xenotransplantes#!2#ixzz32LuakApz>

GRECO, Luís. Proteção de bens jurídicos e crueldade com animais. Revista Liberdades, São Paulo, n. 03, p. 47-59, jan./abr. 2010, p. 52. Disponível em: . Acessado em 19/11/2010.

Lei dos Transplantes de Órgãos - Lei 9434/97 de 04 de fevereiro de 1997. Lei de Crimes Ambientais - Lei Nº 9.605, De 12 De Fevereiro De 1998.

LUZ, Denise. Xenotransplantes no direito penal médico: uma análise do bem jurídico protegido. Revista Bonijuris/Dezembro 2013/Ano XXV, n 601/V.25, n ? 12/6-14;

SANTOS, Cleopas Isaías. Experimentação animal e direito penal: bases para a compreensão do bem jurídico-penal dignidade animal no crime de crueldade experimental (art. 32, § 1º da lei nº 9.605/98). 2011. 160 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Criminais) Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011, p. 119.

SOUZA, Paulo Vinicius Sporleder. Direito Penal Médico. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009, p. 129.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm - Artigos 199 e 225. <http://www.bioeticayderecho.ub.es>.

Zetética e Dogmática - A importância dessas vertentes para o Direito

Tanira Carvalho Helwig da Costa¹
Cristiano Sielichow²

Esta pesquisa surgiu do interesse em se verificar conceitualmente os institutos utilizados pela comunidade jurídica nas atividades acadêmicas, no fenômeno da hermenêutica e a aplicação na vida profissional e acadêmica, buscando a realização de trabalhos científicos e futuramente profissionais, com fundamentos imprescindíveis para o entendimento de cada assunto da ciência jurídica. Nesse sentido, toda investigação ressalta mais um enfoque que outro, eles estão interligados, mas são distintos e logicamente apresentarão resultados diferentes. Toda vez que for permitido opinar, estaremos diante do enfoque dogmático. Por outro lado, se houver opiniões, essas serão postas em dúvidas e dissolvidas. A zetética possui caráter aberto e especulativo, ou seja, há questionamentos infinitos objetivando sempre saber o que é algo. O enfoque dogmático, por sua vez preocupa-se em possibilitar uma decisão orientando para uma ação, prioriza-se um dever ser, ou seja, como deve ser algo. Representa um enfoque mais fechado, devido ao fato de se manter preso a conceitos fixados, favorecendo-se a interpretações capazes de conformar os problemas às premissas, diferente do que ocorre na zetética, onde as premissas são colocadas ao problema. Nesse caso, se as premissas não são adequadas, elas poderão ser trocadas. Na dogmática, se as premissas não se adaptam aos problemas, serão descartadas pois a ação precisa ser orientada. As questões levantadas nunca ficarão em abertas, há sempre uma resposta a ser encontrada a um problema investigado. As questões de ordem jurídica, por mais complexas que possam ser admitem os dois enfoques em suas investigações, mas um é mais exaltado que o outro. Nesse sentido, uma investigação sempre parte de um ponto pré-definido, caracterizando a presença de um pouco de dogmática, entretanto, como é necessário buscar respostas adequadas às perguntas, entrará também um pouco de zetética. Por fim, cabe ressaltar que se deve procurar harmonizar esses dois enfoques, já que os dois são indispensáveis no direito por favorecer caminhos a uma

¹ Acadêmica do curso de bacharelado em Direito – FACOS/CNEC.

² Professor orientador.

investigação que leve à elucidação de determinado fato. Na continuidade da vida acadêmica, nas pesquisas bibliográficas que se seguirão, espera-se que o entendimento da doutrina, dos precedentes jurisprudenciais e de todo o trabalho jurídico ficará cada vez mais acessível, resultando na formação adequada para a plena e correta operacionalização do Direito.

Referências

ARAUJO, Alexandre Costa-Introdução ao Direito- Uma Perspectiva Zetética das ciências jurídicas- Sérgio Antonio Fabris editor- Porto Alegre-2001.

TÉRCIO, Sampaio Ferraz Jr.-Introdução ao estudo do Direito, técnica, decisão, dominação- terceira edição. São Paulo - editora Atlas- 2001.